

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A C SIMÕES
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO ARQUITETURA E URBANISMO

YASMIN NERI ARAÚJO ALMEIDA

**CASO BRASKEM: A luta pelo direito à cidade através da participação popular
em Maceió – AL**

Maceió - AL, 2024.

YASMIN NERI ARAÚJO ALMEIDA

**CASO BRASKEM: A luta pelo direito à cidade através da participação popular
em Maceió – AL**

Produto Final do Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Campus A. C. Simões da Universidade Federal de Alagoas como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.
Orientadora: Prof.^a Dra. Adriana Capretz Borges da Silva Manhas.

Maceió - AL, 2024.

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Girlaine da Silva Santos – CRB-4 – 1127

A447c Almeida, Yasmin Neri Araújo.

Caso braskem: a luta pelo direito à cidade através da participação popular em Maceió-AL / Yasmin Neri Araújo Almeida. – 2024.

146 f. : il.

Orientadora: Adriana Capretz Borges da Silva Manhas.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e urbanismo : Bacharel) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e urbanismo, Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 131- 146.

1. Direito à cidade. 2. Braskem - Maceió (AL). 3. Habitação e cidade. 4. Gestão urbana - Maceió (AL). 5. Manifestações populares - Maceió (AL). I. Título.

CDU: 728.1: 347.254(813.5)

FOLHA DE APROVAÇÃO

YASMIN NERI ARAÚJO ALMEIDA

CASO BRASKEM: A luta pelo direito à cidade através da participação popular em Maceió – AL

Trabalho Final de Graduação apresentado ao corpo docente da Universidade Federal de Alagoas, como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

]Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 ADRIANA CAPRETZ BORGES DA SILVA MANHAS
Data: 01/08/2024 19:54:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientadora: Prof.^a Dra. Adriana Capretz Borges da Silva Manhas
(Universidade Federal de Alagoas)

Documento assinado digitalmente
 ISADORA PADILHA DE HOLANDA CAVALCANTI
Data: 06/08/2024 11:06:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinadora externa: Arquiteta Me. Isadora Padilha de Holanda Cavalcanti
(Instituto IDEAL- AL)

Documento assinado digitalmente
 CAROLINE GONCALVES DOS SANTOS
Data: 05/08/2024 18:33:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinadora interna: Prof.^a Dra. Caroline Gonçalves dos Santos
(Universidade Federal de Alagoas)

Documento assinado digitalmente
 FLAVIA DE SOUSA ARAUJO
Data: 05/08/2024 19:11:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinadora interna: Prof.^a Dra. Flavia de Sousa Araújo
(Universidade Federal de Alagoas)

Este trabalho é dedicado a todas as vítimas dos crimes de mineração do Brasil, em especial aos moradores de Maceió, atingidos direta ou indiretamente pela mineração de sal-gema.

AGRADECIMENTOS

A realização deste Trabalho Final de Graduação representou, sem dúvida, uma jornada repleta de desafios e aprendizados. Esta experiência exigiu de mim grande dedicação, empenho intelectual e emocional, tanto pela dificuldade de produzir um TFG, quanto pela importância e responsabilidade com o tema. Lembro que em alguns momentos, cogitei escolher um projeto arquitetônico como TFG, pois seria mais fácil, era algo que trabalhamos muito no curso, mas sempre que surgia uma notícia distorcida sobre o caso Braskem ou quando via meus colegas de PIBIC se mobilizando para dar voz ao lado certo da história, a dúvida desaparecia, espero ter feito jus a relevância que o caso merece. Foi essa motivação que me impulsionou a continuar e a me dedicar ainda mais neste trabalho teórico, ainda que muitas vezes tenha me sentido incapaz e sobrecarregada pelo tempo de pesquisa e escrita, chego ao fim com a certeza de que a escolha foi acertada e que a experiência adquirida foi inestimável para meu crescimento pessoal e profissional.

Quero expressar meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para a concretização deste trabalho. Primeiramente, agradeço a Deus por me dar força e sabedoria para lidar com os momentos que pensei não ser capaz. À Prof^a Dr^a Flavia Araújo, agradeço por ter me auxiliado nas fases iniciais do trabalho e por toda contribuição posterior como minha examinadora. Seu encorajamento foi fundamental para o desenvolvimento desta monografia. À Prof^a Dr^a Adriana Capretz, expressei minha gratidão por ter aceitado me orientar, pela paciência e por me guiar na finalização deste trabalho.

Assim, gostaria de expressar minha profunda gratidão à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), pela oportunidade de realizar essa graduação. À todos os professores do curso de Arquitetura e Urbanismo, agradeço por contribuírem para a minha formação. Em especial à Prof^a Dr^a Carolina Gonçalves, orientadora do PIBIC, que foi responsável pela minha imersão neste tema de extrema relevância, a qual eu tive o prazer de também ter como minha examinadora.

Aos meus pais, Edivânia e Gentil e à minha irmã Emmily, vocês são a minha base, obrigada por estarem sempre ao meu lado, zelando pelo meu bem-estar e me apoiando ao longo de toda a minha trajetória, mesmo à distância. Agradeço à minha tia Vanda, Vó Lourdes e Vô Manoel que sempre torceram por essa conquista. Também agradeço aos meus padrinhos Emanuele e Junior, pelo encorajamento nos momentos finais do trabalho, ensinando-me a ir um degrau por vez até alcançar meu

objetivo. Agradeço também ao meu fiel companheiro Floquinho, que esteve ao meu lado nas longas madrugadas de estudo desde o Enem até o TFG.

Agradeço à Vinicius, por estar comigo quando mais precisei, por me motivar e empurrar na finalização deste TFG, por ensaiar a apresentação comigo, me acalmar e por sempre acreditar no meu potencial. À Maria Eduarda, agradeço pelas noites de estudo e também pelos momentos de descontração que tanto me ajudaram.

Agradeço também às minhas parceiras de curso Séfora, Nathália, Rayssa, Thaminy e Rafaela, e aos parceiros de PIBIC Inara e Gustavo que compartilharam comigo momentos de dificuldades e de conquistas ao longo do curso, tornando todo o processo mais leve.

Por fim, agradeço aos meus amigos e chefes do trabalho, Rafael, Ruth e Sueli, pelas orientações valiosas, pela flexibilidade e pela compreensão durante o processo do curso.

Este é um marco significativo na minha vida acadêmica e profissional. Muito obrigada a todos!

RESUMO

A cidade de Maceió, capital do estado de Alagoas, sofre o maior crime ambiental em área urbana do mundo devido à exploração por mais de quarenta anos da mineradora Braskem. A situação obrigou a evacuação de mais de sessenta mil pessoas de suas residências e quase cinco mil empreendedores, além de moradores de áreas próximas que são afetados pelo isolamento social. A problemática central do estudo foca nos impactos socioambientais causados pela mineração de sal-gema pela empresa Braskem em Maceió-AL, que levaram à subsidência do solo e deslocamento da população. Este trabalho discute como esses eventos violam o direito à cidade dos moradores locais e a resposta da sociedade civil diante dessas violações. O objetivo geral do estudo é enfatizar a importância da participação popular como elemento fundamental para a efetivação do direito à cidade após o crime ambiental da Braskem. Os objetivos específicos incluem 1. conceituar o direito à cidade e sua aplicação no Brasil pós-Estatuto da Cidade, focando no caso de Maceió - AL; 2. relatar o crime ambiental da Braskem e seus efeitos sobre o direito à cidade da população maceioense e; 3. investigar como a sociedade civil se articulou diante dos impactos da subsidência do solo em Maceió-AL, destacando o papel dos canais digitais oficiais. A metodologia adotada é de natureza descritiva, qualitativa e exploratória. Os resultados do estudo mostraram que a população afetada se manifesta de diversas formas para recuperar o direito à cidade, buscando indenizações e condições de vida dignas, embora muitas dessas lutas tenham sido invisibilizadas. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Braskem, realizada em 2024, foi eficaz para esclarecer informações e dar voz à população, que pela primeira vez sentiu-se ouvida. A conclusão do estudo ressalta que, apesar da inadequação da aplicação das políticas públicas e da falta de transparência, a participação da sociedade civil é essencial para a reconstrução de Maceió. O trabalho sublinha a importância de um plano diretor atualizado e a necessidade de instrumentos de políticas públicas que atendam às demandas da sociedade, garantindo um cenário urbano sustentável.

Palavras-chave: manifestações populares; direito à cidade; gestão urbana; mineradora Braskem.

ABSTRACT

The city of Maceió, capital of the state of Alagoas, suffers the world's largest environmental crime in an urban area due to more than forty years of exploitation by the mining company Braskem. This situation forced the evacuation of over sixty thousand people from their homes and nearly five thousand entrepreneurs, as well as residents of nearby areas affected by social isolation. The central issue of the study focuses on the socio-environmental impacts caused by rock-salt mining by Braskem in Maceió-AL, leading to soil subsidence and population displacement. This work discusses how these events violate the local residents' right to the city and civil society's response to these violations. The general objective of the study is to emphasize the importance of popular participation as a fundamental element for realizing the right to the city after Braskem's environmental crime. The specific objectives include: 1. conceptualizing the right to the city and its application in Brazil after the City Statute, focusing on the case of Maceió-AL; 2. reporting Braskem's environmental crime and its effects on the Maceió population's right to the city; and 3. investigating how civil society articulated itself in response to the impacts of soil subsidence in Maceió-AL, highlighting the role of official digital channels. The methodology adopted is descriptive, qualitative, and exploratory in nature. The results of the study showed that the affected population manifests itself in various ways to recover the right to the city, seeking compensation and decent living conditions, although many of these struggles have been made invisible. Braskem's Parliamentary Commission of Inquiry (CPI), held in 2024, was effective in clarifying information and listening to the population, who for the first time felt heard. The conclusion of the study highlights that, despite the inadequacy of public policy application and the lack of transparency, civil society participation is essential for the reconstruction of Maceió. The work underscores the importance of an updated master plan and the need for public policy instruments that meet society's demands, ensuring a sustainable urban scenario.

Keywords: popular demonstrations; right to the city; urban management; mining company Braskem.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Indicação dos locais das minas de sal-gema.	11
Figura 2 – Profundidade para a extração de sal-gema	11
Figura 3 – Ilustração da subsidência	12
Figura 4 – Perfil esquemático dos poços de sal-gema	12
Figura 5 – Gráfico dos dez municípios com maior ocorrência de conflitos de mineração nos anos de 2020, 2021 e 2022	28
Figura 6 – Mapa mental sobre a aplicação da democracia	36
Figura 7 – Exploração de petróleo em Ponta Verde com o Gogó da Ema ao fundo	38
Figura 8 – Imagens de satélite dos pontos das plantas de PVC e Cloro Soda e da marcação da área de mineração.	41
Figura 9 – Imagens de satélite dos pontos das plantas de PVC e Cloro Soda e da marcação da área de mineração.	41
Figura 10 – Mapa do caminho das minas de sal-gema até a Unidade de Cloro Soda.	41
Figura 11 – Início da construção da fábrica no Pontal da Barra – AL.	43
Figura 12 – Início da construção da fábrica no Pontal da Barra – AL	43
Figura 13 – Jornal expõe a indignação da população com a duplicação	46
Figura 14 – Imagens do Ato contra a duplicação concentração na praça Dom Pedro II	47
Figura 15 – Imagens do Ato contra a duplicação concentração na praça Dom Pedro II	47
Figura 16 – Postagem com dados da pesquisa de Pricilla Souza produzida no Instagram MUVB	62
Figura 17– Matéria do Extra sobre a pesquisa de transtornos mentais no Instagram Vidas Rachadas	62
Figura 18 – Matérias do jornal Tribuna sobre os impactos mentais do caso da mineração	62
Figura 19 – Matérias do jornal Tribuna sobre os impactos mentais do caso da mineração	62
Figura 20 – Ilustração do vácuo na mina 18	71
Figura 21 – Foto de Sandro Lima dos moradores afetados pelo afundamento do solo cobram providências da Braskem.	72
Figura 22 – Recorte do documento de atualização do site da Braskem que mostra o mapa de desocupação	75
Figura 23 – Cronologia das Ações	78
Figura 24 – Quadro dos tipos de participação	83
Figura 25 – Moradores do Pinheiro realizam protesto no Pinheiro, em Maceió, para cobrar respostas sobre as rachaduras no bairro	85
Figura 26 – Protesto do dia 28 de novembro de 2019, na Avenida Major Cícero de Góes Monteiro, organizado pelos moradores dos bairros atingidos	86
Figura 27 – Protesto do dia 28 de novembro de 2019, na Avenida Major Cícero de Góes Monteiro, organizado pelos moradores dos bairros atingidos	86

Figura 28 – Palavras de ordem nos muros das casas do Pontal	90
Figura 29 – Principais hashtags dos ativismos digitais mapeados em Maceió e ano de publicação	96
Figura 30 – Principais hashtags dos ativismos digitais mapeados em Maceió e ano de publicação	96
Figura 31 – Postagem da artista Yara Pão do ato de manifestação no Pinheiro	100
Figura 32 – Postagem do artista Rafael Santos do ato de manifestação no Pinheiro.	100
Figura 33 – A Associação dos Empreendedores do Pinheiro e o Movimento Unificado de Vítimas da Braskem (MUVB) realizam um protesto em frente ao Ministério Público Federal (MPF), no Barro Duro	101
Figura 34 – Foto de Gustavo Marinho dos moradores protestando de máscaras, em plena pandemia da Covid-19.	103
Figura 35 – Grupo de pesquisadores da UFAL no dia da escuta da Diagonal.	105
Figura 36 – Postagens do Instagram da Braskem anunciando o patrocínio dos Festival Lollapalloza	109
Figura 37 – Postagens do Instagram da Braskem anunciando o patrocínio dos Festival Rock in Rio	109
Figura 38 – Postagens do Instagram da Braskem anunciando o patrocínio dos Festival Popload	109
Figura 39 – Postagens do Instagram da Braskem anunciando o patrocínio ao Big Brother Brasil 2023	109
Figura 40 – Postagens do Instagram da Braskem anunciando o patrocínio ao Big Brother Brasil 2023	109
Figura 41 – Postagens do Instagram da Braskem anunciando o patrocínio ao Big Brother Brasil 2023.	109
Figura 42 – Postagens do Instagram da Braskem anunciando o patrocínio ao Festival The Town	110
Figura 43 – Registros de manifestações publicadas pelo MUVB, sob autoria do Instagram Cotidiano Fotográfico	113
Figura 44 – Registros de manifestações publicadas pelo Instagram MUVB, sob autoria do Instagram Cotidiano Fotográfico	113
Figura 45 – Registros de manifestações publicadas pelo MUVB, sob autoria do Instagram Cotidiano Fotográfico.	113
Figura 46 – Aula na calçada, protesto contra a Prefeitura de Maceió.	114
Figura 47 – Sociedade civil na Escuta Pública.	116
Figura 48 – Sociedade civil na Escuta Pública.	116
Figura 49 – Sociedade civil na Escuta Pública.	116
Figura 50 – Sociedade civil na Escuta Pública.	116
Figura 51 – Sociedade civil na Escuta Pública.	116
Figura 52 – Sociedade civil na Escuta Pública.	116
Figura 53 – Vítimas da Braskem entregam documento com reivindicações para o MPE/AL.	119
Figura 54 – Postagens do artista Rafael Santos no ato de manifestação na Ladeira do Calmon.	121

Figura 55 – Postagens do artista Rafael Santos no ato de manifestação na Ladeira do Calmon.	121
Figura 56 – Postagens do artista Rafael Santos no ato de manifestação na Ladeira do Calmon.	121
Figura 57 – População no ato de manifestação na Ladeira do Calmon.	121
Figura 58 – Moradores relatam que CPI é sua última esperança	123

QUADROS

Quadro 1 – Conjunto de imagens das ruínas destruição após a remoção dos moradores, a partir de postagens dos perfis do Instagram Cotidiano Fotográfico e Projeto Ruptura	17
Quadro 2 – Síntese do conceito de direito à cidade por Lefebvre (2001), Castells (2006) e Harvey (2014).	31
Quadro 3 – Mandatos presidenciais e avanços no direito à cidade no Brasil (1974-2024)	34
Quadro 4 – Formação da empresa mineradora Braskem.	40
Quadro 5 – Cronologia de marcos resultantes de lutas populares após a implantação da Salgema (atual Braskem) em Maceió – AL	52
Quadro 6 – Equipamentos afetados pela subsidência.	64
Quadro 7 – CASO BRASKEM EM MACEIÓ – AL: Um relato cronológico.	82
Quadro 8 – Conjunto de imagens de pichações nas ruínas dos bairros.	92
Quadro 9 – Conjunto de imagens das colagens do grupo A gente foi feliz aqui.	93
Quadro 10 – Conjunto de imagens dos grafites do Contra Quebranto.	94
Quadro 11 – Perfis de coletivos, associações, projetos e entidades sociais no Instagram	96
Quadro 12 – Produções acadêmicas e artísticas sobre o caso Braskem.	147
Quadro 13 – Notícias e Materiais oficiais sobre o Caso Braskem [ATUALIZADO DIA 20/05/24]	175

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa de Maceió com marcação dos bairros e recorte indicando área afetada pela subsidência do solo.	13
Mapa 2 – Mapa de distribuição racial de Maceió – AL.	15
Mapa 3 – Mapa de Isolamento Socioeconômico.	67
Mapa 4 – Mapa de Ações e Linhas Prioritárias versão 5.	73
Mapa 5 – Ruas dos bairros afetados pela subsidência foram bloqueadas pela Defesa Civil em 2024.	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANM - Agência Nacional de Mineração
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo
Cepam - Conselho Estadual de Proteção Ambiental
CEPA - Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas
CNP - Conselho Nacional de Petróleo
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ConCidades - Conselho das Cidades
COPENE - Companhia Petroquímica do Nordeste
CPC - Companhia Petroquímica de Camaçari
CPI - Comissão Parlamentar De Inquérito
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CREA - Conselho de Regional de Engenharia e Agronomia
CSA - Centro Sportivo Alagoano
DPU - Defensoria Pública da União
EPB - Empresa Petroquímica Brasileira
FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FAM - Fundo de Amparo aos Moradores
FAPEAL - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas
Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
GGI dos Bairros – Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros
IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMA - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas
LO- Licença de Operação
LRO - Licença de Regularização de Operação
MPAL - Ministério Público do Estado de Alagoas
MPF - Ministério Público Federal
MPT - Ministério Público do Trabalho
MUVB - Movimento Unificado das Vítimas da Braskem
NORQUISA - Nordeste Química S.A
PAS - Plano de Ações Sociourbanísticas
PPC - Projeto Pedagógico do Curso
PCF - Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação
PCIAM - Plano de Controle de Impacto Ambiental na Mineração
PI - Projeto Intermediário
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PL - Plano de Lavra
PVC - Policloreto de Vinil
RADA - Relatório de Avaliação do Desempenho Ambiental

RAL - Relatório Anual da Lavra
SGB - Serviço Geológico do Brasil
SINTEAL - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TC1 - 1º Termo de Cooperação
TC2 - 2º Termo de Cooperação
TC3 - 3º Termo de Cooperação
TC4 - 4º Termo de Cooperação
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
Tequial - Terminal Químico de Alagoas
TRF5 - Tribunal Regional Federal da 5ª Região
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
ZPP - Zona de Preservação Paisagística
ZPR - Zona de Preservação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Conhecendo o objeto de estudo	10
1.2. Justificativa	18
1.3. Objetivo	20
1.4. Metodologia	20
1.4.1. Pesquisa bibliográfica	21
1.4.2. Pesquisa documental	23
2. MINERAÇÃO E O DIREITO À CIDADE	26
2.1. O direito à cidade	29
2.2. O direito à cidade no Brasil	31
2.3. Implantação e Impactos: A Trajetória Conturbada da Salgema (Braskem) em Maceió-AL	36
3. BRASKEM E A VIOLAÇÃO DO DIREITO À CIDADE	51
3.1. Novos tremores	68
4. AS ENTIDADES CIVIS NAS LUTAS PELA GARANTIA DO DIREITO À CIDADE EM MACEIÓ-AL	78
4.1. Descoberta da subsidiência e criação das associações (2018 e 2019)	82
4.2. Pandemia, ativismo e redes sociais (2020 e 2021)	87
4.3. Estudantes e pesquisadores	99
4.4. Estratégias da Braskem para legitimar suas ações	102
4.4.1. A construção de uma narrativa a favor da empresa	102
4.4.2. Greenwashing	103
4.5. Escuta Pública da Diagonal (2023)	110
4.6. CPI da Braskem (2024)	114
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICES	139
APÊNDICES 1: Quadro 12 - Produções acadêmicas e artísticas sobre o caso Braskem.	139
APÊNDICES 2: Quadro 13 - Notícias e Materiais oficiais sobre o Caso Braskem	167

1. INTRODUÇÃO

Durante o período da ditadura militar no Brasil (1964 a 1985), a mineração em áreas urbanas e rurais representou uma ferramenta significativa para o desenvolvimento econômico do país. A prioridade era a criação de uma infra-estrutura urbana em função do aumento da produção de capital pela expansão industrial, o que levou à instalação de pólos petroquímicos em Regiões Metropolitanas de todo o país. No entanto, essa lógica de urbanização capitalista mostra-se contraditória ao gerar uma série de impactos negativos, traduzidas em tragédias anunciadas, interferindo diretamente na cidadania, reforçando situações de carência e criando áreas de risco, prejudicando a questão do solo urbano e do meio ambiente (Vieira, 1997).

As consequências negativas do processo extrativista têm sido característica marcante na atividade mineradora no Brasil, cujos casos mais conhecidos são os desastres de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais (Comitê Nacional Em Defesa Dos Territórios Frente À Mineração¹, 2023), mostrando que o custo desse desenvolvimento é alto, especialmente para a população que reside próxima aos locais de extração. No contexto específico de Maceió - AL, a presença marcante da indústria de mineração, representada atualmente pela empresa Braskem, torna-se um ponto focal de análise por desencadear esses conflitos.

Conforme apontado no relatório do Serviço Geológico do Brasil (Antiga Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) em 2019, a exploração da matéria prima sal-gema, pela empresa Braskem (Antiga Salgema Indústrias Químicas Ltda), provocou a subsidência do solo em Maceió, condição que consiste no afundamento gradual da superfície terrestre (Brasil, 2019). A movimentação do solo está causando fissuras nas ruas e imóveis de cinco bairros de Maceió, obrigando a evacuação de mais de 60 mil pessoas de suas residências, acarretando um imenso vazio urbano, desvalorização de propriedades e intensificação de problemas sociais existentes.

O caso desenvolve-se de maneira gradual, permitindo a observação ano após ano do processo de gerenciamento da crise, realizado através de acordos entre poder público e Braskem, quase sempre sem a participação popular. Esse período

¹ O Comitê é uma articulação da sociedade civil com um histórico de atuação desde 2013. É uma das principais iniciativas nacionais que se organiza politicamente em defesa dos atingidos pela mineração e seus territórios.

não passou imune à influência da pandemia, trazendo um desafio extra para essa trama. Consequentemente, a sociedade maceioense se vê cada vez mais limitada em seu pleno usufruto da cidade, da mobilidade e dos equipamentos públicos, além da preocupação primordial de estar em segurança de seus lares e laços afetivos. Em suma, a população se vê impossibilitada de desfrutar integralmente do seu direito à cidade.

Essa realidade instiga à reflexão sobre os limites do desenvolvimento industrial desenfreado, destacando a urgente necessidade de abordagens que assegurem o direito à cidade à população afetada, especialmente neste momento de reconfiguração do espaço urbano. Assim sendo, o presente trabalho, propõe-se a aprofundar a compreensão dos impactos socioambientais decorrentes dessa atividade industrial na cidade e examinar a resiliência da comunidade do município de Maceió-AL na busca pela participação nas decisões que moldam o território urbano, reivindicando o direito à cidade e à vida urbana que foram comprometidos.

1.1. Conhecendo o objeto de estudo

A cidade de Maceió, capital do estado de Alagoas, no nordeste do Brasil, tem cerca de 957,9 mil habitantes em uma área de 509 km² (IBGE, 2022). Maceió é conhecida por seu grande potencial turístico devido às suas belas praias, sua cultura e sua gastronomia, a qual é responsável por uma das principais formas de renda da cidade, juntamente com o comércio.

Maceió também se destaca por ser a maior fornecedora de sal-gema do Brasil, a sal-gema é uma rocha sedimentar que ocorre em jazidas na superfície terrestre e serve de matéria-prima para diversos produtos industriais². Proporcionalmente a essa produção, hoje ela leva o título, conforme o relatório da CPI da Braskem, de ser a cidade que sofre o **maior crime ambiental em área urbana do mundo** (Brasil, 2024). Uma consequência da exploração do mineral de forma inadequada por mais de 40 anos (1970-2019) e cerca de 35 poços perfurados a 1.200m (Figuras 1 e 2).

² Alguns produtos produzidos com o sal-gema são: cloro, ácido clorídrico, soda cáustica, bicarbonato de sódio. Ele também é usado nas indústrias de vidro, papel e celulose, produtos de higiene (sabões, detergentes, pasta dental), produtos farmacêuticos, tintas, inseticidas, cola, fertilizantes, corretivos de solos e cosméticos. Além de ajudar no tratamento de água e purificação de gases.

Figuras 1 e 2: Indicação dos locais das minas de sal-gema e profundidade para a extração de sal gema.



Fonte: Cau Rodrigues, 2023.

As repercussões sobre o caso vieram à tona no 3 de março de 2018, precisamente às 14h30min, um terremoto de magnitude 2,4mR foi registrado, com

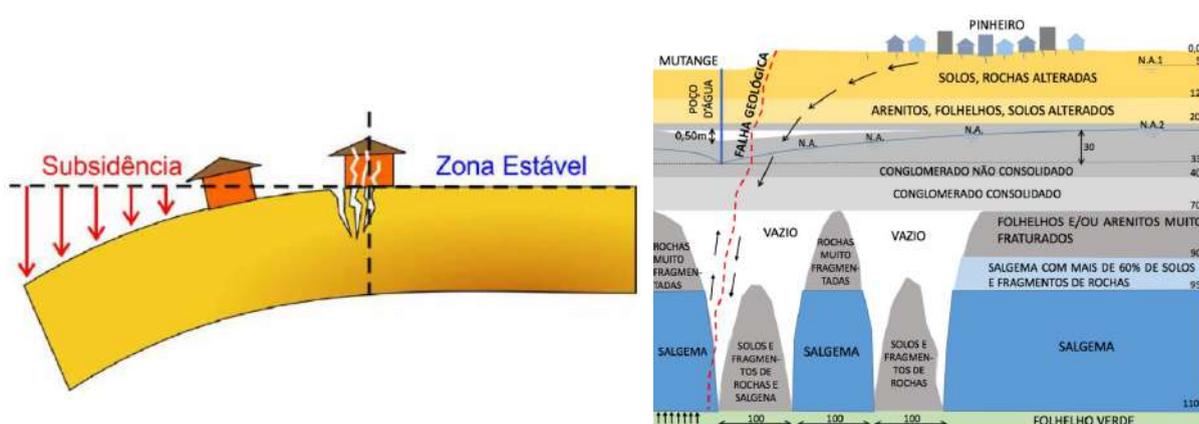
seu epicentro também no bairro do Pinheiro, situado a 5km do centro de Maceió (Vieira, 2019). Logo após esse evento, os moradores começaram a notar o surgimento de mais fissuras e rachaduras em suas casas, ruas e calçadas, e logo o medo de ocorrer desabamentos foi instaurado. Como o tremor ocorreu durante um período de chuvas intensas, a causa precisou ser investigada. Embora houvesse suspeitas iniciais, a Braskem não assumiu a responsabilidade pelas rachaduras (Brasil, 2019).

No ano seguinte, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) publicou um primeiro Relatório com estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange E Bebedouro, Maceió (AL):

Está ocorrendo desestabilização das cavidades provenientes da extração de sal-gema, provocando halocinese (movimentação do sal) e criando uma situação dinâmica com reativação de estruturas geológicas preexistentes, subsidência e deformações rúpteis em superfície em parte dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió-AL. (Brasil, 2019, p.39).

Com isso, foi constatado que a mineração despertou um fenômeno geológico chamado **subsidência do solo** (Figura 3), que consiste no afundamento gradual da superfície terrestre, devido à deformação ou deslocamento de direção em consequência da retirada de fluidos ou sólidos do subsolo (Infanti Jr & Fornasari Filho 1998), nesse caso, pela retirada do sal-gema. Dessa forma, o colapso entre duas minas foi o que originou o terremoto (Ver Figura 4 para entender o perfil esquemático dos poços de sal-gema).

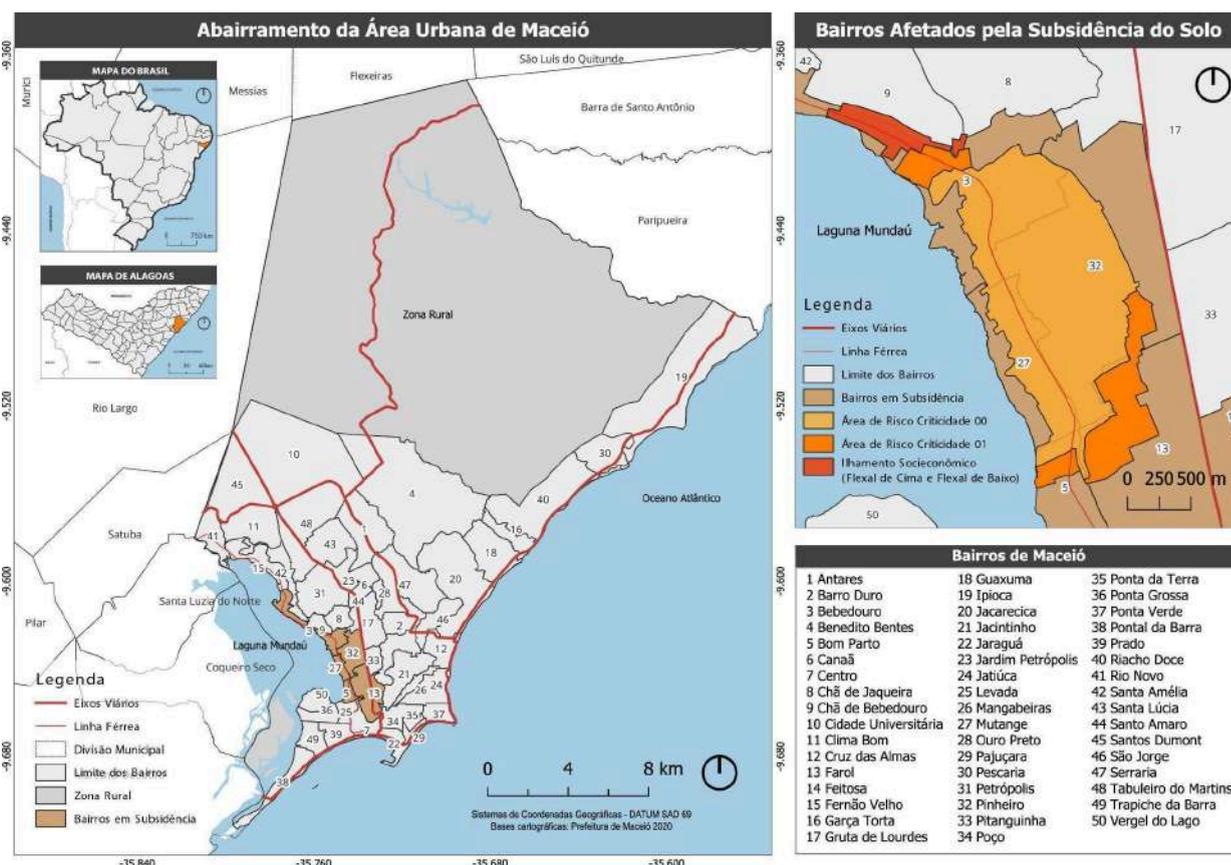
Figuras 3 e 4: Ilustração da subsidência e perfil esquemático dos poços de sal-gema.



Fonte: Brasil, 2019; MARQUES, Abel.; AGM Geotécnica, *apud* Dequala, 2019.

Até a finalização deste trabalho (abril de 2024), cinco dos 50 bairros de Maceió foram diretamente afetados pela subsidência. São eles: Bebedouro, Bom Parto, Farol, Mutange e Pinheiro (indicados com os números 3, 5, 13, 27 e 33, respectivamente, no Mapa 1). A situação obrigou a evacuação de mais de 60 mil pessoas de suas residências, afetando um total de 10.038 moradores, 4.508 empreendedores de pequeno e médio portes, bem como trabalhadores informais e outros tantos empregados nos equipamentos urbanos que foram inicialmente fechados e transferidos de lugar. Além disso, moradores de áreas próximas ainda sofrem com o isolamento social (Brasil, 2024).

Mapa 1: Mapa de Maceió com marcação dos bairros e recorte indicando área afetada pela subsidência do solo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Os bairros desocupados eram ricos na diversidade, na cultura e principalmente na história de Maceió. O **Mutange**, localizado na região

administrativa 4, era um bairro com uma população de 2.632 habitantes, que se estendia por uma área de 0,54 Km². O Mutange tinha no futebol, uma parte intrínseca da sua identidade. O bairro servia de ponto de encontro da comunidade que se reunia para assistir jogos de futebol no Estádio do Centro Sportivo Alagoano (CSA). Também oferecia um ambiente acolhedor para seus residentes, dado seu limite com a Lagoa Mundaú, além de algumas Unidades Especiais de Preservação (UEP) protegidas pelo Plano Diretor de Maceió de 2005, como a antiga Vila Lilota (ANJOS, 2002; Manhas, 2023).

Vizinho dele, encontra-se o **Bebedouro** com uma área maior de 2,20 km² e uma população de 10.103 habitantes, também na região administrativa 4 (Pimentel, 2002a). O Bebedouro é um bairro histórico e protegido integralmente, designado como Zona Especial de Preservação 3 – Rígida no Plano Diretor de Maceió Municipal (Lei nº 5.486/2005). A paisagem cultural única do bairro é formada não apenas pelos casarões coloniais e ecléticos e pela vista para a laguna, mas também pelas tradicionais festas juninas e de Natal na Praça Coronel Lucena, pelos diversos grupos de quadrilhas, coco de roda e folguedos (Manhas, 2023).

No Bebedouro, destaca-se também o Complexo Arquitetônico Sociedade N. Sra. do Bom Conselho, a única edificação da região tombada em nível estadual, construída em 1877 com apoio de D. Pedro II para acolher as órfãs dos combatentes da Guerra do Paraguai e a primeira Capela de Santo Antônio de Pádua, edificada por volta de 1816 por Antônio Maria de Aguiar, um português. Hoje, o Bebedouro perdeu parte de seu patrimônio histórico, arquitetônico e cultural, o medo é que algumas manifestações folclóricas, também se percam com a dispersão dos moradores (Manhas, 2023).

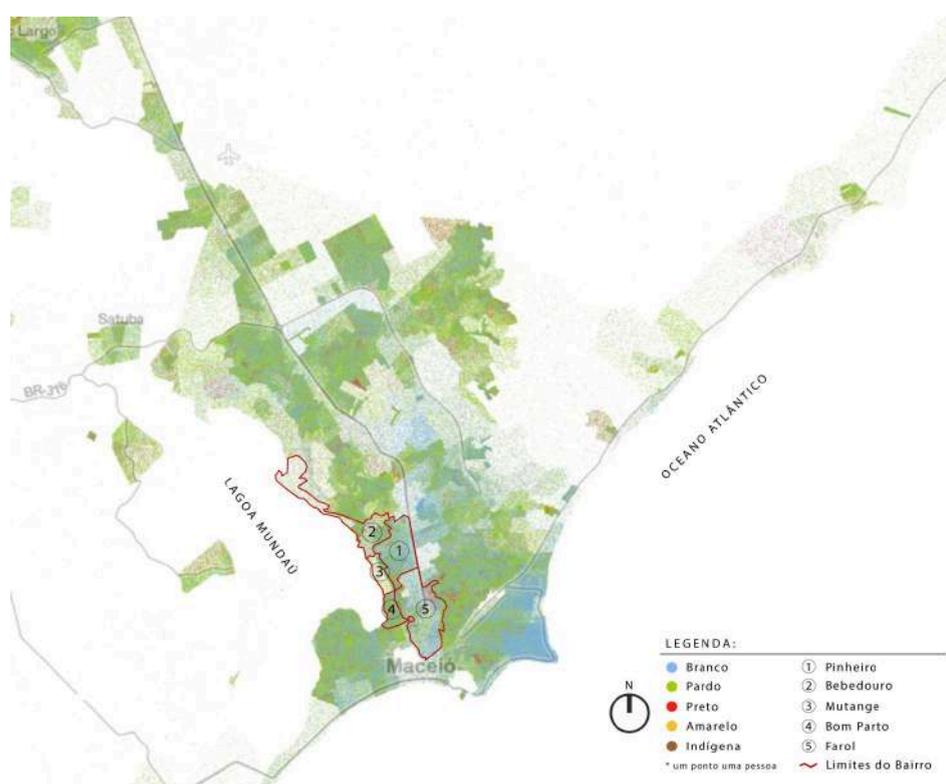
Já o **Bom Parto** era um dos bairros mais populares e tradicionais de Maceió, com uma área de apenas 0,56 km² e uma população de 2.841 habitantes. Seu nome se deve à Igreja de Nossa Senhora do Bom Parto, que expressava a fé dos moradores desde sua origem. Sua economia girava em torno da Fábrica de Tecidos Alexandria, que empregava muitos operários. Suas ruas eram estreitas e suas casas eram conjugadas, criando um ambiente de convivência e amizade entre os vizinhos, era possível vê-los conversando nas calçadas (Pimentel, 2002b).

Na região administrativa 3 localizado próximo à Av Fernandes Lima

encontra-se o **Farol**, um bairro com uma população de 16.859 habitantes e uma área de 3,01 km². Se caracteriza por sua grande movimentação no trânsito, devido sua variedade em estabelecimentos comerciais, bancos, hospitais, escolas tradicionais e consultórios. É habitado por usineiros, grandes indústrias e comerciantes, políticos, magistrados, e outros profissionais liberais de alto poder aquisitivo, o bairro abriga mansões, construídas pela burguesia alagoana nas décadas de 1940 e 1950, além de edifícios de apartamentos, onde concentra-se boa parte do PIB alagoano. (Pimentel, 2002c).

Finalmente, o bairro do **Pinheiro**, com uma área de 1,96 km² e uma população maior de 19.062 habitantes, de acordo com o censo de 2010. Assim como o Farol também localizado perto da Av Fernandes Lima, era um bairro geograficamente estratégico para se locomover para os principais pontos da cidade. Com um misto de casas térreas, prédios e alguns comércios, apresentava igrejas antigas como a igreja Batista do Pinheiro e a igreja Menino Jesus de Praga, além de conjuntos residenciais populares, como o Jardim das Acácias e o Divaldo Suruagy. (ANJOS et al., 2002).

Mapa 2: Mapa de distribuição racial de Maceió – AL.



Fonte: Patadata, 2015, *apud* Fertou, 2022.

O estudo realizado por Ferton (2022) apresenta um mapa de distribuição racial (Mapa 2) que revela que a população atingida é majoritariamente composta por pessoas pretas e pardas, especialmente nos bairros de Bebedouro, Bom Parto e Mutange, que, por sua vez, estão entre os bairros mais pobres dentre os afetados. Em contraste, os bairros Farol e Pinheiro, caracterizados por um maior poder aquisitivo, apresentam uma população predominantemente branca. Além disso, essa desigualdade é evidenciada pela distribuição do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), que aponta níveis “Alto” e “Muito alto” nos bairros de Mutange, Bebedouro, Bom Parto e Farol, enquanto o bairro Pinheiro apresenta níveis “Médio” ou “Muito baixo”, conforme apresentado na CPI da Braskem (Brasil, 2024). Esse evento em Maceió evidencia e intensifica as desigualdades sociais e raciais já existentes na cidade.

O processo de despejo dos habitantes deixou um cenário físico de destruição e abandono, com ruas vazias, casas em ruínas, sem telhados e janelas, seladas por paredes de tijolos e tapumes isolando o local (Quadro 1). Ao contabilizar os danos gerais podemos notar efeitos psicológicos, por todo o processo de remoção, mudança e indenização, tudo isso em meio à pandemia do Covid-19, somadas à crise econômica, ao impacto ambiental e urbanístico, com a desestabilização em diversos setores, incluindo mobilidade, superlotação de bairros e serviços e a perda do patrimônio natural e cultural.

Fonte: Perfis do Instagram Cotidiano Fotográfico e Projeto Ruptura.

Ainda abordando o perfil dos atingidos, é importante destacar que a população afetada não se limita apenas às famílias removidas; também inclui áreas como Flexal de Cima, Flexal de Baixo, Rua Marquês de Abrantes e Vila Saem, que enfrentam isolamento social (ver Mapa 1), além dos bairros adjacentes, especialmente as casas próximas ao vazio urbano, que sofrem com a falta de segurança, ausência de serviços públicos, desvalorização dos imóveis, entre outros problemas. Além disso, toda a cidade, bem como os municípios vizinhos, foi impactada. Ademais, essa população foi (re)vitimizada após o colapso da Mina 18, uma vez que já se encontrava em uma posição de vulnerabilidade devido ao isolamento socioeconômico. Esse evento resultou em uma remoção apressada dessas pessoas, uma situação que será detalhada nos capítulos posteriores. Esse incidente adicionou uma camada extra de complexidade e urgência à já difícil situação enfrentada por esses indivíduos.

1.2. Justificativa

Esse trabalho justifica-se pela relevante influência que a participação ativa da sociedade na esfera política e pública exerce na ampliação das discussões acerca da concepção da cidade, especialmente neste momento de fragilidade nas relações entre Braskem-estado-sociedade. Os transtornos ocasionados pela atuação da mineradora Braskem, somam-se aos conflitos urbanos existentes e evidenciam sua complexidade. Portanto torna-se necessário que a comunidade maceioense esteja mais envolvida e capacitada para lidar com questões urbanas complexas, de forma a compreender e repensar a estrutura urbana de Maceió após a remoção dos moradores dos bairros afetados.

Por tal razão, a contribuição do arquiteto nesse cenário se apresenta como indispensável. O curso de arquitetura e urbanismo, inserido na esfera das ciências sociais aplicadas, confere ao arquiteto a condição de agente capacitado a propor soluções para os desafios sociais após uma análise aprofundada do ambiente. Além do papel do arquiteto, é imperativo reconhecer a influência significativa da universidade enquanto entidade civil. As instituições devem desempenhar um papel ativo nos processos de democratização do espaço urbano, destacando, ao mesmo

tempo, a importância das manifestações contra-hegemônicas. A responsabilidade dessa luta deve ser de todos.

A investigação dos impactos da mineração da Braskem em Maceió-AL também fornece uma análise empírica, contribuindo para a literatura sobre os efeitos socioambientais de atividades industriais em áreas urbanas. Além de que a abordagem interdisciplinar do trabalho, envolve conceitos de arquitetura, urbanismo, direito, e participação social, que enriquece o conhecimento acadêmico ao integrar diferentes perspectivas na análise de um problema complexo.

Diante desse contexto, emerge uma lacuna na exploração da área acadêmica do direito à cidade. Observa-se que, dentro da grade curricular do curso, mais especificamente no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de 2006, cursado pela autora, as disciplinas de urbanismo não recebem a devida prioridade, aparecendo a partir do 6º período, iniciando com a disciplina Teoria do Urbanismo, seguido da disciplina Planejamento Regional e Urbano 1 e 2 e por fim, Projeto De Urbanismo 1 e 2. A percepção da autora é que assim os assuntos são passados de forma rápida e sem a devida profundidade que a área necessita.

Outra opinião da autora deste trabalho é a de que o curso de Arquitetura e Urbanismo deveria incentivar cada vez mais a interdisciplinaridade e dar mais atenção às questões atuais dentro da realidade da cidade. Essa abordagem compromete a formação dos profissionais que atuavam na construção e transformação das cidades, ao menos os que tiveram o PPC de 2006. Após 45 anos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFAL, foi que o novo PPC, implantado em 2019, passou a integrar Urbanismo à Arquitetura desde o início do curso.

A escolha do tema pela autora deste Trabalho de Conclusão de Curso deu-se a partir de sua atuação como colaboradora do programa de iniciação científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC CNPq/UFAL/FAPEAL, no âmbito do projeto de pesquisa intitulado "Subsídência do solo em bairros de Maceió-AL: a (re)ação dos agentes produtores do espaço urbano e implicações socioespaciais para a cidade (Fase 2)". coordenado pela professora Caroline Gonçalves dos Santos, no ciclo de 2020-2021.

A experiência durante o PIBIC, tratando da temática do aprofundamento dos bairros de Maceió em decorrência da mineração de sal-gema pela Braskem foi um

impulso significativo para a sua motivação em iniciar o estudo sobre o direito à cidade. Como resultado, foi elaborada uma monografia de caráter discursivo, realizando uma reflexão crítico-teórica intitulada "Caso Braskem: A luta pelo direito à cidade através da participação popular em Maceió – AL".

1.3. Objetivo

Objetivo geral: Enfatizar a importância da participação popular como elemento fundamental para a efetivação do direito à cidade, após o crime ambiental da empresa Braskem em Maceió-AL.

Objetivos específicos:

- Conceituar o direito à cidade e sua aplicação no Brasil pós estatuto da cidade, entendendo como a participação é garantida pela lei, voltando-se para o caso da subsidência do solo em Maceió-AL;
- Relatar o crime ambiental da empresa Braskem em Maceió-AL e como ele afeta o direito à cidade da população maceioense;
- Investigar como a sociedade civil tem se articulado diante dos impactos da subsidência do solo em Maceió-AL, destacando o papel dos canais digitais oficiais.

Durante o desenvolvimento do trabalho, viu-se a necessidade de adicionar um objetivo secundário, **a criação de um quadro informativo que reúna notícias, estudos e materiais sobre o caso da mineração da Braskem em Maceió-AL (até o recorte temporal desta pesquisa).**

Esse quadro informativo ficará disponível e será divulgado por meio das redes sociais de pesquisa da FAU, com o objetivo de contribuir para a divulgação e amplo acesso ao caso de Maceió por pesquisadores futuros, jornalistas e para a sociedade em geral.

1.4. Metodologia

Aqui serão abordados todos os aspectos metodológicos da pesquisa realizada, descrevendo-se os procedimentos necessários e úteis para destacar o protagonismo da sociedade civil organizada como elemento fundamental para a

efetivação do direito à cidade e à vida urbana em Maceió – AL após o caso da mineradora Braskem.

O texto está dividido em **quatro capítulos**:

O **primeiro capítulo** da introdução, com posterior apresentação do objeto de estudo, justificativa, objetivos e a presente metodologia.

O **segundo capítulo** aborda a problemática dos casos de mineração no Brasil, introduzindo o objeto de estudo e sua relação com o direito à cidade. Em seguida, apresentando o conceito de direito à cidade conforme definido pelos teóricos e como foi sua aplicação no Brasil. Por fim, o capítulo detalha a história da mineração em Maceió e como o direito à cidade foi violado desde a implantação da mineradora.

O **terceiro capítulo** se concentra na exposição da violação do direito à cidade de Maceió, desde que o caso Braskem foi deflagrado com o tremor de terra de 2018, até o final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Braskem no mês de maio de 2024.

O **quarto capítulo** realiza uma análise do posicionamento das entidades civis nas lutas populares para garantia dos seus direitos, destacando o papel dos canais digitais oficiais para a realização de denúncias e manifestações. É demonstrada como a atuação da Braskem se contrapõe à participação dos moradores afetados.

A metodologia empregada neste estudo é de natureza descritiva, com o objetivo de expandir o conhecimento teórico existente de forma qualitativa e exploratória. A pesquisa é conduzida inicialmente através de uma revisão bibliográfica para fornecer um embasamento teórico sólido, seguida pela elaboração de fichamentos e mapas mentais para organizar e sintetizar as informações. Adicionalmente, a pesquisa documental é realizada para coletar dados relevantes sobre o caso em estudo.

Importante ressaltar que este trabalho teve início em dezembro de 2022, e a coleta de informações se estendeu até maio de 2024. Devido ao tempo necessário para sua finalização, foi necessário um recorte temporal tomando como marco a CPI da Braskem com início em 13 de dezembro de 2023 e término em 22 de maio de 2024, como sugerido pela banca do Projeto Intermediário (PI). Entretanto, como o desastre socioambiental em Maceió ainda está em curso, deve-se alertar para a

mudança frequente do cenário conforme a atualização do quadro das minas, dos estudos e dos processos legais.

1.4.1. Pesquisa bibliográfica

Para a pesquisa bibliográfica, primeiramente foram buscados autores clássicos que abordam o direito à cidade: Castells (1988), Harvey (2013 e 2014) e Lefebvre (2001), resultando em um primeiro produto, o **Quadro Síntese – Direito à Cidade**, gerado a partir dos fichamentos da autora. Posteriormente, dois artigos mostraram-se fundamentais para compreender como o conceito foi aplicado no Brasil: "O direito à cidade: Desafios para a construção da utopia por uma vida transformada", de Frota (2019), e "Direito à cidade: Uma trajetória conceitual", de Tavolari (2016).

Percebendo que a aplicação do direito à cidade no Brasil ocorre através do Estatuto da Cidade (2001), foram realizadas leituras sobre o assunto a partir de cartilhas físicas do acervo de professores. Além disso, a opinião crítica das autoras Rolnik (2012), Lins e Menezes (2008 e 2013) e Marguti, Costa, Galindo (2016) sobre o Estatuto foram fundamentais. Também foram realizadas pesquisas sobre o contexto histórico e político da participação popular e dos instrumentos para gestão urbana das cidades, gerando o quadro síntese "**Cronologia de marcos resultantes de lutas populares disputas pelo direito à cidade**".

O quadro foi reorganizado após algumas recomendações da banca de PI, transformando-se em uma linha do tempo que marca todos os mandatos de prefeitos, governadores e presidentes desde o ano de instalação da mineradora Salgema (atual Brasken) até os dias atuais. Foram pontuados momentos da história, como políticas ambientais e urbanas, como a Lei nº 6.938 da Política Nacional do Meio Ambiente, o Estatuto, o Ministério das Cidades, a instauração do Plano Diretor de Maceió, manifestações e alguns marcos do Caso Braskem.

Outras obras utilizadas para o embasamento teórico: "O espaço urbano" de Corrêa (1989); "A dignidade das pertencas e os limites do neoliberalismo: catástrofes, capitalismo, Estado e vítimas" de Mendes (2016); "A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço: Por que falar em agentes, atores e mobilizações?" de Ferreira (2016) e "Estados de exceção e a Covid-19: Estado de sítio, estado de defesa, calamidade pública e estado de emergência de Kanaguchi (2020).

Foram estudados alguns casos de mineração em área urbana no Brasil através dos textos: “A sirene que não toca: Memórias sobre ruínas e desocupação de uma cidade mineradora” de Maia e Silva (2019); “Cidades para as Pessoas: experiências e desafios do direito à moradia e a participação popular na gestão urbana do município de Blumenau – SC” de Teles (2019) e “Crise Urbana E Direito À Cidade Reflexões e perspectivas de resistência a partir da luta popular microlocal” Coelho e Gonçalves (2019).

Para melhor contextualização da cidade de Maceió - AL foram utilizadas as referências: Maceió: “O sítio, a evolução urbana e o fenômeno habitacional de Lopes e Junqueira” (2005); “Um perigo silencioso de afundamento terrestre de uma década que culmina em um desastre metropolitano em Maceió, Brasil” de Vassileva et al (2021); “Daqui só saio pó” de Vieira (1997), “Migração forçada e mineração: A Cidade de Maceió-AL sob a Ótica dos Direitos Humanos” de Teles (2023) e dos TFG “Colapso urbano? Narrativas de moradores do Pinheiro sobre a subsidência do solo em Maceió-AL” (Bulhões, 2022) e “Artivismo e distopia pelas ruas e redes: cartografando manifestações contra-hegemônicas em Maceió na pandemia” (Araújo, Fertton, Borges, 2022).

1.4.2. Pesquisa documental

A pesquisa documental se deu por fontes primárias, através de arquivos oficiais do Serviço Geológico do Brasil (SGB), Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA), Defesa Civil, Ministério Público Federal (MPF) e do site da Braskem, do Plano Diretor Municipal de Maceió, dos planos de governos e declarações de estados de emergência e calamidade. Também foram consideradas as fontes secundárias que consistem na imprensa em geral, como recomenda Lakatos (2003), entre eles G1, Tribuna Hoje, O Jornal Extra, 082 Notícias, entre outros.

Um ponto a ser observado é o fato de a autora não ser residente de Maceió-AL. Logo, o trabalho foi desenvolvido parte com orientações online e parte em Maceió, com orientações presenciais no período de finalização das disciplinas. Diante disso, a autora percebeu certa dificuldade em se atualizar sobre o caso da Braskem após o período da mudança, visto que o jornal que mais informava sobre o caso era local, concluindo assim que há falta de disseminação do caso fora de Maceió. (exceto na época do colapso da mina 18, em dezembro de 2023, quando o caso ganhou destaque em toda a mídia nacional e internacional).

Na fase de coleta de dados, percebeu-se a relevância do compartilhamento de informações realizada entre os pesquisadores em eventos, por meio de grupos do *WhatsApp*, acervos de materiais dos docentes e contas no Instagram. Essas contas podem ser de páginas pessoais ou de grupos de coletivos que se engajam em propagar as informações do desenvolvimento do Caso Braskem. O algoritmo de busca da mesma plataforma também influencia, pois ao acessar um tema específico, este assunto é priorizado na linha do tempo do usuário. Sem esses recursos, o contato com o caso seria consideravelmente limitado.

Lakatos (2003) defende que a pesquisa bibliográfica tem como objetivo colocar o pesquisador em contato com todo o material existente sobre um determinado assunto, incluindo publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, entre outros. Com base nisso e na dificuldade da autora em acompanhar e entender o caso, os materiais tanto da pesquisa bibliográfica quanto da pesquisa documental foram compilados em uma Base de Dados criada para este TFG, mas que continuarão a ser atualizados e permanecerão disponíveis no site criado pela orientadora deste trabalho em 2023⁵.

Inicialmente, esta Base de Dados foi composta por quatro quadros: o primeiro com matérias jornalísticas, o segundo com manifestações e perfis do Instagram, o terceiro com conteúdo acadêmico e o quarto com material audiovisual, incluindo sites, músicas, curtas, filmes e documentários. No entanto, na configuração final, optou-se por focar em apenas dois quadros, 12 e 13, localizados nos APÊNDICES. O quadro 13, no **apêndice 2** deste trabalho, contém os seguintes tópicos: 1. Matérias Jornalísticas (atualizadas até o mês de maio de 2024); 2. Audiências, Leis, relatórios e acordos firmados; 3. Ações Em Curso e 4. Canais oficiais de comunicação.

Isso ocorreu devido ao tempo necessário para a finalização do trabalho. Assim, as manifestações foram incluídas no quadro 7, intitulado CASO BRASKEM EM MACEIÓ – AL: Um relato cronológico, o quadro de perfis foi mantido isolado no texto, e o quadro de material audiovisual foi retirado, considerando o lançamento do

⁵ O site criado chama-se “Lugares de Maceió na Memória” e apresenta o Ponto de Memória certificado pelo IBRAM em 2023 que tem por objetivo desenvolver ações para a salvaguarda da memória coletiva de Maceió após o desmonte dos cinco bairros pela Braskem. O link para acesso é: <https://sites.google.com/view/maceionamemoria/in%C3%ADcio>. Foi criado pela Prof^a Dr^a Adriana Capretz Borges da Silva Manhas e lançado na programação da 22^a. Semana Nacional de Museus, organizada anualmente pelo Ministério da Cultura.

Catálogo Cultural⁶ durante a produção deste TFG que faz uma listagem de várias produções culturais e intelectuais sobre o tema.

A coleta foi realizada por meio das palavras chave: *Braskem*, *Subsidência do solo*, *Subsidência em Maceió*, *Caso Braskem*, *Mineração em Maceió* e *Caso Pinheiro*, nas abas de pesquisa do Google Notícias, Instagram e YouTube. Esses perfis do Instagram são os que a autora teve contato, não significa que são os principais, ou únicos. Um dos últimos dados coletados para o estudo, foi sobre a CPI da Braskem acompanhada pelo canal do *Youtube*, na conta TV Senado e pelo relatório publicado na plataforma do Senado Federal.

Já o quadro 12 no **apêndice 1** (trabalhos acadêmicos) contém os seguintes tópicos: 1. Trabalhos de conclusão de curso (TCC, Monografia, Tese ou Dissertação); 2. Artigos, resumos, anais e relatórios; 3. Projetos de pesquisa (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC e Extensão); 4. Eventos Científicos; 5. Participação de pesquisadores em eventos não-científicos; 6. Produtos de trabalhos acadêmicos e 7 Livros e capítulos de livros.

Para a coleta do material acadêmico foram utilizadas as palavras chave *Braskem*, *Subsidência do solo*, *Subsidência em Maceió*, *Caso Braskem*, *Mineração em Maceió*, *Caso Pinheiro*, *Afundamento e Bebedouro*, *Mutange*, *Bom Parto*, *Pinheiro e Farol* na aba do *Google acadêmico* e nos repositórios da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UFAL). Foram ainda feitas buscas dos Currículos Lattes das coordenadoras de projetos de pesquisa já conhecidos e divulgados pela mídia, bem como contou com a colaboração de uma rede de pesquisadores da qual a orientadora faz parte. Foi disponibilizado um link para um Google Forms no início do quadro, onde o pesquisador pode adicionar as informações de novos trabalhos acadêmicos a serem incluídos.

Apesar do esforço em reunir informações relevantes, esses quadros não estão completos. Ao longo desses seis anos, muitas matérias foram publicadas, o resultado desses quadros é uma seleção de material que a autora teve contato e considerou mais importante.

Outros produtos que resultaram da pesquisa documental foram o **quadro síntese dos mandatos presidenciais e avanços no direito à cidade no âmbito nacional** e o **Mapa mental da cronologia da construção da empresa Braskem**,

⁶ O Catálogo Cultural foi lançado pela Mídia Caeté e pelo Instituto Ideal em março de 2024 e está disponível para download no link: <https://midiacaete.com.br/catalogocasobraskem/>

desde seu início como Salgema, suas configurações e acionistas anteriores, abordadas no segundo capítulo.

No terceiro capítulo, foi construído um quadro síntese da **cronologia de marcos resultantes de lutas populares após a implantação da Salgema (atual Braskem) em Maceió-AL**, a partir da junção do primeiro quadro com informações do âmbito federal e municipal. Também foi realizada uma síntese em **linha do tempo dos principais acontecimentos após 2018**, (incluindo marcos, relatórios, acordos e algumas ações dos poderes públicos e da Braskem até a CPI em 2024).

A etapa de escrita deste Trabalho Final de Graduação (TFG) não ocorreu de maneira linear, mas sim por meio de um processo que alterna entre pesquisa, escrita, leitura e revisão em múltiplos ciclos, refinando e melhorando o texto progressivamente. Essa revisão e síntese dos conteúdos foi essencial para aprimorar as novas informações e ajustar o conteúdo conforme necessário (especialmente os quadros 12 e 13, dada a natureza dinâmica das notícias e dos estudos relacionados ao caso da Braskem, que estavam em constante evolução). Esse ciclo de revisões e atualizações garantiu que o conteúdo do TFG permanecesse relevante e refletisse os desenvolvimentos mais recentes no assunto abordado.

Para o último capítulo foi feita uma recapitulação da linha do tempo (Figura 22) com as informações coletadas e organizadas no Quadro 7 (Apêndice 2 deste trabalho), a pesquisa de Santos, E. (2021) e novas informações retiradas do relatório da CPI da Braskem (Brasil, 2024), especialmente manifestações. Através dela e da tabela dos tipos de participação de Souza (2002 *apud* Menezes e Lins, 2009) foi construindo o capítulo, identificando as ações das entidades civis e os tipos de participação.

Este trabalho reflete o conjunto de conhecimentos adquiridos pela autora ao longo da graduação. Desde a escolha do tema por influência do PIBIC, como já mencionado, a habilidade de transformar os dados em artefatos gráficos (tabelas, quadros, mapas) e a familiaridade com iniciativas artivistas como forma de participação ativa. Essa familiaridade foi fortalecida pela experiência no projeto de extensão Cidades e Signos e pela primeira orientação da Prof^a Dr^a Flavia Araújo, que focava mais nesse recorte. Embora o tema tenha mudado um pouco de foco, isso se refletiu no tópico 4.2. Pandemia, ativismo e redes sociais (2020 e 2021).

2. MINERAÇÃO E O DIREITO À CIDADE

A mineração, desde suas origens coloniais até os dias atuais, tem sido um processo marcado pela apropriação dos recursos naturais e das energias vitais de ecossistemas inteiros. Esse modelo extrativista vai além da exploração de recursos naturais, configurando-se como um padrão de poder que estrutura a vida social e perpetua desigualdades (ARÁOZ, 2020).

Aráoz (2020) argumenta que as violências inerentes ao modelo minerador são inesgotáveis, gerando continuamente novas dimensões trágicas que, embora pareçam novidades, seguem um padrão recorrente de degradação da vida coletiva. Esta degradação se manifesta através da devastação dos territórios e da violação dos direitos das populações, refletindo a trama colonial que caracteriza a mineração transnacional, especialmente em regiões como a América Latina e o Sul global. Dessa forma, a análise da mineração no contexto urbano revela como esse processo influencia e compromete o direito à cidade, impondo desafios significativos para o desenvolvimento sustentável e equitativo das áreas urbanas.

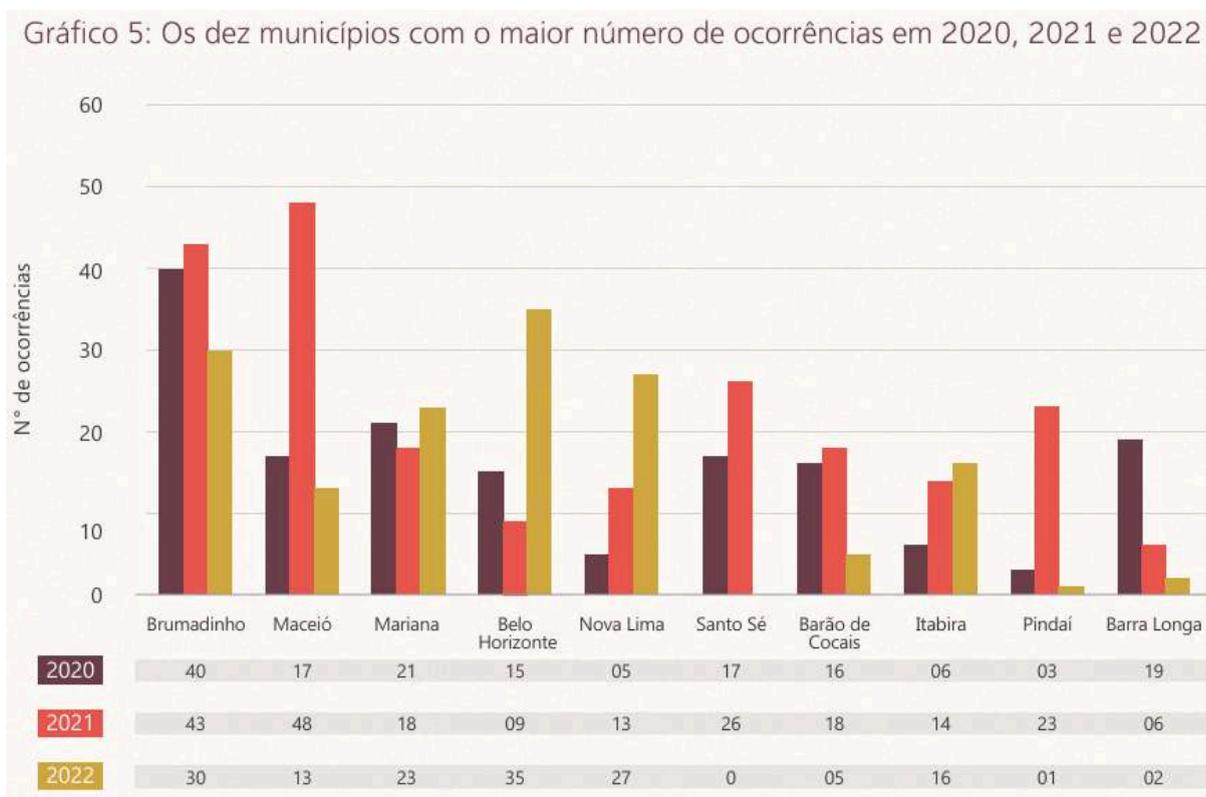
Nos últimos anos, o Brasil presenciou três casos de desastres socioambientais, os primeiros causados pelo rompimento de barragens de rejeitos em Mariana⁷ e Brumadinho⁸, em Minas Gerais, e o terceiro pela subsidência⁹ do solo provocada pela extração de sal-gema em Maceió, Alagoas. Segundo o relatório feito pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (2023), esses três municípios contabilizaram o maior número de ocorrências no levantamento de situações de conflitos da mineração (Figura 5).

⁷ O desastre de Mariana em 2015, foi causado pelo colapso de uma barragem de rejeitos da empresa Samarco, que liberou 43,7 milhões de metros cúbicos de lama tóxica. O material atingiu 19 pessoas e contaminou o rio Doce, afetando a fauna e a flora ao longo de 663 quilômetros até o oceano Atlântico, nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

⁸ O desastre de Brumadinho em 2019, foi o colapso de uma barragem de rejeitos de minério de ferro da empresa Vale S.A, liberando uma avalanche de lama que soterrou casas, estradas, rios e pessoas. O sistema de alerta sonoro da barragem não funcionou, impedindo que muitos moradores e trabalhadores escapassem a tempo. O saldo final foi de 272 mortos e 3 desaparecidos, além de graves danos ambientais e sociais.

⁹ Subsidência é quando o solo sofre movimentação, podendo causar danos à superfície, no caso de Maceió a cinco bairros, forçando a remoção de cerca de 60 mil pessoas de suas casas.

Figura 5: Gráfico dos dez municípios com maior ocorrência de conflitos de mineração nos anos de 2020, 2021 e 2022.



Fonte: Comitê Nacional Em Defesa Dos Territórios Frente À Mineração, 2023.

Ao analisar esses eventos de maneira abrangente, é possível observar muitos fatos em comum: todos são decorrentes de atividade mineradora; ocorreram em áreas urbanas e rurais; provocaram impactos ambientais e sociais significativos; apresentavam risco potencial, exigindo assim medidas de regularização, manutenção e prevenção de acidentes; foram negligenciados pelos órgãos públicos que eram responsáveis pela fiscalização e não resultaram em grandes perdas financeiras para as empresas envolvidas ou punição dos responsáveis (ao menos até o momento de finalização desta monografia), para as empresas os casos aparentam ser apenas um contratempo.

Em contraponto, uma diferença notável entre os casos é que, em Minas Gerais, as rupturas das barragens provocam uma tragédia imediata, resultando em vítimas fatais, com ações de resgate e assistência aos sobreviventes. Já em Maceió, objeto de estudo da presente monografia, o afundamento do solo provocado pela extração de sal-gema não causou mortes diretas e apesar de ocorrer um abalo

sísmico, não houve uma urgência na evacuação dos moradores do local.

Em vez disso, a evacuação e os processos indenizatórios têm ocorrido lentamente ao longo do tempo. Esta é uma manifestação clara de “violência lenta”, um tipo de violência que não é espetacular nem instantânea, onde os danos ambientais e sociais são graduais e cumulativos e muitas vezes ignorados até que se tornem graves (Nixon, 2011). Esse processo acarreta um sofrimento extenso e silencioso para os moradores que são privados de suas residências e estabelecimentos comerciais. As vítimas vivenciam uma angústia intensa e uma dúvida sobre o futuro após a remoção compulsória, principalmente por não haver previsão de estabilização do solo (Dos Santos, Lima, Bulhões, 2022).

Vale salientar, que com o foco apenas na prevenção de vítimas fatais em decorrência dos colapsos das minas, a atuação do Ministério Público Federal em Maceió, ordenando evacuação da área, é tratada como “case de sucesso”, conclusão bastante contestada pelas vítimas diretas, já que o desastre socioambiental não se resume às mortes causadas pelos desabamentos, os quais não aconteceram (Gazetaweb, 2024).

Mendes (2016) argumenta que em situações de catástrofe, os conceitos e formas políticas tradicionais, como Estado, cidadania, soberano, soberania e povo, não são eficazes. As vítimas e os afetados tornam-se indicadores naturais da ficção política e da arbitrariedade dos supostos laços sociais e políticos primordiais. Em outras palavras, em momentos de crise, as estruturas políticas e sociais tradicionais podem falhar em fornecer o apoio necessário às pessoas afetadas, revelando a fragilidade dessas estruturas.

Dito isso, percebe-se que as atividades de mineração são mais prejudiciais do que benéficas para as cidades e as vidas que nela habitam. Isso porque elas são realizadas sem considerar a sociedade civil atual e muito menos sem se considerar o bem-estar da sociedade no futuro ou o meio ambiente, como veremos mais adiante com a exploração de sal-gema em Maceió-AL. Quando desastres socioambientais como esses acontecem, a confiança entre população e poder público é abalada (Mendes 2016; Vieira, 1997). Diante disso, emerge na cena urbana **a luta pelo direito à cidade**, um importante conceito para analisar o caso sob a perspectiva dos cidadãos atingidos.

2.1. O direito à cidade

O conceito de “Direito à Cidade” foi inicialmente formulado pelo filósofo e sociólogo francês marxista Henri Lefebvre em sua obra intitulada “Le droit à la ville” do ano 1968, sendo utilizada neste trabalho a versão de 2001. O termo tem sido apropriado por diversos movimentos sociais, acadêmicos e ativistas, que buscam construir alternativas de urbanização mais inclusivas, participativas e solidárias. No entanto, há diferentes interpretações e aplicações do conceito, que variam conforme o contexto histórico, geográfico e social. Tavorari (2016) propõe uma distinção entre duas abordagens do direito à cidade: uma “teórico-conceitual”, que se dedica a aprofundar o significado e o alcance do conceito; e uma “prático-reivindicativa”, que se ocupa em mobilizar o conceito como bandeira de luta por demandas concretas.

Uma forma de entender o direito à cidade é analisar como diferentes autores o conceituam e o aplicam em seus estudos. Entre eles, se destacam Manuel Castells, que escreveu “A questão Urbana” em 2006, e David Harvey, que publicou “Cidades Rebeldes” em 2014. Para facilitar a comparação entre as ideias desses autores, foi elaborado um quadro síntese (Quadro 2).

Quadro 2 – Síntese do conceito de direito à cidade por Lefebvre (2001), Castells (2006) e Harvey (2014).

QUADRO SÍNTESE - DIREITO À CIDADE

TEÓRICO:

HENRI LEFEBVRE

Henri Lefebvre foi um filósofo e sociólogo, nascido em 16 de junho de 1901 em Hagetmau, França.

O QUE DEFENDE:

- Desenvolveu esse conceito na década de 60, a partir de uma crítica ao modelo de urbanização capitalista.
- Para ele, as cidades eram palcos de conflitos e contradições, mas também de possibilidades de transformação social, onde a resistência poderia constituir formas de superação criativa do modelo.
- Defendia que o direito à cidade era um direito superior, que englobava o direito à liberdade, à participação, à diversidade e à criação, ao habitat e ao habitar.
- Propunha uma utopia de uma sociedade mais justa e democrática, que superasse a lógica capitalista e valorizasse a cidade como espaço de vida e expressão.
- Alegava que o poder de criar novas relações sociais não está com sociólogos, arquitetos ou filósofos, “apenas a vida social (a práxis) na sua capacidade global possui tais poderes”, assim, só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização.
- Reconhecia as necessidades materiais dos habitantes urbanos, mas alertava para os limites de uma visão fragmentada e assistencialista dos direitos sociais, que não questionava as estruturas de dominação e exploração que geravam as desigualdades e opressões no espaço urbano.

(Coelho, 2019; Frota, 2019; Lefebvre, 2001).

MANUEL CASTELLS

Manuel Castells é professor e sociólogo, nascido em 9 de fevereiro de 1942 em Hellín, Espanha.

- Interpreta à visão de Lefebvre de que o direito à cidade é o direito de seus habitantes de moldar e controlar o espaço urbano de maneira que atenda às suas necessidades e desejos, livre de qualquer forma de repressão.
- Defende que para que toda repressão fosse suprimida, seria necessário pensar, em primeiro lugar, numa cidade sem Estado, o que identificaria o direito à cidade com o comunismo.
- Acredita que a cidade é o espaço de reprodução da força de trabalho, e isso se dá por meio de equipamentos e serviços públicos, como escolas, creches, hospitais, centros culturais e políticas públicas habitacionais, os quais são pautas de movimentos sociais urbanos.

(Tavolari, 2016; Tavolari, 2020).

DAVID HARVEY

David Harvey é um teórico da Geografia, nascido em 7 de dezembro de 1935 em Kent, Inglaterra

- Defende a ideia de que o direito à cidade é uma reivindicação prática e política que emerge da luta dos movimentos sociais urbanos.
- Concorda com Lefebvre que a única forma de criar uma nova forma de cidade é através de uma revolução anticapitalista, que tenha como foco a transformação da vida urbana nas cidades.
- Acredita que o direito à cidade não significa apenas ter acesso aos bens e serviços urbanos, mas também ter a capacidade de modificar a nós mesmos mudando o local que habitamos
- Alega que devemos ter o direito de participar dos processos de transformação das cidades que normalmente são construídas segundo os interesses do capital em detrimento das pessoas
- Argumenta que uma mudança radical na sociedade depende da ação coletiva das pessoas que produzem o espaço urbano e que lutam por sua democratização.
- Defende a construção de um amplo movimento social que possa garantir que a vontade popular seja respeitada na gestão das cidades.

(Harvey, 2014; Instituto Polis, 2009).

Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Esses dois teóricos clássicos abordam os processos da urbanização capitalista neoliberal, e dialogam com a perspectiva de Henri Lefebvre, o criador do termo “direito à cidade” (2001). Ambos, apesar das divergências de opiniões com a visão de Lefebvre, reconhecem a contribuição e pioneirismo do francês e se posicionam sobre o conceito. Esses autores representam as primeiras tentativas de pensar a urbanização sob uma perspectiva marxista, no contexto da “nova sociologia urbana” que surgiu entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970 (Tavolari, 2020).

Assim, ainda que tenham se posicionado como continuadores de algumas

das contribuições de Lefebvre, para esses autores o direito à cidade não pareceu ter, de imediato, potencial explicativo ou programático suficiente para ser desenvolvido na chave que articula marxismo e cidade. Enquanto Castells explicitou suas críticas ao conceito já na década de 1970, David Harvey parece ter percebido a força que o termo havia ganhado muito tempo depois. E, hoje, todo autor que se pretenda crítico no campo dos estudos urbanos necessariamente **menciona o direito à cidade ou procura dar uma interpretação própria sobre o conceito** — o que envolve, portanto, retornar às obras de Lefebvre (Tavolari, 2016, P.97., grifo nosso).

De fato, as contribuições teóricas desses autores são fundamentais para o entendimento do conceito, mas devem também ser levados em consideração os contextos em que cada sociedade está inserida para que ele seja aplicado de forma adequada.

2.2. O direito à cidade no Brasil

Uma forma de entender o direito à cidade no Brasil é analisar o seu contexto histórico e político, sua origem tem uma trajetória marcada pela resistência e pela participação popular. Segundo Tavolari (2016), o conceito foi trazido para o debate nacional por meio da tradução do livro “Le Droit à la ville”¹⁰ de Lefebvre, lançado em 1968 na França e no ano seguinte no Brasil. Esse conceito foi inicialmente adotado por pesquisadores e depois por vários outros atores sociais, inclusive nos movimentos que combatiam a ditadura militar (1964-1985).

O período da ditadura foi marcado por um crescimento econômico acelerado, mas também por uma profunda desigualdade social e urbana, além de graves violações aos direitos humanos e censura aos meios de comunicação. Tonella (2013) narra como os movimentos sociais se mobilizaram para o fim desse regime autoritário, exigindo a construção de uma sociedade mais justa e democrática, incluindo o direito à cidade como uma bandeira de luta. Esse momento se torna um marco para a ampliação da cidadania e o início da luta pela participação política nas cidades, contribuindo assim, para que a questão urbana entrasse em foco.

Essas lutas sociais tiveram grande influência para a elaboração da Constituição de 1988, que reconheceu o direito à cidade como um direito fundamental. A partir dela, também foi sancionada a Lei do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que por sua vez, estabeleceu instrumentos jurídicos e políticos para

¹⁰ Traduzido para: O direito à cidade.

garantir esse direito na prática.

A Constituição de 1988 mudou a forma como os municípios brasileiros lidam com o planejamento e a gestão urbana, especialmente após os artigos 182 e 183 que apontam que a cidade e a propriedade precisam cumprir a sua função social e serviram de base para o Estatuto da Cidade (2001) que por sua vez, determina como obrigatórios os Planos Diretores para cidades com população acima de 20.000 habitantes, proporcionando mais autonomia e responsabilidade às prefeituras para administrar os recursos e as demandas da população (Tonella, 2013).

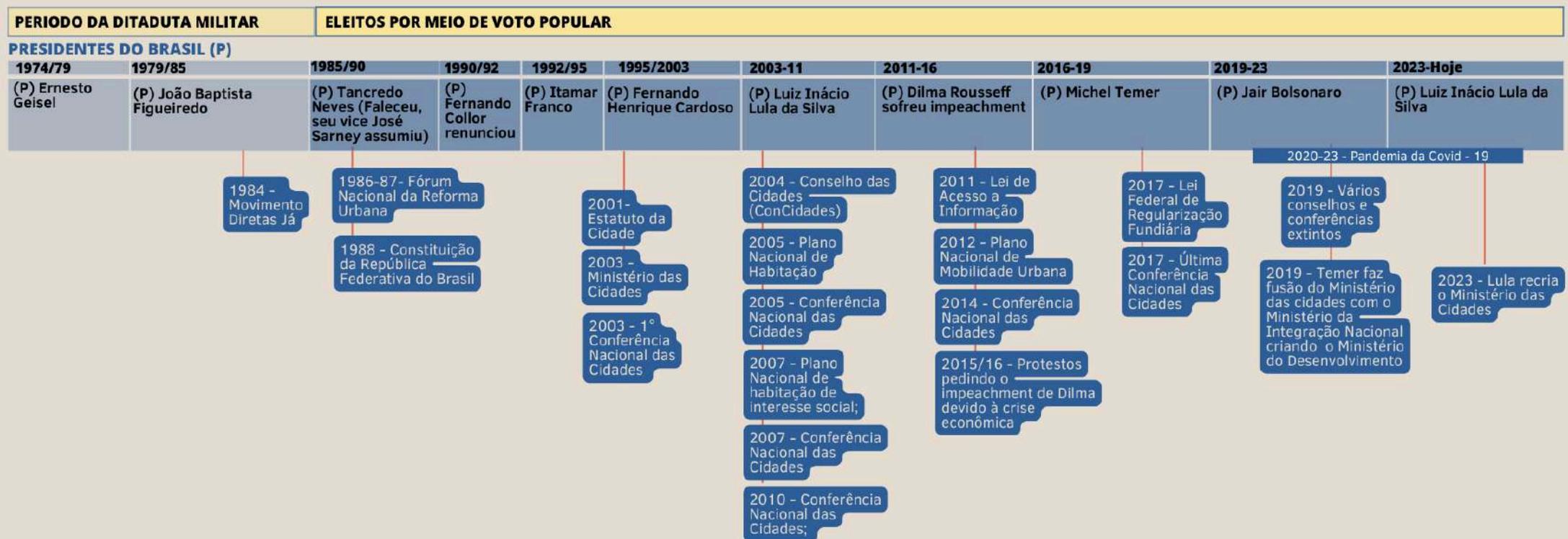
O Estatuto da Cidade é a aplicação legal da interpretação brasileira do direito à cidade. Representa uma conquista histórica dos movimentos sociais que lutam por uma cidade mais justa, democrática e sustentável. O Estatuto reconhece o direito à cidade como o direito de todos os habitantes de usufruir dos benefícios da vida urbana, garantindo o acesso à moradia, ao saneamento, ao transporte, à cultura, ao lazer e à participação popular na gestão das cidades. Entre seus instrumentos jurídicos estão o plano diretor, a função social da propriedade, a regularização fundiária, a gestão democrática e a cooperação entre os entes federativos (Brasil, 2001).

Segundo Menezes (2009), por meio do Estatuto da Cidade foi implementada a Gestão Democrática das Cidades, instrumento que determina a participação da sociedade no planejamento e ordenamento urbano. Esse instrumento representa um importante avanço para a população brasileira, pois permite que elas tenham voz nas decisões que afetam o seu espaço.

O capítulo IV, Art. 43 - Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos: I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; II – debates, audiências e consultas públicas; III – Conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (Brasil, 2001).

No Quadro 3 a seguir, são apresentados cronologicamente alguns avanços e retrocessos no direito à cidade conforme os respectivos mandatos presidenciais. O recorte dessa linha do tempo começa no ano de implantação da empresa Salgema (1974) até os dias atuais.

QUADRO 3 - MANDATOS PRESIDENCIAIS E AVANÇOS NO DIREITO À CIDADE NO BRASIL (1974-2024)



Fonte: Elaboração autoral, 2024.

O quadro mostra como os instrumentos urbanos estabelecidos ao longo dos anos influenciaram a política urbana e a qualidade de vida nas cidades, destacando uma série de mudanças nos marcos legais e na maneira de planejar as cidades. Ao analisá-lo, percebe-se que a obtenção de representatividade popular não é um processo simples ou rápido. O Estatuto da Cidade passou por um longo processo que durou treze anos para ser aprovado após a Constituição e passou por quatro mandatos de presidentes.

Menezes (2009) argumenta que a implementação da participação no planejamento urbano é um desenvolvimento gradual, especialmente em sociedades que enfrentam desafios estruturais significativos, como a brasileira. Assim, nos primeiros anos após a implantação do Estatuto da Cidade, os governos de Lula e Dilma avançaram na implementação de políticas públicas que fortaleceram a participação popular, como conselhos, conferências, orçamentos participativos e planos diretores.

Uma das grandes vitórias para a prática da democracia e do pluralismo na sociedade civil organizada foi a criação do Ministério das Cidades em 2003, durante o governo Lula, e em conjunto com ela, a instituição do órgão colegiado de caráter deliberativo e consultivo denominado de Conselho das Cidades (ConCidades) em 2004. Os conselhos atuam nos níveis estadual e municipal, permitindo a formulação de uma nova política urbana com a participação efetiva da sociedade e do governo, com 60% e 40% de representação, respectivamente. O ConCidades também é responsável pela Conferência Nacional das Cidades, que tem como objetivo expor os problemas urbanos e discutir as soluções, ou seja, atores sociais de fato atuando em canais de participação. (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, 2015; Secretaria-Executiva do Conselho das Cidades, 2010).

O momento em que a presidente Dilma Rousseff sofreu o impeachment¹¹ em 2016 foi um marco para o enfraquecimento da democracia participativa no Brasil. A partir de 2017, percebe-se uma redução significativa na transparência pública, na

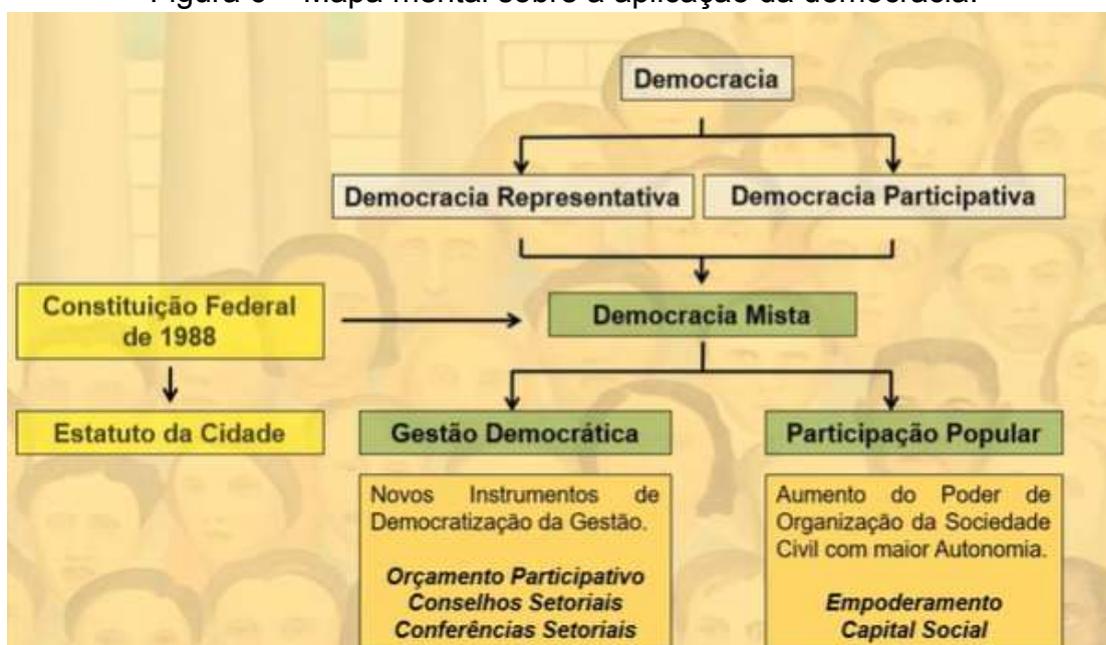
¹¹ A matéria de Falcão e TV Globo (2023) relata que "Por unanimidade, a 10ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) rejeitou um recurso nesta segunda-feira (21/08/2023) e manteve o arquivamento de uma ação de improbidade administrativa contra a ex-presidente Dilma Rousseff por causa das chamadas pedaladas fiscais." Essa decisão judicial indicou que não havia provas suficientes para sustentar as acusações de improbidade administrativa. Embora essa decisão não tenha declarado diretamente a inconstitucionalidade do impeachment, ela reforça a interpretação de que as pedaladas fiscais, conforme alegado pelo artigo publicado no JusBrasil, não configuram atos ilícitos administrativos Cavalcanti (2016).

realização de conferências e na atuação de conselhos de políticas públicas. Ponte (2019) relata que na fase de transição entre a gestão Michel Temer e a posse de Jair Bolsonaro na presidência, ocorreu a extinção de vários ministérios com a justificativa de minimizar gastos públicos.

Trata-se de uma abordagem neoliberal do governo, que favorece o mercado em detrimento do investimento estatal em áreas como desenvolvimento urbano e regional, infraestrutura e habitação. A análise sugere que essa política pode agravar as desigualdades regionais e comprometer o desenvolvimento sustentável e inclusivo do país (Ponte, 2019). Foi nesse momento de baixa da participação popular que o caso Braskem se intensificou.

Na figura 6, no mapa mental apresentado por José Rafael de Lima em vídeo no *Youtube*, em seu canal de mesmo nome, é explicado que a constituição define nossa democracia como mista, contendo aspectos tanto representativos quanto participativos, com base nas ferramentas do Estatuto da Cidade. Isso significa que não basta a sociedade apenas votar nos candidatos durante as eleições e permitir que eles tomem todas as decisões. A sociedade deve participar das discussões com o poder público sobre as políticas governamentais. Logo, se o Estado tomar decisões sem a participação do povo e sem seguir as orientações do Estatuto, não haverá democracia nem garantia do direito à cidade.

Figura 6 – Mapa mental sobre a aplicação da democracia.



Fonte: Lima, 2020.

O espaço urbano é um reflexo do que foi realizado no passado e o agente Estado é um regulador do uso da terra (Corrêa, 1989). Analogamente, reconhece-se o pensamento de Borde (2012, *apud* Beltrame, 2013), segundo o qual, ao regular a produção e o uso do urbano, o Estado pode minimizar ou manter privilégios, integrando ou excluindo parte significativa da cidade aos benefícios da urbanização por meio da legislação urbana.

Baseado nisso, **a autora entende o conceito do direito à cidade** conforme interpretação do Instituto Polis, (2020): as pessoas têm direito de **habitar**, usar, ocupar, produzir, governar e especialmente, **desfrutar das cidades de forma igualitária**, pois o Direito à Cidade, bem como reforça Harvey, é um **direito humano e coletivo, que envolve as presentes e as futuras gerações**. A sociedade civil organizada deve fazer uso das leis pela qual tanto lutaram, construindo a cidade de forma sustentável e eficiente juntamente com o poder público.

2.3. Implantação e Impactos: A Trajetória Conturbada da Salgema (Braskem) em Maceió-AL

O sal-gema foi descoberto por acaso em Maceió, Alagoas, durante a perfuração de poços de petróleo na década de 1940, quando o Brasil buscava fortalecer sua capacidade produtiva e exportadora, principalmente no setor petrolífero. Nesta época, Maceió tinha como base da economia a agroindústria açucareira. Com a crise do setor, muitas pessoas ficaram sem trabalho e renda, aumentando a exclusão social e o subemprego na região. A atividade petrolífera surgiu como alternativa para o desenvolvimento regional. (Ticianeli, 2018; Lopes e Junqueira, 2005).

A exploração do petróleo no Brasil começou no final do século XIX, uma busca que envolveu tanto investidores particulares, quanto organizações governamentais. Esta busca se intensificou nos estados que apresentaram maior potencial, Bahia e Alagoas. Em 1937, durante o Estado Novo, Getúlio Vargas nacionalizou todas as atividades de refino e estabeleceu o Conselho Nacional de Petróleo (CNP) para supervisionar a política petrolífera. Sob a gestão do CNP, o

primeiro poço comercializável foi descoberto em Candeias na Bahia por volta de 1939 e 1941. Esta descoberta intensificou o debate sobre a exploração do petróleo, culminando na criação da Petrobrás (Ticianeli, 2018).

Paralelamente às descobertas na Bahia, a equipe de exploração realizava novas perfurações em Maceió. Entre os anos 1939 e 1941, foram feitas duas perfurações em Ponta Verde, uma próxima ao Gogó da Ema (Figura 7), outra nos arrecifes e quatro na região da Laguna Mundaú, abrangendo as áreas da Levada, Mutange e Bebedouro. No entanto, essas tentativas não tiveram sucesso. A única descoberta relevante foi a de que a perfuração na região do Bebedouro possuía uma grande reserva de sal-gema. A descoberta não recebeu reconhecimento imediato por parte da CNP. Foi o empresário baiano Euvaldo Luz quem identificou o mineral no maquinário utilizado para as perfurações (Ticianeli, 2018).

Figura 7: Exploração de petróleo em Ponta Verde com o Gogó da Ema ao fundo.



Fonte: Histórias de Alagoas, 2018.

A partir de então, Euvaldo deu início aos estudos e buscas pelo sal-gema. Alguns anos depois ele conseguiu o direito de exploração através do Decreto nº 59.356 de 4 de outubro de 1966, quando a empresa foi criada sob o nome **Salgema Indústrias Químicas Ltda** (Ticianeli, 2019). A empresa nasceu originalmente como uma empresa privada, mas ao longo dos anos ela foi gradualmente se fundindo com outras empresas do mesmo setor, mudando de gerência e nome algumas vezes.

De início, o grupo Euvaldo Luz possuía 50% das ações, em parceria com a Union Carbide, que detinha os outros 50%. Em 1971, a Union Carbide foi substituída pela E. I. Du Pont de Nemours & Co, com 45% das ações, enquanto o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) adquiriu 10%, e o grupo Euvaldo Luz manteve 45%. Nos anos 1970, a empresa passou por estatização; em 1975, o BNDE propôs dobrar o capital da Salgema, e o grupo Euvaldo Luz vendeu sua participação para a Petroquisa, subsidiária da Petrobras. A nova estrutura acionária foi: Petroquisa (45%), BNDE (41,3%) e DuPont (13,7%). Ocorre então a primeira mudança de nome para **Salgema Indústrias Químicas S.A** (Brasil, 2024).

Entre o final dos anos 1970 e início dos 1980, a Companhia Petroquímica do Nordeste (COPENE) e depois a Nordeste Química S.A. (NORQUISA) adquiriram ações da Salgema, com controle dividido entre Copene, Norquisa¹² e Petroquisa. Em 1985, parte das ações foi comprada pela Empresa Petroquímica Brasileira (EPB), do grupo Odebrecht. Em 1987, a Odebrecht Química foi criada para administrar os investimentos petroquímicos do grupo. Em 1995, com o Programa Nacional de Desestatização, a Odebrecht¹³ ampliou sua participação, tornando-se a principal controladora através da OPP Petroquímica S.A (Brasil, 2024).

Em 1996, o grupo formou a **TRIKEM S.A.** a partir da fusão entre as empresas Salgema S/A, OPP Petroquímica (PPH), Poliolefinas, Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC), e atua de forma integrada com a Proppet. Cinco anos depois, em 2001, a Odebrecht se une ao grupo Mariani e assume o controle da Copene. Em

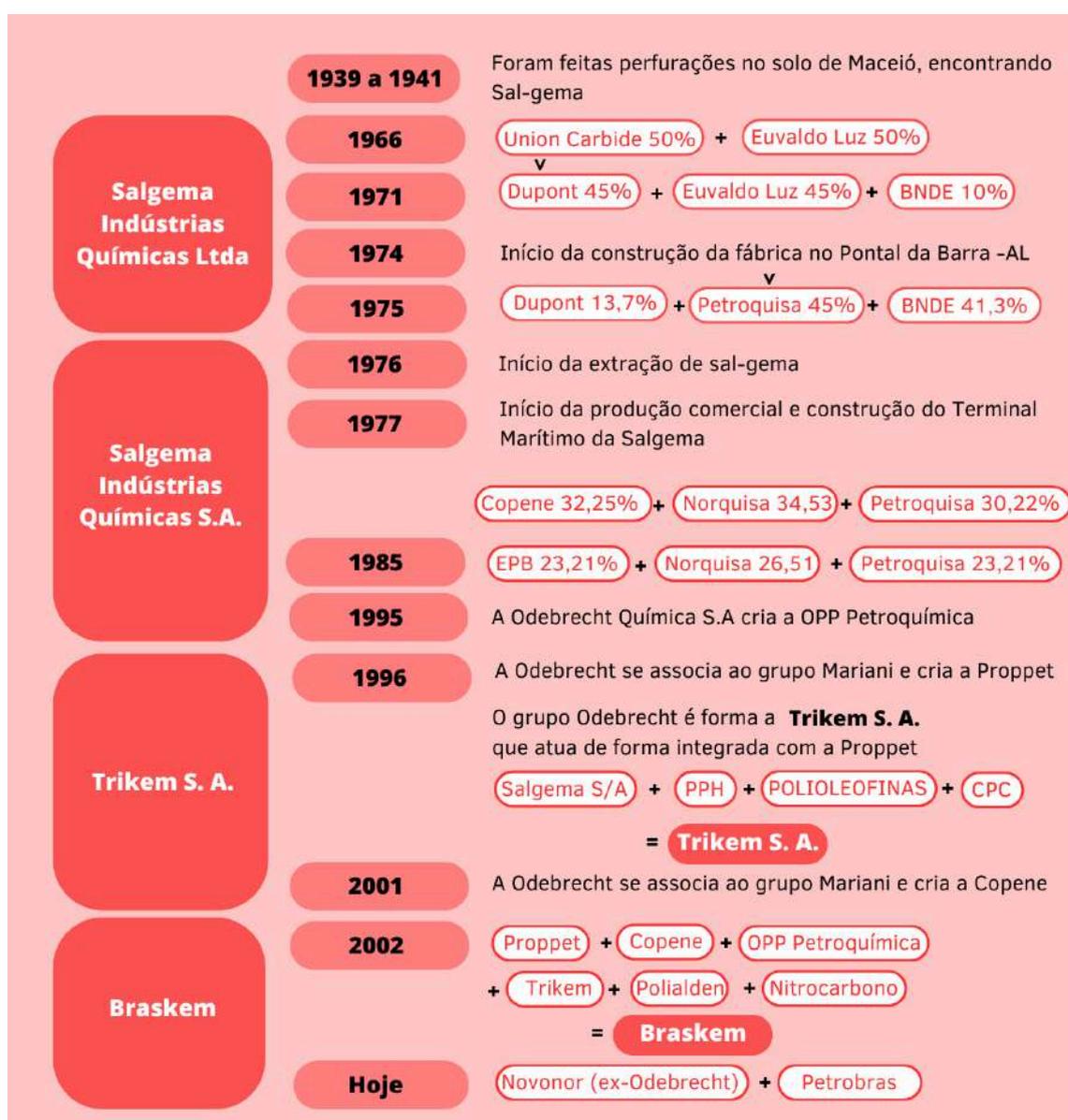
¹² A Norquisa tinha na chefia Ernesto Geisel, general, ex-presidente da república e ex-presidente da Petrobrás (Ticianeli, 2019)

¹³ A Odebrecht é considerada a maior empresa na área de engenharia e indústria da construção na América Latina.

2002 ocorreu a fusão entre Copene, OPP, Trikem, Proppet, Nitrocarbono e Polialden, criando a atual **Braskem S.A.** Atualmente a Novonor (antiga Odebrecht) e a Petrobras são as principais acionistas da Braskem¹⁴.

Essa cronologia pode ser melhor compreendida no Quadro 4 que faz uma síntese de como foi esse processo de formação da empresa mineradora.

Quadro 4: Formação da empresa mineradora Braskem.



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

¹⁴ Informações disponíveis na página da Braskem: <https://www.braskem.com.br/perfil#2002>.

A instalação da sede de Maceió ocorreu em 1974 na restinga do Pontal da Barra, como definido pelo governo de Divaldo Suruagy, sob a coordenação do engenheiro Beroaldo Maia Gomes, durante o governo de Afrânio Lages que por sua vez, foi nomeado pelo general Médici (Ticianeli 2019). E já de início, percebe-se que a instalação trouxe consequências. A sede foi inserida no meio urbano sem a elaboração de um plano urbano adequado, desconsiderando completamente a dinâmica de expansão da cidade e seu potencial turístico. Além de negligenciar as condições geográficas da região, com seu ecossistema lagunar e de restinga¹⁵ (Vieira, 1997).

Nas figuras 8 e 9, é possível observar a localização da Planta de Cloro Soda e a planta de PVC localizada em Marechal Deodoro, bem como o local da salmoura na figura 10. A salmoura é o local onde ocorre a retirada da matéria-prima através dos poços de mineração, situados no meio da malha urbana e às margens da Lagoa Mundaú (Brasil, 2024).

Figuras 8 e 9: Imagens de satélite dos pontos das plantas de PVC e Cloro Soda e da marcação da área de mineração.



Fonte: IMA, 2019.

¹⁵ A Lagoa Mundaú abriga uma rica biodiversidade de fauna e flora, especialmente o manguezal na margem da lagoa, protegida por lei, no entanto, a Braskem foi responsável por desmatar uma grande área de mangue sem o devido licenciamento do IMA durante sua instalação. José Geraldo Marques, Histórias do Subsolo (2021).

Figura 10: Mapa do caminho das minas de sal até a Unidade de Cloro Soda.



Fonte: Braskem, *apud* IMA, 2019.

O engenheiro Beroaldo Maia Gomes era um dos poucos que sabiam dos perigos que a fábrica representava para a população, caso fosse instalada na área urbana. Ele atuava como uma espécie de secretário de meio ambiente e tentou, sem sucesso, mudar o local da mineradora. Porém, a decisão final coube a um grupo técnico dos Estados Unidos, incluindo o vice-presidente da Dupont. “era lá ou em nenhum outro lugar” relatou Beroaldo para o deputado e jornalista Mendonça Neto em 1982 (Ferreira, 2020).

Um aspecto importante a ser ressaltado é que as atividades da empresa de mineração começaram durante a ditadura militar (1964-1985). Nesse período, a ausência de políticas públicas voltadas para a proteção ambiental¹⁶ e a prevenção de danos à infraestrutura, permitiu que a empresa se instalasse muito próxima das residências (Imagens do início da instalação nas figuras 11 e 12). Essa proximidade ocorreu sem uma avaliação adequada dos riscos de contaminação ambiental e populacional, decorrentes do alto grau de toxicidade dos produtos químicos utilizados no processo de mineração (Brasil, 2024; Vieira, 1997).

¹⁶ A Política Nacional do Meio Ambiente, estabelecida pela Lei nº 6.938/81, foi uma das primeiras iniciativas do governo brasileiro para regular as atividades que afetam o equilíbrio ecológico. No entanto, essa lei só entrou em vigor em 1981, e somente em 1986 foram definidas as normas para a obtenção de Licença de Operação (LO) e de Licença de Regularização de Operação (LRO) da Braskem, que autorizam o funcionamento de empreendimentos potencialmente poluidores.

Figura 11: Início da construção da fábrica no Pontal da Barra – AL.



Fonte: Histórias do Subsolo, 2022.

Figura 12: Início da construção da fábrica no Pontal da Barra – AL



Fonte: Histórias do Subsolo, 2022.

Depois da construção da fábrica ela se torna uma barreira física e sanitária,

interferindo no fluxo de expansão e no desenvolvimento do chamado Litoral Sul, assim, resultando em um crescimento demográfico desordenado da população e a ocupação de áreas sem infraestrutura adequada (Lopes e Junqueira, 2005), além de uma desvalorização dos bairros Trapiche e Pontal da Barra que passaram a ter uma vizinhança perigosa como afirma José Geraldo Marques (Histórias do Subsolo, 2022¹⁷). Esta foi a primeira forma como a Salgema Indústrias Químicas S/A. interferiu na malha urbana de Maceió.

A situação levantou questões sobre o despreparo e a falta de planejamento do Estado para receber uma corporação desse porte. Importante lembrar que devido à censura existente, os moradores não tiveram voz ativa nem poder de decisão sobre o local de instalação da empresa, mesmo que isso representasse riscos à sua saúde. A empresa se sustentou na promessa de que o desenvolvimento compensaria e que haveria segurança nas ações (Histórias do Subsolo, 2022). No entanto, toda a sua trajetória conturbada evidencia a violação do direito à cidade e demonstra que a realidade é bem diferente.

Desde a instalação da fábrica, há relatos de acidentes envolvendo operários e incidentes com produtos químicos (Brasil, 2024; Vieira, 1997). Esses eventos também foram um fator para despertar a consciência da população sobre as ações da mineradora, levando à organização de movimentos sociais que, por sua vez, promoveram protestos e manifestações. Logo no início das operações, moradores do Pontal e do Trapiche, áreas de baixa renda, começaram a sofrer as consequências da presença da mineradora. Algumas casas foram desapropriadas, o que gerou as primeiras manifestações (Santos, E. 2021; Vieira, 1997).

Em 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira, foram estabelecidos os princípios da participação popular na gestão das cidades e, treze anos depois, foi sancionado o Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001), mas até que isso ocorresse, havia várias lacunas para que a mineradora pudesse atuar sem controle (como será pontuado posteriormente no **Quadro 5**, no final deste capítulo).

Em **1976**, ocorreu o primeiro acidente, com a morte de um operário vítima de uma explosão de um reservatório instalado na Salgema. Nesse mesmo ano, um relatório formulado pela Defesa Civil do Estado, intitulado “Operação Catavento”, fez considerações sobre a toxidez do cloro, os riscos à saúde humana e os prejuízos ao

¹⁷ Histórias do Subsolo é um projeto transmídia que documenta o Caso da Braskem. O site tem a parceria de Cacto Facto; Grão Filmes; Caranto Mídia; Lab Hacker e Saudáveis Subversivos e está sob a direção de Octávio Lemos e a produção de Guilherme de Cerqueira César.

meio ambiente. Esse relatório, de caráter confidencial, ficou restrito a poucas autoridades. Em **1977**, houve um vazamento de cloro, que fez 10 crianças e 4 adultos precisarem de atendimento médico, seguido de um novo vazamento dois dias depois (Santos, E. 2021).

Ainda, em 31 de março de **1982**, uma explosão na unidade de dicloroetano matou um trabalhador e alarmou a população local devido ao risco de emissão de gás cloro. Em 25 de janeiro de **1985**, ocorreu outro vazamento de cloro. Em **1986**, um estudo de Martha Caldas e Olívia Freitas identificou riscos de desabamento e afundamento do solo devido à retirada de sal-gema, além de exposição da população a processos químicos nocivos, liberação de substâncias tóxicas, degradação da vegetação e efeitos cancerígenos dos efluentes industriais. Em **1991**, um vazamento de organoclorados contaminou o lençol freático de Marechal Deodoro (Santos, E. 2021; Brasil, 2024).

Na década de 1980, foi anunciado o projeto de ampliação da capacidade operacional da Salgema. O projeto de expansão da fábrica tinha como objetivo aumentar a capacidade produtiva e atender à crescente demanda do mercado. Por consequência, essa ampliação também implicava maiores riscos ambientais e sociais, que deveriam ser avaliados e mitigados com responsabilidade e transparência. No entanto, é possível observar em uma matéria do jornal da época (Figura 13) que houve uma conduta manipuladora para forçar a duplicação "em área inteiramente inadequada do ponto de vista ambiental e da segurança da população de Maceió", como declara Walter Oliveira, representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais em após uma reunião no Cepram (Conselho Estadual de Proteção Ambiental) (Histórias do Subsolo, 2022).

Figura 13: Jornal expõe a indignação da população com a duplicação.



Fonte: Histórias do Subsolo, 2022 (Grifo próprio).

Em virtude disso, o Sindicato dos Jornalistas criou o Movimento pela Vida, uma organização responsável por várias manifestações da época. Junto com a Universidade Federal de Alagoas, se tornaram uma das principais entidades ligadas a essa causa, promovendo a participação ativa por meio de debates, palestras e passeatas. Eles organizaram o primeiro **ato de protesto contra a duplicação em 1985**, que incluiu uma passeata até a Rua do Comércio e um comício (Figura 14 e 15). Nessa mobilização estavam presentes associações de jornalistas, o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), deputados, vereadores, acadêmicos e a população afetada, ainda assim, o grupo era pequeno em comparação à dimensão do problema (Vieira, 1997).

Figuras 14 e 15: Imagens do Ato contra a duplicação concentração na praça Dom Pedro II.



Fonte: Site História de Alagoas, 2022.

O resultado da manifestação foi a promessa de um **plebiscito** proposto pelo governador Suruagy, uma pequena vitória para a luta popular, ainda que o plebiscito não tenha ocorrido. Posteriormente, foi apresentado o projeto de criação de um **Cinturão Verde** como solução, baseada no clientelismo¹⁸, para proteger e preservar a área ao redor do polo industrial. O projeto inclui espaços de lazer para a população, mas também fecha a rua Dr. José Carneiro, importante via de acesso para o Pontal. Um rebatimento da Salgema que inflama ainda mais a revolta da população (Vieira, 1997).

Em contrapartida, a Associação dos Moradores com apoio jurídico, conseguiu lançar a proposta de efetivar o tombamento de uma parte da restinga do Pontal da Barra em **1988**, transformando-a em uma Zona de Preservação Rigorosa (ZPR) e o seu entorno Uma Zona de Preservação Paisagística (ZPP), o que garantiu aos moradores a posse das terras, evitou a implantação do Tequial (Terminal Químico de Alagoas) e a ampliação da Salgema (Vieira, 1997). Esse processo de tombamento representou a força da mobilização popular.

Essa medida atendeu parcialmente aos anseios da comunidade, visto que foi deliberado por decreto emitido pelo Estado, a preservação dos direitos da Salgema sobre uma determinada área. Logo após, vemos uma “desmobilização pela

¹⁸ Política paternalista adotada pela Salgema. Consiste em realizar ações sociais, como doações para escolas, apoio a Cooperativa de Rendeiras do Pontal da Barra, reformas de igrejas e outros estabelecimentos (Vieira, 1997). Essa prática é utilizada pela Braskem até os dias atuais como veremos no último capítulo.

morosidade do processo reivindicativo”, ações clientelistas, impotência diante das decisões governamentais e da pressão sofridas pelas lideranças do bairro (Vieira, 1997).

A situação da Salgema em Maceió mostra como a falta de resultados tangíveis pode desencorajar a mobilização social. Mesmo após tanto esforço e tantos impactos negativos, a empresa continuou explorando e se desenvolvendo na cidade. Em uma pesquisa realizada pela autora no Google Notícias sobre manifestações contra a Braskem até o ano de 2017, não foram encontrados resultados significativos após o período da tentativa de duplicação. Alguns dos tópicos relacionados a ela na mídia foram sobre produtos, licenças, lucros e alguns acidentes internos. Isso pode ser devido à ausência de registros disponíveis na plataforma para matérias mais antigas, sugerindo uma limitação nas fontes acessíveis para eventos desse período.

A exemplo, em 21 de maio de **2011**, duas tubulações do parque industrial da Braskem em Maceió se romperam, levando ao vazamento de gás de cloro, que atingiu a comunidade Pingo D'Água e intoxicou 152 pessoas. Dois dias depois, ocorreu uma explosão na tubulação da indústria, deixando cinco feridos. A empresa foi multada em R\$583 mil pelos dois acidentes. Apesar da explosão, a Licença de Operação (LO nº 166/2011) da empresa foi renovada, no mesmo ano, pelo Instituto de Meio Ambiente (IMA) de Alagoas. (Brasil, 2024). Outras notícias abordam a paralisação de atividades devido à campanha salarial dos funcionários.

Os protestos em Maceió contra a Braskem só retornaram após o tremor de terra em 2018. Todavia, isso não significa que não havia indícios de que algo estava errado com as atividades de extração da Braskem em Maceió. Vassileva et al. (2021), traz em artigo registros de sinais de movimentação do solo bem antes de 2018, o que significa que não foi um desastre inesperado. Seus principais resultados mostram que o afundamento em Maceió começou a evoluir gradualmente há quase duas décadas, com aceleração lenta no início e aceleração mais rápida nos últimos 4 anos.

Em seu estudo, sinais da subsidência já apareceram no segundo semestre de 2004, chegando a se movimentar 4cm/ano, aumentando para 10 cm/ano em 2007-2008 e para 12 cm/ano entre 2010 e 2016, passando para 17 cm/ano em

2016-2017. No segundo semestre de 2017 o afundamento aumentou drasticamente para 27 cm/ano e diminuindo para 20 cm/ano em 2020. Nesses anos de observação, a subsidência chegou aproximadamente a 200 cm próximo à costa da Laguna Mundaú, até novembro de 2020 (Vassileva et al., 2021).

Além do mais, indícios da subsidência já eram claramente visíveis em **2010**, quando rachaduras começaram a aparecer em diversas casas, e os próprios moradores tentavam consertá-las, achando que fossem problemas privados causados por infiltrações ou obras mal executadas. Em outra situação, uma rachadura de cerca de 50 metros de extensão comprometeu dois prédios residenciais e se agravou com a abertura de uma cratera na calçada. Apesar dos moradores acionarem a Secretaria Municipal de Infraestrutura, nenhuma medida foi tomada para conter o avanço das rachaduras, aumentando os riscos à população (Santos, E. 2021).

No ano de **2012** ocorreu a instalação do Polo Industrial de Marechal Deodoro. No dia 29 de abril de **2013**, moradores do Edifício Araçá, localizado no Conjunto Jardim Acácia, no bairro do Pinheiro, registraram abertura de fissuras na calçada e rachaduras no prédio, e acionaram a Defesa Civil de Maceió, que atribuiu as alterações a uma galeria quebrada. Em abril de **2015** a Braskem foi autuada, pelo IMA, por um vazamento no salmouroduto (Brasil, 2024).

Em **2016**, a Braskem declarou no Relatório de Avaliação do Desempenho Ambiental (RADA) e no Relatório Anual da Lavra (RAL) que não houve emergências ou eventos de subsidência com impactos ambientais significativos, levando o IMA a renovar a licença de operação até 2022. Em **2017**, novo RADA confirmou a ausência de evidências técnicas de subsidência entre 2013 e 2017, afirmando que a superfície das áreas monitoradas estava regular (Brasil, 2024).

Os custos incorridos pela Braskem ao infringir as leis parecem compensar, como demonstrado em casos anteriores. Mais um exemplo, foi quando ela desmatou uma área de mangue próxima à Lagoa Mundaú, a empresa foi multada em 45 mil reais por essa infração (Histórias do Subsolo, 2022). Desde 2015, o IMA aplicou mais de vinte autos de infração ambiental à Braskem como explanado na plataforma do próprio IMA na aba Fatos relevantes sobre o caso Braskem¹⁹. Esse padrão

¹⁹ Informações disponíveis na página do IMA: <https://www2.ima.al.gov.br/fatos-caso-braskem/>.

sugere que a empresa não se preocupa em pagar multas por violar as regras, pois o retorno financeiro é muito superior ao valor das penalidades.

Atitudes como essas de empresas contribuem para a destruição gradual dos ecossistemas. A política capitalista frequentemente prioriza o dinheiro sobre as vidas humanas, animais e vegetais, mostrando que, para muitos, o dinheiro parece resolver tudo. Assim, desde o início de sua instalação, observa-se uma cidade submissa a uma empresa, permitindo ações ano após ano que violam o direito à cidade de sua população e afetam todos os seres vivos do local. Observa-se ainda pouco posicionamento do poder público de Maceió e Alagoas diante de tantos sinais de erros que a Braskem mostrou ao longo dos anos.

É necessário enfatizar que a Salgema (e posterior Braskem) é uma grande corporação com mais de quarenta anos de evolução e aprimoramento, que se expandiu e conquistou tanto o mercado nacional quanto o internacional. A empresa possui altos investimentos e utiliza tecnologias avançadas para operar, incluindo meios para o monitoramento das atividades. Quando a situação se agravou em 2018, a análise dos documentos de licenças e laudos revelou que o caso envolveu uma grande falha dos órgãos competentes, que não exerceram adequadamente seu papel de controle e fiscalização ambiental. Mas a empresa também sabia dos riscos, como foi detalhado no Relatório da CPI da Braskem (Brasil, 2024).

A Braskem, para manter a rentabilidade da atividade minerária, lavrou para além dos limites de segurança, dissimulou riscos, falseou documentos públicos, deixou de adotar medidas de prevenção e de correção, e não informou autoridades e população sobre as falhas de que tinha conhecimento [...] (Brasil, 2024, p.479).

O Estado falhou em suas três esferas - municipal, estadual e federal. De acordo com documento apresentado pelo IMA em Audiência Pública no dia 19 de novembro de 2019, cabe à prefeitura municipal de cada cidade verificar se a localização da atividade está de acordo, levando em consideração o zoneamento urbano e as leis municipais. O próprio IMA deve aprovar o licenciamento da atividade em obediência à legislação e normas ambientais avaliando seus impactos e suas medidas mitigadoras, fiscalizar e monitorar suas condicionantes para sua renovação (Vieira, 2019).

No que diz respeito ao âmbito federal, a Agência Nacional de Mineração (ANM) deve autorizar, conceder e permitir a lavra em obediência ao Código de

Mineração e às Normas Regulamentadoras de Mineração. Ela diz que “Os efeitos de subsidência e movimentação de terrenos decorrentes da atividade minerária devem ser previstos no Plano de Lavra (PL) e devidamente controlados e monitorados e seus registros mantidos disponíveis para a fiscalização” (Vieira, 2019).

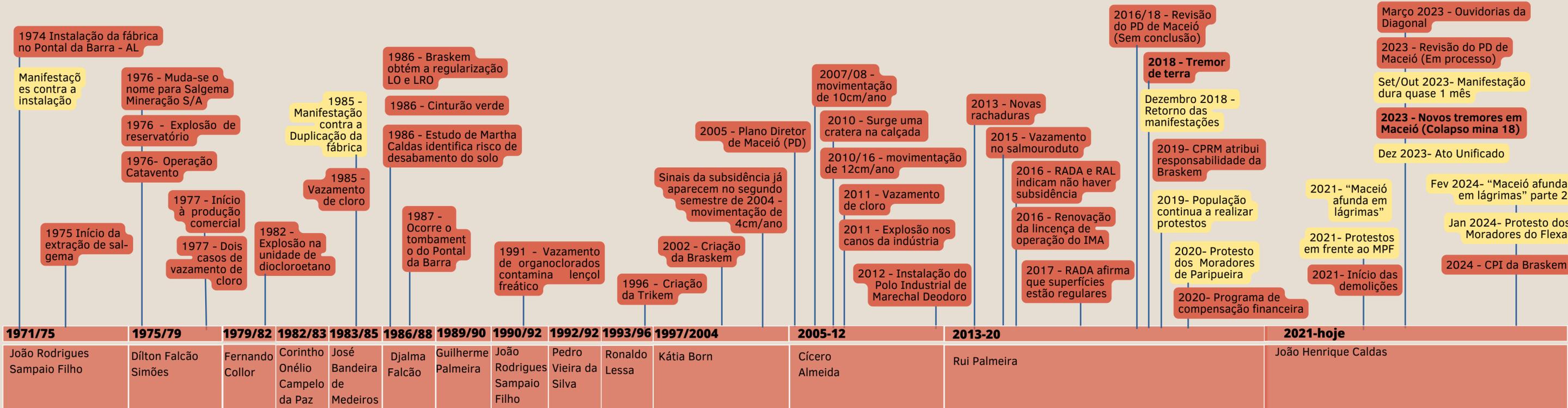
Assim, constata-se que a Agência Nacional de Mineração (ANM), não teve um controle preciso dos efeitos de subsidência como é previsto no Plano de Lavra, parte obrigatória do Plano de Controle de Impacto Ambiental na Mineração (PCIAM). Diante da conclusão do estudo solicitado por ela e protocolado em 2018, não haveria evidência de patologia estrutural nas proximidades de 50 metros das minas ativas ou desativadas. Entretanto, apesar desse documento, sabe-se que nesse período já havia indícios de subsidência e não fossem as comprovações feitas pela CPRM, a licença de operação do IMA (Instituto do Meio Ambiente) ainda seria válida, mediante fiscalização superficial e monitoramento brando (Vieira, 2019).

Diante do crime ambiental da Braskem, o Estado revela uma postura de cumplicidade e negligência nos dois momentos: antes, quando se omitiu em seu dever de fiscalizar adequadamente as atividades de extração de sal-gema, e depois, ao tardar em tomar providências para reparar os danos e punir os responsáveis (Brasil, 2024). Isso demonstra sua dependência econômica e política em relação ao setor mineral, que exerce grande influência sobre as decisões governamentais.

Essa conivência do Estado com a Braskem evidencia a fragilidade das instituições ambientais no Brasil, a submissão dos interesses públicos aos interesses privados, e a violação dos direitos humanos e ambientais das comunidades afetadas. A crítica de Harvey (2014) ao capitalismo voraz é pertinente aqui, ao mostrar como a busca incessante pelo lucro e pelo crescimento econômico leva à degradação das cidades e à injustiça social. O caso da Braskem ilustra claramente essa dinâmica destrutiva.

No Quadro 5, é possível ver, em síntese, os pontos abordados neste capítulo: desde a implantação da mineradora, os mandatos a nível federal, estadual e municipal, até os marcos após 2018 que serão abordados no próximo capítulo. Essa linha cronológica serve para visualizar que em vários momentos, houve leniência do poder público.

QUADRO 5 - CRONOLOGIA DE MARCOS RESULTANTES DE LUTAS POPULARES APÓS A IMPLANTAÇÃO DA SALGEMA (ATUAL BRASKEM) EM MACEIÓ-AL



PREFEITOS DE MACEIÓ - AL

PERÍODO DA DITADURA MILITAR | ELEITOS POR MEIO DE VOTO POPULAR

PRESIDENTES DO BRASIL (P) E GOVERNADORES DE ALAGOAS (GE)

1969/74	1974/79	1979/85	1985/90	1990/92	1992/95	1995/2003	2003-11	2011-16	2016-19	2019-23	2023-Hoje
(P) General Médici (GE) Afranio Lages 1971-75	(P) Ernesto Geisel (GE) Divaldo Suruagy 1975 - 78 (GE) Ernandes Lopes Dorvillé 1978 (GE) Geraldo Mello 1978-79	(P) João Baptista Figueiredo (GE) Guilherme Palmeira 1979-1982 (GE) Teobaldo Vasconcelos 1982-83 (GE) Divaldo Suruagy 1983-86	(P) Tancredo Neves (Faleceu, seu vice José Sarney assumiu) (GE) José de Medeiros Tavares 1986-87 (GE) Fernando Collor 1987-89	(P) Fernando Collor renunciou (GE) Moacir Andrade 1989-91	(P) Itamar Franco (GE) Geraldo Bulhões 1991-95	(P) Fernando Henrique Cardoso (GE) Divaldo Suruagy 1995-97 (GE) Manoel Gomes de Barros (Mano) 1997-99 (GE) Ronaldo Lessa 1999 - 2006	(P) Luiz Inácio Lula da Silva (GE) Ronaldo Lessa 1999 - 2006 (GE) Luís Abílio 2006-07 (GE) Teotônio Vilela Filho 2007-15	(P) Dilma Rousseff sofreu impeachment (GE) Teotônio Vilela Filho 2007-15	(P) Michel Temer (GE) Renan Filho 2015-22	(P) Jair Bolsonaro (GE) Klever Loureiro 2022 (GE) Paulo Dantas 2022-24	(P) Luiz Inácio Lula da Silva (GE) Paulo Dantas 2022-24



Fonte: Elaboração autoral, 2024.

3. BRASKEM E A VIOLAÇÃO DO DIREITO À CIDADE

Ao longo dos anos, muitos indícios de que a mineração estava prejudicando a vida urbana foram negligenciados pelas autoridades. No entanto, o tremor de terra que ocorreu em 2018 trouxe à tona o problema de maneira contundente. Diante desse cenário distópico, a população se viu envolta em incertezas e inseguranças sobre o futuro. Este capítulo relata o crime ambiental cometido pela Braskem em Maceió-AL e como ele afeta o direito à cidade da população local. A análise abrange o período desde o tremor de 2018 até maio de 2024, destacando o impacto duradouro e significativo desse caso na vida dos habitantes da cidade.

No primeiro ano, não se sabia ainda o motivo para as rachaduras estarem ocorrendo ou o que causou o tremor, mas mesmo assim a população agiu em conjunto com a Defesa Civil no monitoramento das fissuras e avaliações preliminares. A Defesa Civil se uniu a técnicos do UFRN para realizar os estudos e já nesse momento o dolinamento das minas de sal-gema entrou como hipótese. O ano terminou com o Estado de Emergência nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro sendo reconhecido pela União (Brasil, 2024).

A partir de 2019, intensificou-se o processo de desocupação das áreas com fissuras e rachaduras. A primeira ação foi a criação de um plano de contingência, uma vez que, devido ao período de chuvas, o solo se tornou instável. Esse plano continha estratégias de evacuação para os moradores, que deveriam se reunir em frente ao Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas (CEPA), pois não se sabia se o afundamento poderia piorar. Devido ao medo e ao risco, muitos moradores começaram a desocupar suas casas por conta própria, sem qualquer auxílio (Brasil, 2024).

A situação descrita revelou que a criação de um plano de contingência, embora necessária, não foi acompanhada de ações efetivas para garantir a segurança e o bem-estar dos moradores afetados. A ausência de um acompanhamento contínuo e de medidas preventivas anteriores ao agravamento da situação, se configura como negligência das autoridades em gerenciar a crise, expondo os moradores a riscos desnecessários e **violando seu direito à habitação segura**.

No mesmo ano, foi divulgado o relatório do Serviço Geológico do Brasil

(antiga CPRM), que confirmou a responsabilidade da Braskem no desencadeamento da subsidência (Brasil, 2019). No entanto, a postura adotada pela mineradora assemelhou o caso a uma fatalidade, não reconhecendo-o como um crime ambiental passível de prevenção. Após o relatório, a Braskem contestou os estudos do SGB, na tentativa de se eximir da responsabilidade.

[...] Mesmo depois de comprovado o nexo de causalidade entre a extração de sal-gema e a instabilidade do solo de Maceió, a empresa se esquivou da responsabilidade, contratou estudos “independentes” que a exculpassem do acidente, e retardou o quanto pôde a adoção de medidas emergenciais de realocação da população atingida (Brasil, 2024, p.479).

A Braskem iniciou a adoção de medidas paliativas de forma lenta e gradual, guiadas por meio de acordos judiciais com os poderes do Estado ao longo de seis anos (exposto em síntese ao final do capítulo na figura 23) . Contudo, os intervalos longos desses processos prolongaram a incerteza e a insatisfação entre os afetados. Essa dinâmica reflete novamente uma relação em que o Estado, aparentemente subjugado pelo capitalismo, parece favorecer os interesses da Braskem em detrimento das preocupações sociais e psicológicas dos atingidos.

O **1º Termo de Cooperação** (TC1) foi assinado com a prefeitura e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de Alagoas em abril de 2019, visando à montagem de uma sala de monitoramento para a Defesa Civil e à entrega de equipamentos para monitorar a região. Em maio, as atividades de exploração foram paralisadas, e em novembro, determinou-se o fechamento definitivo dos poços para reduzir a instabilidade. Nesse ponto, vários imóveis já haviam sido condenados pela Defesa Civil (Braskem, 2024).

Uma Junta Técnica, composta pelas Defesas Civas Nacional e Municipal, e um perito indicado pela Braskem, foi encarregada de coletar dados e elaborar um **Mapa de Linhas e Ações Prioritárias**, identificando as áreas de risco mais críticas. Os moradores situados nas áreas indicadas pelo mapa, podiam aderir ao **Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF)**, gerenciado pela Braskem, com o objetivo de auxiliar aqueles cujos imóveis estavam em zonas de risco (Braskem, 2024).

O programa se iniciava mediante assinatura do Termo de Saída, onde o proprietário passava a posse do imóvel para a Braskem, para só então se dar início

à “indenização” desses moradores que incluíam auxílio-aluguel de R\$ 1.000 por 6 meses, auxílio para a mudança de R\$ 5.000 e o valor referente ao imóvel, estabelecido por uma perícia contratada pela empresa. No caso dos comércios, poderia ser concedido um adiantamento da indenização, R\$10.000, mediante comprovação necessária para cobrir gastos adicionais com a realocação (Braskem, 2024).

Os moradores atingidos criticam veementemente o acordo estabelecido, por não possuírem voz diante da situação e não terem tido o direito de participar das decisões acerca de suas vidas. Além do fato de estarem sendo removidos de suas casas sem o conhecimento do valor a ser recebido na indenização e quando irão obtê-lo (Bulhões, 2022, p.62).

Na medida em que os acordos eram estabelecidos, mais imóveis eram condenados, causando desconforto na população local, que enfrentava considerável incerteza sobre a situação de suas propriedades e a segurança dos novos locais, devido à contínua expansão da área afetada (Bulhões, 2022). Além da **violação do direito de participação** da sociedade na tomada de decisões que afetam a vida comunitária, a evacuação sem planejamento adequado e sem provisão de alternativas habitacionais temporárias **infringiu o direito à moradia**, deixando as pessoas à própria sorte, sem assistência para realocação ou compensação justa.

Segundo os moradores, o valor oferecido pela indenização não correspondia ao valor real de seus imóveis, ou mesmo permitia que eles se (re)estabeleçam em outro local (Greenpeace Brasil, 2023). A transferência de propriedade para a empresa Braskem como condição para a indenização também é um ponto controverso. A Braskem gradativamente se tornou proprietária de cerca de 270 hectares do solo urbano em Maceió (Dos Santos, Lima, Bulhões, 2022) sugerindo, assim, uma dinâmica que pode ser percebida como uma aquisição de terras pela empresa responsável por causar o desastre socioambiental, em vez de uma reparação pelos danos sofridos.

Ademais, alguns fatores sobre a migração da população devem ser destacados. Contrariando a afirmação da Braskem, a situação não se resume a uma realocação, mas sim a uma remoção forçada, desencadeada pela subsidência do solo despertada por um crime ambiental. Realocação significa alterar a alocação de alguém ou de algo, redistribuir, transferir. Para isso, os moradores deveriam ser retirados do local de risco e encaminhados para um local específico, mas após deixarem suas casas, eles se dispersaram por diversos bairros de Maceió e

municípios vizinhos, baseando-se nos valores imobiliários que cada um podia custear (Bulhões, 2022).

Este é outro aspecto que impacta diretamente no direito à moradia: o aumento na procura por imóveis decorrente da remoção dos moradores resultou em um aumento significativo no setor imobiliário, reforçando a lógica neoliberal do mercado imobiliário a favor de grupos econômicos em detrimento das necessidades sociais. Isso cria dificuldades tanto para os residentes afetados quanto para outros que buscam realizar transações imobiliárias. Por consequência da remoção, também houve um aumento da densidade populacional em outros bairros, visto que os bairros adjacentes tiveram que acolher essa população removida (Dos Santos, Lima, Bulhões, 2022).

Maceió foi a capital campeã de valorização em 2023, segundo o índice FipeZap. A cidade registrou mais de 15% na alta dos preços de casas, apartamentos e pontos comerciais. Atualmente, o valor médio do metro quadrado por lá é de R\$8.200,00. Ou seja, um apartamento de 100 m² custa em média R\$820.000 em Maceió. Firpo, 2023.

Prosseguindo com os termos, o **2º Termo de Cooperação** (TC2), firmado no final de 2019, ampliou o monitoramento geológico para as áreas do Mutange e Bebedouro com a adição de mais equipamentos. Nesse período, pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) se envolveram na busca por soluções para desacelerar ou interromper a subsidência. Também em 2019, o MPF requisitou a instauração de inquérito policial para apurar a responsabilidade criminal pelos danos à área atingida e o inquérito ainda está em andamento (Brasil, 2024).

No **3º Termo de Cooperação** (TC3), assinado em janeiro de 2020 (entre DPU, DPE/AL, MPF e MP-AL e Braskem), após a realocação de muitos moradores, a Braskem assumiu a responsabilidade de apoiar a Defesa Civil na demolição das estruturas desocupadas, incluindo os blocos demolidos no conjunto habitacional Jardim das Acácias, no Pinheiro. Além disso, comprometeu-se a realizar o preenchimento de portas e janelas dos imóveis desocupados com alvenaria. Este acordo ampliou as Zonas A, B, C e D, resultando na desocupação de cerca de 4.5 mil imóveis e na realocação de 17 mil moradores (Braskem, 2024).

No documento, estava prevista a conclusão dos trabalhos em até dois anos, com a empresa assumindo a responsabilidade pelos danos morais e materiais dos

atingidos, neste momento através do próprio PCF. Também foi acordado o valor de R\$3,7 bilhões para o PCF, com o subsídio adicional de R\$100 milhões, caso o valor inicial não cobrisse todas as obrigações assumidas²⁰.

Em fevereiro de 2020, foi estabelecido um **acordo entre a Braskem e o Ministério Público do Trabalho (MPT)** com o propósito de abordar questões educacionais e de capacitação para os moradores afetados pelo desastre. Entre as iniciativas previstas, destacam-se o apoio para a construção de quatro escolas e uma creche; a realização de cursos de educação empresarial, financeira, empreendedorismo e capacitação, em colaboração com entidades como SENAI, SENAC e SEBRAE, bem como suporte para a contratação de novos técnicos em monitoramento do solo para a equipe da Defesa Civil (Braskem, 2024).

Dada a complexidade do desastre, também há constantes renovações do **Decreto de Calamidade Pública**, declarada pela prefeitura de Maceió no Diário Oficial, a fim de manter o apoio financeiro e técnico para enfrentamento do problema, em reflexo de uma demanda peculiar que vai além das habilidades da equipe técnica pequena da região, sendo o primeiro em março de 2019 nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, depois em setembro, incluindo o Bom Parto e mais duas vezes no ano de 2020.

Um **primeiro aditivo ao termo** foi lançado em julho de 2020, introduzindo a Zona E com mais 2.580 imóveis ao PCF. Em setembro do mesmo ano, veio o **4º Termo de Cooperação (TC4)**, que teve como principal objetivo garantir a segurança da população, ampliando a vigilância patrimonial em colaboração com as autoridades de segurança pública nos bairros afetados (Braskem, 2024).

Para isso foram instaladas 432 câmeras de vídeo nas principais ruas dos bairros para monitoramento na central da Defesa Civil, além da criação de uma Brigada Dedicada composta por 12 bombeiros civis para situações de emergência. O acordo também inclui a estruturação do Centro de Acolhimento e Triagem (CAT) para atendimento aos moradores (Braskem, 2024). Ele veio junto com a atualização dos imóveis no Mapa de Linhas e Ações Prioritárias Versão 4.

Em outubro de 2020, com uma atualização do Mapa da Defesa Civil, outras duas mil propriedades foram incluídas, formando as Zonas F e G. Em dezembro do

²⁰ Informação disponível na página do MPAL: https://www.mpal.mp.br/?page_id=34308.

mesmo ano, um **segundo aditivo ao termo** estipulou a desocupação de mais 1,2 mil imóveis e criou a Zona H. (Braskem, 2024).

Em dezembro de 2020 também foi firmado o **Acordo Socioambiental** entre a Braskem e o Ministério Público Federal (MPF) com a participação do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE) e a adesão do Município de Maceió. Esse acordo foi uma tentativa mais justa de ressarcimento com os moradores afetados, dentre as demais áreas sociais e ambientais, pontos que não foram tratados nos acordos anteriores (MPF, 2023).

No acordo, a Braskem comprometeu-se a adotar medidas para estabilizar o solo e fechar suas frentes de lavra de sal-gema de forma segura, além de monitorar o fenômeno nas regiões afetadas, seguindo as orientações da Agência Nacional de Mineração (ANM). Em caso de intercorrências que tivessem impactos no cronograma do Plano de Fechamento aprovado pela ANM, a empresa deveria comunicar ao Ministério Público Federal (MPF) em até dez dias úteis (Fonseca, 2023).

Os problemas ocorridos durante o monitoramento deveriam ser comunicados à ANM pela Braskem, que também é responsável por manter o monitoramento por dez anos. Para acompanhamento, a Braskem deve elaborar e protocolar relatórios periódicos perante a ANM, com cópia para o MPF, além de apresentar evidências de cumprimento das medidas técnicas indicadas. Relatórios semestrais devem ser enviados ao MPF, incluindo dados sobre a velocidade da subsidência desde a assinatura do acordo (Fonseca, 2023).

Em execução, o acordo inclui o monitoramento com 73 Sistemas Globais de Navegação por Satélite Diferencial (DGNSS), que possibilitam o acompanhamento em tempo real e a implementação de medidas preventivas. O DGNSS é um sistema baseado em satélite que utiliza uma rede de estações terrestres de referência para aprimorar a precisão do Sistema de Posicionamento Global (GPS) (MPF, 2023).

Na área ambiental, as medidas incluem elaboração de Plano Ambiental e Diagnóstico Ambiental, que abrange os impactos sofridos pela vegetação da encosta, do Complexo Estuarino Mundaú-Manguaba, qualidade da água subterrânea, solo, fauna e flora, a cargo da empresa Tetra Tech. Esta também elaborará o Plano Ambiental, com propostas detalhadas de reparação, mitigação ou compensação, gerido e executado pela Braskem. A presença da comunidade e de

entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)²¹ será obrigatória (Fonseca, 2023).

Já na área sociourbanística, a Braskem compromete-se a reparar e mitigar os potenciais impactos e danos voltados à ordem urbanística, mobilidade urbana e patrimônio histórico, com foco em três pilares: revitalização dos bairros, melhoria da mobilidade urbana e compensação social por danos morais e coletivos no valor de R\$150 milhões a serem geridos por um comitê formado pela sociedade civil, normas de compliance e revisão dos protocolos de atuação da empresa (Fonseca, 2023; MPF, 2023; Braskem, 2024).

Para esta etapa, a empresa Diagonal foi designada para realizar um diagnóstico com os estudos sociais, para subsidiar as discussões com autoridades locais, e a comunidade afetada em uma escuta pública em março de 2023 (como será apresentado posteriormente). Neste Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS), a participação da comunidade afetada deveria ser obrigatória em todas as ações levantadas.

No entanto, Maia, Aquino e França (2023) constataram a existência de uma ligação societária indireta entre Braskem, Diagonal e até mesmo a Tetra Tech, o que comprometeria a imparcialidade do diagnóstico. A própria Braskem reconheceu que um dos conselheiros já teve participação em um consórcio com ligação indireta à Diagonal, o que questiona a validade do laudo realizado. O Ministério Público Federal afirmou desconhecer essa ligação e declarou que investigará as alegações. Tanto a Diagonal quanto a Braskem alegaram isenção e independência. Além das questões éticas e morais, algumas vítimas e pesquisadores do caso apontaram falhas e **solicitaram a anulação dos diagnósticos** (Maia, Aquino e França, 2023).

Ainda no Acordo Socioambiental - cláusula 58, parágrafo segundo - a empresa se comprometeu “a não edificar, para fins comerciais ou habitacionais, nas áreas [...] salvo se, após a estabilização do fenômeno de subsidência, caso esta venha a ocorrer, isso venha a ser permitido pelo Plano Diretor”. Diz ainda na cláusula 59 que ela terá que obter as autorizações e licenças necessárias junto aos órgãos competentes. E em seguida, na cláusula 60, que terá que ter um instrumento de adesão do município ao presente acordo (MPF-BR, 2020).

²¹ O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) foi instituído pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente). Ele é composto por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como fundações instituídas pelo Poder Público, que são responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

Dessa forma, é urgente a necessidade de atualizar o Plano Diretor Municipal de Maceió, cuja última versão é de 2005 (Maceió, 2006). O Plano deveria ter sido atualizado e aprovado em 2015, quando houve uma revisão com significativa participação popular durante as audiências públicas, além de reuniões dos grupos de trabalho do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Apesar desse engajamento, as discussões estão paralisadas desde 2018, durante as gestões de Rui Palmeira e a gestão de João Henrique Caldas, e não há previsão de quando o novo plano será encaminhado para a Câmara dos Vereadores, o resultado dessas consultas públicas e o documento revisado não foi divulgado. (Rodrigues, 2022; Secom Maceió, 2015).

Segundo Débora de Barros Cavalcanti, professora de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), os principais problemas identificados nesta revisão foram a desarticulação entre as secretarias e o fato do Plano Diretor não ser autoaplicável, funcionando mais como um documento de “boas intenções”. O processo ainda exige rediscussão com a sociedade civil e entidades de classe, que reclamam da falta de acesso ao projeto (Rodrigues, 2022). Isso mostra que a cidade está fazendo sua parte, disposta a participar apesar dos desafios significativos na comunicação e integração entre os diversos setores governamentais e a comunidade.

A ausência de planejamento adequado tem resultado na expansão desordenada da cidade, com impactos de curto, médio e longo prazo, especialmente no déficit habitacional. Nesse cenário, a atualização do Plano Diretor deve considerar as novas demandas urbanas e sociais geradas pelo crime ambiental da Braskem, conforme defendeu o arquiteto Fernando Cavalcanti, quando era Presidente do CAU -AL (Rodrigues, 2022).

Segundo Harvey (2014), o direito à cidade é o direito de todos os habitantes participarem da gestão, do planejamento e do usufruto dos espaços urbanos de forma democrática e sustentável. Assim, deve-se lembrar que sem a participação popular, o Plano Diretor torna-se ineficaz, perdendo sua função como guia com diretrizes para desenvolvimento urbano e torna-se apenas um documento de validação.

É válido observar que o aumento significativo de imóveis condenados e a

celebração de acordos importantes coincidem com o ano de início da pandemia da Covid-19²². A cobertura midiática e a divulgação das notícias sobre a pandemia certamente tiveram um efeito de “abafamento” em outras questões urgentes, como o caso da Braskem. Com isso, **a participação popular foi afetada**, uma vez que muitas pessoas estavam naturalmente focadas na preservação de suas vidas.

Dessa forma, a dinâmica urbana da cidade de Maceió, já influenciada pelo caso da Braskem, tornou-se ainda mais complexa com a chegada da pandemia. Isso se refletiu na **sobrecarga do sistema de saúde, no aumento de desempregos e no fechamento de negócios**, além da **redução na oferta de transporte público**, que já estava em déficit. Esses fatores **impactam diretamente a qualidade de vida** dos moradores e dificultam ainda mais o acesso aos direitos à cidade que inclui o acesso a serviços públicos, infraestrutura adequada (Instituto Polis, 2020).

A implementação das medidas de contingência e distanciamento social, essenciais para reduzir o risco de contágio pelo vírus, tornou-se ainda mais desafiadora para aqueles que enfrentavam insegurança habitacional devido à mudança forçada provocada pela Braskem. A dificuldade em manter a segurança domiciliar foi exacerbada pela falta de segurança nas próprias residências.

Com o tempo, alguns indivíduos desenvolveram condições como ansiedade, ataques de pânico, infarto, depressão e outros problemas psicológicos. Em casos mais graves, isso resultou em morte. Segundo a dissertação de Priscilla Souza²³, que é estudante de enfermagem da UFAL (Figura 17), a cada dez ex-moradores, três consideraram tirar a própria vida como vemos na figura 16. Como também é relatado no Jornal Tribuna Hoje (Figuras 18 e 19).

²² A pandemia da Covid-19 no Brasil teve início em fevereiro de 2020 e término em maio de 2022, ainda que os casos da doença não estivessem zerados.

²³ Sua pesquisa foi realizada através do Instagram @vidas_rachadas

Figuras 16 e 17: Postagem com dados da pesquisa de Pricilla Souza produzida no Instagram MUVB e Matéria do Extra sobre a pesquisa de transtornos mentais no Instagram Vidas Rachadas.



Fonte: Instagram MUVB, 2023 e Vidas Rachadas, 2023.

Figuras 18 e 19: Matérias do jornal Tribuna sobre os impactos mentais do caso da mineração.



Fonte: Pimentel, 2020 e Tribuna Hoje, 2023 via Instagram MUVB, 2023.

Dos Santos, Lima e Bulhões (2022) argumentam que os atingidos pela perda de suas propriedades e negócios vão além do impacto material, envolvendo também a perda de locais de manifestação cultural e de fé, laços de vizinhança e redes de apoio. Eles destacam a dificuldade de abandonar compulsoriamente espaços públicos e residências que, ao longo de décadas, serviram como locais de encontros culturais e sociais, bem como a complexidade de recriar estes laços, especialmente em meio à pandemia da Covid-19.

Os bairros vizinhos que recebem os moradores removidos começaram a apresentar uma sobrecarga, influenciando na mobilidade e na oferta de serviços públicos como hospitais, postos de saúde, escolas e transporte público (Bulhões, 2022). Esses serviços não estavam dimensionados para uma grande quantidade de pessoas e nem preparados para essa mudança. Como resultado, ocorrem exclusão, desigualdade e deterioração da qualidade de vida nas cidades, contrariando os princípios do direito à cidade, que preconizam o uso equitativo do espaço urbano por todos.

Aqueles que dependiam da região que foi afetada - seja para trabalhar, estudar, se locomover ou se divertir - enfrentam dificuldades e transtornos. A rota de ônibus foi modificada e a interrupção de parte da linha do VLT, que era uma opção de transporte rápido e barato, prejudica principalmente os moradores de baixa renda. Três das dezesseis estações da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) foram fechadas (Brasil, 2024).

Os danos ultrapassam os 15 mil imóveis contabilizados, afetando significativamente a infraestrutura urbana. Ruas e calçadas tornaram-se intransitáveis para pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas. Investimentos em infraestrutura pública foram perdidos, incluindo vias de acesso importantes como a Avenida Major Cícero de Góes Monteiro, redes de distribuição de água e esgoto, bem como a rede de iluminação pública (Brasil, 2024).

O Quadro 6 a seguir destaca alguns dos principais equipamentos afetados pela subsidência. As informações reunidas são do Relatório da CPI da Braskem (Brasil, 2024) que informa que 99 equipamentos de grande porte nas áreas de criticidade 00 e 01 foram afetados, sendo que 40 são estabelecimentos privados. Também foi utilizada a matéria publicada pela Gazeta de Bernardino (2022).

Quadro 6 - Equipamentos afetados pela subsidiência.

Equipamentos públicos (Brasil, 2024)	
Categoria	Descrição
Unidades de saúde	Municipal: Hospital Sanatório (bairro do Pinheiro)
	Estadual: SAMU (sede única em Maceió), Farmácia de Medicamentos Excepcionais de Alagoas, Central de Armazenamento e Distribuição de Imunológicos, Almoxarifado Central da SESAU, 2 CAPS, Hospital Escola Portugal Ramalho (HEPR)
Equipamentos educacionais	Municipais: 2 escolas de educação infantil, 3 escolas de ensino fundamental
	Estaduais: 13 escolas (apenas 5 em funcionamento)
	Estaduais: Centro de Formação dos Profissionais de Educação – CENFOR e Centro de Ciências e Tecnologia da Educação – CECITE
Equipamentos de assistência social	CRAS Bom Parto, CRAS Bebedouro, Abrigo Institucional Acolher, Casa de Repouso Ulysses Pernambucano, Abrigo de Idosos Luiza de Marillac.
Equipamentos de saneamento e gás	2 da Companhia de Saneamento de Alagoas, 1 da Algás
Equipamentos de segurança pública	Sedes do Batalhão Escolar, 4º Batalhão da PM de Alagoas, uma garagem da PM
Sedes de órgãos públicos	Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL), Cartório de Registro Civil do 3º Distrito, 5º Juizado Especial Cível da Capital, sede da CONAB, sede da Superintendência Regional do Trabalho em Alagoas, clube da Asfal.
Outros	Cemitério Santo Antônio, Mercado Público de Bebedouro, Estação Ferroviária da CBTU.
Equipamentos de lazer	Praça Coronel Lucena Maranhão - Bebedouro, Parque Gertrudes de Amorim Leão - Pinheiro, Praça Joaquim Marques Luz - Pinheiro, Praça do CDR - Farol, Praça Nossa Senhora das Dores - Bebedouro, Praça Senador Arnon de Mello - Pinheiro, Praça Tenente Francisco de Oliveira - Pinheiro
Equipamentos particulares (Brasil, 2024)	
Postos de gasolina	3
Unidades educacionais	5 escolas
Supermercados	3
Equipamentos de saúde	6
Empreendimentos	4

imobiliários	
Abrigo de idosos	1
Sindicatos e Conselhos	Sindicato dos Educadores do Estado de Alagoas (SINTEAL), sedes dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) e Medicina (CREMAL)
Outros	Rádio CBN, Centro de treinamento Gustavo Paiva, o famoso Centro de Treinamento do CSA (time de futebol), Edifício da Equatorial Energia
Templos religiosos	
39 templos identificados, (sendo que 35 já estão desocupados até o momento). Os espaços religiosos podem ser igrejas católicas, evangélicas, centros espíritas, casas de religião de matrizes africanas, dentre outros (Bernardino, 2022).	Algumas delas são: Igreja Menino Jesus de Praga; Nossa Senhora do Bom Parto; Igreja Santo Antônio; Capela de Nossa Senhora da Conceição; Igreja Matriz de Santo Antônio de Pádua; Igreja Nossa Senhora de Nazaré; AD Pinheiro; AD Bebedouro; AD Mutange; AD Vale Mundaú; AD Marquês de Abrantes; AD Jardim das Acácias; SubCongregação do Mutange; SubCongregação de Bebedouro; SubCongregação do Pinheiro; Terreiro de Mãe Bárbara; Terreiro do Ferramenta; Roça Iyá Sagbá Olofin Dewá; Casa de Xangô Pepeôdo e dois prédios pertencentes ao Instituto de Estudos Espíritas Hérculano Pires.

Fonte: Elaboração autoral, 2024.

Manhas (2023) explica que o Bebedouro, por ser protegido pelo Plano Diretor de Maceió de 2005 como Zona Especial de Preservação Rígida, não poderia ter sido desmontado junto com as desocupações de seus moradores. Apesar da proteção do Plano Diretor de Maceió, as demolições avançaram e apenas algumas dezenas de edificações não foram demolidas, como o Complexo Bom Conselho (único bem da área tombado em nível estadual), algumas edificações do Bebedouro consideradas de interesse histórico pelo setor de patrimônio da Prefeitura Municipal (como a Estação Ferroviária, a Capela de Nossa Senhora da Conceição, o Solar Nunes Leite, a Igreja Matriz de Santo Antônio de Pádua, as “Casas Gêmeas”, a Casa de Saúde Miguel Couto e outros exemplares de significativa importância histórica e cultural) e as Unidades Especiais de Preservação do Bom Parto e Mutange (Antigo IMA, Antiga Sinteval, Igreja Nossa Senhora do Bom Parto, Vila Operária da Fábrica Alexandria). Esse conjunto de edificações de interesse histórico pode ser visto no mapa “Maceió Afundando” (Manhas, 2021) e ainda não se sabe o destino que terá, já que o patrimônio histórico não se constitui isoladamente, mas da interação com o entorno.

A perda abrangeu não apenas o patrimônio material, mas também o imaterial, constituído das festas tradicionais e grupos de folgedos que podem estar

comprometidos devido à distância entre os moradores, enfraquecendo os laços afetivos e culturais com o território. (Manhas, 2023).

Neste aspecto, mesmo que sem nenhuma proteção legal (como é o caso da Igreja Santo Antônio de Pádua, localizada dentro da ZEP do Bebedouro e a Igreja do Bom Parto, que é uma Unidade Especial de Preservação), os templos religiosos congregavam muitas pessoas e por isso são importantes referências culturais. O Quadro 6 mostrou que foram quase quarenta templos de várias religiões que deixaram de existir nos cinco bairros. Além de igrejas católicas e protestantes, as casas de religião de matriz africana, igualmente, sofreram com os efeitos da extração desordenada da Braskem, como a Casa de Xangô Pepeôô (Costa, 2022).

No ano de 2021, a Braskem retomou a produção de PVC e soda cáustica no Pontal da Barra. Foi criado um programa de compensação para atendimento exclusivo para comerciantes e empresários, também houve a criação do **Centro de Acolhimento e Triagem (CAT)** e o **Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais**. Além disso, a Prefeitura de Maceió renovou o decreto de calamidade pública em abril e novembro (Brasil, 2024).

Mas o que chamou mais atenção neste ano foi a situação de isolamento socioeconômico das áreas dos Flexal de Cima, Flexal de Baixo e a rua Marquês de Abrantes, no bairro do Bebedouro (Mapa 3). Essa área foi afetada indiretamente pela saída dos moradores, serviços públicos e comércios, atingindo a economia da região e a qualidade de vida daqueles moradores. Diante disso, os moradores da região começaram a pedir por realocação e indenizações. No entanto, a área apenas ficou sob monitoramento dos estudos técnicos, aguardando qualquer possível movimentação do solo, já que essa é uma condição para ingressar no PCF (GGI dos Bairros, 2021).

Mapa 3 - Mapa de Isolamento Socioeconômico.



Fonte: Defesa Civil Municipal *apud* Prefeitura de Maceió, 2021.

Posteriormente a Defesa Civil de Maceió se pronunciou e recomendou a inclusão dessas comunidades no programa de apoio à realocação, ainda que não houvesse sinais de subsidência, reconhecendo que o estado de isolamento afeta a qualidade de vida daquela população. O parecer que recomenda essa inclusão foi encaminhado pelo GGI dos Bairros – Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros, para a Força Tarefa do Ministério Público Federal (MPF) e fica à espera de uma resolução. Uma cópia do documento foi encaminhada à empresa Braskem para conhecimento (GGI dos Bairros, 2021).

Em 2022 houve uma queda dos casos da Covid-19, mas ainda viu-se pouco progresso em relação às ações sobre o caso. As **obras na Encosta do Mutange** tiveram início, e a Braskem assumiu a responsabilidade pelo controle e monitoramento de doenças e pragas, preocupações decorrentes das ruínas no local. Em agosto do mesmo ano, o MPE/AL, MPF e DPU conduziram uma escuta dirigida com grupos de moradores da região dos Flexais, em Maceió. A comunidade relatou suas demandas, especialmente em face do isolamento social causado pela desocupação das áreas vizinhas. Mas ainda assim, ela não foi incluída no Mapa de Riscos (Brasil, 2024).

Apenas em outubro de 2022, foi firmado um Termo de Acordo com a Braskem, dando início ao **Projeto Integração Urbana e Desenvolvimento dos Flexais**²⁴, assinado pela prefeitura de Maceió, MPF, MPAL e DPU. Este acordo prometeu surpreendentemente melhorar a qualidade de vida dos moradores e empreendedores da região em até 24 meses.

Dentre seus objetivos está a realização de medidas socioeconômicas; pagamento de indenização para famílias, comerciantes e empresários; transferência de verba ao Município de Maceió para a realização de ações adicionais. Além de gestão, atendimento da comunidade e segurança; mobilidade; saúde e assistência social; educação, esporte, lazer e meio ambiente; economia e trabalho (Braskem, 2024). Entretanto, a realocação, principal demanda solicitada pela população, não foi atendida.

A percepção desse cenário é interpretada de diferentes maneiras. Por um lado, o site Projeto Flexais, resultado do acordo dos Flexais, apresenta sua cronologia desde o momento da assinatura até abril de 2024, sugerindo que a

²⁴ Informações disponíveis na página do Projeto: <https://projeto-flexais.com.br/evolucao-do-projeto/>.

proposta foi aceita pelos moradores e a situação está sob controle. Por outro lado, os moradores demonstram insatisfação e frequentemente protestam nas ruas, clamando por "realocação", conforme será abordado no capítulo seguinte.

O ano de 2023 foi marcado por uma intensa movimentação do caso, especialmente no que diz respeito à participação popular, que demonstra um aumento significativo (Analisado no próximo capítulo). Em janeiro, o Projeto Flexais iniciou o pagamento de indenizações e começaram as atividades de terraplenagem no Mutange. No dia 13 de janeiro, foram realizados pagamentos de indenizações por impactos socioeconômicos. Em fevereiro, a Defensoria Pública do Estado entrou com ação civil pública pedindo bloqueio de R\$ 1,7 bilhão para o pagamento de indenizações na região dos Flexais, e o Ministério Público Federal recomendou a interrupção da extração de sal e o fechamento dos poços de sal em Maceió (Brasil, 2024).

Em março de 2023, foram realizadas várias ações comunitárias, como a oficina de comunicação comunitária e a capacitação de profissionais em diversas secretarias municipais. Os protestos continuaram ao longo do ano, destacando a insatisfação da população com o andamento das indenizações e a gestão da crise (Brasil, 2024).

No mês de março de 2023, o Diagnóstico Técnico-Participativo realizado pela empresa Diagonal foi divulgado ao público por meio de quatro escutas públicas, cada uma focada em diferentes eixos temáticos: Eixo 1 com políticas sociais e redução de vulnerabilidades, Eixo 2 com atividade econômica, trabalho e renda, Eixo 3 com qualificação urbana e ambiental e Eixo 4 com preservação da cultura e memória (Mais Diálogos, 2023). Visto de forma mais aprofundada no subtópico de mesmo nome no próximo capítulo.

Em julho de 2023, foi estabelecido um acordo entre a Braskem e o Município de Maceió, alheio às demandas dos moradores, para compensar os danos causados pela subsidência e pela desocupação, com uma indenização de R\$1,7 bilhão. Foi criado o Fundo de Amparo aos Moradores (FAM), o programa, gerido por um comitê que deveria prestar apoio financeiro às vítimas. Em contraponto, já em setembro, a Prefeitura de Maceió anunciou a compra do Hospital do Coração por R\$266 milhões com recursos provenientes do acordo com a Braskem (Brasil, 2024).

A responsabilidade pela gestão desse valor é da prefeitura, gerando insatisfação entre os moradores e opositores da gestão atual e pela Defensoria

Pública do Estado, devido à superficialidade do acordo e à isenção da empresa de responsabilidades futuras, visto que a cláusula que prevê um aumento significativo é considerado ambíguo até pela própria Braskem (Terra, 2023). Como é possível indenizar integralmente uma tragédia em curso? Muitas das manifestações que se sucederam foram sobre esse acordo, assim como devido à falta de transparência por parte da Prefeitura Municipal em relação à gestão deste valor.

Ainda em setembro, a Braskem foi acusada pelo MPF de suprimir vegetação e realizar aterramento de manguezais no bairro Mutange e nas regiões do Flexal sem autorização. O Senador Renan Calheiros apresentou ao Plenário do Senado o requerimento para criação da Comissão Parlamentar de Inquérito e o Governo de Alagoas criou o Grupo de Trabalho de Combate ao Crime da Braskem (Brasil, 2024).

3.1. Novos tremores

Em outubro de 2023, a força-tarefa recebeu o cronograma de obras dos Flexais apresentado pela Braskem e pela Prefeitura de Maceió. No início de novembro, a Defesa Civil de Maceió registrou dois abalos sísmicos de baixa magnitude no bairro do Mutange: o primeiro, às 11h58, com magnitude local de 1.15; e o segundo, às 13h44, com magnitude local de 1.38. Ainda em Novembro, ocorreu uma explosão seguida de incêndio na unidade de PVC da Braskem no Polo Cloroquímico de Alagoas, em Marechal Deodoro. Não houve registro de vítimas (Brasil, 2024).

No final do mês, novos tremores foram registrados nas proximidades da Laguna Mundaú, no bairro do Mutange, levando a Defesa Civil a emitir um alerta máximo sobre a mina 18 da Braskem, que estava em processo de preenchimento (Figura 18). O solo começou a afundar gradativamente, resultando na invasão progressiva do nível da laguna no território desocupado. A preocupação foi ampliada pela proximidade da mina com outras que ainda não haviam sido estabilizadas e pela possibilidade de salinização da água da Laguna Mundaú, impactando toda a área de mangue (Cau Rodrigues, 2023).

Em 29 de novembro de 2023, a prefeitura de Maceió, através da COMPDEC (Coordenadoria Municipal Especial de Proteção e Defesa Civil), emitiu um documento alertando sobre o risco iminente de dolinamento (colapso) na Mina 18. Houve a indicação de que esse colapso poderia ocorrer na tarde do mesmo dia. A

forma desse colapso não poderia de fato ser prevista pelos técnicos. Em resposta, foi estabelecido um decreto de situação de emergência válido por 180 dias (Nobre Júnior, 2023; Secom Maceió, 2023b).

A mina apresentava um vácuo com cerca de 120m de altura por 60m de largura, movendo-se em direção à superfície (Figura 20). Essa movimentação poderia ser lenta ou súbita e poderia ser reduzida na medida em que a água da lagoa entrasse, preenchendo a mina (Jornal Nacional, 02/12/2023). Ainda assim, notas e avisos de alerta foram distribuídos por TV, SMS e redes sociais como Instagram. Os eventos foram cancelados, o Hospital Geral Sanatório teve que ser fechado e a cidade permaneceu em alerta. (CNN, 2023).

Figura 20: Ilustração do vácuo na mina 18.



Fonte: Jornal Nacional, 02/12/2023.

O prefeito João Henrique Caldas (PL) determinou a criação de um Gabinete de Crise para coordenar a situação, preservar vidas e garantir a segurança de todos, como relatou (Secom Maceió, 2023a). Inicialmente, as ações emergenciais incluíram o **acolhimento facultativo** de pessoas em áreas de risco, que foram abrigadas em escolas municipais previamente esvaziadas, onde iriam receber kits dormitórios, de higiene e de limpeza pessoal, bem como cestas básicas e água (CNN, 2023). A situação gerou indignação nos moradores que mais uma vez se dirigiram às ruas, pedindo por dignidade e realocação (Figura 21) (Leão, 2023).

Figura 21: Foto de Sandro Lima dos moradores afetados pelo afundamento do solo cobrando providências da Braskem.



Fonte: Leão, 2023.

Posteriormente, quando a situação ficou mais crítica, os moradores do Bom Parto e do Flexal foram obrigados a saírem de casa às pressas sob ordem da Justiça Federal, que autorizou inclusive o uso da força policial caso houvesse resistência em deixar o local (G1AL e TV Gazeta, 01/12/2023), o que em alguns casos acabou ocorrendo de forma desumana e desrespeitosa, destacando a falta de consideração pelas necessidades e dignidade dos afetados. O Gabinete de Crise de nada adiantou para cuidar da população, só reforçou a falha do poder público em adiar a realocação e deixar essa população próxima da área de risco.

Além disso, devido ao potencial risco, foi recomendado que as pessoas não se aproximassem do local da mina 18. Em face disto, foi requisitado um **programa de compensação** para fornecer auxílio financeiro aos afetados pela interdição da laguna, uma vez que os **pescadores e marisqueiros** não poderiam mais exercer suas atividades. Foram 6 mil pessoas afetadas diretamente, eles deveriam receber R\$ 2.640, pelo governo federal, mas em abril de 2024 em protestos, os trabalhadores relatam que a verba já está na conta da Federação, mas, até o momento, o pagamento foi repassado apenas a alguns (Cavalcanti, 2023; Brandão,

2024).

A falta de precisão e transparência nas informações divulgadas pela Defesa Civil e pela Prefeitura de Maceió gerou grande apreensão na população. A concentração dos dados dos relatórios sismográficos nas mãos da Defesa Civil e da Braskem S.A. somente aumentou a desconfiança e a insegurança dos moradores.

Ademais, em 30 de novembro de 2023, a situação de instabilidade agravada levou MPE, MPF e DPU a solicitarem uma análise conjunta sobre a possível inclusão da área dos Flexais no mapa de risco, estabelecendo um prazo de 10 dias para essa avaliação (Ascom MPF, 2023). No mesmo dia, a Defesa Civil de Maceió, em colaboração com a Defesa Civil Nacional, apoio técnico do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), anunciou uma atualização do Mapa de Linhas de Ações Prioritárias versão 5 (Mapa 4) que apresenta uma ampliação de criticidade 01 (monitoramento).

Mapa 4 - Mapa de Ações e Linhas Prioritárias versão 5.



Fonte: Defesa Civil Municipal e Nacional, CPRM, Universidade Federal de Pernambuco, 2023.

A divulgação de um novo mapa que incluía as áreas do Bom Parto, da Rua Marquês de Abrantes e da Vila Saém reconheceu a necessidade de realocar as famílias em isolamento social. No entanto, essa vitória foi efêmera (TNH1, 2023). A Braskem não reconheceu a versão 5 do mapa e se opôs à inclusão da nova área no Programa de Compensação Financeira (PCF), argumentando que essa área não estava prevista no acordo firmado sobre as indenizações. Em resposta, no dia 22 de janeiro de 2024, o desembargador Élio Wanderley de Siqueira Filho, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), suspendeu a inclusão das famílias no PCF (Batista et al., 2024).

Em 10 de dezembro de 2023, a mina apresentou um colapso de menor intensidade do que o esperado, causando algumas bolhas na superfície da lagoa. Contudo, sem indenização, os moradores retornaram para suas casas, sentindo-se totalmente inseguros. Os impactos materiais e psicológicos sofridos por essa população, já em posição de vulnerabilidade, persistiram ao longo de 2024. Alguns moradores relataram dificuldades para dormir sem a ajuda de medicamentos e mencionaram que se revezavam para garantir que sempre houvesse alguém alerta caso ocorressem novos tremores (Felizardo, 2024).

Após o ocorrido o mapeamento abaixo é exposto no documento de atualização do mês de janeiro de 2024 (Braskem, 2024), nele expõe que 14.481 famílias tiveram suas indenizações pagas e apresenta a Área 1 como área de realocação preventiva, mas não fala sobre o caso da mina e as ações que foram tomadas em face do sinistro.

Figura 22: Recorte do documento de atualização do site da Braskem que mostra o mapa da desocupação.



Fonte: Braskem, 2024.

A situação demonstra como o poder público permanece refém da mineradora. A Braskem, até o momento não criminalmente julgada responsável, se beneficia de brechas nos acordos anteriores, aceitando ou rejeitando novas propostas conforme seus interesses. Aplicando as definições de Corrêa (1989), a Braskem pode ser vista como o agente dominante neste caso, exercendo controle significativo sobre o desenrolar dos eventos.

O colapso da mina 18 foi um evento de grande impacto para o caso da Braskem em Maceió pois após quase seis anos desde o tremor de 2018, os olhos do mundo se voltaram para a situação de Maceió. Foi possível perceber um maior posicionamento do poder público diante da repercussão, além da ampla propagação nas grandes mídias como o Balanço Geral, Fantástico e Jornal Nacional como pode-se conferir no Apêndice 2 deste trabalho.

O colapso da mina 18 pode ter sido o ponto que faltava para pôr em prática

ações mais incisivas sobre o caso. Em dezembro de 2023, a Braskem foi multada pelo IMA-AL em R\$72 milhões por irregularidades no processo de fechamento das minas e por danos ambientais na região de subsidência dos bairros. A Polícia Federal (PF) realiza busca e apreensão no âmbito da Operação Lágrimas de Sal contra dirigentes e responsáveis técnicos da Braskem. A instalação da CPI também ganha apoio político após os tremores (Agência Senado, 2024; Brasil, 2024).

A CPI da Braskem, marco final do acompanhamento cronológico desta monografia, foi instalada no dia 13 de dezembro de 2023 e finalizada no dia 22 de maio de 2024. Apesar de haver indícios de pedidos de uma CPI por movimentos populares como o MUVB (Movimento Unificado das Vítimas da Braskem) (Magalhães e Tribuna Independente, 2022), a CPI foi oficialmente proposta pelo Senador Renan Calheiros (MDB-AL), por meio da obtenção da assinatura de 46 senadores. A CPI foi formada por 11 Senadores e 7 suplentes, tendo o Senador Omar Aziz (PSD-AM) como presidente e Rogério Carvalho (PT-SE) como relator (Brasil, 2024).

O Plano de trabalho visou: 1. Análise do histórico da atividade minero industrial envolvendo a pesquisa e lavra de sal-gema na região sob investigação; 2. Investigação das causas, dimensionamento dos passivos, responsabilização e reparação justa; 3. Análise das lacunas e falhas na atuação dos órgãos de fiscalização e controle e proposição de melhorias no arcabouço legal e regulatório (Brasil, 2024).

Após as oitivas, concluiu-se:

1) a da responsabilidade da Braskem 1.1) pelo crime de lavra ambiciosa de sal-gema, 1.2) pelo crime de falsidade ideológica dos relatórios encaminhados às agências reguladoras e 1.3) pelo crime de omissão própria na adoção tempestiva de medidas de prevenção e correção; e 2) a da responsabilidade do Estado pela omissão imprópria em seu dever de monitoramento e fiscalização da atividade minerária (Brasil, 2024, p.10).

Também fala que a Braskem não deve deter a propriedade dos terrenos e faz uma avaliação geral das políticas de mineração e do meio ambiente de forma que suas alterações sejam benéficas para futuros casos. Além de levantar que a negligência dos órgãos públicos (IMA e ANM), reflete um fenômeno chamado "autorregulação de fato", onde o agente, no caso a Braskem, regula sua própria atividade na prática, resultando na captura dos instrumentos de fiscalização. Essa autorregulação leva à violação de direitos constitucionais e caracteriza um estado de

coisas inconstitucional no sistema minerário brasileiro, exigindo a intervenção de várias entidades para adotar um conjunto coordenado de ações (Brasil, 2024).

O relatório final do senador Rogério Carvalho (PT-SE), pede o indiciamento de três empresas e de 11 pessoas. A Braskem e oito pessoas associadas a ela foram consideradas responsáveis por crime contra a ordem econômica, conforme a Lei 8.176, de 1991, por explorar matéria-prima pertencente à União em desacordo com a legislação. Segundo o relatório aprovado pela CPI, eles também violaram a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 1998), ao causarem poluição que resultou em danos à saúde humana ou destruição da flora e fauna (Agência Senado, 2024).

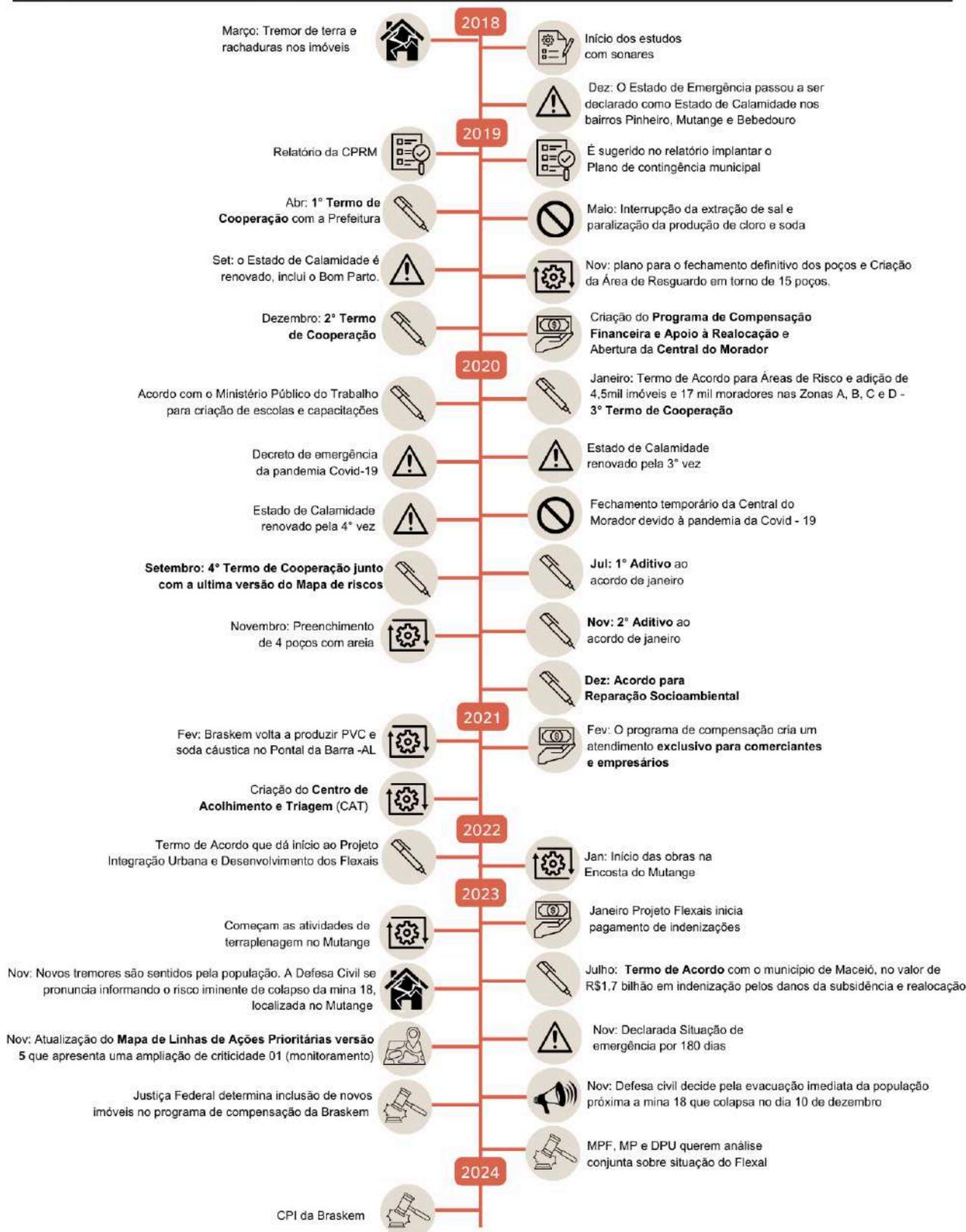
O crime com pena mais severa prevê reclusão de um a cinco anos, enquanto o mais brando estipula detenção de um a seis meses ou multa. Embora uma CPI não possa indiciar pessoas, ela pode recomendar o indiciamento ao Ministério Público, e a legislação permite o indiciamento da Braskem como pessoa jurídica em crimes ambientais (Agência Senado, 2024).

Para sintetizar todo o conteúdo exposto neste capítulo foi confeccionada uma linha do tempo com os acontecimentos após o tremor de 2018 até maio de 2024 com ícones na frente do texto para melhor visualização e análise (Figura 23).

FIGURA 23 - CRONOLOGIA DAS AÇÕES

LEGENDA

 Tremores	 Relatórios	 Estado de emergência ou calamidade	 Mapeamento	 Decisão do poder público	 Interrupção/fechamento
 Estudos	 Acordos	 Ações dos acordos	 Evacuação	 Indenizações	



FONTE: ELABORAÇÃO AUTURAL, 2024.

Na democracia brasileira, as decisões que moldam a cidade devem ser tomadas em conjunto pelos poderes públicos e pela sociedade, conforme estabelecido pela Constituição de 1988. É fundamental que esse poder de decisão seja exercido em situações como a implantação de atividades de mineração, especialmente em áreas urbanas, dada a complexidade dessas práticas e os potenciais riscos à vida humana.

Mendes (2016) defende que a figura da vítima não é produtora de cidadania, mas sim interpeladora da ficção da comunidade imaginada. Isso significa que a vítima de catástrofes e riscos pode questionar a ideia de uma comunidade unida e coesa, revelando as falhas e contradições nas estruturas sociais e políticas. Além disso, a vítima pode ser transportadora de uma nova relação entre o Estado e as pessoas. Se organizada em comunidades, associações ou movimentos sociais, a vítima pode ser veiculadora de uma ação coletiva que desnuda, revela e denuncia os pressupostos do capitalismo e do neoliberalismo. Em outras palavras, as vítimas da subsidência do solo podem se unir para lutar por mudanças nas estruturas políticas e sociais, desafiando as ideologias dominantes.

4. AS ENTIDADES CIVIS NAS LUTAS PELA GARANTIA DO DIREITO À CIDADE EM MACEIÓ-AL

Corrêa (1989) defende que os agentes surgem da demanda de funções urbanas do próprio movimento da sociedade e suas práticas levam a um processo constante de reorganização espacial. Ou seja, toda a dinâmica da urbanização é influenciada pela sociedade e suas necessidades, elas moldam a cidade. No entanto, a cidade, por sua vez, também influencia a sociedade, em um processo contínuo de mudança e adaptação.

No contexto de Maceió, a Braskem atua como agente urbano, na categoria de **Detentora dos meios de produção**, motivada pela necessidade de evolução. Mas após o fenômeno de subsidência e a evacuação dos bairros, ela impulsionou uma reorganização espacial que não era de demanda social, para o qual o planejamento urbano não estava preparado. Em resposta, verifica-se diferentes posicionamentos dos agentes **Promotores Imobiliários, Detentora dos meios de produção (Braskem), Estado e grupos sociais**.

A **Braskem** tenta minimizar os prejuízos negociando acordos com os poderes públicos da forma mais conivente. Isso significa que nem sempre há indenizações justas, como vimos anteriormente. Com a redução da oferta de imóveis disponíveis, os **Promotores imobiliários** reagem a demanda em benefício próprio, elevando os preços dos imóveis em outras áreas de Maceió, levando a um aumento considerável nos preços. Essa junção prejudica a população atingida a conseguir se reerguer e reorganizar sua vida.

O **Estado** tem se mobilizado para mediar a situação, ainda que o mesmo tenha uma parcela de culpa no monitoramento inadequado das atividades. Ele tenta gerir a crise, mas falha em cumprir com regulamentações e políticas governamentais para assegurar o direito dos cidadãos e atuar de maneira emergencial para reconstruir a cidade.

Com os agentes reprodutores agindo em prol das demandas geradas pela Braskem, a sociedade se vê influenciada pela realidade atual e decide agir em prol de mudanças. A **sociedade civil** se organiza em associações, coletivos e

movimentos sociais na luta por justiça e indenizações justas, exigindo que a cidade mais uma vez se adapte às necessidades da sociedade.

Sabemos que o espaço é um produto social e, nesse sentido, produzido com certas intencionalidades, o que nos faz acreditar que é preciso que a sociedade civil elabore suas próprias propostas e lute por sua implementação independentemente dos mecanismos elaborados pelo Estado. Aliás, Souza (2006, p. 273) acredita que a sociedade deve "gestar" suas próprias propostas e, à revelia do Estado, apesar do Estado e contra o Estado, [deve buscar] concretizá-las. (Ferreira, 2016, p.20.)

Neste capítulo, será investigado como a sociedade civil tem se articulado diante dos impactos da subsidência do solo em Maceió-AL, destacando o papel dos canais digitais oficiais. No contexto das lutas pelo direito à cidade em Maceió, veremos que as entidades civis desempenham um papel crucial na defesa dos interesses coletivos e na busca por soluções para os desafios urbanos enfrentados pela comunidade, especialmente após o relatório da CPRM. Essas entidades englobam uma ampla gama de atores que atuam em diferentes escalas, tanto de forma individual quanto coletiva.

Entre esses atores, encontram-se moradores diretamente afetados pela subsidência, associações, artistas e influenciadores engajados na mobilização popular, além de pesquisadores e a própria universidade. Todos estão comprometidos com a análise e compreensão dos impactos socioambientais, incluindo profissionais de arquitetura e urbanismo, cuja visão técnica pode contribuir significativamente para a formulação de propostas de intervenção urbanas e sociais.

Para essa análise foi feita uma recapitulação da linha do tempo (Figura 22) com as informações coletadas e organizadas no Quadro 7 (Apêndice 2 deste trabalho), a pesquisa de Santos, E. (2021) e novas informações retiradas do relatório da CPI da Braskem (Brasil, 2024), especialmente manifestações. O quadro foi organizado por ordem cronológica de 2018 a 2024, cada ano com duas colunas. As marcações feitas em azul, foram as informações retiradas da linha do tempo do site Projeto Flexais²⁵, em amarelo estão marcadas as manifestações populares e em verde os possíveis reflexos das manifestações populares no caso.

²⁵ Na aba Acontece no Flexal > Evolução do Projeto, disponível em: <https://projeto-flexais.com.br/evolucao-do-projeto/>.

Retirado do cronograma Projeto Flexais

Manifestações Populares

Possíveis Reflexos das Mobilizações

2022
<p>Termo de Acordo que dá início ao Projeto Integração Urbana e Desenvolvimento dos Flexais</p> <p>Jan: Início das obras na Encosta do Mutange</p> <p>Março. Greenwashing: Braskem patrocina o Lollapalooza</p> <p>Protesto 06/06/22 - Juventude do MST realiza protesto contra crime ambiental da Braskem</p> <p>Julho. Nota técnica assinada pela Defesa Civil Nacional, Defesa Civil de Maceió e pela CPRM/SGB, atesta que a região dos Flexais não deve ser incluída no mapa de risco</p> <p>Setembro. Greenwashing: Braskem patrocina o Rock in Rio</p> <p>10/10/2022 - Assinatura do Termo de Acordo do Flexais</p> <p>26/10/2022 - Homologação do Termo de Acordo</p> <p>Out. MPF expedê recomendação para restabelecimento de equipamentos públicos ou implantação de serviços no bairro Bom Parto</p> <p>04/11/2022 a 11/11/2022 - Sensibilização da População. Equipes de campo atuaram na comunidade prestando informações sobre o Acordo.</p>

2023
<p>Janeiro. Projeto Flexais inicia pagamento de indenizações</p> <p>Começaram as atividades de terraplenagem no Mutange</p> <p>Protesto Janeiro: Braskem patrocina o Big Brother Brasil e recebe críticas nas redes sociais por greenwashing</p> <p>13/01/2023 - Pagamento das Indenizações por ilhamento socioeconômico</p> <p>17/01/2023 a 06/03/2023 - Plano Urbanístico Conceitual: População começa a fazer contribuições em formulário online sobre algumas das medidas que vão ser feitas na região.</p> <p>15/02/2023. A Defensoria Pública do Estado entra com ação civil pública pedindo bloqueio de R\$ 1,7 bilhão para o pagamento de indenizações para a região dos Flexais</p> <p>Fev: MPF recomenda a interrupção de extração de areia entre a Praia do Francês e a Barra de São Miguel para o fechamento dos poços de sal</p> <p>24/02/2023 - Instalação de Câmeras de Segurança</p> <p>28/02/2023 - Realização da Oficina do Plano Urbanístico: Evento presencial contou com a participação da comunidade.</p>

<p>Protesto 03/03/23 - No quinto aniversário do tremor de terra, moradores fazem nova manifestação contra a impunidade da Braskem e os acordos firmados com o poder público.</p> <p>06/03/2023 - Entrega dos Cartões de Ônibus para transporte gratuito</p> <p>06/03/2023 - Transporte Escolar: Ônibus escolar gratuito começa a atender alunos do Ensino Fundamental I.</p> <p>Mar: Diagonal realiza escutas públicas para discussão do Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS)</p> <p>09/03/2023 a 05/04/2023 - Ônibus Gratuito Começa a Circular: Transporte liga os Flexais ao terminal do João Sampaio.</p>
<p>Março. Greenwashing: Braskem patrocina o Lollapalooza pelo segundo ano consecutivo</p> <p>12/04/2023. O Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB), a Associação dos Empreendedores no Bairro do Pinheiro, o Instituto para o Desenvolvimento das Alagoas (IDEAL), o Laboratório de Economia Aplicada da Universidade Federal de Alagoas (LEAP/FEAC/UFAL) e o grupo Morfologia dos Espaços Públicos (MEAP/FAU/UFAL) divulgam dossiê crítico contra o Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS).</p>
<p>14/04/2023 a 20/06/2023 - Abertura do Espaço Flexal: No local, a comunidade tem acesso a serviços de diversas secretarias municipais</p> <p>14/04/2023 a 20/06/2023 - Programa de Capacitação Profissional de Jovens</p>
<p>19/04/2023. A Câmara dos Deputados instala uma comissão externa, composta por nove deputados, todos de Alagoas, dedicada à fiscalização dos danos</p>
<p>17/05/2023. Em Carta Aberta à Sociedade Brasileira, o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB) e a Associação de Empreendedores Vítimas da Mineração em Maceió denunciam os valores das indenizações por dano moral</p>
<p>Protesto 21/06/23 - Moradores do Bom Parto cobram inclusão no mapa de realocação produzido pela Defesa Civil.</p>
<p>Junho: Executivos da Adnoc, estatal de petróleo de Abu Dhabi, e do fundo de private equity americano Apollo fazem proposta de compra da Braskem por USD 7,2 bilhões. Poucos dias mais tarde, a Novonor receberia outra proposta de compra da Braskem pela Unipar Carbocloro</p>
<p>Julho: Termo de Acordo com o município de Maceió, no valor de R\$1,7 bilhão em indenização pelos danos da subsidiência e realocação</p>
<p>15/08/2023 a 11/09/2023 - Oficina de Comunicação Comunitária</p>
<p>30/06/2023. O desastre ambiental de Maceió é denunciado na 53ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização da Nações Unidas, em Genebra</p>
<p>05/07/2023. Falha técnica de comunicação faz que o alarme de evacuação da Braskem toque por engano e causa pânico entre os moradores dos bairros Pontal da Barra e Trapiche da Barra.</p>
<p>Julho: A J&F Investimentos, holding da família Batista, apresenta oferta de R\$ 10 bilhões pelas ações da Novonor na Braskem</p>
<p>21/07/2023. A Braskem e a Prefeitura Municipal de Maceió assinam Termo de Acordo de R\$1,7 bilhão para indenização pelos danos da subsidiência e realocação</p>
<p>27/07/2023. A Prefeitura de Maceió cria o Fundo de Amparo ao Morador (FAM), parte do acordo socioambiental</p>
<p>Em setembro de 2023, a Braskem é acusada pelo MPF de suprimir vegetação e realizar aterramento de manguezais no bairro Mutange e nas regiões do Flexal sem autorização</p>

<p>16/01/2024. Novo protesto dos moradores dos Flexais pede segurança e realocação</p> <p>19/01/2024. O juízo da 3ª Vara Federal de Alagoas determina que a Braskem indenize, em R\$ 12.500 anuais, os proprietários de imóveis residenciais ou comerciais nos Flexais. A decisão atende à Ação Civil Pública movida pela Defensoria Pública de Alagoas, que solicitou a realocação e indenização para os moradores</p> <p>20/01/2024. Relatório de sonar aponta que a cavidade formada pela integração das minas 20 e 21 cresceu, em dois meses, 5 metros em direção à superfície.</p> <p>23/01/2024. O Tribunal de Justiça de Alagoas suspende temporariamente a indenização a famílias incluídas na versão 5 do Mapa de Linhas de Ações Prioritárias, ampliado por determinação judicial em novembro de 2023</p> <p>15/02/2024. Primeira audiência de mérito do processo de moradores de Maceió contra a Braskem no Tribunal de Roterdã, na Holanda</p> <p>27/02/2024. Em documento à ANM, a Braskem informa que as minas 3 e 25 registraram deslocamento vertical em direção à superfície.</p>
<p>Fevereiro - Manifestação na Ladeira do Calmon, pintura com os dizeres "MACEIÓ AFUNDA EM LÁGRIMAS"</p> <p>No dia seguinte a Defesa Civil Municipal solicitou o fechamento de algumas vias do bairro, alegando que há muitos acessos inadequados de transeuntes no local</p>

QUADRO 7 - CASO BRASKEM EM MACEIÓ: UM RELATO CRONOLÓGICO

2018
<p>Março: Tremor de terra e rachaduras nos imóveis</p> <p>13/03/18 - Primeira evacuação de moradores no pinheiro</p> <p>Início dos estudos com sonares</p> <p>Maió: Técnicos da UFRN já tem como hipótese o dolinamento da mina de sal-gema</p> <p>Setembro: Ruas do Bebedouro são analisadas</p> <p>Novembro- SOS Pinheiro, foi criado por moradoras/res voluntárias/os residentes do bairro</p>
<p>Dezembro: CPRM recomenda plano de emergência</p>

2019
<p>08/01/19 - Os afetados passam a ter direito a auxílio-moradia, pago pela União</p> <p>Protesto 14/01/2019 - 2.500 moradores no pedem a isenção do pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).</p>
<p>18/01/19 - Plano de contingência, 1º mapa de riscos e plano de evacuação</p> <p>19/01/19 - as igrejas católicas e evangélicas, situadas no bairro cederam espaços físicos para propiciar o diálogo entre técnicas/os da Defesa Civil e a população, além de uma sala para atendimento psicológico</p>
<p>26/01/19 - Suspensão das licenças ambientais da Braskem</p> <p>28/01/19 - A Prefeitura de Maceió publica decreto suspendendo a cobrança do IPTU 2019 dos imóveis situados nas áreas de risco do bairro do Pinheiro</p>
<p>01/02/19 - 317 imóveis evacuados</p> <p>16/02/19 - Simulado de evacuação promovido pela Defesa Civil</p>
<p>21/03/2019. Realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Transparência do Senado Federal com resultados preliminares da CPRM</p>
<p>Protesto 25/03/19 - Manifestantes cobram respostas sobre afundamento de bairros de Maceió e sobre qual será o destino das famílias, paralisação das atividades da mineradora e o bloqueio de R\$ 6,7 bilhões, como garantia das futuras indenizações</p>
<p>28/03/2019. Estado de calamidade pública</p>
<p>01/04/19 - MP-AL e a Defensoria Pública Estadual (DPE/AL) propõe ação cautelar por danos morais e materiais coletivos com pedido de bloqueio de R\$ 6,7 bilhões da Braskem para a reparação preventiva</p>
<p>Abr. 1º Termo de Cooperação com a Prefeitura</p> <p>17/04/19: Plano de Contingência inclui os bairros Mutange e Bebedouro</p>
<p>Abril. A comunidade solicitou a presença mais efetiva de especialistas em comunicação de risco, foi posteriormente atendida, com a instalação da sede da Defesa Civil, no bairro do Pinheiro</p>
<p>09/05/19 - CPRM divulga o Relatório Síntese dos Resultados nº 1</p> <p>Maió: Interrupção da extração e paralização da produção de cloro e soda</p>
<p>Maió - Foi criado por voluntário o SOS Pet Pinheiro para resgate de animais</p>

2020
<p>Janeiro: Termo de Acordo para Áreas de Risco e adição de 4,5mil imóveis e 17 mil moradores nas Zonas A, B, C e D - 3º Termo de Cooperação</p> <p>Fevereiro: Acordo com o Ministério Público do Trabalho para criação de escolas e capacitações</p> <p>Estado de Calamidade renovado pela 3º vez</p> <p>20/03/20 Decreto de emergência da pandemia Covid-19</p> <p>Fechamento temporário da Central do Morador devido à pandemia da Covid - 19</p> <p>Estado de Calamidade renovado pela 4º vez</p> <p>12/06/20 - 2º versão do Mapa de Setorização de Danos e de Linhas de Ações Prioritárias</p> <p>Jul: 1º Aditivo ao acordo de janeiro</p> <p>19/08/2020. A pedido do MP-AL, a Prefeitura de Maceió apresenta projeto de planejamento urbano para a região afetada</p>
<p>Setembro: 4º Termo de Cooperação junto com a ultima versão do Mapa de riscos</p> <p>29/09/20 - 3º versão do Mapa de Setorização de Danos e de Linhas de Ações Prioritárias</p> <p>11/10/20 - A associação S.O.S Litoral Norte, de moradores de Paripueira, realiza protesto contra possível atuação da Braskem na região norte de Alagoas.</p> <p>Em novembro de 2020, um grupo de 11 moradores entra com uma ação coletiva contra a Braskem na Holanda em busca de reparações.</p> <p>11/12/20 - 4º versão do Mapa de Setorização de Danos e de Linhas de Ações Prioritárias</p> <p>Novembro: Preenchimento de 4 poços com areia</p> <p>Dez: 2º Aditivo ao acordo de janeiro</p> <p>Dez: Acordo para Reparação Socioambiental</p>

2021
<p>Fev: Braskem volta a produzir PVC e soda cáustica no Pontal da Barra -AL</p> <p>Fev: O programa de compensação cria um atendimento exclusivo para comerciantes e empresários</p> <p>Março - Circula denúncia de que as companhias seguradoras estariam recusando coberturas securitárias e financiamentos imobiliários em regiões próximas ao afundamento e à instabilidade do solo, ainda que fora da área de risco</p> <p>04/05/21- Criação do Centro de Acolhimento e Triagem (CAT)</p> <p>26/04/2021. Início do processo seletivo para os dez membros – 6 representantes da sociedade civil e 4 de órgãos públicos – do Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais</p> <p>30/04/2021. A Prefeitura de Maceió renova o decreto de calamidade pública</p> <p>03/06/2021. Moradores da comunidade Alto da Bosa Vista, na Chã da Jaqueira, relatam o surgimento de rachaduras em residências</p> <p>15/06/21 - Pixo "Maceió afunda em lágrimas" no Bairro do Pinheiro</p> <p>Protesto 15/06/2021. Moradores protestam em frente ao MPF em Maceió. Organizados pela Associação dos Empreendedores do Pinheiro e o Movimento Unificado de Vítimas da Braskem (MUVB), eles cobram agilidade nos processos de indenização e participação nos acordos</p>
<p>Protesto 08/07/2021 - Novo protesto de moradores em frente ao MP-AL contra o cálculo e o atraso no pagamento das indenizações pela Braskem. De acordo com os moradores, "a Braskem vem aceitando somente as avaliações feitas por empresas que são ligadas a ela</p> <p>Em setembro a DPU entra com ação contra a Superintendência de Seguros Privados (Susep), a Caixa Econômica Federal (CEF) e várias companhias seguradoras por causa das reiteradas recusas em contratar o seguro residencial para os imóveis próximos às áreas consideradas de risco</p>
<p>18/11/21 - Público protesta contra Braskem</p> <p>Outubro o MPF recomenda o restabelecimento de serviços públicos na região dos Flexais, no bairro do Bebedouro</p> <p>24/11/2021. A Prefeitura de Maceió renova o decreto de calamidade pública</p> <p>03/12/21 - Ato em Maceió cobra agilidade nas indenizações de famílias afetadas pelo afundamento do solo.</p> <p>04/12/21 - Justiça proibe protestos de moradores em frente à sede da Braskem, em Maceió</p>

2021
<p>Fev: Braskem volta a produzir PVC e soda cáustica no Pontal da Barra -AL</p> <p>Fev: O programa de compensação cria um atendimento exclusivo para comerciantes e empresários</p> <p>Março - Circula denúncia de que as companhias seguradoras estariam recusando coberturas securitárias e financiamentos imobiliários em regiões próximas ao afundamento e à instabilidade do solo, ainda que fora da área de risco</p> <p>04/05/21- Criação do Centro de Acolhimento e Triagem (CAT)</p> <p>26/04/2021. Início do processo seletivo para os dez membros – 6 representantes da sociedade civil e 4 de órgãos públicos – do Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais</p> <p>30/04/2021. A Prefeitura de Maceió renova o decreto de calamidade pública</p> <p>03/06/2021. Moradores da comunidade Alto da Bosa Vista, na Chã da Jaqueira, relatam o surgimento de rachaduras em residências</p> <p>15/06/21 - Pixo "Maceió afunda em lágrimas" no Bairro do Pinheiro</p> <p>Protesto 15/06/2021. Moradores protestam em frente ao MPF em Maceió. Organizados pela Associação dos Empreendedores do Pinheiro e o Movimento Unificado de Vítimas da Braskem (MUVB), eles cobram agilidade nos processos de indenização e participação nos acordos</p>
<p>Protesto 08/07/2021 - Novo protesto de moradores em frente ao MP-AL contra o cálculo e o atraso no pagamento das indenizações pela Braskem. De acordo com os moradores, "a Braskem vem aceitando somente as avaliações feitas por empresas que são ligadas a ela</p> <p>Em setembro a DPU entra com ação contra a Superintendência de Seguros Privados (Susep), a Caixa Econômica Federal (CEF) e várias companhias seguradoras por causa das reiteradas recusas em contratar o seguro residencial para os imóveis próximos às áreas consideradas de risco</p>
<p>18/11/21 - Público protesta contra Braskem</p> <p>Outubro o MPF recomenda o restabelecimento de serviços públicos na região dos Flexais, no bairro do Bebedouro</p> <p>24/11/2021. A Prefeitura de Maceió renova o decreto de calamidade pública</p> <p>03/12/21 - Ato em Maceió cobra agilidade nas indenizações de famílias afetadas pelo afundamento do solo.</p> <p>04/12/21 - Justiça proibe protestos de moradores em frente à sede da Braskem, em Maceió</p>

2021
<p>Fev: Braskem volta a produzir PVC e soda cáustica no Pontal da Barra -AL</p> <p>Fev: O programa de compensação cria um atendimento exclusivo para comerciantes e empresários</p> <p>Março - Circula denúncia de que as companhias seguradoras estariam recusando coberturas securitárias e financiamentos imobiliários em regiões próximas ao afundamento e à instabilidade do solo, ainda que fora da área de risco</p> <p>04/05/21- Criação do Centro de Acolhimento e Triagem (CAT)</p> <p>26/04/2021. Início do processo seletivo para os dez membros – 6 representantes da sociedade civil e 4 de órgãos públicos – do Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais</p> <p>30/04/2021. A Prefeitura de Maceió renova o decreto de calamidade pública</p> <p>03/06/2021. Moradores da comunidade Alto da Bosa Vista, na Chã da Jaqueira, relatam o surgimento de rachaduras em residências</p> <p>15/06/21 - Pixo "Maceió afunda em lágrimas" no Bairro do Pinheiro</p> <p>Protesto 15/06/2021. Moradores protestam em frente ao MPF em Maceió. Organizados pela Associação dos Empreendedores do Pinheiro e o Movimento Unificado de Vítimas da Braskem (MUVB), eles cobram agilidade nos processos de indenização e participação nos acordos</p>
<p>Protesto 08/07/2021 - Novo protesto de moradores em frente ao MP-AL contra o cálculo e o atraso no pagamento das indenizações pela Braskem. De acordo com os moradores, "a Braskem vem aceitando somente as avaliações feitas por empresas que são ligadas a ela</p> <p>Em setembro a DPU entra com ação contra a Superintendência de Seguros Privados (Susep), a Caixa Econômica Federal (CEF) e várias companhias seguradoras por causa das reiteradas recusas em contratar o seguro residencial para os imóveis próximos às áreas consideradas de risco</p>
<p>18/11/21 - Público protesta contra Braskem</p> <p>Outubro o MPF recomenda o restabelecimento de serviços públicos na região dos Flexais, no bairro do Bebedouro</p> <p>24/11/2021. A Prefeitura de Maceió renova o decreto de calamidade pública</p> <p>03/12/21 - Ato em Maceió cobra agilidade nas indenizações de famílias afetadas pelo afundamento do solo.</p> <p>04/12/21 - Justiça proibe protestos de moradores em frente à sede da Braskem, em Maceió</p>

Não obstante, vale levantar os seguintes questionamentos: Qual a fase da participação em que a população se encontra em cada período? Quais são suas ações perante o caso Braskem? E mais importante, que tipo de participação popular a sociedade deve alcançar para garantir o direito à cidade? Para isso, analisaremos os conceitos de Souza (2002 *apud* Menezes e Lins, 2009) na figura 24 que divide as formas de participação da sociedade em Não-participação, Pseudoparticipação e Participação Autêntica com o ocorrido em Maceió e as formas de atuação.

Figura 24 - Quadro dos tipos de participação.



Fonte: Souza, 2002 *apud* Menezes e Lins, 2009, Modificado pela autora.

Quando a antiga Salgema se instalou em Maceió, a população se encontrava em um cenário de **não-participação**, do tipo Coerção (Souza, 2002 *apud* Menezes e Lins, 2009), já que não existia democracia e o país vivia em um regime ditatorial. Com a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil entrou em uma nova fase democrática, que ampliou os direitos de cidadania e a participação popular. Em 2001 surgiu o Estatuto da Cidade, que deveria assegurar essa participação, como visto anteriormente.

Menezes (2013) reconhece que o Estatuto da Cidade trouxe novos paradigmas para o planejamento urbano no Brasil e influenciou de alguma forma a evolução do planejamento em Maceió, criando possibilidades para a participação popular na política local. Porém, o Estatuto **não define claramente que tipo de participação deve ocorrer**, o que gera ambiguidades e divergências de interpretação, especialmente em uma sociedade marcada pela desigualdade e com características heterônomas (Menezes, 2013). Assim, a ação popular dentro das políticas transita entre a não-participação e a pseudoparticipação, em vez de se configurar como participação autêntica.

4.1. Descoberta da subsidência e criação das associações (2018 e 2019)

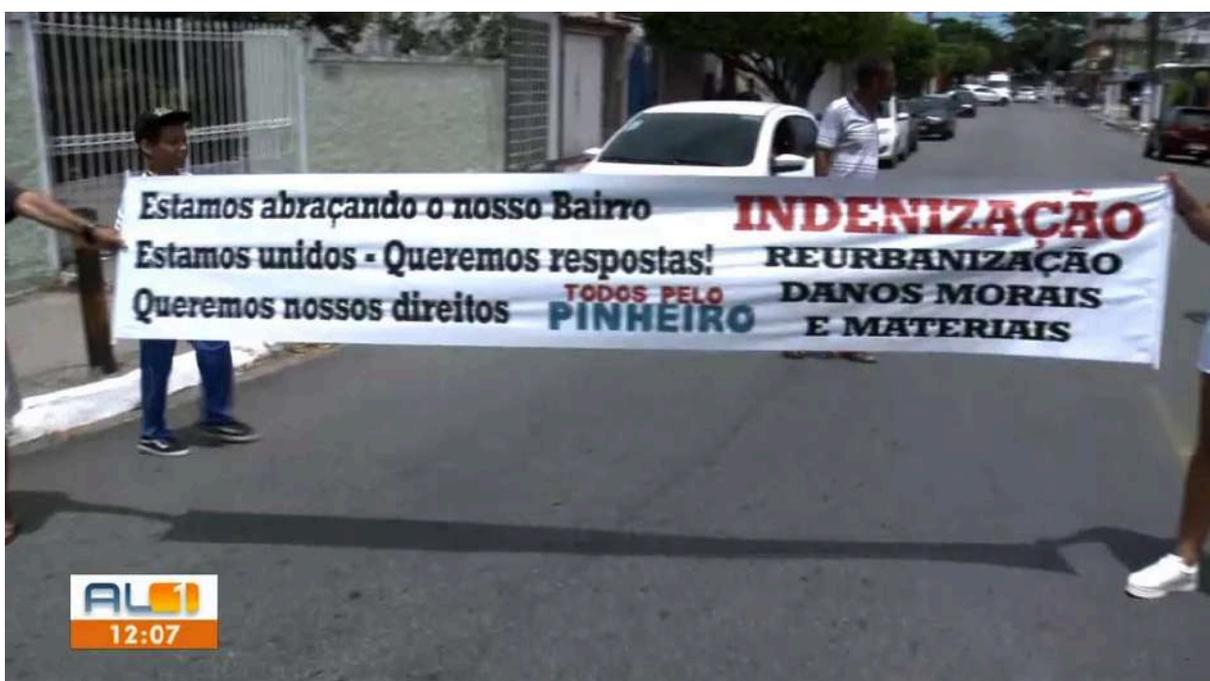
Quando a situação começou a se agravar com o tremor de terra em **2018**, ocorreram as primeiras evacuações e as suspeitas sobre a Braskem foram levantadas pelos técnicos (Brasil, 2024). Nessas circunstâncias, percebemos uma mudança de posicionamento dos moradores afetados que como argumenta Santos (2021), se deslocam de uma ação passiva, individual e paliativa, para uma ação mais ativa e coletiva com o surgimento de duas associações comunitárias, o NUDEC e o SOS Pinheiro.

O Núcleo Comunitário da Defesa Civil (NUDEC) surge por indução da própria Defesa Civil, refletindo a crescente preocupação dos moradores. As ações dos cidadãos, organizadas através do NUDEC, buscam informar e proteger a população diante da iminência de novos desastres, principalmente com a inclusão de líderes comunitários nos planos de emergência. Nesse aspecto, cumprem bem o papel,

informando sobre audiências públicas e reuniões. Entretanto, quando se trata de ser uma organização que representa os interesses dos atingidos, a relação de pseudoparticipação do tipo **cooptação** da associação com a Defesa Civil gera uma insegurança por parte de outras associações, pela influência do órgão nas ações do NUDEC. (Santos, E. 2021; Souza, 2002 *apud* Menezes e Lins, 2009).

A associação SOS Pinheiro foi criada em novembro de 2018 por moradores do bairro Pinheiro e por meio deles ocorre o incentivo para os primeiros protestos. No dia 4 de dezembro de 2018, as pessoas foram às ruas exigindo respostas e um posicionamento dos órgãos públicos. O ato público repercutiu nas mídias locais e, como reflexo da mobilização ou não, a prefeitura publicou no Diário Oficial do Município a solicitação de reconhecimento da Situação de Emergência no bairro. A liderança do SOS Pinheiro atribui essa conquista à mobilização realizada pelo grupo (Santos, 2021).

Figura 25: Moradores do Pinheiro realizam protesto no Pinheiro, em Maceió, para cobrar respostas sobre as rachaduras no bairro.



Fonte: G1 AL, 2019.

Santos, E. (2021) argumenta que outras solicitações como o acesso a informações oficiais, auxílio jurídico e auxílio financeiro para custear as despesas com as mudanças, foram conquistadas a pedido da população. Ao menos nesse momento, com a divulgação de relatórios da CPRM, divulgação de informações em sites oficiais e o auxílio-moradia pago pela União (Brasil, 2024). Além disso, o SOS Pinheiro também agiu impulsionando a mobilização das associações comunitárias de outros bairros afetados.

Os atingidos buscaram cada vez mais, ser ouvidos através de atos pacíficos para pressionar o poder público a tomar decisões pertinentes, esclarecer a gravidade da situação e solucionar suas angústias. Inicialmente organizados por associações de moradores e sindicatos de trabalhadores, os protestos, com cartazes de socorro e revolta, visavam denunciar a situação dos bairros em subsidência (Bulhões, 2022).

Figuras 26 e 27: Protesto do dia 28 de novembro de 2019, na Avenida Major Cícero de Góes Monteiro, organizado pelos moradores dos bairros atingidos.



Fonte: SINTEAL, 2019.

No ano de **2019**, as igrejas católicas e evangélicas do bairro cederam espaços para diálogos entre a Defesa Civil e a população, além de atendimento psicológico. houve uma intensificação das manifestações populares. Em 14 de janeiro, cerca de 2.500 moradores protestaram pedindo a isenção do pagamento do

IPTU, em resposta, no dia 28 a Prefeitura de Maceió publicou um decreto suspendendo a cobrança do IPTU de 2019 dos imóveis situados nas áreas de risco do bairro do Pinheiro (Santos, 2021; G1AL, 19/06/2019).

Em março, após a audiência pública no âmbito da Comissão de Transparência do Senado Federal com resultados preliminares da CPRM, a sociedade civil organizou protestos para cobrar respostas sobre o afundamento dos bairros, paralisar as atividades da mineradora e garantir o bloqueio de R\$6,7 bilhões para futuras indenizações. Em abril, o MP-AL e a Defensoria Pública Estadual (DPE/AL) propuseram uma ação cautelar por danos morais e materiais coletivos com pedido de bloqueio de R\$6,7 bilhões da Braskem para a reparação preventiva (CADA MINUTO, 08/05/2019 *apud* Santos, E. 2021; Brasil, 2024).

Ainda em Abril, a comunidade solicitou a presença mais efetiva de especialistas em comunicação de risco que foi posteriormente atendida, com a instalação da sede da Defesa Civil, no bairro do Pinheiro. No mês seguinte, foi criado por voluntário a associação SOS Pet Pinheiro para resgate de animais. Enquanto isso, a Braskem contestava o relatório da CPRM e pretendia vender as ações para o grupo holandês Lyondell Baseell, mas o grupo desistiu após análise de risco. O Governo de Alagoas também já havia entrado com uma ação na justiça para impedir a venda. Outras empresas como Unipar, Adnoc e J&F fizeram propostas, mas nenhuma delas foi concretizada (Brasil, 2024).

Em novembro, ocorreu outro protesto organizado pelos moradores dos bairros do Mutange, Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto e com participação do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas (SINTEAL). Eles pedem: 1) Paralisação das atividades das minas de extração; 2) Indenização e evacuação dos moradores; 3) Estudo de todas as 35 minas de extração provocadas pela Salgema; e 4) Defesa do laudo da CPRM (SINTEAL, 2019).

Através de associações comunitárias, os moradores mantiveram interlocução com o judiciário para articular medidas indenizatórias, conseguiram isenções de tributos municipais e, com a ajuda de um deputado federal e da defensoria pública, obtiveram uma liminar que suspendeu cobranças relacionadas ao financiamento do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab) (Santos, E. 2021). A criação do

Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação em dezembro de 2019, além dos acordos firmados, foram marcos significativos na resposta às demandas dos moradores.

Em março de **2020**, a pandemia da Covid-19 complicou a situação, trazendo uma série de desafios para a sociedade, especialmente no que diz respeito à participação popular. Com as medidas de distanciamento social, as formas tradicionais de mobilização e manifestação foram limitadas ou inviabilizadas, bem como a realização de reuniões, audiências e manifestações presenciais, o espaço físico da Central do Morador é fechado, passando os atendimentos a serem por ligação, como é informado no próprio site (Braskem/Alagoas, 2020?).

É possível observar no quadro 7 que os firmamentos dos acordos ocorreram majoritariamente em 2019 e 2020, período de extrema fragilidade social devido a pandemia. Esses acordos se configuram como **Pseudoparticipação** do tipo **Informação**, visto que tudo era planejado e desenvolvido sem a participação ou consulta dos moradores e apenas era informado a eles o que tinha sido acordado (Souza, 2002 *apud* Menezes e Lins, 2009).

Nossa experiência cotidiana, em nossas práticas espaciais, no ordenamento espacial da cidade é mediada por tais concepções, que, muitas vezes, não estão de acordo com nossos interesses. Simultaneamente, a maneira como respondemos a essas determinações através de nossas ações no espaço, inclusive em manifestações espaciais – sejam culturais, artísticas ou uma passeata, por exemplo – interferem na maneira como vivenciamos e entendemos as representações [...] Seria correto afirmar que projetos criados sem a participação dos envolvidos e dos atingidos encontram-se ligadas a práticas sociais que estabelecem relações entre a materialidade e pessoas através da lógica capitalista de produção do espaço (FERREIRA, 2016, p.26).

Ferreira (2016) sustenta que a ausência de envolvimento da população na criação de projetos pode estar ligada a práticas sociais que favorecem a lógica capitalista na produção do espaço urbano, afetando significativamente a organização das cidades e o bem-estar dos cidadãos. Essa tendência é evidenciada quando, diante dos problemas enfrentados pela cidade de Maceió, a empresa Braskem inicia estudos para a exploração minerária em Paripueira²⁶, localizada no norte de Alagoas. Como reação, a associação S.O.S Litoral Norte, composta por

²⁶ A licença de pesquisa mineral foi concedida pela ANM no segundo semestre de 2019, para explorar sete áreas localizadas nos municípios de Maceió, Paripueira e Barra de Santo Antônio (Brasil, 2024).

residentes de Paripueira, organiza manifestações em oposição à potencial intervenção da empresa na região (Brasil, 2024).

O processo de remoção forçada foi organizado pela empresa junto aos órgãos estatais, como visto no capítulo anterior, com o objetivo de retirar as pessoas das áreas de risco. Teles (2023) sustenta que estes acordos funcionam mais como uma tutela imposta do que como um consenso entre as partes, o que resulta na **revitimização dos afetados**, indenizações injustas e coação para que deixem suas casas sem garantia de um local certo ou em condições iguais ou melhores que as anteriores, enquanto a mineradora se torna proprietária dos terrenos.

Todavia, os acordos surtiram o efeito contrário ao desejado pela população. Os moradores afetados sofrem com a falta de participação nas decisões tomadas pelas autoridades juntamente com a Braskem, enfrentam dificuldades para serem ouvidos e acabam recorrendo a outros métodos para lutar por indenizações justas (Teles, 2023; Bulhões, 2022). Além dos protestos nas ruas, utilizam as redes sociais como ferramenta de luta, desenvolvem projetos artísticos e sociais, aumentam as intervenções em muros e paredes, e até recorrem à justiça estrangeira.

É em novembro de 2020, com um sentimento de impunidade e perdendo a fé na justiça brasileira, que um grupo de 11 moradores entrou com uma ação coletiva contra a Braskem na Holanda²⁷ em busca de reparações. Em setembro de 2022, o Tribunal Distrital de Roterdã reconheceu sua competência para julgar a ação movida pelos moradores contra a Braskem. Em 2024, ocorre a primeira audiência de mérito do processo (Brasil, 2024).

4.2. Pandemia, ativismo e redes sociais (2020 e 2021)

“O pixo, em toda a sua história, está diretamente conectado aos movimentos sociais de luta e protesto, numa busca de retomar não só lugares, mas também

²⁷ No dia 24 de julho de 2024, período após o recorte temporal proposto neste trabalho, a Justiça holandesa condenou a Braskem pelo afundamento do solo em Maceió, determinando o pagamento de indenizações aos moradores afetados. A decisão, divulgada pelo Tribunal de Roterdã, destacou que a Braskem SA é responsável pelos danos causados, enquanto suas subsidiárias na Holanda foram isentadas de responsabilidade. As partes devem negociar o valor das indenizações, e a Braskem ainda pode recorrer da decisão. Embora a ação fosse individual, a decisão pode se estender a outros moradores prejudicados, marcando a vitória mais significativa da luta popular até o momento. Agora com caráter coletivo, essa decisão pode desencadear um efeito avalanche, levando outros moradores a entrarem com processos semelhantes (ALVORÁVEL, 2024).

vozes e visibilidade.” (Bezerra, 2023, p.10). No contexto do Caso Braskem, essa prática se manifesta como uma forma de resistência da população afetada pela subsidência do solo que disputa pelo território, pelos direitos e pela quebra de padrões pré-estabelecidos, no caso a prática capitalista da mineração desenfreada.

Podemos ver o picho sendo utilizado desde as primeiras manifestações contra a mineradora na década de 1980 e 1990, os moradores já escreviam frases nos muros (Figura 26).

Figura 28: Palavras de ordem nos muros das casas do Pontal.



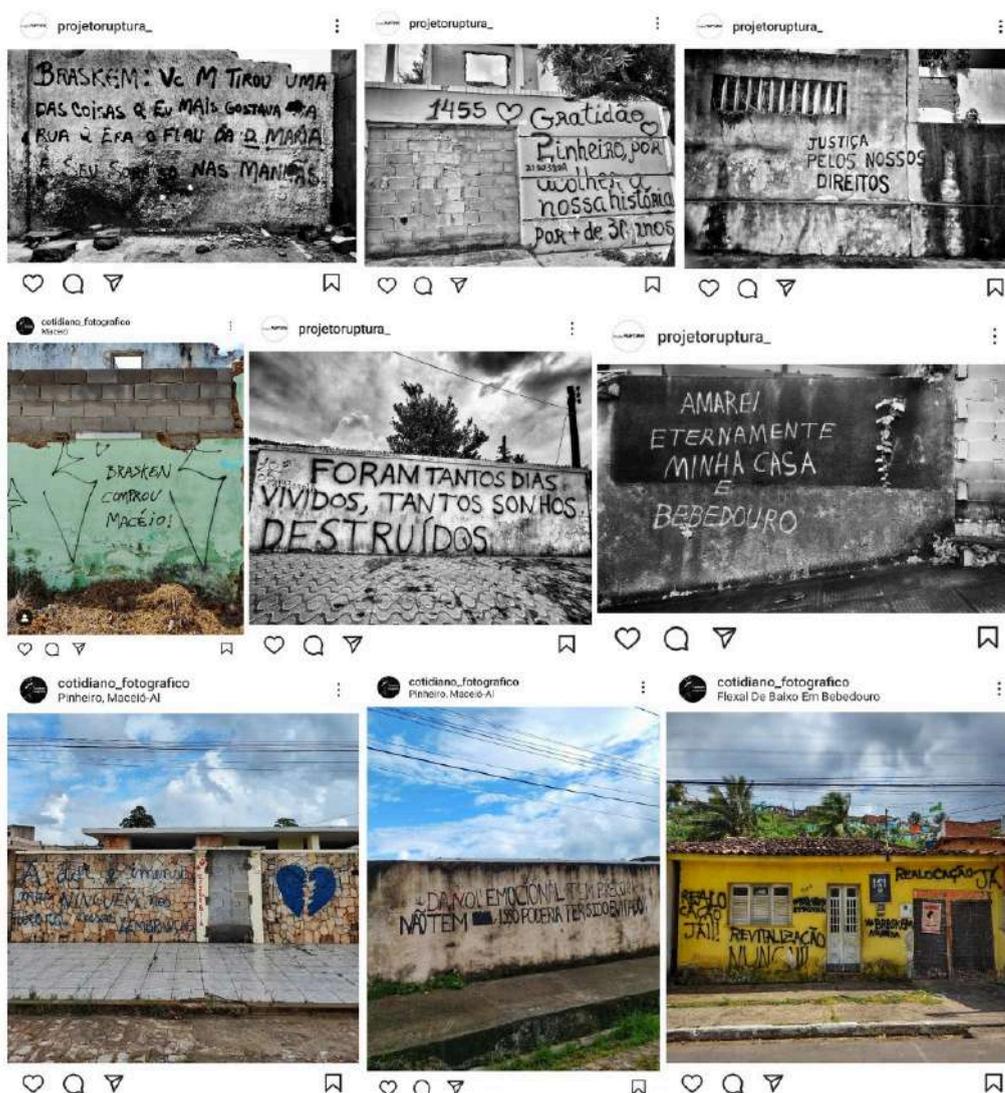
Fonte: Arquivo da Tribuna de Alagoas *apud* Vieira, 1997.

Após as remoções das famílias essa prática volta a acontecer. Nas ruas de

Maceió, os atingidos vêm utilizando o picho²⁸ para expressar indignação e protestar contra a Braskem. Suas mensagens visíveis nas ruínas dos muros e fachadas clamam por justiça e responsabilidade ambiental como é exposto no Instagram do Projeto Ruptura e Cotidiano Fotográfico (Quadro 8). Nas mensagens, os moradores também escrevem seus nomes, o tempo que passaram em seus lares ou mesmo uma mensagem de despedida.

²⁸ Segundo o Museu da Língua Portuguesa, “pichação é a forma escrita que encontramos no dicionário e seu aparecimento é antigo. Mas essa prática de escrever em muros e fachadas, como conhecemos hoje, tem origem no protesto político. No Brasil alguns diferenciam as duas escritas, sendo a com X as chamadas pixos ou tags, assinaturas que têm tipos e formas diferentes”. Dessa forma, é importante deixar claro que apesar do protesto, no caso de Maceió, ser o mesmo, a tag do pixador e o picho do morador são movimentos diferentes, bem como entendidos de formas diferentes como ressalta Bezerra (2023) Neste trabalho será utilizado o picho com CH entendido como uma pichação política dos moradores afetados.

Quadro 8: Conjunto de imagens de pichações nas ruínas dos bairros.



Fonte: Instagram Cotidiano Fotográfico, 2023 e Projeto Ruptura, 2023.

Ainda no ano de 2020, essa necessidade de deixar registrado nas paredes e muros de suas próprias casas, inspira um projeto artístico intitulado “A gente foi feliz aqui”, guiado pelo artista visual e estudante da FAU-UFAL Paulo Acioli. O projeto realiza um tipo de colagem chamada **Lambe-lambe** que consiste em imprimir imagens e colar nas paredes estilo panfletos ou *outdoor*. As colagens são fotografias dos antigos moradores do bairro do Pinheiro, coladas em tamanho ampliado nas suas antigas casas (Quadro 9). Essa forma de arte urbana é uma denúncia silenciosa contra o deslocamento forçado e a destruição causada pelo afundamento do solo.

Quadro 9: Conjunto de imagens das colagens do projeto A gente foi feliz aqui.



Fonte: Instagram A gente foi feliz aqui, 2020.

Bulhões (2022) argumenta sobre a importância da construção da memória coletiva dessa comunidade atingida, diante da perda do patrimônio e a destruição do tecido social. As colagens também são um apelo para a humanização do caso, diante do impacto negativo em suas memórias afetivas. As imagens reunidas no quadro 9 são do projeto “A Gente Foi Feliz Aqui”, do artista visual e ex-morador da área Paulo Acioli. O perfil do Instagram do projeto tem 27 publicações, postadas entre os anos de 2020 e 2022 e devido à repercussão foi tema do programa “É de casa” (Rede Globo, 2021).

Outra forma de manifestação é o **muralismo**. O Contra-Quebranto é um projeto formado por artistas de Maceió que buscam promover a cura através dessa expressão artística. Nos murais²⁹ realizados nas ruínas dos bairros afetados, eles buscam denunciar e retratar os impactos do afundamento do solo e a luta dos moradores. O projeto conta com o apoio financeiro do Governo de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado da Cultura, via Lei Aldir Blanc, direcionada pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, Governo Federal (Araújo, Fertón,

²⁹ Os murais foram pintados com tintas e elementos naturais, em sua maioria pigmentos feitos com terra.

Borges, 2022; Contra-Quebranto, 2021). O perfil no Instagram @contra.quebranto, tem 63 publicações entre o ano de 2021 e 2022.

Quadro 10: Conjunto de imagens dos grafites do Contra Quebranto.



Fonte: Instagram Contra-Quebranto, 2021.

Essas formas de manifestação, ao combinar arte e ativismo (ativismo³⁰), não só ajudam a dar visibilidade à causa, mas também criam uma narrativa coletiva de resistência e resiliência. Transformam as ruas de Maceió numa galeria viva de luta e reivindicação pela cidade. Através dessas ações, a população busca chamar a atenção para a gravidade de sua situação e pressionar por soluções justas e equitativas.

³⁰ Ativismo é um neologismo conceptual ainda de instável consensualidade que une a criação artística com questões políticas, sociais e ambientais, buscando mudanças e transformações na sociedade por meio da expressão artística (Raposo, 2015 *apud* Araújo, Fertou, Borges, 2022).

Com o advento das medidas de distanciamento social impostas pela pandemia, veio a consequente restrição das abordagens convencionais de mobilização e protesto. Nesse sentido, as plataformas digitais se tornam veículos de denúncia, conscientização, mobilização e resistência no Caso Braskem em Maceió. A facilidade de acesso e a capacidade de conectar pessoas com interesses comuns fortaleceram as redes de solidariedade, criando uma nova dinâmica no ativismo social, expandindo seu alcance para um público global (Bezerra, 2023; Araújo, Ferton, Borges, 2022).

Segundo Bezerra (2023), com a popularização das redes sociais os pixadores começaram a postar seus registros fotográficos no Instagram. Isso proporcionou uma maior propagação das suas ideias e reivindicações, gerando inclusive o compartilhamento por outras pessoas que não participaram do ato. No caso dos bairros afetados pela Braskem, as publicações ganharam grande destaque na mídia local e nacional, comprovando a importância desse tipo de manifestação.

Atualmente, os ativismos nas redes não apenas replicam, ampliam o alcance e perpetuam o efêmero que encontramos nas ruas, mas também utilizam dos recursos disponíveis na internet para propagação de conteúdos visuais e audiovisuais, principalmente a exposição de fotografias e filmes[...] (Araújo, Ferton, Borges, 2022. p.11).

A população afetada começou a utilizar o Facebook, o Twitter e o Instagram para compartilhar suas histórias, organizar eventos e chamar a atenção para suas causas. Além disso, essas ferramentas ampliam a disseminação de informações e a organização de movimentos de maneira eficaz e abrangente.

No texto de Araújo, Ferton e Borges (2022) foi realizada uma "Nuvem de Palavras" com as hashtags utilizadas por perfis de indivíduos e coletivos artistas no Instagram. Ela revela que as hashtags mais frequentes mencionam solidariedade aos moradores dos bairros atingidos pela Braskem: Pinheiro, Bebedouro, Mutange e Bom Parto. Além disso, a hashtag "resistência" também é destacada em todas as obras mapeadas pelas autoras. A cronologia dos ativismos na rede social Instagram mostra uma ascensão das manifestações na esfera pública digital a partir do decreto estadual de isolamento social. Em 2021, a maioria dessas postagens menciona o crime ambiental da mineradora Braskem (Figuras 29 e 30).

Figuras 29 e 30: Principais hashtags dos ativismos digitais mapeados em Maceió e ano de publicação.



Fonte: Araújo, Fertton, Borges, 2022.

O Instagram foi de grande importância para esta pesquisa. Por meio dela, a autora teve contato com vários perfis (Quadro 11).

Quadro 11: Perfis de coletivos, associações, projetos e entidades sociais no Instagram		
NOME	APRESENTAÇÃO	REFERÊNCIA
@vitimasdabraske m	O perfil do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem é uma organização que busca defender os direitos das pessoas afetadas. O movimento divulga informações sobre o processo judicial, as indenizações, as medidas de segurança e as ações de mobilização social. O objetivo é fortalecer a resistência e a solidariedade entre as vítimas, além de exigir justiça e reparação integral dos danos causados pela Braskem. É um importante canal de disseminação de informações sobre o caso e também é um dos coletivos mais ativos.	https://www.instagram.com/vitimasdabraske/
@sospetpinheiro	Perfil que atua desde 2019 no resgate e no sistema de adoção dos animais de rua que ficaram nos bairros desocupados, segundo sua bio no Instagram são mais de 500 animais salvos.	https://www.instagram.com/sospetpinheiro/
@batistadopinheiro	Perfil da Igreja Batista do Pinheiro que além das informações da igreja, também faz denúncias sobre o caso, participa e incentiva as manifestações	https://www.instagram.com/batistadopinheiro/
@midiaaete	Perfil de Jornalismo independente e comunitário em Alagoas.	https://www.instagram.com/midiaaete/?g=5
@zazomcz	Perfil do jornalista e documentarista Zazo, morador de Maceió. Ele denuncia não só o Caso Braskem, como também outros descasos em Maceió. Dá grande destaque a luta e manifestações populares.	https://www.instagram.com/zazomcz/
@observatoriocaso braskem	O Observatório Caso Braskem é um projeto gerido pelo LabHacker, com foco em transparência, acessibilidade de dados e ação. Liderado por Evelyn Gomes e Alice Jardim, a equipe transdisciplinar se dedica a tornar os dados compreensíveis para todos. Acreditam na importância da acessibilidade das informações para pressionar	https://www.instagram.com/observatoriocasobraskem/

	por políticas públicas adequadas e exigir transparência nos dados ainda não divulgados publicamente.	
@relatosdeumatragedia	Canal destinado a divulgação dos dados do projeto de pesquisa realizado sobre o desastre socioambiental por decorrência de mineração em Maceió (CNPQ 2021). É um projeto da UFAL, mas que também conta com a participação de professores de outras universidades como UFPE e UNB. Eles organizaram uma <i>playlist</i> no <i>Youtube</i> com diversas entrevistas sobre o caso.	https://www.instagram.com/relatosdeumatragedia/
@vidas_rachadas	Perfil criado para auxiliar na coleta de dados para a dissertação da aluna Priscilla Souza, do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGENF), UFAL Fapeal. O questionário busca saber mais sobre o Adoecimento mental das pessoas vítimas da instabilidade do solo nos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro em Maceió-AL.	https://www.instagram.com/vidas_rachadas/
@problema_em_questao	A Profa. Dra. Hellen Cavalcanti é Doutora em Administração pela UFMG e ex-moradora de Maceió. Ela criou o perfil para ter mais contato com a situação, conforme mencionado em uma de suas postagens. Além disso, ela utiliza sua plataforma para divulgar seu trabalho e os conhecimentos adquiridos através dele.	https://www.instagram.com/problema_em_questao?igsh=MWF6MHloYmc1ZWwxNg%3D%3D
@projeto.emergir	O Projeto Emergir é uma produção de estudantes de Arquitetura e Urbanismo da Uninassau que contém fotos e vídeos sobre o caso de Maceió no Instagram e no Tik Tok.	https://www.instagram.com/projeto.emergir?igsh=MXB6M2NzZ3oyeGZjYw%3D%3D
@reunindo_historias	Perfil criado para contar as histórias das vítimas. O perfil se disponibiliza a postar fotos e histórias dos atingidos.	https://www.instagram.com/reunindo_historias/
@memorias.fragmentadas	O perfil foi criado para divulgação do espetáculo Memórias Fragmentadas que foi exibido em Maceió. Ele contém imagens do espetáculo e dos artistas que participaram	https://www.instagram.com/memorias.fragmentadas
@labhacker	O LabHacker é um dos laboratórios de inovação mais dinâmicos do setor público brasileiro. Ele está vinculado à Câmara dos Deputados e tem como objetivo promover a colaboração, a criatividade e a busca por soluções inovadoras. Ele fez algumas publicações que deram visibilidade ao caso Braskem.	https://www.instagram.com/labhacker/
@entrerachaduras	O Instagram "Entre Rachaduras" é um projeto criado para acompanhar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Braskem sobre o desastre socioambiental em Maceió, visando construir conhecimento sobre o caso. Desenvolvido por uma rede de professores e estudantes dos cursos de Ciências Sociais, Jornalismo e Relações Públicas da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), o projeto discute política, meio ambiente e comunicação, tomando como base os desdobramentos políticos do desastre. O nome "Entre Rachaduras" reflete a complexidade das relações entre organizações e públicos, simbolizando tanto as fissuras físicas do desastre quanto as rupturas na vida das pessoas	https://www.instagram.com/entrerachaduras/

	e na comunicação promovida pela mineradora, destacando demandas e problemas frequentemente esquecidos.	
@arthurcelsofotografia	Perfil de Artur Celso, morador de Maceió, fotógrafo e artista visual que expõe imagens das manifestações e das ruínas dos bairros, além de outros eventos e cenários de Maceió.	https://www.instagram.com/arthurcelsofotografia/
@cotidiano_fotografico	O perfil expõe fotos de Carlos Eduardo da Silva Lopes, estudante do Curso de Ciências Sociais - UFAL. Ele iniciou os registros para o seu TCC, intitulado Vidas e lares destruídos: território e memória, uma fotoetnografia após o desastre socioambiental causado pela Braskem, mas não parou de atualizar o perfil após o TCC finalizado.	https://www.instagram.com/cotidiano_fotografico/
@projetoruptura_	O Projeto Ruptura é composto por um grupo de 12 fotógrafos que realizaram uma intervenção urbana de 96 fotos expostas em dois pontos das áreas afetadas. O projeto também conta com a criação de um site contendo mais informações e depoimentos. O perfil é gerenciado por Deth Nascimento, uma das fotógrafas participantes.	https://www.instagram.com/projetoruptura_/ https://projetorupturamcz.wixsite.com/fotografia
@agentefoifelizaqui	Perfil criado pelo artista visual Paulo Acioli, mostrando a instalação feita no bairro do Pinheiro, com fotografias dos antigos moradores que deixaram as casas coladas em tamanho real nas fachadas.	https://www.instagram.com/agentefoifelizaqui/
@contra.quebranto	O Contra-quebranto é um projeto que busca promover a cura através da expressão artística, o perfil expõe essas artes feitas nos bairros afetados como uma denúncia. O projeto conta com o apoio financeiro do Governo de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado da Cultura (@secultal), via Lei Aldir Blanc, direcionada pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, Governo Federal. Idealizado pelo artista visual @lucas.cr, construído em conjunto com as artistas @nayo.arte e @larissasarntana, com produção de @krullpedro.	https://www.instagram.com/contra.quebranto/
@lugaresdemaceionamemoria	Rede sociocultural que desenvolve ações para a salvaguarda da memória coletiva de Maceió após o desmonte de cinco bairros afetados pela subsidência em decorrência da mineração de sal-gema pela Braskem. Ponto de Memória criado pela pesquisadora Adriana Capretz Manhas e certificado pelo IBRAM em 2023 (Instituto Brasileiro de Museus)	https://sites.google.com/view/maceionamemoria/in%C3%A9Dcio

Fonte: Elaboração autoral, 2024.

Por meio desses perfis foi possível realizar uma imersão no caso, se atualizar sobre as ações, mobilizações, conhecer projetos artísticos, sociais e acadêmicos. Onde são apresentadas iniciativas como registros fotográficos, performances de rua, exposições de arte e teatro comunitário. Usadas para expressar a dor, a resistência

e a esperança dos moradores³¹.

Destaque para as contas @cotidiano_fotografico, @observatoriocasobraskem, @midiacaete, @projektoruptura_, @entrerachaduras, e @vitimasdabraskem, perfis que mais foram acompanhados, sendo o último do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB) que se tornou uma das contas de associações mais ativas desde 2021, além de ser um importante canal de denúncias sobre o caso.

2021 entra com essa perspectiva de mobilização. A sociedade civil continua a se articular ativamente diante dos impactos do crime ambiental, com vários protestos significativos. Também é o ano de início do processo seletivo para o Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais, que inclui representantes da sociedade civil e órgãos públicos (MPF-BR, 2020) em uma primeira tentativa de realmente incluir a participação autêntica da população.

O comitê é composto por 12 membros e é dividido em quatro segmentos: poder público, entidades de classe, movimentos sociais e organizações não governamentais. Suas atribuições incluem a seleção de projetos a serem executados conforme as demandas e prioridades da população afetada e pagos pela Braskem (MPF-BR, 2020).

O comitê tem realizado reuniões periódicas para definir critérios de aplicação dos recursos e dialogar com a comunidade e em parceria com o UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos, organismo operacional da ONU que apoia seus parceiros na execução de ações humanitárias, de desenvolvimento e de consolidação da paz em todo o mundo. O Comitê Gestor já identificou áreas e temas prioritários para serem desenvolvidos, incluindo pesquisa e atendimento em saúde mental, preservação do patrimônio histórico, fomento ao esporte e empreendedorismo social, e defesa da causa animal. Durante a execução dos projetos, novos temas poderão ser incorporados, sempre em diálogo com a população afetada (MPF-AL, 2024). Mas deve-se observar se de fato apenas esse comitê atenderá as demandas da população.

³¹Muitos outros canais e perfis valem a pena conhecer, alguns deles estão listados no Catálogo Cultural da Mídia Caeté e IDEAL no link: <https://midiacaete.com.br/catalogocasobraskem/>.

Em junho de 2021, um grupo de artistas realizou uma ação em uma das ruas, desocupadas do bairro do Pinheiro, entre os organizadores estão: @yarapao_, @diego.i.am, @ermesson.artista, @rafaelsantos.arq e @dilma.de.carvalho. Para essa ação a artista Yara Pão realizou uma enquete nos *Stories* do *Instagram* perguntando aos seguidores uma frase que representasse o crime da Braskem. Posteriormente foram ao local, desenharam e pintaram a frase “Maceió afunda em lágrimas”. Todo o movimento foi registrado em fotos e vídeos e postado nas redes sociais (Rafael Santos, 2021; Yara Pão, 2021).

Figuras 31 e 32 : Postagem da artista Yara Pão do ato de manifestação no Pinheiro e do artista Rafael Santos.



Fonte: Instagram Yara Pão, 2021; Instagram Rafael Santos, 2021.

No mesmo mês, a sociedade civil organizou um protesto em frente ao Ministério Público Federal (MPF) em Maceió (Figura 33), exigindo agilidade nos

processos de indenização e participação nos acordos. Em julho, houve outro protesto contra o cálculo e o atraso no pagamento das indenizações pela Braskem. Em setembro, a Defensoria Pública da União (DPU) entrou com uma ação contra a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e outras entidades devido à recusa em contratar seguro residencial para imóveis em áreas de risco (Brasil, 2024; Santos, C. 2021).

Figura 33: A Associação dos Empreendedores do Pinheiro e o Movimento Unificado de Vítimas da Braskem (MUVB) realizam um protesto em frente ao Ministério Público Federal (MPF), no Barro Duro.



Fonte: Santos, C. 2021.

Protestos públicos continuaram em outubro e novembro, com manifestações contra a Braskem e demandas por restabelecimento de serviços públicos. Em dezembro, um ato de manifestação em frente à mineradora cobrou agilidade nas indenizações, mas a Braskem respondeu utilizando de medidas judiciais para tentar silenciar e desmobilizar as vítimas. A justiça proibiu novos protestos em frente à

sede da Braskem em Maceió. Caso houvesse descumprimento os manifestantes estariam sujeitos a multa cumulativa de R\$5 mil por dia, além de responsabilização criminal por desobediência. A ação de interdito proibitório movida pela empresa é um claro exemplo de assédio judicial. (G1 AL, 2021b; Sarmiento, 2024).

Sarmiento (2024) relata que esse tipo de ação visa impedir que os cidadãos exerçam seus direitos de protesto, comprometendo princípios democráticos fundamentais. Diante disso, a sociedade se solidarizou com as vítimas e repudiou as ações da Braskem e a omissão das autoridades competentes. Mas mesmo diante da indignação com essa decisão, os manifestantes respeitaram todas as determinações judiciais impostas, demonstrando um profundo respeito pelo estado de direito. Sarmiento (2024) também chama atenção para a atuação do Ministério Público Federal (MPF), que deveria defender os direitos das vítimas, mas permitiu que a Braskem continuasse a exercer seu poder econômico e influência para escapar de suas responsabilidades.

Essas ações demonstram mais uma vez como a sociedade civil de Maceió tem se mobilizado de forma persistente para enfrentar os desafios causados pela subsidência do solo, buscando justiça e soluções efetivas para as comunidades afetadas, indo às ruas mesmo diante de uma pandemia.

Figura 34: Foto de Gustavo Marinho dos moradores protestando de máscaras, em plena pandemia da Covid-19.



Fonte: G1 AL, 2021a.

4.3. Estudantes e pesquisadores

No ano de 2022, um marco importante para a população é a publicação do livro *Rasgando a Cortina de Silêncios: O lado B da exploração do sal-gema de Maceió* (Fragoso, 2022) que rompe de fato a desinformação e o silêncio propagado. Ele abre as portas para outros pesquisadores publicarem sobre o crime da Braskem e fazerem suas denúncias também.

A participação ativa das faculdades como entidades da sociedade civil desempenham um papel crucial na reconstrução das cidades e na denúncia de crimes. Essas instituições acadêmicas não apenas oferecem educação, mas também se tornam centros de pesquisa e discussão. Por meio de estudos aprofundados, elas analisam questões sociais, econômicas e ambientais, identificando problemas e propondo soluções. Além disso, as faculdades promovem debates e fóruns que envolvem a comunidade, incentivando a participação popular e a conscientização sobre questões críticas.

Na UFAL e na FAU, muitos agentes estão comprometidos com essa missão. Professores, pesquisadores e estudantes dedicam-se a investigar e documentar

irregularidades, violações de direitos e crimes. Eles produzem artigos, teses, dissertações, organizam webinários e montam projetos de pesquisa que contribuem para a denúncia das práticas prejudiciais da mineradora. Essa colaboração entre a academia e a sociedade civil é fundamental para garantir o bem-estar coletivo. Através desses esforços conjuntos, as faculdades se tornam agentes de mudança, promovendo justiça, transparência e responsabilidade em nossa sociedade, afinal, os integrantes das instituições também fazem parte e se manifestam como integrantes da sociedade civil.

Os dados encontrados e apresentados no Quadro 11 - Produções acadêmicas e artísticas sobre o caso Braskem (Apêndice 1 do presente trabalho) destacam a rica contribuição da comunidade acadêmica relacionada ao caso Braskem em Maceió. No campo acadêmico (Até Maio de 2024), foram identificados 29 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC): três em Jornalismo, sete em Arquitetura (em Arquitetura 6 estão em desenvolvimento), um em Psicologia, seis em Direito, um em Engenharia Química, um em Economia, Administração e Contabilidade, dois em Ciências Contábeis, um em Ciências Sociais, um em Geografia e um em Química.

No âmbito dos estudos avançados, foram produzidas oito dissertações de mestrado e cinco teses de doutorado, sendo uma tese e uma dissertação em desenvolvimento. Além disso, a literatura sobre o tema inclui 48 artigos científicos, 19 projetos de pesquisa e 12 livros. A pesquisa também salienta as diversas participações de pesquisadores em eventos acadêmicos e os produtos gerados por esses trabalhos, como curtas-metragens e mapas, que ampliam a compreensão e a divulgação dos impactos do desastre socioambiental causado pela Braskem.

A própria autora está incluída dentro dessa contribuição por ter participado como colaboradora do programa de iniciação científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC CNPq/UFAL/FAPEAL, no âmbito do projeto de pesquisa intitulado "Subsidência do solo em bairros de Maceió-AL: a (re)ação dos agentes produtores do espaço urbano e implicações socioespaciais para a cidade (Fase 2)". coordenado pela professora Caroline Gonçalves dos Santos, no ciclo de 2020-2021, projeto esse que foi um dos primeiros sobre o caso no ciclo do PIBIC 2019-2020.

A UFAL esteve presente em vários momentos importantes relacionados ao caso Braskem, por meio de alguns professores: desde as manifestações durante o período de implantação, como discutido no segundo capítulo, em pesquisas e alertas emitidos sobre o risco, mais de dez anos antes do afundamento do solo (Ascom Ufal, 2023). A UFAL, através de seus relatórios, recomendou à Defensoria Pública a realocação da população dos Flexais (TNH1, 2023) e participou da Escuta Pública da Diagonal, cumprindo seu papel na participação popular (Figura 32).

Figura 35: Grupo de pesquisadores da UFAL no dia da escuta da Diagonal.



Fonte: Instagram do Grupo Relu Ufal, 2023.

Além disso, o material desenvolvido pela FAU/UFAL foi utilizado como referência para os relatórios da CPI da Braskem e da Diagonal (Brasil, 2024 e Mais Diálogos, 2023). Isso demonstra a importância da universidade na análise crítica e no fornecimento de dados fundamentais que influenciam as decisões sobre o futuro da comunidade afetada pelo crime ambiental. A atuação da universidade não só reafirma seu compromisso com a pesquisa e a educação, mas também com a responsabilidade social e a defesa dos direitos à cidade da população.

4.4. Estratégias da Braskem para legitimar suas ações

4.4.1. A construção de uma narrativa a favor da empresa

Desde **2022** a Braskem vem intensificando as estratégias para legitimar suas ações, com a construção de narrativas que distorcem a realidade a seu favor. Assim como a população afetada, a Braskem também utilizou ferramentas digitais para defender seu lado. Um exemplo são os informes da Série *Entenda* produzidos pela mineradora e analisados por Zoroastro Pereira de Araújo Neto. Em sua tese, ele aponta como o discurso da Braskem é persuasivo.

Os treze informes Publicitários da Braskem apresentam imagens associadas ao texto/discurso que maquiagem a realidade ao compor os anúncios que persuadem o pathos do auditório, quando apresentam situações contextuais de felicidade, de cuidado com os animais e com os bairros, de pronto atendimento/disponibilidade da empresa aos moradores vítimas do “fenômeno geológico”, de resiliência, entre outras ações que expressam preocupação social e reforçam a manipulação da opinião dos leitores, porque “a prioridade da Braskem é a segurança das pessoas, seja fazendo ou propondo ações para isso” (Braskem, 2021, p.13, apud Neto Araújo, 2024 p.130).

Da mesma forma, ela faz em sua conta do Instagram "Braskem Explica", cujos comentários foram fechados para os seguidores, e no site da Braskem, com a frase: "a segurança das pessoas é nossa prioridade." Mais uma vez, destacando suas ações como se fossem benéficas à cidade.

A mineradora implementou uma campanha onde utilizava rádio, TV, jornais, sites e redes sociais, além de promover reuniões e lives de esclarecimento. Seu portal reunia uma avalanche de conteúdos parciais criando um mosaico de táticas para controlar a narrativa e evitar a responsabilização criminal. Essas ações resultaram em uma manipulação da opinião pública e das vítimas sobre os eventos em Maceió desde os primeiros tremores (Oliveira, 2023).

Essa dinâmica de comunicação da Braskem resultou na dispersão dos relatos de sofrimento das vítimas. A ativista social Evelyn Gomes, criadora do perfil de notícias pelo Instagram Observatório do Caso Braskem (@observatoriocasobraskem) explica que, ao disparar muitas informações rasas, a empresa desinforma mais do que informa. Ela aponta que a mineradora divulgou

encaminhamentos positivos sobre questões, como o cuidado com os animais, mas a realidade nas comunidades é diferente, com gatos ainda morrendo de fome ou quando na escuta pública dos Flexais ela busca entrevistar apenas pessoas com pontos favoráveis a sua narrativa. Essa tática de comunicação, focada apenas em um lado, acaba criando um cenário com muitas informações, mas insuficientes e desequilibradas (Oliveira, 2023).

As pesquisas realizadas para este capítulo permitem afirmar que a Braskem está ciente do poder da voz da população, assim como os moradores reconhecem a importância de sua participação, o que "ameaça" tanto o poder público quanto o privado. Com isso, a manipulação das informações da Braskem busca contrapor as dores dos moradores. Quando os moradores reclamam da falta de indenizações justas, a Braskem detalha publicamente as indenizações pagas. Se há manifestações sobre animais abandonados, a empresa inclui um tópico sobre o programa de apoio aos animais em seu Book de Atualizações (Braskem, 2024), bem como analisa Neto Araújo (2024).

4.4.2. Greenwashing

Essa manipulação também é vista no "rebranding"³² que a empresa faz após o ano de 2018. Ao analisar o site da Braskem nota-se uma pausa na cronologia da história da empresa, onde apenas são mostrados os pontos positivos. Como relata a matéria da Mídia Caeté (Oliveira, 2023):

A linha do tempo publicada no site, que inicia em 1976 com a demarcação do início da extração de sal-gema, traz alguns saltos como a ausência do estudo do CPRM, por exemplo, que certificou a responsabilização da Braskem no processo, embora expresse os "estudos geológicos independentes". Na descrição da linha, entre o início dos tremores em 2018 salta para o início dos estudos com sonares em 2019, que por sua vez já seguem com o termo de cooperação descrito pela finalidade de "doar equipamentos de monitoramento para a Defesa Civil e para realizar obras de infraestrutura no bairro do Pinheiro".

Convenientemente, no tópico do ano de 2020 ela retorna falando sobre

³² Rebranding envolve uma revisão completa ou parcial da marca, incluindo mudanças na logo, design de site, comunicação visual, missão, valores e estratégias de marketing para se alinhar melhor com a evolução da empresa e seu mercado.

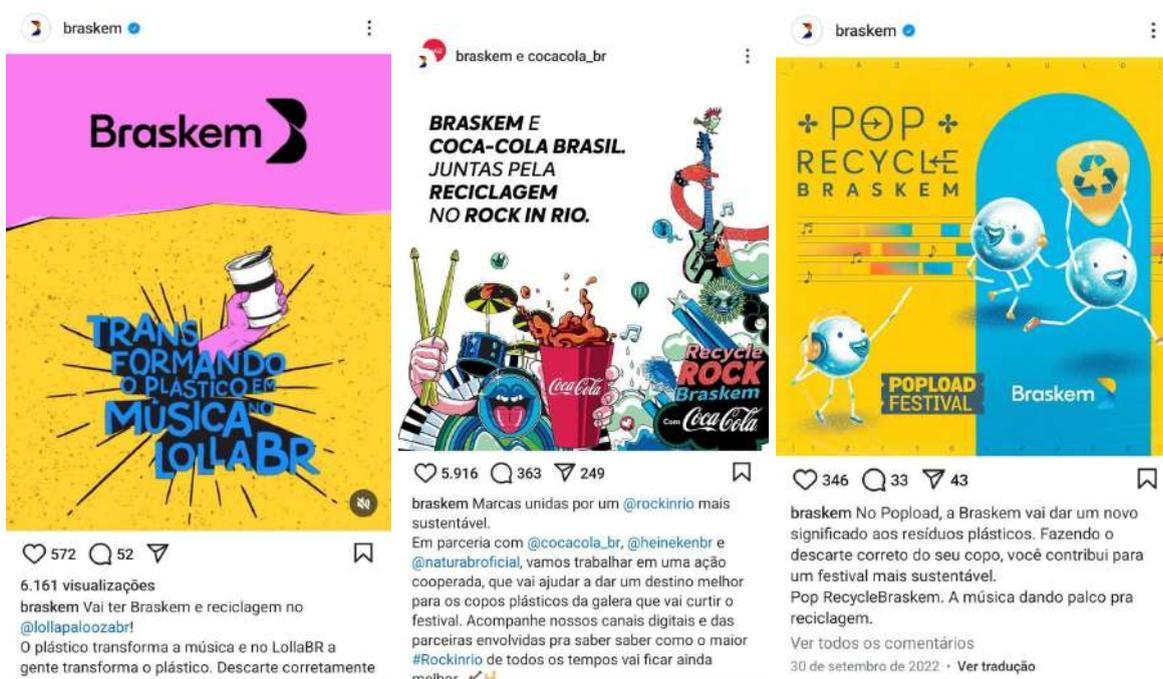
sustentabilidade e segue assim nos anos seguintes, voltando sua estratégia de marketing para a sustentabilidade ela relata “Braskem renova sua estratégia em desenvolvimento sustentável, alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, cobre os aspectos de ESG (Environmental, Social and Governance, traduzido para o português como Ambiental, Social e Governança), com atenção especial para mudanças climáticas, economia circular, responsabilidade social e direitos humanos”³³.

A Braskem utiliza-se ainda de uma estratégia conhecida como marketing verde ou "greenwashing", implementada nas campanhas de reciclagem em São Paulo, no Festival Lollapalloza edições de 2022 (Figura 33) e 2023, no Rock in Rio de 2022, inclusive em conjunto com a Coca-cola (Figura 34), no Popload em Festival também em 2022 (Figura 35), no Big Brother Brasil de 2023 (Figuras 36, 37 e 38) e o festival The Town (Figura 39).

O Greenwashing ou "banho verde", na tradução literal, é uma expressão norte-americana que indica a apropriação de virtudes ambientalistas por parte de organizações que não correspondem às suas práticas, mediante o uso de técnicas de marketing e relações públicas para disseminar as falsas informações a seu favor (Malar, 2021).

³³ Informações disponíveis na página da Braskem:
<https://www.braskem-ri.com.br/esg/compromissos-2030-2050/#:~:text=Em%202021%2C%20a%20Braskem%20renovou,amplo%20e%20que%20durou%20meses.>

Figuras 36, 37 e 38: Postagens do Instagram da Braskem anunciando o patrocínio dos Festivais Lollapalozza, Rock in Rio e Popload, respectivamente.



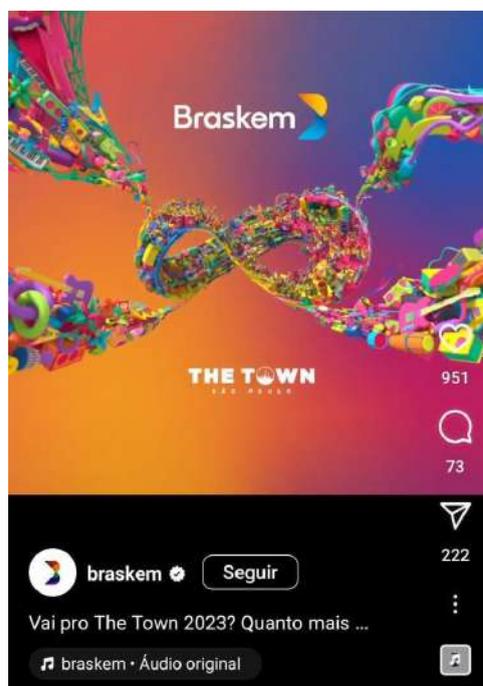
Fonte: Instagram Braskem, maio e setembro de 2022.

Figuras 39, 40 e 41: Postagens do Instagram da Braskem anunciando o patrocínio ao Big Brother Brasil 2023.



Fonte: Instagram Braskem, Janeiro de 2023.

Figura 42: Postagens do Instagram da Braskem anunciando o patrocínio ao Festival The Town.



Fonte: Instagram Braskem, agosto de 2023.

O patrocínio ao Big Brother Brasil foi um dos que mais causou indignação na população de Maceió. A reação da população a esses patrocínios teve grande repercussão: em todas as postagens mencionadas há comentários com críticas e menções ao crime em Maceió. Vários políticos, incluindo o deputado federal Paulão (PT), a deputada estadual Cibele Moura (MDB) e a vereadora por Maceió, Teca Nelma (PSD), manifestaram-se publicamente. Usando as redes sociais, Cibele Moura criou uma sequência de posts explicando o desastre socioambiental causado pela empresa, que destruiu diversos bairros de Maceió. Eles, junto com centenas de internautas, destacam a contradição de uma empresa envolvida em um desastre socioambiental apoiar um programa de grande audiência (Alencar, 2023).

Dados da plataforma Knewin, entre 16/1 e 23/1, revelam que “Braskem” foi a

segunda marca mais citada no Twitter na primeira semana do BBB23, com 18,71% das menções (a primeira foi “Globoplay”). Esse resultado evidencia que o investimento da Braskem em limpar sua imagem foi ineficaz, devido à mobilização dos maceioenses afetados pelo desastre socioambiental. Além disso, um abaixo-assinado denunciando a empresa e uma carta aberta foram divulgados com o intuito de alertar outros anunciantes sobre os riscos de associação com a Braskem (082 Notícias, 2023).

Assim, reflexo das críticas negativas de internautas ou não, a Braskem não patrocinou os festivais Lollapalooza 2024, Rock in Rio 2024, nem o Big Brother Brasil 2024.

Outro exemplo recente de construção de uma nova narrativa que falseia as reais intenções da Braskem com a população de Maceió é a criação do IPCI Maceió – Inventário do Patrimônio Cultural Imaterial dos Bairros de Bebedouro, Mutange, Bom Parto, Farol e Pinheiro.

Em setembro de 2023, o Ministério Público Federal expediu ofícios à Diagonal e à Braskem instruindo-as a elaborar um inventário do patrimônio cultural dos bairros afetados, lançar editais de fomento para apoiar atividades dos grupos de folgedos (como coco-de-roda, quadrilha e outros) que foram prejudicados, desenvolver um programa de apoio a esses grupos e a disponibilizar um local para ensaio, conforme relatado pelo 082 Notícias em 8 de setembro de 2023 (TNH1 e MPF AL, 2023).

Entretanto, no final do ano de 2023 até o início de 2024 as demolições avançaram muito por todos os bairros inclusive pelo Bebedouro, que é Zona Especial de Preservação Rígida (conforme já exposto anteriormente) e somente em abril de 2024 é que a Braskem anunciou a execução do inventário das referências culturais dos bairros atingidos, ou seja, quando este perdeu o sentido, uma vez que o patrimônio material é suporte para o imaterial.

O IPCI – Inventário do Patrimônio Cultural Imaterial dos Bairros do Bebedouro, Mutange, Bom Parto, Pinheiro e Farol – como é chamado, é um projeto que está sendo executado a partir de um contrato firmado entre Braskem e FUNDEPES (Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa) que é gestora de projetos entre pesquisadores e empresas), sob coordenação de

uma professora da FAU UFAL pelo custo de R\$2,3 milhões de Reais.³⁴

Entretanto, este projeto vem sendo questionado por pesquisadores da área de patrimônio pelo equívoco em se realizar o inventário com tanto tempo de atraso, após o avanço das demolições, assim como pela forma como vem sendo apresentado nos meios de comunicação, ocultando-se a informação sobre a empresa financiadora do projeto, que é a Braskem. No perfil de Instagram do projeto, a situação em Maceió foi descrita como um "fenômeno geológico" e um "perigo de subsidência", termos que minimizam o que é considerado o maior crime ambiental do mundo em área urbana. Após receber críticas nos comentários, o texto de apresentação foi editado e passou a descrever o crime ambiental como desastre tecnológico.

Segundo a denúncia de Nunes (2023):

Como a maioria das pessoas não sabe o que é e pra que serve um Inventário, acham que alguma coisa será feita pelo patrimônio, mas o inventário em si não garante ABSOLUTAMENTE NADA DE REPARAÇÃO, nesse caso, servirá apenas como registro para ser apresentado ao MPF como cumprimento do acordo socioambiental. E mais: executado por pesquisadores e contando com a participação das pessoas – que serão novamente importunadas em entrevistas, como aquelas realizadas pela Diagonal, sem nenhuma ação concreta, gerando mais gatilhos emocionais nas vítimas por novas pessoas contratadas pela Braskem?

A autora ainda denuncia que o IPCI já foi realizado entre 2014 e 2017³⁵, quando havia moradores na área, mas os resultados nunca foram disponibilizados publicamente – conforme prevê a metodologia do IPHAN. Assim, fica o questionamento se Braskem não está se utilizando da mesma estratégia da Diagonal (e contestada pelos pesquisadores presentes nas Escutas Públicas de 2023) de apresentar dados já existentes sem que tenha realizado pesquisas de fato.

³⁴ O projeto pode ser baixado na página pública do Portal da Transparência, informando-se o número 2000 (número do projeto) – http://transparencia.fundepes.br/PortalTransparencia/projeto_pt#

³⁵ O Projeto do Inventário Nacional de Referências Culturais para Alagoas foi realizado por meio de acordo de cooperação entre IPHAN/SECULT e Fundepes, conforme mostra o Portal da Transparência (http://transparencia.fundepes.br/PortalTransparencia/projeto_pt#), informando-se o projeto de número 1098. Naquela época, foi feito o Mapeamento Cultural de todo o Estado de Alagoas, conforme relatado nas páginas 44 e 102 do Livro "A identificação do patrimônio cultural pela lente das referências culturais : conquistas e obstáculos de um percurso", publicado pelo IPHAN em 2022 de forma on line, podendo ser baixado em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/20 anos inrc volume1.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/20%20anos%20inrc%20volume1.pdf).

Projeto Flexais

Em outubro de 2022, como visto no capítulo anterior, foi assinado o Termo de Acordo com a Braskem, dando início ao **Projeto Integração Urbana e Desenvolvimento dos Flexais** prometeu melhorar a qualidade de vida dos moradores e empreendedores da região em até 24 meses. No quadro 7 veremos que as ações do Projeto marcadas em azul preenchem boa parte das colunas no ano de 2022 e 2023, parando em abril de 2024.

Enquanto isso a população segue demonstrando insatisfação e frequentemente protestam nas ruas, clamando por "realocação". Esses protestos pouco repercutiram nas mídias, sendo mais divulgado nas redes sociais das entidades civis.

Figuras 43, 44 e 45: Registros de manifestações publicadas pelo Instagram MUVB, sob autoria do Instagram Cotidiano Fotográfico.



Fonte: Instagram do @vítimasdabraskem.

Ao final de 2022 a mobilização dos estudantes também chama bastante atenção com a manifestação “Aula na Calçada” que ocorreu na sede da Secretaria Municipal de Educação (Semed), com o intuito de pressionar a prefeitura de Maceió a cumprir acordos para realocar os estudantes das escolas municipais fechadas (Brasil, 2024).

Figura 46: Aula na calçada, protesto contra a Prefeitura de Maceió.



Fonte: TNH1 *apud*, Brasil, 2024.

4.5. Escuta Pública da Diagonal (2023)

O ano de 2023, destacado no Quadro 7 com a maior coluna, foi marcado por intensa movimentação no caso, especialmente na participação popular, que demonstrou um aumento significativo. As manifestações começaram no aniversário de cinco anos do tremor de terra e continuaram com os protestos relacionados ao cronograma do Projeto Flexais. A Escuta Pública da Diagonal também teve um papel importante, assim como as reações aos novos tremores de terra, culminando no início da CPI da Braskem. Esses eventos evidenciam um envolvimento crescente da população em busca de respostas e justiça.

Como visto anteriormente, o Diagnóstico Técnico-Participativo realizado pela empresa Diagonal foi divulgado ao público por meio de quatro escutas públicas que

ocorreram no mês de maio de 2023. Essas escutas receberam críticas contundentes do público presente, composto em sua maioria por estudantes, pesquisadores e líderes dos movimentos sociais (Pesquisa de Campo³⁶, 2023).

As escutas estão gravadas e disponíveis no canal Mais Diálogos (no Youtube) e por meio das gravações, pode-se ver que os quatro momentos foram marcados pela grande presença da população afetada. Cada dia das escutas era organizado da seguinte forma: metade do tempo era dedicado à apresentação das propostas pela Diagonal para aquele tema, seguindo para o segundo tempo, onde as pessoas inscritas tinham três minutos de fala cronometradas em relógio. Assim que o tempo se esgotava, o microfone era cortado, o que causou reação dos pesquisadores presentes, os quais reivindicaram mais tempo para os moradores se manifestarem.

Entre outras críticas levantadas, destacam-se o curto intervalo de tempo entre a publicação do extenso documento e a realização do evento, o que dificultou a leitura e o acompanhamento das informações apresentadas. Houve queixas em relação ao conteúdo, considerado pouco aprofundado (com dados retirados da internet) dadas as restrições de tempo para sua elaboração.

Outra crítica levantada pelos pesquisadores foi a falta de divulgação por parte da Braskem e das empresas contratadas por ela dos dados dos moradores, estudantes, servidores e instituições. Não se tem quantificado a migração dos atingidos, se é inter ou intra urbano, quantas instituições foram fechadas e quantas conseguiram se restabelecer em outro local e qual seria esse local. Para assim ter um diagnóstico mais preciso do que cada local demanda (Pesquisa de Campo, 2023).

Mas sem dúvida, a questão que mais trouxe indignação foi a empresa Diagonal utilizar termos erroneamente, tratando o caso como um desastre/evento/fenômeno geológico, o que minimiza a gravidade da situação e sugere que se trata de um fenômeno natural. A metodologia utilizada também não ficou clara, sendo que a amostra utilizada pela coleta e os dados fornecidos pela Braskem podem mascarar os danos reais (Pesquisa de Campo, 2023).

Apesar disso, o Produtor Cultural Paulinho Pinheiro, a Prof^a Neirevane Nunes

³⁶ A autora esteve presente pessoalmente na consulta pública do dia 21/03/2023: Eixo 3 - Qualificação urbana e ambiental e acompanhou os dias 07, 14 e 28 por meio das transmissões online.

(Ex-moradora de Bebedouro), a Prof^a Dr^a Adriana Capretz, Alexandre Sampaio, presidente da Associação dos Empreendedores do Pinheiro, Rikartiany Cardoso e a Me. Isadora Padilha (Arquiteta e Urbanista), foram algumas entidades que expressaram suas opiniões na escuta (Figuras 47, 48, 49, 50, 51 e 52).

Figuras 47, 48, 49, 50, 51 e 52: Sociedade civil na Escuta Pública.



Fonte: Instagram Vítimas da Braskem, 2023.

É importante relacionar a logística da Escuta Pública da Diagonal com as críticas levantadas por Menezes e Lins (2013) sobre a elaboração do Plano Diretor de Maceió. Eles destacam que não houve votação nas audiências porque não eram foros deliberativos, os grupos apenas sugeriam ideias que seriam estudadas. De maneira semelhante, as Ouvidorias da Diagonal não promoveram debates, mas sim a análise das contribuições para apenas depois, informar a população sobre as decisões tomadas. Ambos os processos podem ser interpretados como **pseudoparticipação** do tipo **consulta** (Menezes e Lins, 2009; Oliveira, 2023).

[...] O uso das expressões do tipo “participação da sociedade”, “participação de todos os segmentos da sociedade” ou “participação popular” serviram,

aparentemente, ao propósito de **legitimação do caráter “democrático”** daquele governo municipal. Menezes e Lins, 2009, P.132. (Grifo próprio).

Esta estratégia de “escuta” deixou claro que não se tratava de um momento de permissão para a participação popular, mas do simples uso da população para legitimar as propostas apresentadas, as quais não foram discutidas, pois não houve diálogo.

E ainda, no caso da participação via internet levanta-se uma questão: qual parcela de uma população, numa cidade com mais de 60% de seus habitantes sem emprego, teria acesso à internet para opinar sobre o PD? Menezes declara que o grupo gestor constatou a ineficácia desse modelo nessa etapa devido à desinformação a respeito do que seria um Plano Diretor (Menezes e Lins, 2009). Da mesma forma se deu a situação da Diagonal. É percebido que a quantidade de pessoas presente nas reuniões não corresponde a nem uma mínima porcentagem das 60 mil vítimas, cuja maioria nem fica sabendo dessas informações

No texto de Rolnik (2012), aborda-se como a agenda de reforma neoliberal, ao propor mudanças no Estado, também reforça a participação da sociedade civil, conhecida como o “Terceiro Setor”. No entanto, essa participação muitas vezes não está devidamente conectada aos processos decisórios, fortalecendo o centro em vez de empoderar as bases. Isso é evidenciado neste evento, onde a população parece estar mais presente para validar o que foi solicitado no Acordo Socioambiental do que para ser genuinamente ouvida, bem como também cita Menezes e Lins (2009) no caso do PD, o que reforça a maneira como o estado e a Braskem têm lidado com o caso.

[...] a chance de conquistar alguns direitos termina por se restringir a organizações ou entidades com maior propensão e facilidade de acesso e busca de informação, como é o caso da Igreja Batista do Pinheiro, que já percorreu em busca de tombamento. “Em um desastre socioambiental, ninguém deveria precisar exigir ou reivindicar. Deveria ser óbvia a efetivação de direitos que já existem”, reitera (Oliveira, 2023).

No entanto, as reivindicações estão começando a surtir efeitos. Em abril de 2023, após várias escutas, o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB), a Associação dos Empreendedores no Bairro do Pinheiro, o Instituto para o Desenvolvimento das Alagoas (IDEAL), o Laboratório de Economia Aplicada da Universidade Federal de Alagoas (LEAP/FEAC/UFAL) e o grupo Morfologia dos

Espaços Públicos (MEP/FAU/UFAL) divulgaram um dossiê crítico contra o Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS) (Brasil, 2024).

Nesse dossiê, vemos a união entre as entidades por uma causa em comum, eles apontaram sérias inconsistências metodológicas no diagnóstico apresentado pela Diagonal, contratada pela Braskem. Diante disso, os signatários solicitaram a realização de um novo diagnóstico, conduzido por uma empresa sem vínculos com a Braskem, assegurando a participação das vítimas e a transparência dos dados (Brasil, 2024).

Em 17 de maio de 2023, o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB) e a Associação de Empreendedores Vítimas da Mineração em Maceió denunciaram os valores das indenizações por dano moral em uma Carta Aberta à Sociedade Brasileira. No dia 21 de junho, os moradores do Bom Parto realizaram um protesto exigindo a inclusão no mapa de realocação produzido pela Defesa Civil.

Em julho, o acordo firmado entre a Braskem e a prefeitura de Maceió de 2023 no valor de R\$1,7 bilhão em indenização pelos danos da subsidência e realocação, é mais uma ação que não incluiu a opinião da população. Além de que, ao se tornar proprietária dos terrenos abandonados, a empresa não só se isenta de novas indenizações como também evita cobranças de impostos, o que sugere um tratamento privilegiado e levanta dúvidas sobre a real eficácia e justiça deste acordo na reparação dos danos socioambientais na região afetada. As manifestações que se sucederam expressaram também essa preocupação.

De 11 de setembro a 5 de outubro, os moradores de Bebedouro e do Bom Parto acamparam em frente à entrada da Braskem, exigindo a inclusão no programa de compensação financeira e realocação. O acampamento foi desmobilizado em 18 de setembro, por decisão do Tribunal de Justiça de Alagoas. Mais adiante, após novos tremores da mina 18, os moradores dos Flexais e da Rua Marquês de Abrantes protestaram novamente, no dia 1 de dezembro, reafirmando a exigência de realocação e pagamento de indenizações.

Em 6 de dezembro, o "Ato Unificado Braskem Criminosa" foi amplamente divulgado nas redes sociais, pedindo reconhecimento do sofrimento das vítimas, participação na solução dos problemas e indenizações justas, houve mais uma mobilização no dia 9 de dezembro. Finalmente, em 29 de dezembro, às vítimas da Braskem realizaram outro Ato Unificado após a Justiça negar o bloqueio de R\$1

bilhão. As associações também buscam o MP/AL para realizar suas reivindicações.

Figura 53: Vítimas da Braskem entregam documento com reivindicações para o MPE/AL.



Fonte: Instagram Vítimas da Braskem, 2023.

Na legenda a seguinte descrição: O primeiro documento pede a “participação substantiva das vítimas e de seus representantes na solução dos problemas em todas as instâncias em que assunto seja abordado” e a “total responsabilização pela continuação do desastre socioambiental de Maceió à Braskem”. Na “carta aberta das vítimas da Braskem”, 23 movimentos e entidades também pedem a “não aceitação dos abrigos improvisados para a população ameaçada” e o “pagamento de aluguel-social para as pessoas que devem sair de suas casas ameaçadas com a devida atualização monetária”.

Um dos desdobramentos dessas mobilizações, foi a desistência da empresa de participar da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP28) em Dubai, após o colapso da mina 18 em 2023. Em nota à CNN, a Braskem justificou a decisão afirmando que queria evitar que o incidente ofuscasse outras discussões técnicas e dificultasse eventuais contribuições que a empresa pudesse oferecer (Larissa Rodrigues, 2023). Mas a pressão nas redes sociais e nas manifestações indicam o contrário.

Ao final de 2023, com o colapso da mina 18, os canais digitais mostraram-se novamente essenciais para o caso Braskem. A era da viralização de conteúdos faz com que postagens de figuras influentes nas redes sociais, como Felipe Devas (@felipedevas), Alvaro @alvxaro, Professor Dilson (@dilsonferreira__), e Rafael Santos (@rafaelsantos.arq), desempenhem um papel significativo. As postagens ajudam a amplificar a visibilidade e a crítica sobre a situação. Esses canais permitiram que as vozes das vítimas e apoiadores se propagassem amplamente, aumentando a pressão pública sobre a Braskem.

4.6. CPI da Braskem (2024)

Após o colapso da mina 18, o ano de 2024 começou com uma série de manifestações. Em 16 de janeiro, moradores dos Flexais protestaram pedindo segurança e realocação. No dia 28, ocorreu a segunda manifestação dos artistas visuais de Maceió, liderada por Rafael Santos e Yara Pão. Junto a outros artistas, eles pintaram na Ladeira do Calmon a frase “MACEIÓ AFUNDA EM LÁGRIMAS” (Figuras 54, 55 e 56), repetindo um ato iniciado em 2022.

A intervenção foi amplamente divulgada nas redes sociais e noticiada pelo G1AL. O cantor e compositor ManuDí também participou, aproveitando o cenário para gravar o clipe de sua nova música “Só não pode perder a fé”, composta por ManuDí, Roberto Lopes, Alamir Quintal e Tayde. Anteriormente, ManuDí havia composto "Bairro do Pinheiro", uma música que se tornou o hino do bairro e é presença constante em manifestações dos moradores (Batista, 2024)

Figuras 54, 55 e 56: Postagens do artista Rafael Santos no ato de manifestação na Ladeira do Calmon.



Fonte: Instagram Rafael Santos, 2024.

Figura 57: População no ato de manifestação na Ladeira do Calmon.

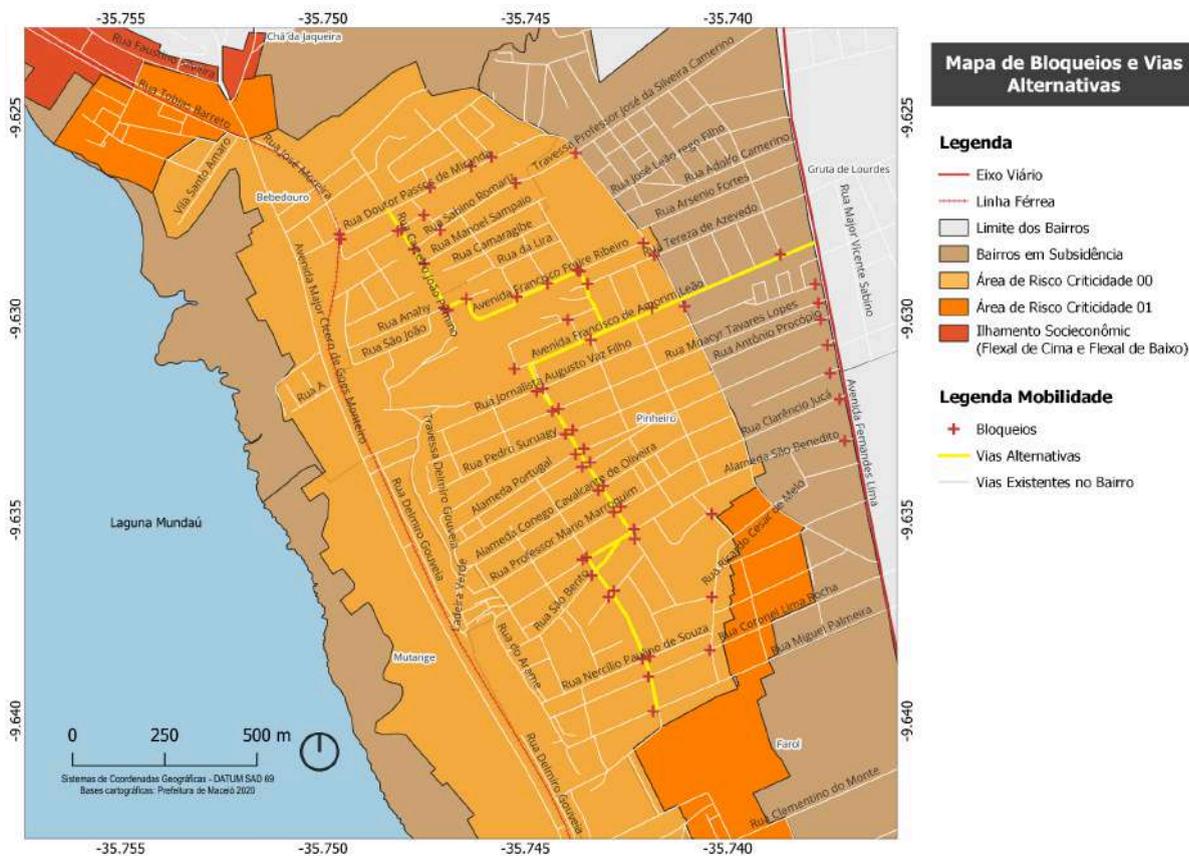


Fonte: Instagram Vítimas da Braskem, 2024.

Não se sabe se foi coincidência ou retaliação, mas no dia seguinte à manifestação, a Defesa Civil Municipal solicitou o fechamento de algumas vias do bairro, alegando que havia muitos acessos inadequados de transeuntes no local, que é considerado uma área de risco.

No total, nove cruzamentos foram bloqueados, impedindo os acessos às vias locais, feitos pelas ruas Professor José da Silveira Camerino, Carteiro João Firmino, Anahy, Basileu de Meira Barbosa, Manoel de Menezes; pelas avenidas Francisco Freire Ribeiro e Comendador Francisco de Amorim Leão; e pela Alameda São Benedito, livrando apenas alguns acessos utilizados pela Av. Fernandes Lima, conforme exposto pela Secom Maceió (2024) (Mapa 5).

Mapa 5: Ruas dos bairros afetados pela subsidiência foram bloqueadas pela Defesa Civil em 2024.



Fonte: Elaboração autoral, 2024.

Em 13 de março de 2024, o crime da Braskem em Maceió completou seis anos, marcando o “aniversário” com atos de protesto contra a mineradora e o prefeito JHC. Em 24 de abril de 2024, diversas ONGs solicitaram que o Ministério Público Federal (MPF) reavaliasse o acordo entre a Braskem e a Prefeitura de Maceió. Além disso, a participação da população no processo tem avançado significativamente, com destaque para a instauração da CPI da Braskem, refletindo o engajamento contínuo e crescente da sociedade civil na busca por justiça e responsabilização.

Figura 58: Moradores relatam que CPI é sua última esperança.



Fonte: Instagram Vítimas da Braskem, 2023.

O Relatório da CPI trouxe benefícios significativos para os moradores afetados e para os pesquisadores envolvidos no caso. Para os moradores, a CPI aumentou a visibilidade das suas reivindicações, pressionando a empresa e as autoridades a acelerarem os processos de reparação justa. Além de reconhecer o isolamento social, ela deu visibilidade às mobilizações sociais, abordando o Grau de satisfação das vítimas com os acordos firmados com a Braskem, além de trazer na

cronologia marcos de manifestações populares (Brasil, 2024)..

O relatório é o primeiro documento que trata o caso como crime ambiental. Também foi o local em que a empresa assumiu que é culpada pela subsidência. Além disso, a transparência proporcionada pela investigação ajudou a esclarecer muitas dúvidas e reduzir a sensação de abandono e insegurança. Para os pesquisadores, a CPI forneceu acesso a dados e documentos anteriormente restritos, possibilitando uma análise mais aprofundada das causas e consequências do afundamento do solo em Maceió (Brasil, 2024), contribuindo para o desenvolvimento de soluções mais eficazes e fundamentadas para o problema (dados esses, inicialmente levantados e questionados por pesquisadores, validados na CPI).

De maneira geral, percebe-se que **os moradores afetados** participam ativamente em protestos, manifestações e expressões artísticas públicas para exigir justiça e compensação pelos danos sofridos. Eles também se envolvem em ações judiciais coletivas ou individuais contra a Braskem, buscando compensação pelos danos materiais e morais. Além disso, organizam comitês ou associações de moradores para coordenar ações, compartilhar informações e oferecer apoio mútuo. Relatam suas experiências em audiências públicas, reuniões comunitárias e na mídia para aumentar a conscientização sobre a situação e tentar obter respostas sobre suas demandas.

Já **a população de Maceió**, alguns demonstram solidariedade e apoio, participando de atos de solidariedade, como doações e presença em manifestações. Muitos se engajam em campanhas para pressionar autoridades locais e nacionais a tomarem medidas efetivas contra a Braskem. Outros se envolvem em iniciativas voluntárias para apoiar os moradores afetados, ajudando na reconstrução de moradias ou na organização de eventos comunitários.

Ainda assim, conforme relatado por Bulhões (2022), os moradores afetados frequentemente se sentem excluídos ou esquecidos pelo restante da cidade. Isso se agrava com o poder público dando mais prioridade ao potencial turístico da cidade, investindo em infraestrutura nas áreas turísticas. Cavalcanti (*apud* Bulhões, 2022) enfatiza que o desastre socioambiental não pertence apenas a cinco bairros, mas a toda Maceió, e alerta sobre a possibilidade de mais bairros serem afetados,

sublinhando a magnitude ilimitada do desastre socioambiental como um "grito de socorro".

Além disso, a falta de atenção da população maceioense é corroborada pelos depoimentos de alguns entrevistados, como da ex-moradora do Pinheiro, a arquiteta Gardênia Nascimento, que aponta a passividade diante dos impactos da mineradora que afetou quase 60 mil famílias. Gardênia lamenta que ninguém discuta a situação seriamente e que a mudança seja tratada como uma simples decisão voluntária. Ela ressalta a importância dos **artistas** nesse cenário, elogiando seu papel em expor e vocalizar a verdade do colapso urbano através da arte, mesmo que de maneira geral a exposição do caso ainda seja limitada (Bulhões, 2022).

Os **estudantes e pesquisadores** têm participado com a realização de estudos e pesquisas sobre os impactos sociais, ambientais e econômicos do desastre, publicando os resultados em artigos, conferências, seminários, palestras e eventos para disseminar informações científicas e técnicas sobre o caso. Alguns colaboram com associações de moradores e ONGs, fornecendo suporte técnico e científico na elaboração de relatórios e na condução de ações legais. Além disso, envolvem-se em projetos de extensão universitária que oferecem apoio direto às comunidades afetadas, além de seu conteúdo servir como embasamento técnico para denúncias.

Como dito anteriormente, com a pandemia e respostas autoritárias a protestos físicos, a luta pelo direito à cidade começa a ser realizada também através dos canais digitais, permitindo uma melhor disseminação do caso para o público global. Os moradores, associações, artistas, ativistas e pesquisadores utilizam blogs, redes sociais, grupos de WhatsApp e outros canais para compartilhar rapidamente suas manifestações, divulgar informações atualizadas sobre o caso, mobilizar apoio e organizar eventos. Além disso, lançam campanhas virtuais, como petições online e hashtags de apoio. Também criam fóruns online e grupos de discussão onde os moradores e apoiadores podem trocar informações, coordenar ações e oferecer suporte emocional.

No entanto, percebe-se que a não-participação e a pseudoparticipação estão enraizadas na forma com que o Estado e a Braskem, detentora dos meios de

produção, lidam com a situação. É vista uma ausência de participação genuína que deve-se à falta de verdadeiro diálogo e colaboração entre o Estado, a sociedade civil organizada e os moradores afetados. Logo, a participação autêntica do tipo **parceria**, que deveria envolver a implementação transparente de políticas públicas e intervenções, não se materializou de forma efetiva.

O Estado não abdicou de suas atribuições em favor da sociedade civil, e a **delegação de poder**, que permitiria à comunidade assumir um papel central na resolução dos problemas, foi negligenciada. Pelo contrário, vê-se a Braskem assumindo papel. Além disso, a **autogestão**, onde a sociedade decide a extensão e a forma da transferência de poder, também não ocorreu, deixando os moradores sem a capacidade de implementar políticas e intervenções autossustentáveis. Em vez disso, as ações foram marcadas por decisões unilaterais e pela ausência de um processo participativo inclusivo, evidenciando a falta de uma participação autêntica conforme os princípios de parceria, delegação de poder e autogestão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crime ambiental da mineradora Braskem em Maceió-AL ilustrou como a lógica capitalista e neoliberal pode prejudicar o direito à cidade. A empresa explorou por cerca de 40 anos um recurso natural em uma localidade ambientalmente frágil no sul global, em um dos estados com um dos menores PIBs do país (Estadão, 2023), visando maximizar lucros e promovendo suas ações como benéficas para a cidade e seus cidadãos. Entretanto, como visto, as consequências dessa exploração foram e continuam sendo severas, impactando profundamente a vida urbana da população.

O estudo realizado sobre o caso Braskem em Maceió-AL revelou a complexidade e gravidade dos impactos socioambientais causados pela mineração de sal-gema, agravados pela falta de regulação e controle sobre atividades econômicas. Nesse contexto, ficou evidente que a implantação de atividades de mineração em áreas urbanas foi insustentável, pois trouxe mais prejuízos do que benefícios para as cidades e seus habitantes.

Essa questão, de alcance global, deveria ter sido amplamente debatida, considerando os impactos na sociedade da época, no bem-estar das futuras gerações e no meio ambiente. Além disso, o caso de Maceió, sendo uma tragédia em andamento, poderia ter permitido às autoridades uma oportunidade para se organizarem e minimizarem os danos à população, mas infelizmente isso não ocorreu. A população foi revitimizada várias vezes diante da lentidão da gestão de crise.

O objetivo geral do estudo foi enfatizar a importância da participação popular como elemento fundamental para a efetivação do direito à cidade após o crime ambiental da Braskem. Os objetivos específicos incluíram conceituar o direito à cidade e sua aplicação no Brasil pós-Estatuto da Cidade, focando no caso de Maceió-AL; relatar o crime ambiental da Braskem e seus efeitos sobre o direito à cidade da população maceioense; e investigar como a sociedade civil se articulou diante dos impactos da subsidência do solo em Maceió-AL, destacando o papel dos canais digitais oficiais. Diante dos objetivos propostos, encontrou-se um resultado satisfatório e, apesar da dificuldade encontrada durante a pesquisa para acompanhar e filtrar a avalanche de informações, o trabalho contribuiu com o

levantamento de dados acadêmicos e descrição cronológica.

A análise abordou tanto a violação do direito à cidade quanto a reação da sociedade civil diante desses eventos. Dessa forma, pôde-se observar que o direito à cidade foi negado aos moradores de Maceió desde o momento da instalação da mineradora e desde esse início a população reagiu. Ainda que na época não se tivesse a real noção por parte da população do risco do solo, as pessoas protestaram por conta da poluição e do risco químico. Foi por conta dessas manifestações que outrora se conseguiu o tombamento do Pontal da Barra e o cinturão verde, dois marcos significativos da tentativa da população em frear a dominação da Braskem.

Diante da inadequação das políticas públicas, da falta de transparência e comunicação, dos impactos socioambientais e das violações dos direitos apresentados, os resultados demonstraram que a população afetada sempre se manifestou contra os impactos da Braskem, ainda que muitas dessas lutas tenham sido invisibilizadas ou silenciadas. A partir de 2018, com o surgimento de tremores e a subsidência do solo, as comunidades locais começaram a se organizar de forma mais efetiva, criando associações e utilizando canais digitais para denunciar e exigir reparações.

A análise das estratégias da Braskem, como o greenwashing e a criação de novas narrativas a favor da empresa, evidenciaram a tentativa da Braskem de legitimar suas ações e minimizar os impactos percebidos pela população. No entanto, a participação ativa da sociedade civil, especialmente através do ativismo e das redes sociais após a pandemia de 2020, fortaleceu a resistência e a luta pelo direito à cidade.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Braskem, realizada em 2024, foi um marco importante, pois permitiu que a população finalmente fosse ouvida e que informações importantes fossem esclarecidas. Essa CPI destacou a necessidade de maior transparência e responsabilidade das empresas em relação aos seus impactos socioambientais, mas valeu acompanhar se de fato os indiciamentos pelos crimes e os resultados pontuados seriam implementados de maneira eficaz e permanente.

Além disso, a CPI afirmou que a Braskem não deveria deter a propriedade dos terrenos afetados e fez uma avaliação geral das políticas de mineração e meio ambiente. Essa afirmação apaziguou a preocupação da população, sugerindo alterações benéficas para futuros casos. Ainda assim, mesmo que a aplicação dos instrumentos de políticas urbanas não estivesse sendo aplicada devidamente, para o futuro, foi de extrema importância que o Plano Diretor de Maceió fosse atualizado e que novas políticas públicas fossem implementadas para garantir que os interesses da sociedade fossem priorizados.

Os arquitetos e urbanistas tiveram um papel fundamental nesse processo, utilizando seu conhecimento para promover um planejamento urbano que considerasse as necessidades e aspirações da população. Além de contribuírem com estudos e diagnósticos do caso, foi essencial que eles participassem ativamente e cobrassem mudanças. Não apenas docentes e pesquisadores, mas todos os profissionais de arquitetura deveriam se envolver e participar de audiências públicas e consultas, pois o problema afetava todo o contexto urbano, incluindo o mercado da construção civil. Os arquitetos precisam desenvolver essa consciência para o futuro, uma vez que esta foi a cidade com a qual eles tiveram que lidar tanto na perspectiva arquitetônica quanto urbanística.

Vale pontuar que quando a autora deste TCC realizou seu relatório de PIBIC e agora, na finalização deste trabalho, questionou-se como foi possível que o Estado permitisse que a Braskem, responsável pelo crime ambiental, assumisse o papel de protagonista em vez de liderar a resolução da situação. Hoje, percebe-se que a pergunta mais adequada seria: “Como sobreviver à lógica capitalista de gestão das cidades?” Diante do caso da Braskem, viu-se que isso não foi possível dentro da sociedade capitalista e neoliberal. A quantidade significativa de trabalhos acadêmicos encontrados sobre o tema evidenciou a relevância da problemática e justificou a necessidade de muitos estudos, pesquisas e debates focados nessa questão.

Em suma, a luta pelo direito à cidade em Maceió-AL exemplificou como a mobilização comunitária pôde influenciar mudanças significativas. Ao investigar a articulação da sociedade civil diante dos impactos da subsidência do solo, especialmente através de canais digitais oficiais, ficou claro que a participação ativa

da população afetada não apenas denunciou violações, mas também atuou como agente transformador. Essa mobilização influenciou a formulação de políticas públicas e a implementação de medidas para a reconstrução e revitalização urbana após o crime da Braskem, tornando-se um catalisador para a efetivação do direito à cidade.

REFERÊNCIAS

082 Notícias. **Campanha contra a Braskem no BBB23 cresce na internet e já incomoda a empresa.** 082 Notícias, 2023. Disponível em: <https://082noticias.com/2023/01/25/campanha-contra-a-braskem-no-bbb23-cresce-e-ja-incomoda-a-empresa/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

AGÊNCIA SENADO. **CPI aprova relatório e responsabiliza Braskem por danos em Maceió.** Agência Senado, 2024. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/05/21/cpi-aprova-relatorio-e-responsabiliza-braskem-por-danos-em-maceio#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20Parlamentar%20de%20Inqu%C3%A9rito,Macei%C3%B3%2C%20que%20atingiu%20milhares%20de](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/05/21/cpi-aprova-relatorio-e-responsabiliza-braskem-por-danos-em-maceio#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20Parlamentar%20de%20Inqu%C3%A9rito,Macei%C3%B3%2C%20que%20atingiu%20milhares%20de.). Acesso em: 14 Jun. 2024.

A GENTE FOI FELIZ AQUI. Maceió, 2020. Instagram: @agentefoifelizaqui. Disponível em: <https://www.instagram.com/agentefoifelizaqui/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

ALENCAR, V. Braskem fala sobre patrocínio ao BBB 23, após críticas de políticos e outros internautas. Cada Minuto, 2023. Disponível em: [https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2023/01/19/braskem-fala-sobre-patrocinio-ao-bbb-23-apos-criticas-de-politicos-e-outros-internautas](https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2023/01/19/braskem-fala-sobre-patrocinio-ao-bbb-23-apos-criticas-de-politicos-e-outros-internautas.). Acesso em: 10 jul. 2024.

ALVARO. Maceió, 2024. Instagram: @alvxaro. Disponível em: <https://www.instagram.com/alvxaro/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

ALVORÁVEL, ADJA. **Justiça da Holanda condena Braskem pelo afundamento do solo em Maceió e determina pagamento de indenização.** G1 AL, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2024/07/26/justica-da-holanda-condena-braskem-pelo-afundamento-do-solo-em-maceio-e-determina-pagamento-de-indenizacao.g.html>. Acesso em: 28 ago. 2024.

ANJOS. José Ademir M dos. **Mutange.** In: Bairros de Maceió. [S. l.], 2002. Atualizado em 2017. Disponível em: <http://bairrosdemaceio.net/bairros/mutange>. Acesso em: 15 out. 2023.

ANJOS, José Ademir M dos; OLIVEIRA, Remy Alves de; ALVES, Suzete Ribeiro. **Pinheiro.** In: Bairros de Maceió. [S. l.], 2002. Atualizado em 2017. Disponível em: <http://bairrosdemaceio.net/bairros/pinheiro>. Acesso em: 15 out. 2023.

ARÁOZ, H. M. **Mineração, genealogia do desastre:** o extrativismo na América como origem da modernidade. Tradução: João Peres. São Paulo: Elefante, 2020. 324 p.

ARAÚJO, F.; FERTON, S.; BORGES, H. **ARTIVISMO E DISTOPIA PELAS RUAS E REDES:** cartografando manifestações contra-hegemônicas em Maceió na pandemia. In: MESQUITA, A. et al. Anais do 21º Encontro Internacional da Rede Feminista

Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), p. 17-18. Goiânia: Phillos Academy, 2022. ISBN: 978-65-88994-94-8.

ARAÚJO NETO, Z. P. de. **Entre O Fato E A Notícia: O Averso Do Discurso Da Braskem-AI Sobre O Afundamento Dos Bairros De Maceió-AL**. 165 F. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Alagoas, Programa De Pós Graduação Em Linguística E Literatura. Maceió, 2024.

ASCOM MPF. **Justiça Federal determina inclusão de novos imóveis no programa de compensação da Braskem**. TNH1, 2023. <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/justica-federal-determina-inclusao-de-novos-imoveis-no-programa-de-compensacao-da-braskem/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

ASCOM UFAL. **Pesquisadores da Ufal alertavam para riscos de afundamento desde 2010**. TNH1, 2023. Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/educacao/2023/11/30/130470-pesquisadores-da-ufal-alertavam-para-riscos-de-afundamento-desde-2010>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BAIRROS DE MACEIÓ. **Ações no bairro Pinheiro**. Bairros de Maceió, 2019. Disponível em: <https://bairrosdemaceio.net/noticias/acoes-no-bairro-pinheiro>. Acesso em: 17 abr. 2024.

BATISTA et al. **Justiça suspende indenização a famílias incluídas na versão 5 do mapa de bairros afetados pela mineração da Braskem em Maceió**. G1 AL, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2024/01/23/justica-suspende-indenizacao-a-23-familias-retiradas-de-bairros-afetados-pela-mineracao-da-braskem-em-maceio.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BATISTA, R. **'Maceió afunda em lágrimas!': intervenção artística faz homenagem a vítimas da mineração**. G1 AL, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2024/01/28/maceio-afunda-em-lagrimas-intervencao-artistica-faz-homenagem-a-vitimas-da-mineracao.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BATISTA, R. **Paróquia do Menino Jesus de Praga anuncia saída do Pinheiro por causa do afundamento do solo em Maceió**. G1AL, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/08/17/paroquia-do-menino-jesus-de-praga-anuncia-saida-do-pinheiro-por-causa-do-afundamento-do-solo-em-maceio.ghtml>. Acesso em: 05 mar. 2023.

BERNARDINO, G. **Mais de 30 templos são realocados em bairros afundados em Maceió**. GazetaWeb, 2022. Disponível em: <https://www.gazetaweb.com/noticias/maceio/mais-de-30-templos-sao-realocados-em-bairros-afundados-em-maceio>. Acesso em: 29 mai. 2024.

BELTRAME, Gabriella. **Vazios urbanos** - notas sobre a escassez social do imóvel urbano. Rio de Janeiro - Interseções, 2013.

BEZERRA, Maria. **Permanecer no Efêmero**: A pixação em Maceió e seus rastros de afeto na cidade. 2023. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas Do Espaço Habitado (DEHA), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

BRANDÃO, T. **Pescadores protestam para cobrar pagamento de auxílio-financeiro**. Trabalhadores foram proibidos de pescar durante a suspeita de colapso da Mina 18. Gazetaweb, 2024. Disponível em: <https://www.gazetaweb.com/noticias/maceio/pescadores-protestam-para-cobrar-pagamento-de-auxilio-financeiro-756781>. Acesso em: 29 mai. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 21 fev. 2024.

_____. MACEIÓ. Defesa Civil de Maceió. **Mapa de ilhamento socioeconômico**. In: GGI dos Bairros encaminha parecer sobre Ilhamento Socioeconômico ao MPF. Prefeitura de Maceió, 2021. Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/noticias/ggi-dos-bairros/ggi-dos-bairros-encaminha-parecer-sobre-ilhamento-socioeconomico-ao-mpf>. Acesso em: 03 mar. 2024.

_____. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Termo de Acordo para extinguir a Ação Civil Pública Socioambiental – Processo nº 0806577-74.2019.4.05.8000**. Maceió. Ministério Público Federal. 2020. 31 pág. Disponível em: <https://www.mpal.mp.br/wp-content/uploads/2023/12/Acordo-socioambiental-e-urbanistico-Dezembro-2020.pdf>. Acesso em: 03 de março de 2024.

_____. Senado Federal. **CPI da Braskem**. Relatório Final. Relator: Senador Rogério Carvalho, Presidente: Senador Omar Aziz. Brasília, 2024.

_____. Serviço Geológico do Brasil (CPRM). **Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL)**: Relatório síntese dos resultados nº 1. Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2019.

BRASKEM ALAGOAS. **Central do Morador**. Braskem, [2020?] Disponível em: <https://www.braskem.com.br/central-do-morador>. Acesso em: 06 jun. 2024.

_____. **A Braskem está no BBB23 para ajudar**. 16 jan. 2023. Instagram: @braskem. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cnf2XIUuO1m/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

_____. **As ações em Maceió**. Programa de Compensação e Apoio à Realocação. 09.02.24. Book Janeiro. In: Braskem Alagoas Ações, 2024.

_____. **A Braskem: Perfil e História.** Disponível em:
<https://www.braskem.com.br/perfil#2002>. [2024?] Acesso em: 01 mar. 2024

_____. **COMPROMISSOS 2030 E 2050.** [2023?]. Disponível em:
<https://www.braskem-ri.com.br/esg/compromissos-2030-2050/#:~:text=Em%202021%2C%20a%20Braskem%20renovou,amplo%20e%20que%20durou%20meses>.
 Acesso em: 10 jul. 2024.

_____. CocaCola. **Marcas unidas por um @rockinrio mais sustentável.** 30 ago. 2022. Instagram: @braskem e @cocacola_br. Disponível em:
<https://www.instagram.com/p/CbbAuRfg1x7/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

_____. **No Popload, a Braskem vai dar um novo significado aos resíduos plásticos.** 30 set. 2022. Instagram: @braskem. Disponível em:
<https://www.instagram.com/p/CjJD69urnmQ/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

_____. **O novo participante da casa é inquieto.** 13 jan. 2023. Instagram: @braskem. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CnXOnm_uax2/. Acesso em: 10 jul. 2024.

_____. **Os participantes já estão combinando voto na casa.** 17 jan. 2023. Instagram: @braskem. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cnib0jTunse/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

_____. **Vai pro The Town 2023?** 31 ago. 2023. Instagram: @braskem. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CwnBvN2tAb4/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

_____. **Vai ter Braskem e reciclagem no @lollapaloozabr!.** 22 mar. 2022. Instagram: @braskem. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ch5Sk-8OxRQ/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BULHÕES, Júlia Amorim. **Colapso urbano?** Narrativas de moradores do Pinheiro sobre a subsidência do solo em Maceió-AL. 2022. 127 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em:
<http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/9807> Acesso em: 3 jan. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 2006, 3ª ed.

CAVALCANTI, A. **Entenda porque o “impeachment” de Dilma é golpe.** Jusbrasil, 2016. Disponível em:
<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/entenda-porque-o-impeachment-de-dilma-e-golpe/317608764>. Acesso em 21 fev. 2024

CAVALCANTI, R. **MPF, MP e DPU recomendam pagamento de auxílio para pescadores.** Devido ao risco de colapso da mina 18, no Mutange, os maceioenses foram impedidos de trabalhar na Lagoa Mundaú. Gazetaweb, 2023. Disponível em:
<https://www.gazetaweb.com/noticias/afundamento-do-solo/mpf-mp-e-dpu-recomenda>

m-pagamento-de-auxilio-para-pescadores. Acesso em 06 fev. 2024.

CNN. **Colapso em mina de Maceió**: veja o que se sabe sobre o caso. CNN, 2023. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/colapso-em-mina-de-maceio-veja-o-que-se-sabe-sobre-o-caso/>. Acesso em 21 jan. 2024.

COELHO, P. P.; GONÇALVES, R. G. **Crise urbana e direito à cidade**. Reflexões e perspectivas de resistência a partir da luta popular microlocal. XI Seminário internacional de investigación en urbanismo, Barcelona, Santiago de Chile, 2019.

Disponível em:

<https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/171656/6870-8342-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 abr. 2023.

COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO. **Conflitos da Mineração no Brasil 2022**: Relatório Anual. Brasil, dezembro de 2023.

CONTRA-QUEBRANTO. Maceió, 2021. Instagram: @contra.quebranto. Disponível em: <https://www.instagram.com/contra.quebranto/>. Acesso em: out. 2023.

CORRÊA, Roberto. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática S. A. 1989.

COSTA, Renata Rodrigues Ludovice. **Análise do licenciamento de mineração em área urbana**: um estudo de caso sobre a Braskem em Maceió, Brasil. 2022.

Dissertação (Mestrado em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas) - Centro Universitário Tiradentes, Maceió, 2022.

COTIDIANO FOTOGRÁFICO. Maceió, 2024. Instagram: @cotidiano_fotografico.

Disponível em: https://www.instagram.com/cotidiano_fotografico/. Acesso em: 20 fev. 2024.

DELAGUA, Victor. **Bairro em Maceió corre risco de desabamento**. ArchDaily, Brasil, 2019. Disponível em:

<https://www.archdaily.com.br/br/910452/bairro-em-maceio-corre-risco-de-desabamento>. Acesso em 1 Mar 2024. ISSN 0719-8906.

DEFESA CIVIL MUNICIPAL E NACIONAL, CPRM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Mapa de Ações Prioritárias é atualizado e amplia área de monitoramento**. Maceió: Prefeitura de Maceió, 2023. Disponível em:

<https://maceio.al.gov.br/noticias/defesacivil/mapa-de-acoes-prioritarias-e-atualizado-e-amplia-area-de-monitoramento>. Acesso em: 10 abr. 2024.

DILSON FERREIRA. Maceió, 2024. Instagram: @dilsonferreira__.

Disponível em: https://www.instagram.com/dilsonferreira__/ Acesso em: 12 jul. 2024.

DOS SANTOS, C. G.; LIMA, G. F.; BULHÕES, J. **A Subsidiência do solo e**

remoções forçadas em Maceió-AL: as disputas pela cidade: Land subsidence and forced removals in Maceió-AL: the disputes over the city. Brazilian Journal of Development, [S. l.], v. 8, n. 10, p. 65711–65734, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n10-054.

Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/52783>. Acesso em: 3 jan. 2024.

ESTADÃO. **Quais são os maiores Estados brasileiros pelo tamanho da economia? Veja ranking.** Estadão, 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/estados-brasileiros-maior-economia-participacao-pib-veja-ranking-nprei/>. Acesso em: 05 abr. 2024.

FALCÃO, M.; TV GLOBO. **TRF-1 mantém arquivado processo contra Dilma Rousseff pelas 'pedaladas fiscais'.** G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/22/trf-1-mantem-arquivado-processo-contradilma-rousseff-pelas-pedaladas-fiscais.ghtml>. Acesso em: 07 jul. 2024.

FELIPE DE VAS. Maceió, 2024. Instagram: @felipedevas. Disponível em: <https://www.instagram.com/felipedevas/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

FELIZARDO, N. **Abandonados em área de risco, moradores usam rivotril e dormem perto da porta com medo de desabamento em Maceió.** Intercept, 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/01/24/maceio-familias-abandonadas-area-de-risco-criam-estrategias-de-fuga-apos-desastre-braskem/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

FERREIRA, Alvaro Henrique de Souza. A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço: por que falar em agentes, atores e mobilizações?. In: PEREIRA, Paulo Cesar Xavier (org.). **Reconfiguração das cidades contemporâneas: contradições e conflitos.** p. 9-30. São Paulo: FAUUSP, 2016. p. 09-30. ISBN 978-85-8089-093-8.

FERREIRA, Arnaldo. **Instalação da industrial no Pontal foi imposição de americanos.** Gazeta de Alagoas, 2020. Disponível em: <https://www.gazetadealagoas.com.br/politica/278459/instalacao-da-industria-no-pontal-foi-imposicao-de-americanos>. Acesso em: 15 out. 2023.

FERTON, Séfora. **Artivismo urbano e Interseccionalidade:** Articulações e táticas de visibilidade contra-hegemônicas em cenários distópicos maceioenses. Relatório Parcial (2021-2022). Projeto: MACEIÓ PELAS MINORIAS: Cenários Distópicos, A(r)tivismos e Manifestações contra-hegemônicas na esfera pública do séc. XXI. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/UFAL/FAPEAL/CNPq, Maceió, 2022.

FIRPO, Renata. **A grande surpresa do ranking de capitais com maior valorização imobiliária.** VEJA, 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/real-estate/a-capital-recordista-do-ano-em-valorizacao-imobiliaria>. Acesso em: 24 fev. 2024.

FONSECA, E. **Caso Braskem: acordo proposto pelo MPAL e MPF em 2020 já previa medidas para conter danos provocados pela mineração.** Mpal, 2023. Disponível em: <https://www.mpal.mp.br/?p=34279>. Acesso em: 03 mar. 2024.

FRAGOSO, Elias; PADILHA, Isadora; GALINDO, Abel; VIEIRA, Cláudio; BEZERRA, Edson; MARQUES, José Geraldo. **Rasgando a Cortina de Silêncios**: O lado B da exploração do sal-gema de Maceió. Maceió: Editora Instituto Alagoas, 2022. Disponível em:

<https://www.amazon.com.br/Rasgando-Cortina-Sil%C3%A7ancios-explora%C3%A7%C3%A3o-sal-gema-ebook/dp/B0BH1Z2VM8>. Acesso em: 8 mai. 2024.

FROTA, H. **O direito à cidade**: desafios para a construção da utopia por uma vida transformada. In: SOUSA JUNIOR, J. G. et al. (org.). **O direito achado na rua** introdução crítica ao direito urbanístico. v. 9, cap.14, p. 163-171. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.

G1 AL. **Ato em Maceió cobra agilidade nas indenizações de famílias afetadas pelo afundamento do solo**. G1AL, 2021a. Disponível em:

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/12/03/ato-em-maceio-cobra-agilidade-n-o-pagamento-a-familias-afetadas-pelo-afundamento-do-solo.ghtml>. Acesso em: 21 jun. 2024.

_____. **Justiça proíbe protestos de moradores em frente à sede da Braskem, em Maceió**. G1 AL, 2021b. Disponível em:

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/12/04/justica-proibe-protestos-de-moradores-em-frente-a-sede-da-braskem-emmaceio.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2022

_____. **Novo tremor de terra é registrado em Maceió; Defesa Civil monitora mina que pode colapsar**. G1 AL, 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/12/01/novo-tremor-e-registrado-em-maceio.ghtml>. Acesso em: 05 mar. 2024.

_____. **Segundo protesto do dia bloqueia trânsito por causa das rachaduras no Pinheiro, em Maceió**. G1 AL, 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/03/25/segundo-protesto-do-dia-por-causa-das-rachaduras-no-pinheiro-bloqueia-transito-no-bairro.ghtml>. Acesso em: 14 mar. 2024.

G1 AL e TV GAZETA. **'A gente não sabe o que fazer', diz morador após Justiça liberar polícia para esvaziar bairro vizinho ao que pode afundar em Maceió**. G1 AL, 2023. Disponível em:

https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/12/01/a-gente-nao-sabe-o-que-vai-fazer-dizem-moradores-obrigados-a-sair-as-pressas-do-bom-parto-em-maceio.ghtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=canais&utm_campaign=g1. Acesso em: 18 mar. 2024.

GAZETAWEB. **Braskem**: para observatório do CNJ, atuação do MPF é "case de sucesso". Gazetaweb, 2024. Disponível em:

<https://www.gazetaweb.com/noticias/maceio/braskem-para-observatorio-do-cnj-atuacao-do-mpf-e-case-de-sucesso>. Acesso em: 07 jul. 2024.

GREENPEACE BRASIL. **Maceió: indenização paga pela Braskem por danos materiais é apenas 12% do valor devido, dizem vítimas da empresa**.

Greenpeace Brasil, 2023. Disponível em:

<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/maceio-indenizacao-paga-pela-braskem-por-danos-materiais-e- apenas-12-do-valor-devido-dizem-vitimas-da-empresa/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

GGI dos Bairros. **Parecer recomenda inclusão de moradores do Flexal e parte de Bebedouro no plano de realocação.** Prefeitura de Maceió, 2021. Disponível em:

<https://www.ggidobairros.maceio.al.gov.br/parecer-recomenda-inclusao-de-moradores-do-flexal-e-parte-de-bebedouro-no-plano-de-realocacao/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

GAZETAWEB.COM. 03 Mai. 2021. **Realocação de escolas atingidas pela mineração em Maceió deve afetar mais de 7,1 mil alunos.** Disponível em:

<https://www.gazetaweb.com/noticias/maceio/realocacao-de-escolas-afetadas-pela-mineracao-em-maceio-deve-afetar-mais-de-71-mil-alunos-de-18-escolas/> Acesso em: 6 Set. 2021

HARVEY, D. **O Direito à Cidade. A qualidade da vida urbana virou uma mercadoria. Há uma aura de liberdade de escolha de serviços, lazer e cultura – desde que se tenha dinheiro para pagar.** Tribuna livre da luta de classes. Revista Piauí, Folha de São Paulo, Edição 82, Julho 2013. Disponível em:

<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>. Acesso em: 26 de out. de 2022.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HISTÓRIAS DO SUBSOLO. Direção: Octávio Lemos. Produção: Guilherme de Cerqueira César; Cacto Facto; Grão Filmes; Caranto Mídia; Lab Hacker; Saudáveis Subversivos. Histórias do Subsolo, 2022. Disponível em:

<https://historiasdosubsolo.org/>. Acesso em: 4 abr. 2023.

IBGE. **Censo 2022:** Cidades e Estados: Maceió. Brasil: IBGE, 2022 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al/maceio.html>. Acesso em: 24 fev. 2024.

INFANTI JUNIOR, N. & FORNASARI FILHO, N. **Processos de Dinâmica Superficial.** In: OLIVEIRA, A.M.S. & BRITO, S.N.A. (Eds.). Geologia de Engenharia. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia (ABGE), 1998. cap. 9, p.131-152.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS (IMA). **Fatos relevantes sobre o caso Braskem.** IMA [2023?]. Disponível em:

<https://www2.ima.al.gov.br/fatos-caso-braskem/>. Acesso em: 01 mar. 2024.

Instituto Polis. **O que é direito à cidade?** Disponível em: <https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/>. Instituto Polis, 2020. Acesso em: 14 out. 2023.

JORNAL NACIONAL. **Edição de 02/12/23.** Diretor: Ricardo Villela. Produção:

Pollyane Martiniano; Gisele Vasconcelos. Imagem: Valmir Inácio. 37 min. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2023. Disponível em:
<https://globoplay.globo.com/v/12164612/?s=0s>. Acesso em: 27 jan. 2024.

KANAGUCHI, L. I.; FELIX, R. **Estados de exceção e o covid-19: Estado de sítio, estado de defesa, calamidade pública e estado de emergência**. Constituição nas escolas. Migalhas. 27 Mar. 2020. Disponível em:
<https://www.migalhas.com.br/coluna/constituicao-na-escola/322829/estados-de-excecao-e-o-covid-19--estado-de-sitio--estado-de-defesa--calamidade-publica-e-estado-d-e-emergencia>. Acesso em: 3 Dez. 2020.

LAFORÉ, B. **Colapso de mina em Maceió é “a maior tragédia urbana do mundo”, diz prefeito à CNN**. CNN Brasil, 2023. Disponível em:
<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/colapso-de-mina-em-maceio-e-a-maior-tragedia-urbana-do-mundo-diz-prefeito-a-cnn/>. Acesso em: 14 out. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. ISBN 85-224-3397-6. Disponível em:
https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india. Acesso em: 12 fev. 2024.

LEÃO, V. **Vídeo: moradores de bairros que afundam pedem providências da Braskem**. Tribuna Hoje, 2023. Disponível em:
<https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2023/12/06/130780-video-moradores-de-bairros-que-afundam-pedem-providencias-da-braskem>. Acesso em: 18 fev. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, José. **A Participação Popular no Planejamento Urbano (Discutindo Conceitos)**. Youtube, 2020. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=Oq978ndZ4M0&ab_channel=Jos%C3%A9RafaelDeLima. Acesso em: 29 set. 2023.

LOPES, A. C.; JUNQUEIRA, E. **Maceió: o sítio, a evolução urbana e o fenômeno habitacional**. In LOPES, A. C.; JUNQUEIRA, E. Habitação de interesse social em Maceió. Rio de Janeiro: IBAM/ DUMA, 2005.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal de Maceió. **Plano Diretor Maceió – AL**. 2006.

MACEIÓ (AL). Prefeitura. **Decreto nº 9.643, de 29 de novembro de 2023**. Declara emergência no município de Maceió em virtude da iminência de colapso da mina 18 da mineradora Braskem. Diário Oficial do Município, Maceió, AL, 29 nov. 2023. Edição Extraordinária, nº 6815b.

MAGALHÃES, T.; Tribuna Independente. **Movimento Unificado das Vítimas da Braskem ainda espera por CPI na Assembleia Legislativa**. Tribuna Hoje, 2022. Disponível em:

<https://tribunahoje.com/noticias/politica/2022/03/10/99528-movimento-unificado-das-vitimas-da-braskem-ainda-espera-por-cpi-na-assembleia-legislativa>. Acesso em: 14 jun. 2024.

MAIA, A. C. N.; SILVA, R. H. A. da. **A sirene que não toca: memórias sobre ruínas e desocupação de uma cidade mineradora**. História Oral, v. 22, n. 2, p. 58-73, jul./dez. 2019.

MAIA, L.; AQUINO, T.; FRANÇA, G. **Ligações entre Braskem e empresas contratadas levantam suspeitas sobre diagnóstico socioambiental em Maceió**. Agência Tatu, 2023. Disponível em: <https://www.agenciatatu.com.br/noticia/diagnostico-braskem-diagonal-tetrattech/>. Acesso em: 15 out. 2023.

MAIS DIÁLOGOS. **Plano de Ações Sociourbanísticas - PAS**. Mais diálogos, [2023?]. Disponível em: <https://maisdialogos.com/>. Acesso em: 17 abr 2024.

MALAR, J. **Greenwashing: O que é e como identificar a prática da falsa sustentabilidade**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/greenwashing-o-que-e-e-como-identificar-a-pratica-da-falsa-sustentabilidade/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MANHAS, Adriana Capretz Borges da Silva. **A perda do patrimônio cultural em decorrência do maior desastre ambiental em curso no mundo: O caso da subsidência dos bairros em Maceió (AL)**. Revista Jatobá, Goiânia, 2022, v.4, e-73021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/366555914_Perda_do_Patrimonio_Cultural_em_Decorrenca_do_Maior_Desastre_Ambiental_em_Curso_no_Mundo_o_caso_da_subsidencia_dos_bairros_em_MaceioAL . Acesso em: 28 abr. 2024.

MANHAS, Adriana Capretz Borges da Silva. **Maceió afunda: a perda da paisagem cultural da capital de Alagoas causada pela mineração de sal-gema**. In: FIGUEIREDO, V. G. B.; ESCORTEGANHA, M. R. Paisagem, Risco e Pós-tragédia: desafios ambientais, políticos e socioculturais. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Paisagens Híbridas, 2023. v. 3, p. 121-139. ISBN 6587833799.

MARGUTI, B. COSTA, M. GALINDO, E. **O Estatuto da Cidade e a Habitat III : um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9155> Acesso em: 21 jul. 2023.

MENDES, J. M. **A dignidade das pertencas e os limites do neoliberalismo: catástrofes, capitalismo, Estado e vítimas**. Sociologias. Porto Alegre , v. 18, n. 43, p. 58-86, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222016000300058&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 Set. 2021

MENEZES, Karina. **O Estatuto da Cidade e a Elaboração de Planos Diretores: Uma Avaliação Sobre a Construção de Espaços Participativos em Processos de**

Planejamento Urbano. 2008. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas Do Espaço Habitado (DEHA), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

MENEZES, K. R. de O.; LINS, R. D. B. **O estatuto da cidade e os aspectos da participação na elaboração de planos diretores**: a experiência de Maceió. *Oculum Ensaio*, [S. l.], n. 7_8, p. 122–135, 2013. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/366>. Acesso em: 8 abr. 2023.

Ministério Público do Estado de Alagoas. **MPAL NO CASO BRASKEM**. MPAL, [2024?]. Disponível em: https://www.mpal.mp.br/?page_id=34308. Acesso em: 15 mar 2024.

Ministério Público Federal de Alagoas (MPF-AL). **Acordo socioambiental garantiu monitoramento em tempo real e ações de estabilização pela Braskem**. Ministério Público Federal de Alagoas, 2023. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/noticias-al/acordo-socioambiental-garantiu-monitoramento-em-tempo-real-e-acoes-de-estabilizacao-pela-braskem#:~:text=Acordo%20socioambiental%20garantiu%20monitoramento%20em%20tempo%20real%20e%20a%C3%A7%C3%B5es%20de%20estabiliza%C3%A7%C3%A3o%20pela%20Braskem,-Decorreu%20de%20a%C3%A7%C3%A3o&text=O%20mais%20amplo%20e%20complexo,sal%2Dgema%20em%20Macei%C3%B3%2FAL>. Acesso em: 8 abr. 2024.

Ministério Público Federal de Alagoas (MPF-AL). **MPF e MPAL formalizam posse da nova composição do Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais**. MPF-AL, 2024. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/noticias-al/mpf-e-mpal-formalizam-posse-da-nova-composicao-do-comite-gestor-de-danos-extrapatrimoniais>. Acesso em: 8 Mai. 2024.

MUVB. **Vítimas da Braskem**. Maceió, 2023. Instagram: @vitimasdabraskem. Disponível: <https://www.instagram.com/vitimasdabraskem/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

NASCIMENTO, Deth. **Projeto Ruptura**. Maceió, 2018-2023. Instagram: @projektoruptura_ Disponível em: https://www.instagram.com/projektoruptura_/. Acesso em: 03 nov. 2023.

NIXON, R. **Slow violence and the environmentalism of the poor**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.

NOBRE JUNIOR, Abelardo Pedro. **Ofício COMPDEC/2023**. Risco Iminente de Dolinamento (Colapso) Mina 18. Braskem. Maceió: Coordenadoria Municipal Especial de Proteção e Defesa Civil, 29 de novembro de 2023.

Nunes, N. **Inventário do Patrimônio Cultural Imaterial de Maceió é mais uma ‘maquiagem’ da Braskem**. 082 Notícias, 2024. Disponível em: <https://082noticias.com/2024/05/05/inventario-do-patrimonio-cultural-imaterial-de-ma>

ceio-e-mais-uma-maquagem-da-braskem/. Acesso em: 06 jul. 2024.

OLIVEIRA, Wanessa. **‘Avalanche de Conteúdo’, ‘Mangueira de Fogo’ e outras táticas de desinformação reforçam vantagem para Braskem em AL.** Mídia Caité, 2023. Disponível em:

<https://midiacaete.com.br/parece-transparencia-mas-e-poluicao-os-beneficios-e-taticas-da-braskem-com-mangueira-de-fogo-avalanche-de-conteudo-e-outros-processos-de-desinformacao/>. Acesso em: 20 de jun. 2024.

PIMENTEL, E. **Marcas profundas: como a mineração afundou a saúde de moradores de bairros em Maceió.** Tribuna Hoje, 2020. Disponível em:

<https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2020/02/01/74618-marcas-profundas-como-a-mineracao-afundou-a-saude-de-moradores-de-bairros-em-maceio>. Acesso em: 2 out. 2023.

PIMENTEL, J. B. **Bebedouro.** In: Bairros de Maceió. [S. l.]: José Ademir M dos Anjos (Ademir Brandão), 2002. Atualizado em 2017. Extraído de: O JORNAL, Maceió, domingo, 17 de novembro de 1996. Disponível em:

<http://bairrosdemaceio.net/bairros/bebedouro>. Acesso em: 15 out. 2023.

PIMENTEL, J. B. **Bom Parto.** In: Bairros de Maceió. [S. l.]: José Ademir M dos Anjos (Ademir Brandão), 2002. Atualizado em 2017. Extraído de: O JORNAL, Maceió, domingo, 24 de novembro de 1996. Disponível em:

<http://bairrosdemaceio.net/bairros/bomparto>. Acesso em: 15 out. 2023.

PIMENTEL, J. B. **Farol.** In: Bairros de Maceió. [S. l.]: José Ademir M dos Anjos (Ademir Brandão), 2002. Atualizado em 2017. Extraído de: O JORNAL, Maceió, domingo, 08 de dezembro de 1996. Disponível em:

<http://bairrosdemaceio.net/bairros/farol>. Acesso em: 15 out. 2023.

PONTE, Juliano Ximenes. **A recriação dos Ministérios das Cidades e da Integração Nacional: retorno de uma política de desenvolvimento urbano e regional?** Artigos Semanais, Rio de Janeiro: Núcleo Belém do Observatório das Metrópoles, 2019. Disponível em:

<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/recriacao-dos-ministerios-das-cidades-e-da-integracao-nacional-retorno-de-uma-politica-de-desenvolvimento-urbano-e-regional/>. Acesso em: 23 mai. 2024.

Projeto Flexais. **Evolução do Projeto.** Projeto de integração urbana e desenvolvimento dos Flexais, [2024?]. Disponível em:

<https://projeto-flexais.com.br/evolucao-do-projeto/>. Acesso em: 18 mar 2024.

RAFAEL SANTOS. **Arrasta pro lado e veja.** Maceió, 19 jun. 2021. Instagram: @rafaelsantos.arq. Disponível em:

https://www.instagram.com/p/CQTYf78rl_M/?igsh=MTk2bDk1cWRxa2JzaA%3D%3. Acesso em: 10 jul. 2024.

RAFAEL SANTOS. **Vamos abalar as estruturas da cidade.** Maceió, 27 jan. 2024.

Instagram: @rafaelsantos.arq. Disponível em:
<https://www.instagram.com/p/C2nrf10rEax/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Raposo, Paulo. **Artivismo**: articulando dissidências, criando insurgências. Cadernos de Arte e Antropologia, vol. 4, no. 2, 2015. Disponível em:
<http://journals.openedition.org/cadernosaa/909>. Acesso em: 5 jul. 2024. DOI:
 10.4000/cadernosaa.909.

Rede Globo. É de casa. **Bairros de Maceió estão literalmente afundando**. 9 min. Rio de Janeiro: Gshow, 2021. Disponível em:
https://gshow.globo.com/programas/e-de-casa/episodio/2021/06/05/videos-do-episodio-de-e-de-casa-de-sabado-05-de-junho-de-2021.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=share-bar-smart&utm_campaign=share-bar. Acesso em: 06 jul. 2024.

RELU UFAL; ADRIANA CAPRETZ. **Sim, a gente se importa**. Maceió, 23 mar. 2023. Disponível: https://www.instagram.com/p/CqHaGG7Nk8y/?locale=en_CA. Acesso: 28 jun. 2024.

RODRIGUES, C. **INFOGRÁFICO**: Entenda o risco de colapso das minas da Braskem em Maceió. G1AL, 2023. Disponível em:
<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/12/01/infografico-entenda-o-risco-de-colapso-das-minas-da-braskem-em-maceio.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RODRIGUES, Larissa. **Mina em Colapso: Braskem cancela participação na COP28**. CNN, 2023. Disponível em:
<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mina-em-colapso-braskem-cancela-participacao-na-cop28/#:~:text=A%20Braskem%20confirmou%2C%20nesta%20segunda,Dubai%2C%20nos%20Emirados%20%C3%81rabes%20Unidos>. Acesso em: 11 jun. 2024.

RODRIGUES, Mariane. **Revisão do plano diretor de Maceió está parada desde 2018**. Para especialistas, tragédia dos bairros afetados exige novas discussões sobre o projeto. Gazeta de Alagoas, 2022. Disponível em:
<https://d.gazetadealagoas.com.br/politica/342238/revisao-do-plano-diretor-de-maceio-esta-parada-desde-2018>. Acesso em: 11 jun. 2024.

ROLNIK, Raquel. **Dez anos do Estatuto da cidade**: das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo. Leituras da cidade. Tradução. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2012. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002397102>
 Acesso em: 02 nov. 2022.

SANTOS, Eriane Gomes dos. **PARA ALÉM DAS RACHADURAS**: As ações da comunidade no enfrentamento da situação de risco socioambiental do bairro Pinheiro em Maceió/AL. 2021. 227 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Maceió, 2021. Disponível em:
<https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/10817> Acesso em: 3 jan. 2024.

SANTOS. Clariza. **MORADORES DE BAIROS AFETADOS PROTESTAM CONTRA TERMOS DE ACORDO COM A BRASKEM**. Gazeta de Alagoas, 2021.

Disponível em:

<https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/328913/moradores-de-bairros-afetados-pr-otestam-contra-termos-de-acordo-com-a-braskem>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SECOM MACEIÓ. **A pedido da Defesa Civil, ruas de bairros afundados serão fechadas a partir desta segunda-feira, 05**. TNH1, 2024. Disponível em:

<https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/a-pedido-da-defesa-civil-ruas-de-bairros-afundadas-serao-fechadas-a-partir-desta-segunda-feira-05/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SECOM MACEIÓ. **Prefeitura cria gabinete de crise para coordenar ações na área de risco de colapso**. Prefeitura de Maceió, 2023a. Disponível em:

<https://maceio.al.gov.br/noticias/defesacivil/prefeitura-cria-gabinete-de-crise-para-coordenar-acoes-na-area-de-risco-de-colapso>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SECOM MACEIÓ. **Prefeitura decreta emergência em Maceió pelo risco de colapso em mina da Braskem**. Prefeitura de Maceió, 2023b. Disponível em:

<https://maceio.al.gov.br/noticias/defesacivil/prefeitura-decreta-emergencia-em-maceio-o-pelo-risco-de-colapso-em-mina-da-braskem>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SECOM MACEIÓ. **Prefeitura discute revisão do Plano Diretor**. Jornal Extra, 2015. Disponível em:

<https://ojornalextra.com.br/noticias/alagoas/2015/12/14174-prefeitura-discute-revisao-do-plano-diretor>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO DAS CIDADES. **Orientações para a criação dos Conselhos da Cidade nos municípios**. 2010. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-das-cidades/orientacoes-para-a-criacao-dos-conselhos-da-cidade-nos-municipios.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

SINTEAL. **SINTEAL PARTICIPA DE PROTESTO DA “FRENTE AMPLA DOS ATINGIDOS PELA BRASKEM”**. SINTEAL, 2019. Disponível em:

<https://www.sinteal.org.br/2019/11/sinteal-participa-de-protesto-da-frente-ampla-dos-atingidos-pela-braskem/>. Acesso em: 18 mar. 2024.

TAVOLARI, Bianca. **Direito à Cidade: uma trajetória conceitual**. IN: CEBRAP. *Novos Estudos*. n. 104. São Paulo: 2016.

TELES, A.; BACK, C. C.; DIAS, F. A.; ANGIONI, M.; KARPEN, L. G. *Cidades para as Pessoas: experiências e desafios do direito à moradia e a participação popular na gestão urbana do município de Blumenau – SC*. In: SOUSA JUNIOR, J. G. et al. (Org.). **O direito achado na rua**. Introdução crítica ao direito urbanístico. v. 9, cap. 23, p. 233-240. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.

TELES, R. C. **Migração forçada e mineração: A Cidade de Maceió-AL sob a Ótica dos Direitos Humanos**. *Revista Direito e Práxis*, v. 14, n. 1, p. 517–535, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2023/73120>. Acesso em: 3 jan. 2024.

TERRA. **Acordo pode livrar Braskem e empurrar para prefeitura responsabilidade por reparação de danos.** Terra, 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/planeta/acordo-pode-livrar-braskem-e-empurrar-para-prefeitura-responsabilidade-por-reparacao-de-danos,b62a455ea28a035bf48fcda81311f0c51r12xz2y.html>. Acesso em: 4 abr. 2024.

TICIANELI, Edberto. **A saga do petróleo alagoano IV – O Petróleo é Nosso.** História de Alagoas, 2018. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/a-saga-do-petroleo-alagoano-iv-o-petroleo-e-nosso.html>. Acesso em: 21 jul. 2023.

TICIANELI, Edberto. **Salgema e o movimento contra a ampliação de 1985.** História de Alagoas, 2019. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/salgema-e-o-movimento-contra-a-ampliacao-d-e-1985.html>. Acesso em: 14 nov. 2023.

TNH1; MPF AL. **MPF quer inventário do patrimônio cultural no Pinheiro, Bebedouro, Farol, Bom Parto e Mutange.** TNH1, 2023. Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/mpf-quer-inventario-do-patrimonio-cultural-no-pinheiro-bebedouro-farol-bom-parto-e-mutange/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

TNH1. **Sem acordo:** em audiência na Justiça Federal, Braskem diz que vai recorrer da inclusão de novas vítimas. TNH1, 2023. Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/sem-acordo-em-audiencia-na-justica-federal-braskem-diz-que-vai-recorrer-da-inclusao-de-novas-vitimas/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

TNH1. **Ufal apresenta à Defensoria mais um relatório favorável à realocação dos moradores dos Flexais.** TNH1, 2023. Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/ufal-apresenta-a-defensoria-mais-um-relatorio-favoravel-a-relocacao-dos-moradores-dos-flexais/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

VASSILEVA, M., AL-HALBOUNI, D., MOTAGH, M. et al. **A decade-long silent ground subsidence hazard culminating in a metropolitan disaster in Maceió, Brazil.** In: Sci Rep 11, 7704 (2021). Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-021-87033-0>. Acesso em: 08 set. 2021.

VIDAS RACHADAS. **Pesquisa vai identificar transtornos mentais comuns a afetados pelo afundamento do solo em Maceió.** 7 abr. 2023. Instagram: @vidas_rachadas. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CqvTqB_r-U7/?img_index=1. Acesso em: 15 jan 2024.

VIEIRA, Leonardo Lopes de Azevedo. **Audiência Pública:** Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas IMA/AL - Câmara dos Deputados (Apresentação). Brasília, 2019.

VIEIRA, Maria do Carmo. **Daqui só saio pó:** Conflitos urbanos e mobilização popular. Salgema e o Pontal da Barra. Maceió: Edufal, 1997.

YARA BARBOSA. **Vídeo arte informativo.** Maceió, 15 jun. 2021. Instagram:

@yarapao_. Disponível em:

<https://www.instagram.com/tv/CQJjdHslp3o/?igsh=NDZvdjV3M3I1ZDIz>. Acesso em:
10 jul. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICES 1: Quadro 12 - Produções acadêmicas e artísticas sobre o caso Braskem.

BASE DE DADOS DE PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE O CRIME DA BRASKEM EM MACEIÓ-AL (Última atualização: maio de 2024)

Como citar:

ALMEIDA, Yasmin Neri Araújo. MANHAS, Adriana Capretz Borges da Silva. Base de dados de pesquisas acadêmicas sobre o crime da Braskem em Maceió-AL. 2024. **PONTO DE MEMÓRIA LUGARES DE MACEIÓ NA MEMÓRIA**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: <https://sites.google.com/view/maceionamemoria/in%C3%ADcio?authuser=0>

Você também realizou alguma pesquisa acadêmica com esta temática? Envie para a gente e contribua para a divulgação da pesquisa científica! - <https://docs.google.com/forms/d/1ABZx10YQuJNT3EV9bTFXnx1LoUI28Uq9hjb1aKCCYSo/edit>

1. Trabalhos de conclusão de curso (TCC, Monografia, Tese ou Dissertação)

Nome	Título do trabalho	Tipo/Natureza	Curso e Instituição	Referência
ALMEIDA, Yasmin Neri Araújo.	CASO BRASKEM: A luta pelo direito à cidade através da participação popular em Maceió – AL	Trabalho de Conclusão de Curso	Arquitetura e Urbanismo - UFAL	ALMEIDA, Yasmin Neri Araújo. CASO BRASKEM : A luta pelo direito à cidade através da participação popular em Maceió – AL. 2024. 177 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.
ARAÚJO NETO, Z. P. de	ENTRE O FATO E A NOTÍCIA: O AVESSE DO DISCURSO DA BRASKEM-AL SOBRE O AFUNDAMENTO DOS BAIRROS DE MACEIÓ-AL	Tese de Doutorado	Letras - UFAL	ARAÚJO NETO, Z. P. de. Entre O Fato E A Notícia : O Avesse Do Discurso Da Braskem-Al Sobre O Afundamento Dos Bairros De Maceió-AL. 165 F. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Alagoas, Programa De Pós Graduação Em Linguística E Literatura. Maceió, 2024.

ARRUDA, Juliana B.	ERA UMA CASA NADA ENGRAÇADA: DIRETRIZES URBANAS PARA O ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS HABITACIONAIS NO BAIRRO BOM PARTO EM MACEIÓ-AL.	Trabalho de Conclusão de Curso	Arquitetura e Urbanismo - UFAL	Em desenvolvimento. Início:2022.
BARROS FILHO, José Roberto Galdino de.	Análise sobre os impactos da atividade extrativa mineral de sal-gema em Maceió/AL.	Dissertação de Mestrado	Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFAL	BARROS FILHO, José Roberto Galdino de. Análise sobre os impactos da atividade extrativa mineral de sal-gema em Maceió/AL. 2024. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/13177 Acesso em: 01 mai. 2024.
BARROS, Gildeon Santos de.	Relatório de trabalho de conclusão de curso documentário: o sal do caos	Trabalho de Conclusão de Curso	Comunicação Social(Jornalismo) - UFAL	BARROS, Gildeon Santos de. Relatório de trabalho de conclusão de curso documentário: o sal do caos. 2023. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/12673 Acesso em: 01 mai. 2024
BULHÕES, Júlia Amorim	Colapso Urbano? Narrativas de moradores do Pinheiro sobre a subsidência do solo em Maceió-AL	Trabalho de Conclusão de Curso	Arquitetura e Urbanismo - UFAL	BULHÕES, Júlia Amorim. Colapso urbano? Narrativas de moradores do Pinheiro sobre a subsidência do solo em Maceió-AL. 2022. 127 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/9807 Acesso em: 3 jan. 2024.
BULHÕES, Júlia Amorim	Deslocamentos forçados e políticas públicas: o caso dos atingidos pela subsidência do solo em Maceió-AL.	Dissertação de Mestrado	Desenvolvimento Urbano - UFPE	Em desenvolvimento. Início: 2023.
CAMPOS, Nayara Rita Cardoso.	As ações da Psicologia diante das situações de desastres socioambientais.	Trabalho de Conclusão de Curso	Psicologia - UFAL	CAMPOS, Nayara Rita Cardoso. As ações da Psicologia diante das situações de desastres socioambientais. 2023. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Curso de

				Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/10162 Acesso em: 3 jan. 2024.
CAVALCANTI, Hellen Taynan da Silva.	Refinamento teórico do marketing a partir dos desdobramentos da Service-Dominant Logic: o caso Braskem em Maceió – AL.	Tese de Doutorado	Faculdade De Ciências Econômicas - UFMG	CAVALCANTI, Hellen Taynan da Silva. Refinamento teórico do marketing a partir dos desdobramentos da Service-Dominant Logic: o caso Braskem em Maceió – AL. 2023. Tese (Doutorado em Administração do CEPEA) - Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, Departamento de Ciências Administrativas, Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/55193 Acesso em: 3 jan. 2024.
CAVALCANTI, Renata Chagas	A relevância dos métodos autocompositivos: considerações sociojurídicas sobre o “Caso Pinheiro” em Maceió.	Trabalho de Conclusão de Curso	Direito - UFAL	CAVALCANTI, Renata Chagas. A relevância dos métodos autocompositivos: considerações sociojurídicas sobre o “Caso Pinheiro” em Maceió. 2022. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito de Alagoas, Curso de Direito, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/10106 Acesso em: 3 jan. 2024.
CONTIERI, Vinícius Comba.	Elaboração de projetos da indústria petroquímica : análise econômica e ambiental do desastre geológico em Maceió e atividade da planta de cloro-soda da Braskem	Trabalho de Conclusão de Curso	Engenharia Química - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	CONTIERI, Vinícius Comba. Elaboração de projetos da indústria petroquímica : análise econômica e ambiental do desastre geológico em Maceió e atividade da planta de cloro-soda da Braskem. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Química) - Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/235717 . Acesso em: 08 mai. 2024
DODATO, Railson Viera.	Da concepção de um polo cloroquímico ao desenvolvimento da cadeia produtiva da química e do plástico de Alagoas	Dissertação de Mestrado	Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFAL	DODATO, Railson Viera. Da concepção de um polo cloroquímico ao desenvolvimento da cadeia produtiva da química e do plástico de Alagoas. 172 f. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, 2022. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/2288/1/Da%20concep%C3%A7%C3%A3o%20de%20um%20polo%20cl

				oroqu%C3%ADmico%20ao%20desenvolvimento%20da%20cadeia%20produtiva%20da%20qu%C3%ADmica%20e%20do%20pl%C3%A1stico%20de%20Alagoas.pdf. Acesso em: 8 mai. 2024.
FERTON, Séfora Emiliano	RITO DE CURÁ: Artivismo e Fabulações de futuro para bairros negros de Maceió-AL	Trabalho de Conclusão de Curso	Arquitetura e Urbanismo - UFAL	Em desenvolvimento. Início: 2022
GÓES, Áquila da Silva	Impactos na região afetada pela mineradora Braskem: uma análise sobre a ótica dos portais de notícias.	Trabalho de Conclusão de Curso	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - UFAL	GÓES, Áquila da Silva. Impactos na região afetada pela mineradora Braskem: uma análise sobre a ótica dos portais de notícias. 2022. 29f. TCC (Bacharelado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2021. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/9228 Acesso em: 3 jan. 2024.
HORA, Maria Juliana Silva da	ARTIVISMO URBANO: O POSICIONAMENTO DOS ARTISTAS ALAGOANOS NA BUSCA POR JUSTIÇA FRENTE AO CRIME SOCIOAMBIENTAL CAUSADO PELA MINERAÇÃO DE SAL-GEMA PELA BRASKEM EM MACEIÓ (AL).	Trabalho de Conclusão de Curso	Arquitetura e Urbanismo - UFAL	Em desenvolvimento. Início: 2023.
LACERDA, Renata	As ruínas do Pinheiro.	Trabalho de Conclusão de Curso	Arquitetura e Urbanismo - UFAL	Em desenvolvimento. Início: 2019.
LIMA, Gustavo Figueiredo	Cidade que (ex)pulsa: Reterritorialização no Petrópolis de deslocados pelo desastre da Braskem em Maceió -AL	Trabalho de Conclusão de Curso	Arquitetura e Urbanismo - UFAL	LIMA, Gustavo Figueiredo. Cidade que (ex)pulsa: Reterritorialização no Petrópolis de deslocados pelo desastre da Braskem em Maceió -AL. 2024. 123 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.
LIMA, Marcius Omena Bomfim de.	Prevenção da poluição: uma gestão pró ativa e sustentável na redução de resíduos sólidos: estudo de caso de uma indústria química brasileira	Dissertação de Mestrado	Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento- UFAL	LIMA, Marcius Omena Bomfim de. Prevenção da poluição: uma gestão pró ativa e sustentável na redução de resíduos sólidos: estudo de caso de uma indústria química brasileira. 2019. 147 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Hídricos e Saneamento) – Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011. Disponível em:

				http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5201 Acesso em: 3 jan. 2024.
LIMA, Silvia Grazielle Valentim dos Santos	Intervenção de restauro para atribuição de novo uso como forma de salvaguarda do patrimônio imaterial dos bairros em afundamento	Trabalho de Conclusão de Curso	Arquitetura e Urbanismo - UFAL	LIMA, Silvia Grazielle Valentim dos Santos. Intervenção de restauro para atribuição de novo uso como forma de salvaguarda do patrimônio imaterial dos bairros em afundamento . 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.
LOPES, Carlos Eduardo da Silva	Vidas e lares destruídos: território e memória, uma fotoetnografia após a tragédia causada pela Braskem	Trabalho de Conclusão de Curso	Curso de Ciências Sociais - UFAL	LOPES, Carlos Eduardo da Silva. Vidas e lares destruídos: território e memória, uma fotoetnografia após a tragédia causada pela Braskem . 2023. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/11532 Acesso em: 3 jan. 2024.
LOPES, Leticia Soares Acioli	Da (in)efetividade da tutela ambiental urbanística de Maceió-AL: considerações em face do caso Pinheiro	Trabalho de Conclusão de Curso	Direito - UFAL	LOPES, Leticia Soares Acioli. Da (in)efetividade da tutela ambiental urbanística de Maceió-AL: considerações em face do caso Pinheiro . 2023. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito de Alagoas, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/12395 Acesso em: 3 jan. 2024.
MEDEIROS, Mariana Milito	Maceió à flor da pele: memória, arte e catástrofe	Tese de Doutorado em Dinâmica do Espaço Habitado	Arquitetura e Urbanismo - UFAL	MEDEIROS, Mariana Milito. Maceió à flor da pele: memória, arte e catástrofe . Tese (Doutorado em Cidades) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2022.
MENDONÇA, Inara Querino	Mineração e o (não) Direito à cidade: o caso das comunidades dos Flexais de Cima e de Baixo em Maceió-AL.	Trabalho Final de Graduação	Arquitetura e Urbanismo - UFAL	MENDONÇA, Inara Querino. Mineração e o (não) Direito à cidade: o caso das comunidades dos Flexais de Cima e de Baixo em Maceió-AL . 2024. 119 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

MOURA, Camila Barbosa de	Ainda estou aqui	Trabalho de Conclusão de Curso	Jornalismo - UFAL	MOURA, Camila Barbosa de. Ainda estou aqui . 2023. 23 f. Trabalho de conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/10368 Acesso em: 3 jan. 2024.
OLIVEIRA, Karina Mendonça Tenório de Magalhães	Fragmentos do Morar: Ecos de uma tragédia em Maceió AL.	Dissertação de Mestrado em Dinâmica do Espaço Habitado	Arquitetura e Urbanismo - UFAL	OLIVEIRA, Karina Mendonça Tenório de Magalhães. Fragmentos do Morar: Ecos de uma tragédia em Maceió AL . Dissertação (Mestrado em Dinâmica do Espaço Habitado) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.
OLIVEIRA, Poliana Lopes de.	O som da lembrança: Paisagem sonora do bairro de Bebedouro (AL) antes da desestruturação geológica oriunda de processos agressivos de mineração em área urbana	Tese de Doutorado	Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Santa Catarina	OLIVEIRA, Poliana Lopes de. O som da lembrança: Paisagem sonora do bairro de Bebedouro (AL) antes da desestruturação geológica oriunda de processos agressivos de mineração em área urbana . 178 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Santa Catarina, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1xMhCdwt7WE-swbFbZNVjThbRPdustCW/view . Acesso em: 8 mai. 2024.
OLIVEIRA, Rafael Souza Monteiro de	Análise da performance empresarial da Braskem: um estudo sob o enfoque dos indicadores econômico-financeiros.	Trabalho de Conclusão de Curso	Ciências Contábeis - UFAL	OLIVEIRA, Rafael Souza Monteiro de. Análise da performance empresarial da Braskem: um estudo sob o enfoque dos indicadores econômico-financeiros . 2023. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/10888 Acesso em: 3 jan. 2024.
OMENA, July Lins de	Gastos da Braskem com o evento geológico ocorrido nos bairros de Maceió: análise dos reflexos nos indicadores financeiros da empresa.	Trabalho de Conclusão de Curso	Ciências Contábeis - UFAL	OMENA, July Lins de. Gastos da Braskem com o evento geológico ocorrido nos bairros de Maceió: análise dos reflexos nos indicadores financeiros da empresa . 2023. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/11492 Acesso em: 3 jan. 2024.

RIBEIRO, Iasmim Barbosa	Aspectos da segregação socioespacial nos bairros atingidos pela extração de sal-gema em Maceió-AL?	Trabalho de Conclusão de Curso	Arquitetura e Urbanismo - UFAL	RIBEIRO, Iasmim Barbosa. Aspectos da segregação socioespacial nos bairros atingidos pela extração de sal-gema em Maceió-AL. 2023. 147 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/10323 Acesso em: 8 mai. 2024.
RIZZO, Mirella Murta Gomes	Borda afora: o pagamento da paisagem no bairro do Pinheiro após crime socioambiental da Braskem em Maceió-AL	Trabalho de Conclusão de Curso	Arquitetura e Urbanismo - UFAL	Em desenvolvimento. Início: 2023
SANTANA, Alysso Melo de.	A Braskem é quem determina os rumos de Maceió? Um plano estruturante para a área remanescente na borda do Bebedouro.	Trabalho de Conclusão de Curso	Arquitetura e Urbanismo - UFAL	Em desenvolvimento. Início: 2023
SANTOS, Eriane Gomes dos	PARA ALÉM DAS RACHADURAS: as ações da comunidade no enfrentamento da situação de risco socioambiental no bairro do Pinheiro em Maceió-AL	Dissertação de Mestrado	Psicologia - UFAL	SANTOS, Eriane Gomes dos. PARA ALÉM DAS RACHADURAS: as ações da comunidade no enfrentamento da situação de risco socioambiental do bairro Pinheiro em Maceió/AL. 2021. 227 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Maceió, 2021. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/10817 Acesso em: 3 jan. 2024.
SANTOS, Manoel Carlos Lins dos	O caso Pinheiro e a responsabilidade trabalhista da Braskem.	Trabalho de Conclusão de Curso	Direito - UFAL	SANTOS, Manoel Carlos Lins dos. O caso Pinheiro e a responsabilidade trabalhista da Braskem. 2023. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito de Alagoas, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/11109 Acesso em: 3 jan. 2024.
SANTOS, Maria Gardênia Nascimento	Memória da Destruição e a Preservação da Paisagem do Desastre da Braskem em Maceió/AL	Dissertação de Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural	Centro Lúcio Costa - IPHAN, CLC, Brasil.	SANTOS, Maria Gardênia Nascimento. Memória da Destruição e a Preservação da Paisagem do Desastre da Braskem em Maceió/AL. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Centro Lúcio Costa - IPHAN, CLC, Brasil, 2024.

SANTOS, Paulo Virgílio Medeiros dos.	Uso corporativo do território e exclusão social: o caso Braskem e a Comunidade do Flexal na cidade de Maceió – Alagoas.	Trabalho de Conclusão de Curso	Geografia - UFAL	SANTOS, Paulo Virgílio Medeiros dos. Uso corporativo do território e exclusão social: o caso Braskem e a Comunidade do Flexal na cidade de Maceió – Alagoas. 2023. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/12218 Acesso em: 3 mai. 2024
SENA, Jade Katlen Wesley de	Relatório de trabalho de conclusão de curso reportagem fotográfica: estado de calamidade: consequências da mineração nos bairros maceioenses Bebedouro, Mutange e Pinheiro.	Trabalho de Conclusão de Curso	Jornalismo - UFAL	SENA, Jade Katlen Wesley de. Relatório de trabalho de conclusão de curso reportagem fotográfica: estado de calamidade: consequências da mineração nos bairros maceioenses Bebedouro, Mutange e Pinheiro. 2023. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/12116 Acesso em: 3 jan. 2024.
SILVA, Denilson José dos Santos.	Caso Pinheiro: análise da atuação extrajudicial do Ministério Público Federal no âmbito do Programa de Compensação Financeira e apoio à realocação da Braskem - PCF entre 2020 e 2022.	Trabalho de Conclusão de Curso	Direito - UFAL	SILVA, Denilson José dos Santos. Caso Pinheiro: análise da atuação extrajudicial do Ministério Público Federal no âmbito do Programa de Compensação Financeira e apoio à realocação da Braskem - PCF entre 2020 e 2022. 2023. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito de Alagoas, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/11735 Acesso em: 3 jan. 2024.
SILVA, Maria Izabelly Batista da.	Responsabilidade civil da pessoa jurídica por dano ambiental: uma análise frente ao caso do incidente no bairro do Pinheiro, Maceio/AL.	Trabalho de Conclusão de Curso	Direito - UFAL	SILVA, Maria Izabelly Batista da. Responsabilidade civil da pessoa jurídica por dano ambiental: uma análise frente ao caso do incidente no bairro do Pinheiro, Maceio/AL. 2021. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito de Alagoas, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/7895 Acesso em: 3 jan. 2024.

SOUZA FILHO, Kleber de.	Elaboração de material didático para um júri simulado sobre a extração de sal-gema.	Trabalho de Conclusão de Curso	Química - Universidade de Brasília	SOUZA FILHO, Kleber de. Elaboração de material didático para um júri simulado sobre a extração de sal-gema. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Química) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://bdm.unb.br/handle/10483/26604 . Acesso em: 08 mai. 2024.
TORRES, Otavio Santos.	A atuação dos Tribunais de Contas na proteção do meio ambiente: breve análise do caso Pinheiro.	Trabalho de Conclusão de Curso	Direito - UFAL	TORRES, Otavio Santos. A atuação dos Tribunais de Contas na proteção do meio ambiente: breve análise do caso Pinheiro. 2023. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/11693 Acesso em: 3 jan. 2024.
VIEIRA, Jeferson William Costa	O PATRIMÔNIO IMATERIAL DE BEBEDOURO: Os impactos causados pela desocupação do bairro em Maceió/AL	Trabalho de Conclusão de Curso	Arquitetura e Urbanismo - Centro Universitário Mario Pontes Jucá - UMJ	VIEIRA, Jeferson William Costa. O PATRIMÔNIO IMATERIAL DE BEBEDOURO: Os impactos causados pela desocupação do bairro em Maceió/AL. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Centro Universitário Mario Pontes Jucá - UMJ.
VIEIRA, Patrícia Soares	Fissurada: cartografia de tensões através de imagens do bairro de Bebedouro em Maceió/AL	Dissertação de Mestrado	Arquitetura e Urbanismo - UFAL	VIEIRA, Patrícia Soares. Fissurada: cartografia de tensões através de imagens do bairro de Bebedouro em Maceió/AL. 2023. 211 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/11401 Acesso em: 3 jan. 2024.
VIEIRA, Patrícia Soares	DISCURSOS DE UM DESABITAR EM MACEIÓ/AL: cartografando possibilidades para um devir	Tese de Doutorado em Cidades	(PPGAU-UFAL) - Universidade Federal de Alagoas	Em desenvolvimento. Início: 2023.
2. Artigos, resumos, anais e relatórios				
Autor(es)	Título	Tipo/Natureza	Local de Publicação	Referência
AMARAL, M. V. DA S.	SEM CHÃO, SEM TETO: metamorfoses da paisagem e impactos da mineração no desastre-crime da Braskem em Maceió - AL.	Anais de Congresso	Ensaios de Geografia	AMARAL, M. V. DA S. SEM CHÃO, SEM TETO: metamorfoses da paisagem e impactos da mineração no desastre-crime da Braskem em Maceió - AL. Ensaios de Geografia, v. 10, n. 21, p. 235-246, 31 ago. 2023. Disponível em:

				https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/55828 . Acesso em: 08/05/2024
ARAÚJO NETO, Z. P. de; SANTOS, M. F. O.; SANTOS, R. M. B.	O avesso dos sentidos do discurso Braskén: Entenda o que vem sendo feito em Maceió -AL	Artigo	Revista da ESMAL, Maceió, n. 08/2023: e21021.	ARAÚJO NETO, Z. P. de; SANTOS, M. F. O.; SANTOS, R. M. B. O avesso dos sentidos do discurso Braskén: Entenda o que vem sendo feito em Maceió -AL. Revista da Esmal, ISSN 2525-9547 Maceió, 2023. Disponível em: https://revistadaesmal.tjal.jus.br/index.php/revistaEletronicaEsmal/article/view/239 . Acesso em: 5 jan. 2024.
ARISTIDES, A. M. et al.	RELATÓRIO TÉCNICO: CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES INFORMAIS DO ANTIGO MERCADO DO BEBEDOURO.	Relatório	Universidade Federal de Alagoas	ARISTIDES, A. M. et al. RELATÓRIO TÉCNICO: CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES INFORMAIS DO ANTIGO MERCADO DO BEBEDOURO. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1yknmSes2y-VT8_i42GT3AgvyluVoJZcj/view . Acesso em: 8 mai. 2024.
ARISTIDES, A. M. et al.	RELATÓRIO TÉCNICO: CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DESLOCADA POR RAÇA E GÊNERO	Relatório	Universidade Federal de Alagoas	ARISTIDES, A. M. et al. RELATÓRIO TÉCNICO: CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DESLOCADA POR RAÇA E GÊNERO. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/16rz42E9J403Fum1ZocRe36YHNlqRvNQ4/view . Acesso em: 8 mai. 2024.
BULHOES, J. A. ; DOS SANTOS, Caroline G. .	VOZES DE UMA CATÁSTROFE URBANA: o que moradores de bairros em subsidiência em Maceió-AL têm a dizer.	Artigo	Anais do I CONGRESSO INTERNACIONAL ESTUDOS DA PAISAGEM	BULHÕES, J. A.; DOS SANTOS, Caroline G. VOZES DE UMA CATÁSTROFE URBANA: O que moradores de bairros em subsidiência em Maceió-AL têm a dizer. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL ESTUDOS DA PAISAGEM, 2021.
BULHOES, J. A. ; CALDEIRA, J. V. S. ; DOS SANTOS, Caroline G.	Aqui morava uma família: o processo de transformação e esvaziamento de bairros de Maceió-AL.	Artigo	Anais [do] XVI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo	BULHÕES, J. A. ; CALDEIRA, J. V. S. ; DOS SANTOS, Caroline G. . AQUI MORAVA UMA FAMÍLIA: O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO E ESVAZIAMENTO DE BAIRROS EM MACEIÓ-AL. In: XVI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2021, Salvador. Eixo Temático 4 ? Cidades, Memórias e Arquivos. Salvador: UFBA, 2021. v. 16.
DOS SANTOS, Caroline G	Subsidiência do solo em bairros de Maceió-AL: a (re)ação dos agentes produtores do espaço urbano e implicações socioespaciais para a cidade (Fase 2)	Resumo	3ª Mostra FAU PESQUISA	DOS SANTOS, Caroline G.. Subsidiência do solo em bairros de Maceió-AL: a (re)ação dos agentes produtores do espaço urbano e implicações socioespaciais para a cidade (Fase 2). In: 3ª Mostra FAU PESQUISA, 2020, Maceió. 3ª Mostra FAU PESQUISA. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2020. p. 14-14.

DOS SANTOS, C. G. MENDONÇA, I.Q. DE OLIVEIRA, J. G. J. et al.	Solo Em Subsidiência Em Bairros De Maceió -AL: Emergências Impostas Aos Agentes Produtores Do Espaço Urbano	Artigo	Revista Ímpeto	DOS SANTOS, C. G.; MENDONÇA, I.Q.; DE OLIVEIRA, J. G. J. et al. Solo em subsidiência em bairros de Maceió -AL: emergências impostas aos agentes produtores do espaço urbano. Revista Ímpeto n. 10: Catástrofes, cidades, desafios e emergências. Edufal, 2020. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/revistaimpeto/article/view/11489 . Acesso em: 3 jan. 2024.
DOS SANTOS, C. G. MENDONÇA, I.Q. DE OLIVEIRA, J. G. J. et al.	A necessidade de evacuação de bairros em Maceió-AL e os impactos urbanos socioespaciais: novos desafios para o planejamento urbano na cidade.	Artigo	9º CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável.	DOS SANTOS, C. G.; MENDONÇA, I.Q.; DE OLIVEIRA, J. G. J. et al. A necessidade de evacuação de bairros em Maceió-AL e os impactos urbanos socioespaciais: novos desafios para o planejamento urbano na cidade. In: 9º CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO para o Planejamento. Urbano, Regional, Integrado e Sustentável. (PLURIS 2021 DIGITAL). 2021. Disponível em: https://pluris2020.faac.unesp.br/Paper954.pdf . Acesso em: 3 jan. 2024.
DOS SANTOS, C. G.; BULHÕES, J. A.; MENDONÇA, A. S.	A desocupação dos bairros em subsidiência em Maceió-AL. Esvaziamento forçado dos espaços livres	Artigo	XV COLÓQUIO QUAPÁ-SEL.	DOS SANTOS, C. G.; BULHÕES, J. A.; MENDONÇA, A. S. et al. A desocupação dos bairros em subsidiência em Maceió-AL. Esvaziamento forçado dos espaços livres. In: XV COLÓQUIO QUAPÁ-SEL. Paisagens, distanciamentos e proximidades. Eixo temático 2: Percepções e apropriações. São Paulo: Lab. QUAPÁ FAUUSP, 2022. ISBN: 978-65-00-40594-1.
DOS SANTOS, C. G.; LIMA, G. F.; BULHÕES, J. A.	A Subsidiência do solo e remoções forçadas em Maceió-AL: As disputas pela cidade	Artigo	Brazilian Journal of Development	DOS SANTOS, C. G.; LIMA, G. F.; BULHÕES, J. A. A Subsidiência do solo e remoções forçadas em Maceió-AL: as disputas pela cidade: Land subsidence and forced removals in Maceió-AL: the disputes over the city. Brazilian Journal of Development, [S. l.], v. 8, n. 10, p. 65711–65734, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n10-054. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/52783 . Acesso em: 3 jan. 2024.
DOS SANTOS, Caroline G.; ALCIDES, M. M. .	ENTRE RISCOS: O FUTURO DOS REFUGIADOS AMBIENTAIS ATINGIDOS PELA MINERAÇÃO DE SAL-GEMA.	Artigo	REVISTA OCULUM ENSAIOS, v. 19, p. 1-25, 2022.	SANTOS, Caroline Gonçalves dos; ALCIDES, Melissa Mota. Entre riscos: o futuro dos refugiados ambientais atingidos pela mineração de sal-gema. Oculum Ensaios, [S. l.], v. 19, p. 1–25, 2022. DOI: 10.24220/2318-0919v19e2022a5197. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/5197 . Acesso em: 2 maio. 2024.

DOS SANTOS, Caroline G.; MENDONCA, I. Q.; MARQUES, L. F.; LOBO, M. L. L.	O ESTADO ANTE A SUBSIDÊNCIA DO SOLO EM BAIROS DE MACEIÓ-AL: responsabilidades no passado, presente e futuro.	Artigo	Anais do I CONGRESSO INTERNACIONAL ESTUDOS DA PAISAGEM, 2021.	DOS SANTOS, C. et al. O Estado ante a subsidiência do solo em bairros de Maceió-AL: responsabilidades no passado, presente e futuro. NÓS CIEP: I Congresso Internacional Estudos da Paisagem, [s. l.], p. 1-10, 2021.
DUARTE, R. O.; MANHAS, A.C.B.S.	A laguna Mundaú no contexto urbano de Maceió (AL) a partir da implantação da Salgema Indústrias Químicas S.A.	Resumo expandido	70ª Reunião Anual da SBPC	DUARTE, R. O.; MANHAS, A.C.B.S. . A laguna Mundaú no contexto urbano de Maceió (AL) a partir da implantação da Salgema Indústrias Químicas S.A.. In: 70ª Reunião Anual da SBPC, 2018, MACEIÓ. Anais do 70ª Reunião Anual da SBPC, 2018. v. 1. p. 1-1.
FEITOSA, C. O.; ROMEIRO, A. da S.	Exploração mineral e impactos na habitação: o caso Braskem, em Maceió	Artigo	ENAPUR 2023	FEITOSA, C. O.; ROMEIRO, A. da S. Exploração mineral e impactos na habitação: o caso Braskem, em Maceió. XX ENANPUR. Belém, 2023. Disponível em: https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st05-33.pdf Acesso em: 3 jan. 2024.
FERREIRA DA SILVA VIEGAS, M. E.; SANTOS, C. J. S.	Cidade, Capitalismo e Sofrimento	Artigo	SIMPÓSIO NACIONAL DE GESTÃO E ENGENHARIA URBANA	FERREIRA DA SILVA VIEGAS, M. E.; SANTOS, C. J. S. Cidade, Capitalismo e Sofrimento. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GESTÃO E ENGENHARIA URBANA, 3., 2021. Anais [...]. Porto Alegre: ANTAC, 2021. p. 61–66. DOI: 10.46421/singeurb.v3i00.1066. Disponível em: https://eventos.antac.org.br/index.php/singeurb/article/view/1066 . Acesso em: 3 jan. 2024.
FILHO, Walter Araújo de Lima et al.	DESASTRE AMBIENTAL DECORRENTE DA ATIVIDADE DE MINERAÇÃO EM MACEIÓ (AL): ANÁLISE DE SEUS EFEITOS A PARTIR DE PORTAIS DE NOTÍCIAS.	Artigo	33º ENANGRAD - UNIVALI	FILHO, Walter Araújo de Lima et al. DESASTRE AMBIENTAL DECORRENTE DA ATIVIDADE DE MINERAÇÃO EM MACEIÓ (AL): ANÁLISE DE SEUS EFEITOS A PARTIR DE PORTAIS DE NOTÍCIAS. In: 33º ENANGRAD - UNIVALI. Campus Itajaí, 2022. Disponível em: https://doity.com.br/anais/33enangrad/trabalho/244260 . Acesso em: 08/05/2024. ISSN 1983_022X.
FONTANA, M. E.; LEVINO, N. de A.; GUARNIERI, P.; SALEHI, S.	USING GROUP DECISION-MAKING TO ASSESS THE NEGATIVE ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND ECONOMIC IMPACTS OF UNSTABLE ROCK SALT MINES IN MACEIO, BRAZIL.	Artigo	The Extractive Industries and Society V. 16, Elsevier.	FONTANA, M. E.; LEVINO, N. de A.; GUARNIERI, P.; SALEHI, S. USING GROUP DECISION-MAKING TO ASSESS THE NEGATIVE ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND ECONOMIC IMPACTS OF UNSTABLE ROCK SALT MINES IN MACEIO, BRAZIL. The Extractive Industries and Society V. 16, Elsevier, 2023. 101360. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2214790X23001508?via%3Dihub . Acesso: 8 mai. 2024.

FONTANA, M.E.; LEVINO, N.D.A.; LEÃO, J.; GUARNIERI, P.; SINESIO, E.P.	Risk Analysis of Transport Requalification Projects in the Urban Mobility Problem Caused by a Mining Disaster	Artigo	Logistics	FONTANA, M.E.; LEVINO, N.D.A.; LEÃO, J.; GUARNIERI, P.; SINESIO, E.P. Risk Analysis of Transport Requalification Projects in the Urban Mobility Problem Caused by a Mining Disaster. Logistics 2023, 7, 58. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ . Acesso em: 8 mai. 2024.
FREIRE, NEISON CABRAL FERREIRA; LINS, REGINA DULCE BARBOSA; CAVALCANTI, DÉBORA.	NOVAS EMERGÊNCIAS NO TERRITÓRIO DE ALAGOAS: DIFUSÃO DA PANDEMIA COVID-19, ROMPIMENTO DE BARRAGEM E AFUNDAMENTO DE BAIROS.	Artigo	Hygeia.Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde	FREIRE, NEISON CABRAL FERREIRA ; LINS, REGINA DULCE BARBOSA ; CAVALCANTI, DÉBORA. NOVAS EMERGÊNCIAS NO TERRITÓRIO DE ALAGOAS: DIFUSÃO DA PANDEMIA COVID-19, ROMPIMENTO DE BARRAGEM E AFUNDAMENTO DE BAIROS. Hygeia.Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v. 1, p. 436-440, 2020. Disponível em: https://web.s.ebscohost.com/abstract?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=crawler&jrnl=19801726&AN=147984027&h=Z%2bjf1XjgrmQ7%2bYUvK19PjMedv2TG0a0i%2byvJi%2fN4SnsEApoR%2f9pZAwVb2pZQQwZLX2PxxgBn3WbN11ob1uGMbg%3d%3d&crl=c&resultNs=AdminWebAuth&resultLocal=ErrCrlNotAuth&crlhashurl=login.aspx%3fdirect%3dtrue%26profile%3dehost%26scope%3dsite%26authtype%3dcrawler%26jrnl%3d19801726%26AN%3d147984027 Acesso em: 8 mai. 2024.
GUARNIERI, P.; LEVINO, N. de A.; FONTANA, M. E.	1115 - O desastre ocasionado pela mineração inadequada de sal-gema em Maceió: Uma discussão sob a perspectiva da Responsabilidade Social.	Artigo	XXVI Seminários em Administração SemeAd	GUARNIERI, P.; LEVINO, N. de A.; FONTANA, M. E. 1115 - O desastre ocasionado pela mineração inadequada de sal-gema em Maceió: Uma discussão sob a perspectiva da Responsabilidade Social. XXVI Seminários em Administração SemeAd, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1YH_NtYFuNsgHq_C729zGNoEq4eWdN6uD/view . Acesso em: 8 mai. 2024.
LIMA, G. F.; MENDONÇA, Q. I. BULHÕES, J. A	Migrações forçadas em Maceió - AL: Os impactos de uma mineração desastrosa nas dinâmicas do espaço urbano	Artigo	SIMPURB	LIMA, G. F.; MENDONÇA, Q. I. BULHÕES, J. A Migrações forçadas em Maceió - AL: Os impactos de uma mineração desastrosa nas dinâmicas do espaço urbano. In: XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. UFPR, 2022.
LIMA, G. F.; MENDONÇA, Q. I. BULHÕES, J. A	Mobilização x imobilização no território: as lutas dos movimentos sociais pós subsidência do solo em Maceió -AL	Artigo	ENAPUR 2023	LIMA, G. F.; MENDONÇA, Q. I. BULHÕES, J. A. et al. Mobilização x imobilização no território: as lutas dos movimentos sociais pós subsidência do solo em Maceió -AL. XX ENANPUR. Bélem, 2023.

				Disponível em: https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st08-33.pdf f Acesso em: 3 jan. 2024.
LIMA, G. F. ; SANTOS, CAROLINE .	DESLOCAMENTOS FORÇADOS EM MACEIÓ-AL EM DECORRÊNCIA DA SUBSIDÊNCIA DO SOLO (IN)AÇÕES, IMPEDIMENTOS E CONTROLE.		XV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACION EM URBANISMO SIIU 2023.	LIMA, Gustavo; SANTOS, Caroline. DESLOCAMENTOS FORÇADOS EM MACEIÓ-AL EM DECORRÊNCIA DA SUBSIDÊNCIA DO SOLO. (In)ações, impedimentos e controle. A: "Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo", 2023, vol. 15, núm. 15. Disponível em http://hdl.handle.net/2117/404336 . Acesso em: 02 mai. 2024.
LIMA, Gustavo Figueiredo et al.	A atuação do estado nas remoções dos atingidos pela mineração da Braskem em Maceió-AL	Resumo expandido	Anais do XI Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico.	LIMA, Gustavo Figueiredo et al. A atuação do estado nas remoções dos atingidos pela mineração da Braskem em Maceió-AL. In: Anais do XI Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico. Anais. Salvador (BA) UCSal, 2021. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/xicbdu2022/485358-A-ATU-ACAO-DO-ESTADO-NAS-REMOCOES-DOS-ATINGIDOS-PELA-MINERACAO-DA-BRASKEM-EM-MACEIO-AL . Acesso em: 03 jan. 2024.
SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITO: Uma análise sobre o Caso Pinheiro	SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITO: Uma análise sobre o Caso Pinheiro.	Artigo	Universidade Positivo	LIMA, L. de C. SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITO: Uma análise sobre o Caso Pinheiro. Universidade Positivo. Disponível em: https://www.ajufe.org.br/images/2022/UP_-_artigo_cienti%CC%81fico.pdf . Acesso em: 8 mai. 2024.
MAGALHÃES; E. W. D. de; LEVINO, N. de A.; FONTANA, M. E.; FILHO, W. A. de L.	FINANÇAS PESSOAIS EM INDIVÍDUOS AFETADOS POR EVENTOS EXTREMOS: O CASO DO DESASTRE INDUSTRIAL EM MACEIÓ (AL).	Artigo	8º Encontro dos programas de pós-graduação profissionais em administração (EMPRAD)	MAGALHÃES; E. W. D. de; LEVINO, N. de A.; FONTANA, M. E.; FILHO, W. A. de L. FINANÇAS PESSOAIS EM INDIVÍDUOS AFETADOS POR EVENTOS EXTREMOS: O CASO DO DESASTRE INDUSTRIAL EM MACEIÓ (AL). 8º Encontro dos programas de pós-graduação profissionais em administração EMPRAD. FEAUSP, 2022. Disponível em: https://sistema.emprad.org.br/8/anais/resumo.php?cod_trabalho=165 . Acesso em: 08 mai. 2024.
MANHA, Adriana Capretz Borges da Silva.	A perda do patrimônio cultural em decorrência do maior desastre ambiental em curso no mundo: O caso da subsidência dos bairros em Maceió (AL)	Artigo	Revista Jatobá	MANHA, A. C. B. da S. A perda do patrimônio cultural em decorrência do maior desastre ambiental em curso no mundo: O caso da subsidência dos bairros em Maceió (AL). Revista Jatobá, Goiânia, 2022, v.4, e- 73021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/366555914_Perd

				a do Patrimonio Cultural em Decorrencia do Maior De sastre Ambiental em Curso no Mundo o caso da subs idencia dos bairros em MaceioAL . Acesso em: 28 abr. 2024.
MELO, J. A. F. de.; CAVALCANTI, D. R.	OS REFLEXOS SOCIOJURÍDICOS DOS ACORDOS FIRMADOS COM A POPULAÇÃO DO CASO PINHEIRO EM MACEIÓ: OS DIREITOS HUMANOS DOS DESTERRITORIALIZADOS	Artigo	XIX Congresso Internacional de Direitos Humanos	MELO, J. A. F. de.; CAVALCANTI, D. R. OS REFLEXOS SOCIOJURÍDICOS DOS ACORDOS FIRMADOS COM A POPULAÇÃO DO CASO PINHEIRO EM MACEIÓ: OS DIREITOS HUMANOS DOS DESTERRITORIALIZADOS . XIX Congresso Internacional de Direitos Humanos. Direitos humanos, trabalho, seguridade e justiça social. Artigo GT.07 - 385 - 394 p. 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1CH1g8TuLfdQtGLGX7-wdT BcMAoK3_YqF/view . Acesso: 8 mai. 2024 ISSN 2178-7174
MELO, J. A. F. de.	UMA BREVE EXPOSIÇÃO DO MAIOR DESASTRE AMBIENTAL EM ÁREA URBANA: O CASO DA MINERADORA BRASKEM EM MACEIÓ/AL	Resumo	V Seminário Visões do Mundo Contemporâneo: 80 anos do Brasil na II Guerra	MELO, J. A. F. de. UMA BREVE EXPOSIÇÃO DO MAIOR DESASTRE AMBIENTAL EM ÁREA URBANA: O CASO DA MINERADORA BRASKEM EM MACEIÓ/AL . RESUMO - PG 15. In: Anais do V Visões do mundo contemporâneo: 80 anos do Brasil na II guerra: 15 a 17 de agosto de 2022, São Cristóvão (SE) [recurso eletrônico] / Grupo de Estudos do Tempo Presente. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_IOTEqR39XX82xjWNxBz-VtzDf-eEZi1/view . Acesso em: 8 mai. 2024. ISSN: 2317-778.
MENDONCA, I. Q. ; OLIVEIRA, J. G. J. ; OLIVEIRA, K. L. C. ; MARQUES, L. F. ; DOS SANTOS, Caroline G.	A Reprodução do espaço urbano em Maceió- AL a partir do caso do Bairro do Pinheiro: os rebatimentos da (re)ação dos agentes produtores do espaço.	Resumo	3ª Mostra FAU PESQUISA	MENDONCA, I. Q. ; OLIVEIRA, J. G. J. ; OLIVEIRA, K. L. C. ; MARQUES, L. F. ; DOS SANTOS, Caroline G. . A Reprodução do espaço urbano em Maceió- AL a partir do caso do Bairro do Pinheiro: os rebatimentos da (re)ação dos agentes produtores do espaço. In: 3ª Mostra FAU PESQUISA, 2020, Maceió. 3ª Mostra FAU PESQUISA. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2020. p. 15-16.
NASCIMENTO, P. dos S.; SILVA SOBRINHO, H. F. da. A	A “língua da mineração”: produção de sentidos na comunicação midiática da empresa Braskem S.A. em Maceió-AL	Artigo	Periódicos SBU UNICAMP	NASCIMENTO, P. dos S.; SILVA SOBRINHO, H. F. da. A “língua da mineração”: produção de sentidos na comunicação midiática da empresa Braskem S.A. em Maceió-AL . RUA, Campinas, SP, v. 28, n. 1, p. 5–25, 2022. DOI: 10.20396/rua.v28i1.8670291. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8670291 . Acesso em: 3 jan. 2024.
OLIVEIRA, Poliana Lopes de et al.	VELHAS E NOVAS DINÂMICAS SOCIOCULTURAIS DE UMA PAISAGEM	Anais de congresso	5º Simpósio Científico ICOMOS	OLIVEIRA, Poliana Lopes de et al.. VELHAS E NOVAS DINÂMICAS SOCIOCULTURAIS DE UMA PAISAGEM

	DEVASTADA EM MACEIÓ, ALAGOAS, BRASIL		Brasil e 2º Simpósio Científico ICOMOS/LAC. Anais...Belo Horizonte(MG)	DEVASTADA EM MACEIÓ, ALAGOAS, BRASIL... In: Anais do 5º Simpósio Científico ICOMOS Brasil e 2º Simpósio Científico ICOMOS/LAC. Anais...Belo Horizonte(MG) UFMG, 2022. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/5-icomos-2-icomos-lac/563792-velhas-e-novas-dinamicas-socioculturais-de-uma-paisagem-devastada-em-maceio-alagoas-brasil/ . Acesso em: 08/05/2024
PRATES, Camila. D.; VERISSIMO, J.; LOPES, C. E. S.; LIMA, R. C.	ABRINDO A CAIXA-PRETA DO DESASTRE DA BRASKEM: AS VOZES DISSONANTES EM MACEIÓ.	Artigo em periódico	Revista AMBIVALÊNCIAS	PRATES, Camila. D.; VERISSIMO, J. ; LOPES, C. E. S. ; LIMA, R. C. . ABRINDO A CAIXA-PRETA DO DESASTRE DA BRASKEM: AS VOZES DISSONANTES EM MACEIÓ. AMBIVALÊNCIAS, v. 11, p. 167-199, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/Ambivalencias/article/view/20049 . Acesso em: 3 mai. 2024.
RIZZO, M. M. G. ; SANTOS, CAROLINE .	REESTRUTURAÇÃO URBANA EM MACEIÓ-AL PÓS SUBSIDÊNCIA DO SOLO: O DESEQUILÍBRIO NA ATUAÇÃO DOS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO	Artigo	XV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACION EM URBANISMO SIIU 2023.	RIZZO, Mirella; SANTOS, Caroline. REESTRUTURAÇÃO URBANA EM MACEIÓ-AL PÓS SUBSIDÊNCIA DO SOLO. O desequilíbrio na atuação dos agentes produtores do espaço. In: XV Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, 2023, vol. 15, núm. 15. Disponível em: http://hdl.handle.net/2117/404348 . Acesso em 02 maio. 2024.
SANTOS, C. J. S. e; VIEGAS, M. E. F. da S.	REFUGIADOS AMBIENTAIS URBANOS: O DESAPARECIMENTO DOS BAIROS PINHEIRO, MUTANGE, BEBEDOURO, BOM PARTO – MACEIÓ/AL.	Artigo	3º SIALAT seminário internacional américa latina	SANTOS, C. J. S. e; VIEGAS, M. E. F. da S. REFUGIADOS AMBIENTAIS URBANOS: O DESAPARECIMENTO DOS BAIROS PINHEIRO, MUTANGE, BEBEDOURO, BOM PARTO – MACEIÓ/AL. 3º SIALAT seminário internacional américa latina. Belém, 2020-2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Maria-Viegas-3/publication/356854722_GT_06_-_Modelo_Extrativista_Mega-projetos_e_Economia_de_Commodities_na_America_Latina_REFUGIADOS_AMBIENTAIS_URBANOS_O_DESAPARECIMENTO_DOS_BAIROS_PINHEIRO_MUTANGE_BEBEDOURO_BOM_PARTO_-_MACEIOAL/links/61b09c3dc2e267424d109bfe/GT-06-Modelo-Extrativista-Mega-projetos-e-Economia-de-Commodities-na-America-Latina-REFUGIADOS-AMBIENTAIS-URBANOS-O-DESAPARECIMENTO-DOS-BAIROS-PINHEIRO-MUTANGE-BEBEDOURO-BOM-PARTO-MACEIO-AL.pdf Acesso em: 8 mai. 2024.

SANTOS NASCIMENTO, P. dos.	A Braskem passou por aqui. Discurso, poder e práticas de resistência à megamineração em Alagoas	Artigo	Revista Leitura	SANTOS NASCIMENTO, P. dos. A Braskem passou por aqui. Discurso, poder e práticas de resistência à megamineração em Alagoas. Leitura, [S. l.], v. 1, n. 76, p. 7–19, 2023. DOI: 10.28998/2317-9945.202376.7-19. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/14281 . Acesso em: 3 jan. 2024.
SILVA, Liliane da et al.	As lutas e conflitos dos moradores afetados pela subsidência do solo em Maceió -AL	Resumo expandido	Anais do XI Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico.	SILVA, Liliane da et al. As lutas e conflitos dos moradores afetados pela subsidência do solo em Maceió -AL. In: Anais do XI Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico. Anais. Salvador(BA) UCSal, 2021. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/xicbdu2022/485543-AS-LUTAS-E-CONFLITOS-DOS-MORADORES-AFETADOS-PELA-SUBSIDENCIA-DO-SOLO-EM-MACEIO-AL . Acesso em: 03/01/2024
SILVEIRA, A. M.; FRANÇA, K. A.; DIAS, F. da V.	Racismo ambiental e o caso Braskem em Maceió -AL uma análise na perspectiva da criminologia verde do sul	Artigo	Profanações Edição v. 10 (2023)	SILVEIRA, A. M.; FRANÇA, K. A.; DIAS, F. da V. Racismo ambiental e o caso Braskem em Maceió-AL: uma análise na perspectiva da criminologia verde do sul. Profanações, [S. l.], v. 10, p. 725–755, 2023. DOI: 10.24302/prof.v10.5051. Disponível em: https://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/5051 . Acesso em: 3 jan. 2024.
SIMÕES, P. E. M.	A EMPRESA LUCRA, O MOVIMENTO UNIFICADO DAS VÍTIMAS DA BRASKEM LUTA E O POVO SOFRE OS EFEITOS DE UM CRIME CORPORATIVO EM MACEIÓ – AL.	Artigo	Revista DI@LOGUS	SIMÕES, P. E. M. A EMPRESA LUCRA, O MOVIMENTO UNIFICADO DAS VÍTIMAS DA BRASKEM LUTA E O POVO SOFRE OS EFEITOS DE UM CRIME CORPORATIVO EM MACEIÓ – AL. DI@LOGUS, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 69–87, 2024. DOI: 10.33053/dialogus.v13i1.1121. Disponível em: https://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/dialogus/article/view/1121 . Acesso em: 8 maio. 2024.
SIMÕES, P. E. M.	DISCURSO DE SUSTENTABILIDADE FACE AO CRIME DA BRASKEM EM MACEIÓ: REFLEXÕES SOB A PERSPECTIVA PECHEUTIANA.	Artigo (Resumo Expandido)	XI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD EnEO	Simões, P. E. M. Discurso de sustentabilidade face ao crime da Braskem em Maceió: Reflexões sob a perspectiva pecheutiana. XI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, EnEO. 2022. Disponível em: https://anpad.com.br/pt_br/event/details/117/1853 Acesso em: 8 maio. 2024.
SIMÕES, P. E. M.	A Braskem lucra enquanto Maceió sofre os efeitos de seu crime corporativo.	Artigo	XIII Enccult (2023)	SIMÕES, P. E. M. A Braskem lucra enquanto Maceió sofre os efeitos de seu crime corporativo. XIII ENCCULT. Arapiraca, 2023. Disponível em:

				https://www.enccult.org/files/ugd/5b1fba_417dacd40287439e89ac48a84cebd887.pdf Acesso em: 8 maio. 2024.
SIMÕES, P. E. M.; CRISTALDO, R.C.	ANÁLISE PÊCHEUTIANA DO DISCURSO DA BRASKEM FACE AO CRIME CORPORATIVO EM MACEIÓ	Artigo	Cadernos Do EAS: Revista crítica De Humanidades, 47(257)	SIMÕES, P. E. M.; CRISTALDO, R. C. ANÁLISE PÊCHEUTIANA DO DISCURSO DA BRASKEM FACE AO CRIME CORPORATIVO EM MACEIÓ . Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, [S. l.], v. 47, n. 257, p. 601–628, 2022. DOI: 10.25247/2447-861X.2022.n257.p601-628. Disponível em: https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/1105 . Acesso em: 8 maio. 2024.
SOUZA, Luiza; PETRONILHO, Aissa Simas; EDUARDO, Carlos.	“Enquanto eu dormia, cavaram uma cova no fundo do meu peito”: Mineração, deslocamento compulsório e pichações nas ruínas de cinco bairros fantasmas (Maceió-AL)	Artigo	Ponto Urbe [Online], n. 31	SOUZA, Luiza; PETRONILHO, Aissa Simas; EDUARDO, Carlos. “Enquanto eu dormia, cavaram uma cova no fundo do meu peito”: Mineração, deslocamento compulsório e pichações nas ruínas de cinco bairros fantasmas (Maceió-AL). Ponto Urbe [Online], n. 31, 2023. Disponível em: http://journals.openedition.org/pontourbe/15184 . Acesso em: 03 jan. 2024.
TELES, R. C.	Migração forçada e mineração: A Cidade de Maceió-AL sob a Ótica dos Direitos Humanos	Artigo	Revista Direito e Práxis	TELES, R. C. Migração forçada e mineração: A Cidade de Maceió-AL sob a Ótica dos Direitos Humanos . Revista Direito e Práxis, v. 14, n. 1, p. 517–535, jan. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2179-8966/2023/73120 . Acesso em: 3 jan. 2024.
TEIXEIRA, A. F. de M.; NASCIMENTO, C. H. de V.; SILVA, C. dos S.; LIMA, J. R. B de; FRAGOSO, M. L. B.	A LÓGICA DO DISCURSO AMBIENTALISTA EMPRESARIAL: DA EXTRAÇÃO DE SAL-GEMA AOS IMPACTOS NO AMBIENTE URBANO	Artigo	Revista Movimentos sociais e dinâmicas espaciais	TEIXEIRA, A. F. de M.; NASCIMENTO, C. H. de V.; SILVA, C. dos S.; LIMA, J. R. B de; FRAGOSO, M. L. B. A LÓGICA DO DISCURSO AMBIENTALISTA EMPRESARIAL: DA EXTRAÇÃO DE SAL-GEMA AOS IMPACTOS NO AMBIENTE URBANO . In: Revista Movimentos sociais e dinâmicas espaciais. Recife, Volume 9, 2020 (27-42). Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/243613 . Acesso em: 08 mai 2024. ISSN 2238,8052.
VASSILEVA, M., AL-HALBOUNI, D., MOTAGH, M. et al.	A decade-long silent ground subsidence hazard culminating in a metropolitan disaster in Maceió, Brazil. Um perigo silencioso de subsidência terrestre que durou uma década culminando em um desastre metropolitano em Maceió, Brasil.	Artigo	Revista Nature	VASSILEVA, M., AL-HALBOUNI, D., MOTAGH, M. et al. A decade-long silent ground subsidence hazard culminating in a metropolitan disaster in Maceió, Brazil . In: Sci Rep 11, 7704 (2021). Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41598-021-87033-0 . Acesso em: 08 set. 2021.

3. Projetos de pesquisa (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC e Extensão)

Integrantes	Título	Tipo/Natureza Período de realização	Instituição e Departamento	Site ou rede social
Camila Prates (Coord.); Luciana Santana, Emanuelle Rodrigues, Laura Pimenta	Discursos e controvérsias de um desastre: um estudo de caso das disputas de sentidos na CPI da Braskem no Brasil.	Extensão Em desenvolvimento. Início: 26/02/2024 a 28/02/2025	ICHCA - UFAL. Grupo de Pesquisa: Laboratório de Estudos em Comunicação, Organizações e Narrativas do Capitalismo – Baleia	https://www.instagram.com/entrerachaduras/ Instagram @entrerachaduras
Adriana Guimaraes Duarte	LEVANTAMENTO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE MACEIÓ NOS BAIRROS EM SITUAÇÃO DE ILHAMENTO SOCIOECONÔMICO DEVIDO À SUBSIDÊNCIA DO SOLO PELA MINERAÇÃO DE SALGEMA	PIBIC 2023-2024	FAU-UFAL. Grupo de Pesquisa: RELU Representações do Lugar	–
Roseline Vanessa Santos Oliveira	Trajetórias, repercussões e perspectivas para a sustentabilidade da cultura urbana no âmbito do desastre socioambiental em curso em Maceió-AL.	PIBIC 2023-2024	FAU-UFAL. Grupo de Pesquisa: Laboratório de Interpretação de Núcleos Habitados	–
Caroline Goncalves Dos Santos (Coordenador) Alysson De Melo Santana; Juliana Bezerra De Arruda; Lucas Mariano Souza Galdino; Giselle Lopes Dos Santos.	O maior desastre tecnológico em área urbana e a atuação dos agentes produtores do espaço na reestruturação da cidade: a mineração da Braskem em Maceió-AL (Fase 5).	PIBIC Em desenvolvimento. Início: 09/2023 - 08/2024	FAU-UFAL	–

Lucia Tone Ferreira Hidaka	Patrimônio Cultural e Desastres: Reflexões sobre a Paisagem Histórica Urbana da área afetada pela subsidência do solo dos bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e Farol	PIBIC 2023-2024	FAU-UFAL	-
Caroline Goncalves Dos Santos (Coordenador) Gustavo Figueiredo Lima; Mariana Lima Lopes Lôbo; Mirella Murta Gomes Rizzo	A atuação dos agentes produtores do espaço nos deslocamentos forçados por ação de mineradoras e a na reestruturação urbana da cidade: o caso de Maceió-AL (FASE 4)	PIBIC 09/2022 a 08/2023	UFAL - Arquitetura e Urbanismo	-
Veronica Nascimento Brito Antunes	Impactos ambientais da subsidência em Maceió/AL e seus métodos de avaliação	PIBIC 2023	FEAC-UFAL	-
Caroline Goncalves Dos Santos (Coordenador) Gustavo Figueiredo Lima; Liliane Da Silva; Mirella Murta Gomes Rizzo; Italo Andre Ferreira Da Silva	Subsidência do solo em bairros de Maceió-AL: a atuação dos agentes produtores do espaço na reestruturação urbana da cidade (Fase 3).	PIBIC 09/2021 a 08/2022	UFAL - Arquitetura e Urbanismo	-
Adriana Guimaraes Duarte	Levantamento do patrimônio imaterial de Maceió nos bairros em subsidência: Mutange, Bom Parto, Bebedouro, Pinheiro e Farol	PIBIC 2022-2023	FAU-UFAL	-
Veronica Nascimento Brito Antunes	Análise dos danos ambientais decorrentes do fenômeno de subsidência provocado pela extração inadequada de sal-gema em Maceió/AL	PIBIC 2022	FEAC-UFAL	-

Anderson Moreira Aristides Dos Santos	Efeitos do incidente da Braskem em Maceió/AL sobre a lucratividade das empresas afetadas	PIBIC 2022	FEAC-UFAL	-
Natallya De Almeida Levino	Análise dos efeitos do incidente da Braskem em Maceió/AL: Uma proposta de abordagem de pesquisa	PIBIC 2022	FEAC-UFAL	-
Diego de Freitas	CRÔNICA DE UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA? AVALIAÇÃO DE IMPACTO NA SAÚDE EM COMUNIDADES EM SITUAÇÃO DE DESASTRE: O CASO BRASKEM EM MACEIÓ, ALAGOAS	Projeto 2022	UNIT	-
Caroline Goncalves Dos Santos (Coordenador) Inara Querino De Mendonça; Gustavo Figueiredo Lima; Yasmin Neri Araujo Almeida; Liliane Da Silva	Subsídência do solo em bairros de Maceió-AL: a (re) ação dos agentes produtores do espaço urbano e implicações socioespaciais para a cidade (Fase 2).	PIBIC 09/2020 a 08/2021	UFAL - Arquitetura e Urbanismo	-
Natallya De Almeida Levino	Finanças comportamentais em ambientes de incertezas: uma análise sobre a ótica dos afetados pelo incidente da Braskem	PIBIC 2021	FEAC-UFAL	-
Juliana Guimaraes Duarte	A função socioambiental como vetor de reconfiguração de relações jurídicas: marcos a serem deixados pelo Caso Pinheiro	PIBIC 2021	FEAC-UFAL	-
Juliana De Oliveira Jota Dantas	Maceió em pedaços: Legados do caso Pinheiro sobre direitos de liberdade e função socioambiental.	PIBIC 2021	FDA-UFAL	-

Filipe Lobo Gomes	Caso Pinheiro: Uma análise de suas consequências jurídicas no âmbito do Direito Público	PIBIC 2021	FDA-UFAL	-
Caroline Goncalves Dos Santos	A reprodução do espaço urbano em Maceió-AL a partir do caso do bairro Pinheiro: os rebatimentos da (re) ação dos agentes produtores do espaço	PIBIC 09/2019 a 08/2020	UFAL - Arquitetura e Urbanismo	-

4. Eventos Científicos

Título	Tipo/Natureza	Local de Publicação	Referência
AS DISPUTAS PELA CIDADE AGRAVADAS PELA SUBSIDIÊNCIA DO SOLO: MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra	-	DOS SANTOS, Caroline G. AS DISPUTAS PELA CIDADE AGRAVADAS PELA SUBSIDIÊNCIA DO SOLO: MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO. 2022.
AS LUTAS E CONFLITOS DOS MORADORES AFETADOS PELA SUBSIDIÊNCIA DO SOLO EM MACEIÓ-AL CAROLINE	Apresentação de Trabalho/Congresso	-	SILVA, L. ; SILVA, I. A. F. ; BULHOES, J. A. ; DOS SANTOS, Caroline G. AS LUTAS E CONFLITOS DOS MORADORES AFETADOS PELA SUBSIDIÊNCIA DO SOLO EM MACEIÓ-AL. 2022.
Subsidiência do solo e remoções forçadas em Maceió-AL: As disputas pela cidade	Apresentação de Trabalho/Outra	-	DOS SANTOS, Caroline G.; LIMA, G. F. ; BULHOES, J. A. Subsidiência do solo e remoções forçadas em Maceió-AL: As disputas pela cidade. 2022.
Os agentes produtores do espaço urbano e implicações socioespaciais do afundamento do solo na cidade de Maceió	Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra	-	DOS SANTOS, Caroline G. Os agentes produtores do espaço urbano e implicações socioespaciais do afundamento do solo na cidade de Maceió. 2021.
A DESOCUPAÇÃO DOS BAIRROS EM SUBSIDIÊNCIA EM MACEIÓ-AL: Esvaziamento forçado dos espaços livres	Apresentação de Trabalho/Outra	-	DOS SANTOS, Caroline G.; BULHOES, J. A. ; MEDONCA, A. ; LIMA, G. F. A DESOCUPAÇÃO DOS BAIRROS EM SUBSIDIÊNCIA EM MACEIÓ-AL: Esvaziamento forçado dos espaços livres. 2021.
Palestra 02 - Maceió está afundando: agentes, patrimônio e ações	Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra	-	DOS SANTOS, Caroline G. Palestra 02 - Maceió está afundando: agentes, patrimônio e ações. 2021.
A transferência de propriedade a Braskem de bens imóveis em bairros de Maceió-AL: alterações patrimoniais e territoriais pós subsidiência do solo	Apresentação de Trabalho/Seminário	-	DOS SANTOS, Caroline G. A transferência de propriedade a Braskem de bens imóveis em bairros de Maceió-AL: alterações patrimoniais e territoriais pós subsidiência do solo. 2020.

Ep. 90 - O caso Braskem e a tragédia em Maceió - Alagoas	Programa de rádio ou TV/Entrevista	-	DOS SANTOS, Caroline G.; BAZZOLI, J. A. ; SILVA, K. C. S. . Ep. 90 - O caso Braskem e a tragédia em Maceió - Alagoas. 2023.
AS LUTAS E CONFLITOS DOS MORADORES AFETADOS PELA SUBSIDÊNCIA DO SOLO EM MACEIÓ-AL	Congresso	XI Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico: A (des)ordem urbanística e emergências sanitárias, climáticas e sociais.	DOS SANTOS, Caroline G. XI Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico: A (des)ordem urbanística e emergências sanitárias, climáticas e sociais. AS LUTAS E CONFLITOS DOS MORADORES AFETADOS PELA SUBSIDÊNCIA DO SOLO EM MACEIÓ-AL. 2022.
Palestra 02 - Maceió está afundando: agentes, patrimônio e ações	Outra	5ª SEMAU - Semana de Arquitetura e Urbanismo	DOS SANTOS, Caroline G. 15ª SEMAU - Semana de Arquitetura e Urbanismo. Palestra 02 - Maceió está afundando: agentes, patrimônio e ações. 2021.
A NECESSIDADE DE EVACUAÇÃO DE BAIROS EM MACEIÓ-AL E OS IMPACTOS URBANOS SOCIOESPACIAIS: NOVOS DESAFIOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE	Congresso	9º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável	DOS SANTOS, Caroline G. 9º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável. A NECESSIDADE DE EVACUAÇÃO DE BAIROS EM MACEIÓ-AL E OS IMPACTOS URBANOS SOCIOESPACIAIS: NOVOS DESAFIOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE. 2021.
ESTADO ANTE A SUBSIDÊNCIA DO SOLO EM BAIROS DE MACEIÓ-AL: responsabilidades no passado, presente e futuro.	Congresso	I Congresso Internacional de Estudos da Paisagem.	DOS SANTOS, Caroline G. I Congresso Internacional de Estudos da Paisagem. O ESTADO ANTE A SUBSIDÊNCIA DO SOLO EM BAIROS DE MACEIÓ-AL: responsabilidades no passado, presente e futuro. 2021.
SUBSIDÊNCIA DE SOLO EM MACEIÓ-AL: ASPECTOS URBANOS, PATRIMONIAIS E GEOLÓGICOS. Os agentes produtores do espaço urbano e implicações socioespaciais do afundamento do solo na cidade de Maceió.	Outra	SUBSIDÊNCIA DE SOLO EM MACEIÓ-AL: ASPECTOS URBANOS, PATRIMONIAIS E GEOLÓGICOS.	DOS SANTOS, Caroline G. SUBSIDÊNCIA DE SOLO EM MACEIÓ-AL: ASPECTOS URBANOS, PATRIMONIAIS E GEOLÓGICOS. Os agentes produtores do espaço urbano e implicações socioespaciais do afundamento do solo na cidade de Maceió. 2021.
A DESOCUPAÇÃO DOS BAIROS EM SUBSIDÊNCIA EM MACEIÓ-AL: Esvaziamento forçado dos espaços livres.	Outra	XV Colóquio QUAPÁ-SEL ?Paisagens, distanciamentos e proximidades?.	DOS SANTOS, Caroline G. XV Colóquio QUAPÁ-SEL ?Paisagens, distanciamentos e proximidades?. A DESOCUPAÇÃO DOS BAIROS EM SUBSIDÊNCIA EM MACEIÓ-AL: Esvaziamento forçado dos espaços livres. 2021.

A transferência de propriedade a Braskem de bens imóveis em bairros de Maceió-AL: alterações patrimoniais e territoriais pós subsidiência do solo.	Seminário	Seminário Internacional - Propriedades no Cenário de Múltiplas Crises.	DOS SANTOS, Caroline G. Seminário Internacional - Propriedades no Cenário de Múltiplas Crises. A transferência de propriedade a Braskem de bens imóveis em bairros de Maceió-AL: alterações patrimoniais e territoriais pós subsidiência do solo. 2020.
PAISAGEM SONORA REMEMORADA DO BAIRRO DE BEBEDOURO (MACEIÓ-AL) AFETADO POR DESASTRE SOCIOAMBIENTAL	Seminário	Nutau	OKIVEIRA, Roseline V. S. Nutau. PAISAGEM SONORA REMEMORADA DO BAIRRO DE BEBEDOURO (MACEIÓ-AL) AFETADO POR DESASTRE SOCIOAMBIENTAL. 2022.

5. Participação de pesquisadores em eventos não-científicos

Título	Tipo/Natureza	Local de Publicação	Link de Acesso
<p>Palestra: Repercussões socioeconômicas e ambientais Dia 17.11 -Palestrantes: Profª Drª Regina Dulce Lins (FAU/Ufal) e Profª Drª Rochana Campos (CTEC/Ufal) Dia 18.11 - Palestra : Repercussões sociais e econômicas Palestrantes: Prof. Dr. Cícero Pércles (Feac/IGDEMA-Ufal) e Coletivo A gente foi feliz aqui Dia 19.11 - Palestra: Resiliências Urbanas, Perspectivas Futuras Palestrantes: Paula Zacarias (ONU Habitat) e Pablo Fernandes (IAB/AL) Realização: Coletivo A gente foi feliz aqui; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/Ufal)</p>	<p>Websérie " Subsidiência e Resiliências Urbanas: diálogos sobre os bairros atingidos pela extração de sal-gema, em Maceió/AL"</p>	<p>Canal do Youtube: aurbufal</p>	<p>Dia 17/11/20 https://www.youtube.com/watch?v=n-WZHNqfvvg&ab_channel=aurbufal</p> <p>Dia 18/11/20 https://www.youtube.com/watch?v=INXCXdjicpo&ab_channel=aurbufal</p> <p>Dia 19/11/20 https://www.youtube.com/watch?v=n-WZHNqfvvg&ab_channel=aurbufal</p>
2ª Semana de Habitação do IAB/AL: Memórias, fragmentos & cidades	Webnário	Canal do Youtube: aurbufal	<p>16/08/21 https://www.youtube.com/watch?v=r3Jp5vjRac&list=PLaMEYS2phVCy7772-kMHSgCqItXfNGsal&index=1&ab_channel=aurbufal</p>
Caso Pinheiro: aspectos jurídicos do afundamento de bairros na cidade de Maceió	Webnário	Canal do Youtube: FDA_UFAL	<p>24/08/21 https://www.youtube.com/watch?v=L5AX057MfXw&ab_channel=FDA_UFAL</p>
II FÓRUM DE HABITAÇÃO SOCIAL - A cidade em disputa	Webinário	Canal do Youtube: ProgradUFAL	<p>04/02/22 https://www.youtube.com/watch?v=fnXT_7v2SI&ab_channel=ProgradUFAL</p>
Ciclo de Debates CCS - UINVASF (Edição Maio de 2023)	Webinário com Juliana Alejandra (UNEAL) e Carlos Eduardo (UFAL)	Canal do Youtube: Ciências Sociais Univasf	https://www.youtube.com/watch?v=omcRSY1RuMQ&ab_channel=Ci%C3%A2nciasSociaisUnivasf

Mesa Redonda 2: Paisagem e risco / Lançamento de livro: ICOMOS PAISAGEM CULTURAL	Mesa Redonda	Canal do Youtube: ieds instituto	12/09/23 https://www.youtube.com/watch?v=nfzowVp075A&ab_channel=iedsinstituto
Wiki Convida Adriana Capretz (13/07/2022) - Afundamentos de solo em Maceió	Entrevista	Canal do Youtube: Wiki Movimento Brasil	https://www.youtube.com/watch?v=rgECvqXNw4g&ab_channel=WikiMovimentoBrasil
EXCLUSIVO: Heloísa Villela desvenda o caso Braskem	Série especial de reportagens sobre o Caso Braskem!	Canal do Youtube: Instituto Conhecimento Liberta	20/09/23 - parte I https://www.youtube.com/watch?v=NgbNDwScq8I&ab_channel=InstitutoConhecimentoLiberta 21/09/23 - parte II https://www.youtube.com/watch?v=qntWrwte6-s&ab_channel=InstitutoConhecimentoLiberta 22/09/23 - parte III https://www.youtube.com/watch?v=KUfKPR4KT2c&ab_channel=InstitutoConhecimentoLiberta 25/09/23- parte IV https://www.youtube.com/watch?v=RburWJQNEEQ&ab_channel=InstitutoConhecimentoLiberta 29/09/23 - parte V https://www.youtube.com/watch?v=5CwM56PGFec&ab_channel=InstitutoConhecimentoLiberta 29/09/23 - parte V I (final) https://www.youtube.com/watch?v=M9mfThLMxcA&t=10s&ab_channel=InstitutoConhecimentoLiberta
Professora relembra atos contra a Braskem na década de 80: 'Já sabíamos dos perigos'	Entrevista com a professora Regina Lins	Site Brasil de Fato	07/12/23 https://www.brasildefato.com.br/2023/12/07/professora-relembra-atos-contr-a-braskem-na-decada-de-80-ja-sabiamos-dos-perigos
Projeto Relatos de uma tragédia	<i>Playlist</i> com entrevistas	Canal do Youtube: Relatos de uma tragédia	2023 https://www.youtube.com/@relatosdeumatragedia/videos
RÁDIO UFAL – EPISÓDIOS SOBRE A MINERAÇÃO DE SAL-GEMA E O DESASTRE	Rádio	Site UFAL	https://radio.ufal.br/@@search?SearchableText=braskem
6. Produtos de trabalhos acadêmicos			
Título	Tipo/Natureza	Local de Publicação	Link

O Sal de Nossas Lágrimas Parte do TCC de Jornalismo - UFAL	Filme-ensaio	Canal do Youtube: Chico Buarque	31/05/21 https://www.youtube.com/watch?v=bP23iZBqVGI&t=2s&ab_channel=ChicoBuarque
À flor da pele - 12 movimentos para tempos de catástrofes (tese de doutorado por mim produzida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas – “Maceió à flor da pele: memória, arte e catástrofe” (2022)	Video	Canal do Youtube: Marina Milito	https://www.youtube.com/watch?v=1Trmj2RCNU8&ab_channel=MarinaMilito
Projeto de pesquisa online sobre o adoecimento mental das pessoas vítimas da instabilidade do solo nos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro em Maceió-AL	Projeto de pesquisa para desenvolvimento do mestrado de Priscilla Souza dos Santos	PPGEN UFAL	https://www.instagram.com/vidas_rachadas/

7. Livros e capítulos de livros

Autor(es)	Título	Tipo/Natureza	Editora e/ou Local de publicação	REFERÊNCIA
CARVALHO, Fábio Lins de Lessa; GOMES, F. L. (Org.); ALBUQUERQUE JUNIOR, M. E. (Org.).	O Caso do Pinheiro: diálogos jurídicos, sociais e econômicos.	Livro	Editora: Edufal	CARVALHO, Fábio Lins de Lessa; GOMES, F. L. (Org.); ALBUQUERQUE JUNIOR, M. E. (Org.). O caso do Pinheiro: diálogos jurídicos, sociais e econômicos . 1. ed. Maceió: EDUFAL, 2023. v. 1. 244p .
DODATO, Railson Vieira.	Da concepção de um polo cloroquímico ao desenvolvimento da cadeia produtiva da química e do plástico de Alagoas	Livro	Editora Dialética.	DODATO, Railson Vieira. Da concepção de um polo cloroquímico ao desenvolvimento da cadeia produtiva da química e do plástico de Alagoas . Maceió: Dialética, 2022. ISBN: 9786525225579.
FRAGOSO, Elias; PADILHA, Isadora; GALINDO, Abel; VIEIRA, Cláudio; BEZERRA, Edson;	Rasgando a Cortina de Silêncios: O lado B da exploração do sal-gema de Maceió	Livro	Maceió: Editora Instituto Alagoas	FRAGOSO, Elias; PADILHA, Isadora; GALINDO, Abel; VIEIRA, Cláudio; BEZERRA, Edson; MARQUES, José Geraldo. Rasgando a Cortina de Silêncios: O lado B da exploração do sal-gema de Maceió . Maceió: Editora Instituto Alagoas, 2022. Disponível em:

MARQUES, José Geraldo				https://www.amazon.com.br/Rasgando-Cortina-Sil%C3%A9ncios-explora%C3%A7%C3%A3o-sal-gema-ebook/dp/B0BH1Z2VM8 . Acesso em: 8 mai. 2024.
Joaldo Cavalcanti	SAL-GEMA: DO ERRO À TRAGÉDIA	Livro	Editora Cesmac	CAVALCANTI, J. SAL-GEMA: DO ERRO À TRAGÉDIA Maceió: Cesmac, 2020. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Salgema-do-erro-%C3%A0-trag%C3%A9dia-ebook/dp/B0CYMDQSSC . Acesso em: 8 mai. 2024.
LEVINO, Natally de Almeida; FONTANA, Marcele Elisa	A Cidade Engolida. Desastre ocasionado pela extração irregular de minas de sal-gema em Maceió-AL: Uma discussão inicial.	Livro	Site Pedro e João editores	LEVINO, Natally de Almeida; FONTANA, Marcele Elisa. A Cidade Engolida. Desastre ocasionado pela extração irregular de minas de sal-gema em Maceió-AL: Uma discussão inicial. Pedro e João editores, 2022. Disponível em: https://pedrojeaoeditores.com.br/produto/a-cidade-engolida-desastre-ocasionado-pela-extracao-irregular-de-minas-de-sal-gema-em-maceio-al-uma-discussao-inicial/ . Acesso em: 8 mai. 2024.
MACHADO, Fabiano Duarte; LIMA, Matheus Carlos Oliveira de.	História Econômica de Alagoas – A indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência	Livro	Editora: Edufal	MACHADO, Fabiano Duarte; LIMA, Matheus Carlos Oliveira de. História Econômica de Alagoas – A indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência. Edufal, 2016.
MANHAS, Adriana Capretz Borges da Silva et. al.	Aqui tem memória: Bebedouro, Pinheiro, Bom Parto, Mutange. 1. ed. Maceió: Apeal, 2022. v. 1. 35p	Livro	Apeal	MANHAS, Adriana Capretz Borges da Silva et. al. Aqui tem memória: Bebedouro, Pinheiro, Bom Parto, Mutange. 1. ed. Maceió: Apeal, 2022. v. 1. 35p
MANHAS, Adriana Capretz Borges da Silva	Maceió afunda: a perda da paisagem cultural da capital de Alagoas causada pela mineração de sal-gema	Livro	Editora Paisagens Híbridas	MANHAS, Adriana Capretz Borges da Silva. Maceió afunda: a perda da paisagem cultural da capital de Alagoas causada pela mineração de sal-gema. In: FIGUEIREDO, V. G. B.; ESCORTEGANHA, M. R. Paisagem, Risco e Pós-tragédia: desafios ambientais, políticos e socioculturais. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora

				Paisagens Híbridas, 2023. v. 3, p. 121-139. ISBN 6587833799.
MANSUR, Maíra; WANDERLEY, Luiz Jardim	Colapso mineral em Maceió: o desastre da Braskem e o apagamento das violações	Livro	Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração	MANSUR, Maíra; WANDERLEY, Luiz Jardim. Colapso mineral em Maceió: o desastre da Braskem e o apagamento das violações. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/376134447_Colapso_mineral_em_Maceio_o_desastre_da_Braskem_e_o_apagamento_das_violacoes . Acesso em: 8 mai. 2024. ISBN: 978-65-00-70846-2.
MARQUES, José Geraldo	BRASKEM ALÉM DAS RACHADURAS – Memórias de Um Tempo Quase Esquecido	E-book	Blog Letras de Alagoas	MARQUES, José Geraldo. BRASKEM ALÉM DAS RACHADURAS – Memórias de Um Tempo Quase Esquecido. Blog Letras de Alagoas, 2023. Disponível em: https://letrasdealagoas.blogsdagazetaweb.com/2023/04/21/braskem-alem-das-rachaduras-memorias-de-um-tempo-quase-esquecido/ . Acesso em: 8 mai. 2024.
PROZATO, C.	Poemas para resistir: O caso Braskem	Livro	CBA Editora	PROZATO, C. Poemas para resistir: O caso Braskem. Maceió: CBA Editora, 2022. ISBN: 978-65-89034-18-6
VIERA, Maria do Carmo	Daqui só saio pó: Conflitos urbanos e mobilização popular. Salgema e o Pontal da Barra	Livro	Editora: Edufal	VIEIRA, Maria do Carmo. Daqui só saio pó: Conflitos urbanos e mobilização popular. Salgema e o Pontal da Barra. Maceió: Edufal, 1997.

Fonte: Autora, 2024.

APÊNDICES 2: Quadro 13 - Notícias e Materiais oficiais sobre o Caso Braskem

[ATUALIZADO DIA 20/05/24]

Legenda:

	<i>Itálico para recortes do próprio link</i>
	Manifestações populares

1. Matérias Jornalísticas
2. Audiências, Leis, relatórios e acordos firmados
3. Ações Em Curso
4. Canais oficiais de comunicação

1. Matérias Jornalísticas		
DATA	TÍTULO	REFERÊNCIA
05/03/18	Tremor em Maceió pode ter sido causado por acomodação de solo, diz especialista	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/tremor-em-maceio-pode-ter-sido-causado-por-acomodacao-de-solo-diz-especialista.ghtml
15/03/18	ANÁLISE DE SOLO DEPENDE DE EQUIPAMENTO ESPECÍFICO	https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/193845/analise-de-solo-depender-de-equipamento-especifico
19/01/19	DEFESA CIVIL E MP PROMETEM PUNIR QUEM PROPAGAR FAKE NEWS	https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/201266/defesa-civil-e-mp-prometem-punir-quem-propagar-fake-news
18/02/19	Outro áudio com fake news sobre o Pinheiro é divulgado; Defesa Civil quer identificar responsáveis	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/02/18/outro-audio-com-fake-news-sobre-o-pinheiro-e-divulgado-defesa-civil-quer-identificar-responsaveis.ghtml
25/03/19	Protesto diante da Braskem cobra respostas sobre afundamento de bairros de Maceió	https://diariodopoder.com.br/brasil-e-regioes/protesto-diante-da-braskem-cobra-respostas-sobre-afundamento-de-bairros-de-maceio
08/06/19	Famílias fazem ato na frente da Braskem, em Maceió, para cobrar bloqueio de R\$ 6,7 bilhões	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/06/09/familias-fazem-ato-na-frente-da-braskem-para-cobrar-bloqueio-de-r-67-bilhoes-em-maceio.ghtml
28/11/19	SINTEAL PARTICIPA DE PROTESTO DA “FRENTE AMPLA DOS ATINGIDOS PELA BRASKEM”	https://www.sinteal.org.br/2019/11/sinteal-participa-de-protesto-da-frente-ampla-dos-atingidos-pela-braskem/

04/12/18	Moradores do Pinheiro, em Maceió, protestam para cobrar respostas sobre rachaduras	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2018/12/04/moradores-do-pinheiro-em-maceio-protestam-para-cobrar-respostas-sobre-rachaduras.ghtml
14/01/20	Quatro bairros de Maceió podem desaparecer por conta da ação de mineradora	https://www.brasildefato.com.br/2020/01/14/quatro-bairros-de-maceio-podem-desaparecer-por-conta-da-acao-de-mineradora
04/08/20	Bairros afetados por mineração têm cavernas maiores que campo de futebol	https://www.gazetaweb.com/noticias/geral/bairros-afetados-por-mineracao-tem-cavernas-maiores-que-campo-de-futebol/
15/09/20	Braskem sees higher costs from Alagoas salt mine damage "Braskem vê custos mais elevados com danos em mina de sal de Alagoas"	https://www.spqglobal.com/commodityinsights/en/market-insights/latest-news/petrochemicals/091520-braskem-sees-higher-costs-from-alagoas-salt-mine-damage
27/12/20	Como uma padaria e seu dono fazem bairro fantasma seguir no mapa de Maceió...	https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/12/27/como-uma-padaria-e-seu-do-no-fazem-bairro-fantasma-seguir-no-mapa-de-maceio.htm?cmpid=copiaecola
05/05/21	E Tem Mais: Maceió está afundando: o desastre ambiental na capital alagoana - 05/05	https://www.youtube.com/watch?v=03cxk5FdhrA&ab_channel=CNBRasil
09/05/21	Prédios Históricos deixados para trás por afundamento de bairros pela mineração em Maceió	https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/predios-historicos-deixados-para-tras-por-afundamento-de-bairros-pela-mineracao-em-maceio/
23/07/21	@andre_trigueiro CNN Brasil , falando do documentário de Carlos Pronzato (A Braskem passou por aqui).	https://www.instagram.com/tv/CRr_ZpJgelQ/?utm_medium=share_sheet
17/08/21	Paróquia do Menino Jesus de Praga anuncia saída do Pinheiro por causa do afundamento do solo em Maceió	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/08/17/parouquia-do-menino-jesus-de-praga-anuncia-saida-do-pinheiro-por-cao-do-afundamento-do-solo-em-maceio.ghtml
18/08/21	Memórias em Ruínas: as Mulheres Que Perderam Suas Casas e Histórias Para o Crime Ambiental da Braskem	https://www.modifica.com.br/braskem-crime-ambiental-maceio/
29/08/21	Programa "Cidades e Soluções" com André Trigueiro (Globonews)	https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/cidades-e-solucoes/v/9811584/
04/09/21	Afundamento do solo em Maceió pode durar até 10 anos; entenda a formação dos bairros fantasmas	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/09/04/afundamento-do-solo-em-maceio-pode-durar-ate-10-anos-entenda-a-formacao-dos-bairros-fantasmas.ghtml
15/06/21	Pixo "Maceió afunda em lágrimas" no Bairro do Pinheiro	https://www.instagram.com/tv/CQJjdHslp3o/?igsh=NDZvdjV3M3l1ZDlz
15/06/21	MORADORES DE BAIRROS AFETADOS PROTESTAM CONTRA TERMOS DE ACORDO COM A BRASKEM	https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/328913/moradores-de-bairros-afetados-protestam-contra-terminos-de-acordo-com-a-braskem
08/07/21	PROTESTO CONTRA A BRASKEM FECHA A AVENIDA FERNANDES LIMA TV MAR NEWS 08/07/21	https://www.youtube.com/watch?v=bOGw4V-ntaE&ab_channel=TVMarCanal525-Macei%C3%B3-AL
18/11/21	Público protesta contra Braskem e vai ao delírio com samba sobre crime da mineradora	https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2021/11/20/78988-publico-protesta-contra-braskem-e-vai-ao-delirio-com-samba-sobre-crime-da-mineradora

04/12/21	Justiça proíbe protestos de moradores em frente à sede da Braskem, em Maceió	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/12/04/justica-proibe-protestos-de-moradores-em-frente-a-sede-da-braskem-em-maceio.ghtml
07/01/22	Maceió: 2 mil casas começam a ser demolidas em área afundada por mineração	https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/01/07/maceio-2-mil-casas-comecam-a-ser-demolidas-em-area-afundada-por-mineracao.htm
21/01/22	Após dois anos do acordo entre MPs, DPs e Braskem, empreendedores seguem à míngua	https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2022/01/21/97748-apos-dois-anos-do-acordo-entre-mps-dps-e-braskem-empresarios-seguem-a-mingua
27/01/22	Após 40 anos, panificação no Pinheiro fecha cobrando justiça e lutando contra o abandono das autoridades	https://midiaaete.com.br/apos-40-anos-panificacao-no-pinheiro-fecha-cobrando-justica-e-lutando-contra-o-abandono-das-autoridades/
09/02/22	A maldição da Braskem em Maceió	https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/a-maldicao-da-braskem-em-maceio/
18/02/22	Prefeitura de Maceió suspende conversas com a Braskem sobre "requalificação do Flexal"	https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2022/02/18/prefeitura-de-maceio-suspende-negociacao-com-a-braskem-sobre-requalificacao-do-flexal
23/02/22	OAB e Defensoria emitem nota de repúdio contra Braskem e afirmam que vão entrar com ação coletiva contra mineradora	https://www.gazetaweb.com/noticias/maceio/oab-e-defensoria-emitem-nota-de-repudio-contra-braskem-e-afirmam-que-voao-entrar-com-acao-coletiva-contra-mineradora/
04/03/22	Onda de violência e efeitos da subsidência afligem o Bom Parto	https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2022/03/04/99178-onda-de-violencia-e-efeitos-da-subsidencia-afligem-o-bom-parto#google_vignette
20/03/22	Especial: o "fenômeno geológico" da Braskem em Maceió	https://obastidor.com.br/politica/especial-o-fenomeno-geologico-da-braskem-em-maceio-2989
20/03/22	Urban mining transforms Brazil neighborhoods into ghost town "Mineração urbana transforma bairros do Brasil em fantasmas"	https://apnews.com/article/business-lifestyle-environment-brazil-neighborhoods-da0095fe829a545d72faa598a64814bd
22/03/22	Braskem: Moradores de bairro que afundou em Maceió cobram há 4 anos reparação de mineradora	https://www.brasildefato.com.br/2022/03/22/braskem-moradores-de-bairro-que-afundou-em-maceio-cobram-ha-4-anos-reparacao-de-mineradora#:~:text=Com%20cerca%20de%20%20mil.atividades%20mineradoras%20da%20empresa%20Braskem.
23/04/22	Odebrecht precisa de lucro da Braskem para sobreviver e vender ativos	https://exame.com/exame-in/odebrecht-precisa-de-lucro-da-braskem-para-sobreviver-e-vender-ativos/
24/05/22	Odebrecht: subsidiárias e afundamento de solo	https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2022/05/24/103812-odebrecht-subsidiarias-e-afundamento-de-solo
06/06/22	Juventude do MST realiza protesto contra crime ambiental da Braskem	https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/juventude-do-mst-realiza-protesto-contra-crime-ambiental-da-braskem/
26/08/22	No aniversário do Parque Ibirapuera, Braskem inicia projeto para estimular reciclagem no local	https://embalagemmarca.com.br/2022/08/no-aniversario-do-parque-ibirapuera-braskem-inicia-projeto-para-estimular-reciclagem-no-local/
06/10/22	MPF quer preservação de patrimônio imaterial dos bairros atingidos pelo afundamento do solo em Maceió	https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2022/10/06/110110-mpf-quer-preservacao-de-patrimonio-imaterial-dos-bairros-atingidos-pelo-afundamento-do-solo-em-maceio
24/10/22	Prefeito JHC anuncia elaboração de Plano de Desenvolvimento Econômico para os próximos 10 anos em Maceió	https://maceio.al.gov.br/noticias/gp/prefeito-jhc-anuncia-elaboracao-de-plano-de-desenvolvimento-economico-para-os-proximos-10-anos-em-maceio

31/10/22	Paróquia Nossa Senhora do Bom Parto realiza última celebração antes de ser desativada	https://www.gazetaweb.com/noticias/maceio/parouquia-nossa-senhora-do-bom-parto-realiza-ultima-celebracao-antes-de-ser-desativada/
16/11/22	Igreja de Santo Antônio em Bebedouro celebra última missa e paróquia é transferida para a Santa Amélia	https://www.gazetaweb.com/noticias/maceio/igreja-de-santo-antonio-em-bebedouro-celebra-ultima-missa-e-parouquia-e-transferida-para-a-santa-amelia/
23/11/22	Prefeitura de Maceió deve fechar acordo de R\$ 1,7 bilhão com a Braskem	https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2022/11/23/prefeitura-de-maceio-esta-prxima-de-acordo-de-r-1-7-bilhao-com-a-braskem#google_vignette
03/02/23	MPF investiga possível irregularidade na extração de areia na Praia do Francês	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/02/03/mpf-investiga-possivel-irregularidades-na-extracao-de-areia-na-praia-do-frances.ghtml
08/02/23	Braskem vai revisar acordo com moradores dos flexais, em Maceió	https://www.gazetaweb.com/noticias/geral/braskem-vai-revisar-acordo-de-indenizacao-dos-flexais-em-maceio/
08/02/23	Vereadores discutem destinação de recursos pagos pela Braskem à Prefeitura de Maceió	https://ojornalextra.com.br/noticias/alagoas/2023/02/87103-vereadores-discutem-destinacao-de-recursos-pagos-pela-braskem-a-prefeitura-de-maceio
10/02/23	Braskem sofre dois revezes pelos danos ambientais causados em Maceió	https://blog.tnh1.com.br/contextualizando/2023/02/10/braskem-sofre-dois-revezes-pelos-danos-ambientais-causados-em-maceio/#.Y-ZBXC50ODE.whatsapp
23/02/23	"Braskem e Diagonal manipulam escuta pública", segundo lideranças de bairros atingidos	https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2022/02/23/98830-braskem-e-diagonal-manipulam-escuta-publica-segundo-liderancas-de-bairros-atingidos
27/02/23	Série 5 anos Caso Braskem: MPF divulga resultados obtidos por meio do Termo de Acordo Socioambiental	https://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/noticias-al/serie-5-anos-caso-braskem-mpf-divulga-resultados-obtidos-por-meio-do-termo-de-acordo-socioambiental/
27/02/23	IPHAN suspende extração de areia realizada por fornecedoras da Braskem em Marechal Deodoro, AL	https://g1.globo.com/google/amp/al/alagoas/noticia/2023/02/27/iphan-suspende-extracao-de-areia-de-fornecedoras-da-braskem-em-marechal-deodoro-al.ghtml
28/02/23	<i>A oficina do Flexal a ser realizada hoje no Cepa, Escola Moreira e Silva, as 18:00h contará com quase 300 moradores inscritos.</i>	https://projeto-flexais.com.br/
28/02/23	Caso Braskem: MPF abre seleção de empresa que vai gerenciar projetos para reparar danos causados à população	https://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/noticias-al/caso-braskem-mpf-abre-selecao-de-empresa-que-vai-gerenciar-projetos-para-reparar-danos-causados-a-populacao
02/03/23	Defensoria Pública de Alagoas cobra justas indenizações em ação civil pública contra a Braskem e poder público	https://www.instagram.com/p/CpRAUJoyLquO/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D https://ojornalextra.com.br/noticias/alagoas/2023/03/87812-defensoria-publica-d-e-alagoas-cobra-justas-indenizacoes-em-acao-civil-publica
02/03/23	Desastre ambiental em Maceió completa cinco anos e atinge 60 mil pessoas	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/desastre-ambiental-em-maceio-completa-cinco-anos-e-atinge-60-mil-pessoas.shtml
08/04/23	Um balanço da atuação dos políticos no crime da Braskem: Parte 2	https://082noticias.com/2023/04/08/um-balanco-da-atuacao-dos-politicos-no-crime-da-braskem-parte-2/
12/05/23	MPF cobra explicações da Diagonal sobre diagnóstico socioambiental no caso Braskem	https://ojornalextra.com.br/noticias/alagoas/2023/05/90288-mpf-cobra-explicacoes-da-diagonal-sobre-diagnostico-socioambiental-no-caso-braskem

16/05/23	A nova derrota da Braskem na Justiça de Alagoas pelos estragos em Maceió	https://veja.abril.com.br/coluna/radar/a-nova-derrota-da-braskem-na-justica-de-alagoas-pelos-estragos-em-maceio/
17/05/23	Instagram: avozdopovoalagoas Em que samba a Beija-Flor vai contar sobre o crime da Braskem	
12/06/23	Ligações entre Braskem e empresas contratadas levantam suspeitas sobre diagnóstico socioambiental em Maceió	https://www.agenciatatu.com.br/noticia/diagnostico-braskem-diagonal-tetrattech/
11/07/23	'Avalanche de Conteúdo', 'Mangueira de Fogo' e outras táticas de desinformação reforçam vantagem para Braskem em AL	https://midiaaete.com.br/parece-transparencia-mas-e-poluicao-os-beneficios-e-taticas-da-braskem-com-mangueira-de-fogo-avalanche-de-conteudo-e-outros-processos-de-desinformacao/
11/11/23	Vítimas da Braskem vão formalizar criação de associação em lançamento de documentário	https://082noticias.com/2023/11/11/vitimas-da-braskem-vao-formalizar-criacao-de-associacao-em-lancamento-de-documentario/
16/08/23	Maceió vai contratar consultoria para revisar novo Plano Diretor	https://www.gazetaweb.com/noticias/politica/maceio-vai-contratar-consultoria-para-revisar-novo-plano-diretor/
18/08/23	Municípios da região metropolitana avaliam extensão dos danos e querem ressarcimento de prejuízos causados pela Braskem	https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2023/08/18/124913-municipios-da-regiao-metropolitana-avaliam-extensao-dos-danos-e-querem-ressarcimento-de-prejuizos-causados-pela-braskem
11/09/23 a 05/10/23	'Braskem, foi só um aviso!' Por Carlos Pronzato MANIFESTAÇÃO DUROU QUASE UM MÊS (Terminou por decisão do Tribunal de Justiça de Alagoas)	https://082noticias.com/2023/10/05/braskem-foi-so-um-aviso-por-carlos-pronzato/
17/10/23	Homem é encontrado morto na casa em que morava antes da tragédia da Braskem	https://082noticias.com/2023/10/17/homem-e-encontrado-morto-na-casa-em-que-morava-antes-da-tragedia-da-braskem/
23/11/23	Vítimas da Braskem cobram medidas emergenciais contra colapso funerário em Maceió	https://082noticias.com/2023/11/23/vitimas-da-braskem-cobram-medidas-emergenciais-contr-colapso-funerario-em-maceio/
INICIO DE NOVOS TREMORES		
28/11/23	Após relato de moradores do Pinheiro, Defesa Civil confirma tremores de terra	https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/apos-relato-de-moradores-do-pinheiro-defesa-civil-confirma-tremores-de-terra/
29/11/23	Gabinete de crise é criado para risco de desabamento mina no Mutange; reunião é agendada para esta tarde	https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/gabinete-de-criado-para-risco-de-desabamento-mina-no-mutange-reuniao-e-agendada-para-esta-tarde/
29/11/23	Coordenador de Defesa Civil explica riscos da mina em situação de colapso, no Mutange	https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/coordenador-de-defesa-civil-explica-riscos-da-mina-em-situacao-de-colapso-no-mutange/
29/11/23	Defesa Civil vai evacuar região do Bom Parto, em Maceió, devido ao colapso de mina no Mutange	https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/defesa-civil-vai-evacuar-regiao-do-bom-parto-em-maceio-devido-ao-colapso-de-mina-no-mutange/
29/11/23	Maceió prepara evacuação dos Flexais e Mutange; desabrigados vão para escolas públicas	https://reporternordeste.com.br/maceio-prepara-evacuacao-dos-flexais-e-mutange-desabrigados-vao-para-escolas-publicas/
29/11/23	Hospital em Maceió é evacuado por risco de afundamento de terra em bairro vizinho	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/11/29/pacientes-sao-transferidos-do-hospital-no-pinheiro-em-maceio-por-risco-de-colapso-no-mutange.ghtml

29/11/23	@Gazetaweb "Órgão federais chegam em AL para acompanhar risco de mina, diz Paulo Dantas (MDP)	https://www.instagram.com/p/C0Ph7mBgfYW/?igshid=MzY1NDJmNzMyNQ%3D%3D
29/11/23	@midiaete Post com um resumo do que cada área se pronunciou: Defesa civil, o Departamento Municipal de Transportes e Trânsito (DMTT), a Braskem e a prefeitura	https://www.instagram.com/p/C0PXNp4rpZA/?igshid=ZWI2YzEzYmMxYg%3D%3D
29/11/23	@Gazetaweb Defesa civil explica o que pode acontecer no Mutange	https://www.instagram.com/p/C0P07VbtwYM/?igshid=MzRIODBiNWFIZA%3D%3D
30/11/23	@prefeiturademaceio <i>Paulo Falção da defesa civil nacional e representante da df municipal alega que o foco é na área do mutange e que a prefeitura acionou o plano de contingência montando os abrigos para que as pessoas que QUEIRAM DE FORMA VOLUNTÁRIA E PREVENTIVA se abrigarem sejam encaminhadas pela defesa civil</i>	https://www.instagram.com/reel/C0Qgh8Qgk63/?igshid=MTc4MmM1Yml2Ng%3D%3D
30/11/23	@midianinja Urgente: Mina tem previsão de colapso às 6h e deve gerar tremor e cratera em Maceió	https://www.instagram.com/p/C0SumUMNKuO/?igshid=MzRIODBiNWFIZA%3D%3D
30/11/23	Mapa de Ações Prioritárias é atualizado e amplia área de monitoramento	https://maceio.al.gov.br/noticias/defesacivil/mapa-de-acoes-prioritarias-e-atualizado-e-amplia-area-de-monitoramento
30/11/23	Justiça Federal determina inclusão de novos imóveis no programa de compensação da Braskem	https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/justica-federal-determina-inclusao-de-novos-imoveis-no-programa-de-compensacao-da-braskem/
30/11/23	MPF, MP e DPU querem análise conjunta sobre situação do Flexal	https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/mpf-mp-e-dpu-querem-analise-conjunta-sobre-situacao-do-flexal/
30/11/23	Casal paralisa de forma preventiva Sistema Cardoso em Bebedouro	https://www.casal.al.gov.br/2023/11/casal-paralisa-de-forma-preventiva-sistema-cardoso-em-bebedouro/
30/11/23	Canal Youtube: TV Pajuçara BALANÇO GERAL AL 30/11/2023 na íntegra TV Pajuçara	https://www.youtube.com/live/IL9vetgexrc?si=Phu2lbcFa28a7jly
01/12/23	Novo tremor de terra é registrado em Maceió; Defesa Civil monitora mina que pode colapsar	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/12/01/novo-tremor-e-registrado-em-maceio.ghtml
01/12/23	'A gente não sabe o que fazer', diz morador após Justiça liberar polícia para esvaziar bairro vizinho ao que pode afundar em Maceió	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/12/01/a-gente-nao-sabe-o-que-vai-fazer-dizem-moradores-obrigados-a-sair-as-pressas-do-bom-parto-em-maceio.ghtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=canais&utm_campaign=g1
01/12/23	Enquanto Maceió continua a afundar, Braskem divulga seus "feitos sustentáveis" na COP 28	https://082noticias.com/2023/12/01/enquanto-maceio-continua-a-afundar-braskem-divulga-seus-feitos-sustentaveis-na-cop-28/
01/12/23	Mina em Maceió cede quase 2 metros em 3 dias; colapso pode abrir cratera do tamanho do Maracanã	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/12/01/mina-em-maceio-cede-62-cm-por-dia-e-desabamento-pode-abrir-cratera-do-tamanho-do-maracana.ghtml
01/12/23	Jornal Nacional	https://globoplay.globo.com/v/12162722/?s=0s
02/12/23	Jornal Nacional	https://globoplay.globo.com/v/12164612/?s=0s
02/12/23	@vitimasdabraskem	https://www.instagram.com/reel/C0Vi-LNtHaD/?igshid=NzBmMjdhZWRiYQ%3D%3D

03/12/23	Fantástico	https://globoplay.globo.com/v/12165496/?s=0s
03/12/23	Moradores dos Flexais seguem cobrando inclusão no Mapa de Risco e indenização justa	https://082noticias.com/2023/12/03/moradores-dos-flexais-seguem-cobrando-inclusao-no-mapa-de-risco-e-indenizacao-justa/
04/12/23	Jornal Nacional	https://globoplay.globo.com/v/12168583/?s=0s
04/12/23	Risco de colapso faz PF acelerar inquérito sobre atuação da Braskem em Maceió	https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/risco-de-colapso-faz-pf-acelerar-inquerito-sobre-atuacao-da-braskem-em-maceio/?hidemenu=true
04/12/23	Saiba a atual situação das 35 minas da Braskem que foram desativadas em Maceió	https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/saiba-a-atual-situacao-das-35-minas-da-braskem-que-foram-desativadas-em-maceio/
04/12/23	Diretor da Agência de Mineração culpa protesto por colapso na mina 18	https://www.gazetaweb.com/noticias/afundamento-do-solo/diretor-da-agencia-de-mineracao-culpa-protesto-por-problema-na-mina-18/
05/12/23	Em 2020 ANM desistiu de medidas para aumentar segurança do fechamento de poços e Braskem "economizou" R\$ 3 bilhões	https://tribunadosertao.com.br/noticias/2023/12/05/498937-em-2020-anm-desistiu-de-medidas-para-aumentar-seguranca-do-fechamento-de-pocos-e-braskem-e-economizou-r-3-bilhoes
05/12/23	Braskem não cumpriu exigência de fechar mina, diz relatório de agência; areia usada foi irregular. (MATÉRIA DELETADA)	https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/12/05/braskem-nao-cumpriu-exigencia-de-fechar-mina-diz-relatorio-de-agencia-areia-usada-foi-irregular.ghtml
05/12/23	'Não é tragédia, é crime': MTST protesta na sede da Braskem em SP pelos danos à população de Alagoas	https://www.brasildefato.com.br/2023/12/05/nao-e-tragedia-e-crime-mtst-protesta-na-sede-da-braskem-em-sp-pelos-danos-a-populacao-de-alagoas
05/12/23	Maceió: Prefeitura sabia que área de risco crescia desde setembro, mostra ofício sigiloso	https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2023/12/maceio-prefeitura-sabia-que-area-de-risco-crescia-desde-setembro-mostra-oficio-sigiloso.ghtml
06/12/23	População de Maceió ocupa ruas em mais um protesto contra a mineradora Braskem	https://082noticias.com/2023/12/06/populacao-de-maceio-ocupa-ruas-em-mais-um-protesto-contra-a-braskem/
06/12/23	Maior jazida de sal-gema na América Latina nunca foi explorada	https://www.gazetaweb.com/noticias/brasil/maior-jazida-de-sal-gema-na-america-latina-nunca-foi-explorada/
07/12/23	Como as remoções da Braskem afetam a moradia em Maceió	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/12/07/Como-as-remo%C3%A7%C3%B5es-da-Braskem-afetam-a-moradia-em-Maceio%C3%B3?posicao-centro=1
08/12/23	Determinação do IMA reafirma propriedade da Braskem sobre os bairros destruídos pela mineração	https://midiaaete.com.br/determinacao-do-ima-reafirma-propriedade-da-braskem-sobre-os-bairros-destruidos-pela-mineracao/
08/12/23	Criar RPPN é presentear Braskem com as áreas que destruiu em Maceió	https://082noticias.com/2023/12/08/criar-rppn-e-presentear-braskem-com-as-areas-que-destruiu-em-maceio/
09/12/23	Mobilização da sociedade expõe ações criminosas da Braskem e aliados	https://082noticias.com/2023/12/09/mobilizacao-da-sociedade-dificulta-acoes-criminosas-da-braskem-e-aliados/
10/12/23	@prefeiturademaceio Prefeitura de Maceió	https://www.instagram.com/p/C0rnXxyr8Le/?igshid=MzY1NDJmNzMyNQ%3D%3D

	<i>A Defesa Civil de Maceió informa que às 13h15 deste domingo a mina 18 sofreu um rompimento, que pôde ser percebido num trecho da Lagoa Mundaú, bairro do Mutange.</i>	
10/12	Vídeo: mina 18 sofre rompimento em trecho da Lagoa Mundaú, diz Defesa Civil de Maceió	https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/video-mina-18-sofre-rompimento-em-trecho-da-lagoa-mundau-diz-defesa-civil-de-maceio/
10/12/23	VÍDEO: Parte da mina da Braskem se rompe sob a lagoa Mundaú; Defesa Civil de Maceió diz ser 'algo isolado'	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/12/10/rompimento-mina-lagoa-braskem-maceio.ghtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar-mobile&utm_campaign=materias
11/12/23	Jornal Nacional <i>A água leva o equipamento usado para medir a movimentação do terreno da mina da Braskem em Maceió</i>	https://globoplay.globo.com/v/12187055/?s=0s
13/12/23	A grande surpresa do ranking de capitais com maior valorização imobiliária	https://veja.abril.com.br/coluna/real-estate/a-capital-recordista-do-ano-em-valorizacao-imobiliaria
13/12/23	Sem acordo: em audiência na Justiça Federal, Braskem diz que vai recorrer da inclusão de novas vítimas	https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/sem-acordo-em-audiencia-na-justica-federal-braskem-diz-que-vai-recorrer-da-inclusao-de-novas-vitimas/
14/12/23	Instagram: jornaldeal O prefeito de Maceió, João Henrique Caldas, JHC, revelou que o município já usou até agora ao menos R\$400 milhões dos R\$600 milhões que recebeu da Braskem em 21 julho deste ano.	https://www.instagram.com/reel/C01-FAEr5s6/?igshid=NzBmMjdhZWriYQ%3D%3D
16/12/23	Governo de Alagoas não investigou alteração em poços da Braskem quatro meses antes de terremoto de 2018	https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2023/12/governo-de-alagoas-nao-investigou-alteracao-em-pocos-da-braskem-quatro-meses-antes-de-terremoto-de-2018.ghtml
16/12/23	O atual prefeito de Maceió, JHC, comenta sobre a matéria "Governo de Alagoas não investigou alteração em poços da Braskem quatro meses antes de terremoto de 2018" nas redes sociais.	https://www.instagram.com/p/C068mknOJAJ/?igshid=NmJiYWZiY2E0Mg%3D%3D
16/12/23	Instagram: tribunahoje_ A empresa que fundou Maceió Braskem planeja explorar sal-gema em Ipioca, Paripueira e Ilha da Crôa	https://www.instagram.com/p/C0711fJS0uS/?igshid=NmJiYWZiY2E0Mg%3D%3D
17/12/23	Ex-moradores de bairros afetados pela Braskem em Maceió revelam sentimentos em mensagens	https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/ex-moradores-de-bairros-afetados-pela-braskem-em-maceio-revelam-sentimentos-em-mensagens/
17/12/23	"Nossa posição é validar os cinco acordos feitos com autoridades", diz vice-presidente da Braskem	https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/nossa-posicao-e-validar-os-cinco-acordos-feitos-com-autoridades-diz-vice-presidente-da-braskem/
18/12/23	Análise não aponta alteração na qualidade da água da lagoa Mundaú após rompimento de mina da Braskem em Maceió	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/12/18/analise-amstras-rompimento-mina-braskem-maceio-impacto-ambiental-lagoa-mundau.ghtml

29/12/23	Vítimas da Braskem realizam Ato Unificado após Justiça negar bloqueio de 1 Bi.	https://midiacaete.com.br/vitimas-da-braskem-realizam-ato-unificado-apos-justica-a-negar-bloqueio-de-1-bi/
13/03/24	Crime da Braskem em Maceió chega ao 6º “aniversário” com atos contra mineradora e o prefeito JHC	https://082noticias.com/2024/02/19/crime-da-braskem-em-maceio-chega-ao-6o-aniversario-com-atos-contr-a-mineradora-e-o-prefeito-jhc/
24/04/24	ONGs pedem que MPF reavalie acordo da Braskem com Prefeitura de Maceió	https://082noticias.com/2024/01/24/ongs-pedem-que-mpf-reavalie-acordo-da-braskem-com-prefeitura-de-maceio/
30/04/24	Projeto de Requalificação dos Flexais viola o Plano Diretor de Maceió	https://082noticias.com/2024/04/30/projeto-de-requalificacao-dos-flexais-viola-o-plano-diretor-de-maceio/
07/05/24	Tragédia em Maceió faz empresa árabe de petróleo desistir de comprar a Braskem	https://082noticias.com/2024/05/07/tragedia-em-maceio-faz-empresa-arabe-de-petroleo-desistir-de-comprar-a-braskem/
18/05/24	Vítimas querem punição criminal para a Braskem	https://tribunahoje.com/noticias/politica/2024/05/18/138523-vitimas-querem-punicao-criminal-para-a-braskem
2. Audiências, Leis, relatórios e acordos firmados		
DATA	TÍTULO	REFERÊNCIA
01/21	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: Acordo socioambiental firmado entre a empresa e o MPF	http://www.mpf.mp.br/al/arquivos/2021/acordo_liminares.pdf
27/05/21	Caso Pinheiro/Braskem: MPF e MP/AL divulgam resultado da seleção para composição do Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais	https://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/noticias-al/caso-pinheiro-braskem-mpf-e-mpal-divulgam-resultado-da-selecao-para-composicao-do-comite-gestor-dos-danos-extrapatrimoniais
06/22	Diagnóstico da empresa Diagonal (empresa contratada pela Braskem, para cumprir com cláusulas do acordo socioambiental)	https://diagonal.social/projetos-privado/braskem/ https://maisdialogos.com/documentos
07/03/23	Escuta Pública – Diagonal Eixo 1 - Políticas sociais e redução de vulnerabilidades	https://www.youtube.com/watch?v=BG8WMq4g47I&ab_channel=MaisDi%C3%A1logos
14/03/23	Eixo 2 - Atividade econômica, trabalho e renda	https://www.youtube.com/watch?v=7Vlv-Q8mEO0&ab_channel=MaisDi%C3%A1logos
21/03/23	Eixo 3 - Qualificação urbana e ambiental	https://www.youtube.com/watch?v=M2V0YwAuask&ab_channel=MaisDi%C3%A1logos
28/03/23	Eixo 4 - Preservação da cultura e memória	https://www.youtube.com/watch?v=NglU1F1z5dw&ab_channel=MaisDi%C3%A1logos
21/02/24	Ao vivo: CPI da Braskem realiza a sua primeira reunião - 21/2/24	https://www.youtube.com/watch?v=z5JGmS74PMM&ab_channel=TVSenado
27/02/24	Ao vivo: CPI da Braskem apresenta plano de trabalho	https://www.youtube.com/watch?v=n9rIMaB3WZ4&ab_channel=Poder360

12/03/24	Ao vivo: CPI da Braskem ouve representantes da ANM e do Departamento de Pesquisa Mineral – 12/3/24	https://www.youtube.com/watch?v=4uT4SR4GvcA&ab_channel=TVSenado
13/03/24	Ao vivo: CPI da Braskem ouve o diretor do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas	https://www.youtube.com/watch?v=b8A3-PSx71c&ab_channel=Poder360
19/03/24	Ao vivo: CPI da Braskem ouve ex-secretário de Minas e Energia – 19/3/24	https://www.youtube.com/watch?v=b4ZUUhms1EA&ab_channel=TVSenado
09/04/24	Ao vivo: CPI da Braskem ouve representantes das vítimas e vota requerimentos – 9/4/24	https://www.youtube.com/watch?v=TIyIVXG2Wnl&ab_channel=TVSenado
09/04/24	Ao vivo: CPI da Braskem ouve representantes das vítimas e vota requerimentos (parte II) – 9/4/24	https://www.youtube.com/watch?v=OJlY8_iwh5k&ab_channel=TVSenado
10/04/24	Ao vivo: CPI ouve diretor de comunicação da Braskem – 10/4/24	https://www.youtube.com/watch?v=oPWJhBRoznk&ab_channel=TVSenado
10/04/24	CPI da Braskem: diretor admite responsabilidade da empresa por danos em Maceió	https://www.youtube.com/watch?v=8b8bmQoipdc&ab_channel=TVSenado
3. Ações em curso		
DATA	TÍTULO	REFERÊNCIA
09/06/21	OAB-AL divulga formulários para adesão à iniciativa popular que propõe requalificação da área abrangida pelo afundamento do solo	https://www.oab-al.org.br/2021/06/oab-al-divulga-formulario-para-adesao-a-iniciativa-popular-que-propoe-requalificacao-da-area-abrangida-pelo-afundamento-do-solo/
02/03/23	Defensoria Pública de Alagoas cobra justas indenizações em ação civil pública contra a Braskem e poder público	https://www.instagram.com/p/CpRAUoyLquO/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D https://ojornalextra.com.br/noticias/alagoas/2023/03/87812-defensoria-publica-d-e-alagoas-cobra-justas-indenizacoes-em-acao-civil-publica
30/11/23	Defensoria Pública age isolada na defesa da população contra a Braskem	https://082noticias.com/2023/11/30/defensoria-publica-age-isolada-na-defesa-da-populacao-contra-a-braskem/
4. Canais oficiais de comunicação		
NOME	REFERÊNCIA	
Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros (GGI dos Bairros)	https://maceio.al.gov.br/noticias/ggi-dos-bairros/	
Mapeamento das áreas pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM: Ação Emergencial no Bairro Pinheiro (Maceió, AL)	https://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Acoes-Especiais/Acao-Emergencial-no-Bairro-Pinheiro-%28Maceio%2C-AL%29-5344.html	
Ações do Ministério Público Federal – AL	https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-pinheiro	
Braskem	https://www.braskem.com.br/alagoas	
Caso Braskem - MPAL	https://www.mpal.mp.br/?page_id=34308	
Fatos relevantes sobre o caso Braskem - IMA	https://www2.ima.al.gov.br/fatos-caso-braskem/	
Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros	https://maceio.al.gov.br/noticias/ggi-dos-bairros	

Fonte: Autora, 2024.